

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
faculdade de Educação  
programa de pós-graduação em educação

**A INVENÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO:  
SENTIDOS E TRAJETÓRIAS EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**ISABEL CRISTINA DE MOURA CARVALHO**

Porto Alegre  
2001

ISABEL CRISTINA DE MOURA CARVALHO

**A INVENÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO:  
SENTIDOS E TRAJETÓRIAS EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Tese apresentada ao Programa de  
Pos-Graduação em Educação da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito para a obtenção  
de título de doutora em educação.

**Orientadora:  
Prof. Dra. NADJA HERMANN**

**Porto Alegre  
2001**

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Biblioteca Setorial de Educação da UFRGS, Porto Alegre, BR-RS

- C33li Carvalho, Isabel Cristina de Moura  
A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em Educação ambiental / Isabel Cristina de Moura Carvalho. Porto Alegre: UFRGS, 2000.  
f. 349.
- Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
1. Educação ambiental – Cidadania – Consciência Ecológica.  
2. Professor — Formação — Educação ambiental. 3. Meio Ambiente — Aspectos filosóficos. 4. Meio ambiente — Política. I. Título.

CDU 37:574.3

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**A INVENÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO:  
SENTIDOS E TRAJETÓRIAS EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**ISABEL CRISTINA DE MOURA CARVALHO**

**Porto Alegre**  
2001

**A INVENÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO:  
SENTIDOS E TRAJETÓRIAS EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Tese apresentada ao Programa de  
Pos-Graduação em Educação da Faculdade de  
Educação da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito para a obtenção  
de título de doutora em educação.

**Orientadora:  
Prof. Dra. NADJA HERMANN**

**Porto Alegre  
2001**

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	XIV
RESUMO .....	XVII
ABSTRACT.....	XVIII
ENTRELINHAS, TEXTOS E PRÉ-TEXTOS .....	XIX
INTRODUÇÃO.....	22
PARTE I – O LOGOS HERMENÊUTICO E A TRAMA DOS SENTIDOS NA TRADIÇÃO AMBIENTAL .....	36
1 OS ENTRECruzAMENTOS DO TEMPO E DA EXPERIÊNCIA NA CONDIÇÃO INTERPRETATIVA.....	37
Experiência e linguagem: a trama dos sentidos que tece a ação humana ..	40
Finitude e historicidade: a condição contextual dos sentidos .....	43
O educador ambiental como intérprete.....	45
2 A TRADIÇÃO COMO HORIZONTE DE SIGNIFICAÇÃO DO AMBIENTAL..	53
A demarcação ética do campo ambiental: a natureza como um bem .....	55
O Campo no horizonte de significação do ambiental.....	57
Sensibilidades e natureza.....	61
A natureza domada .....	61
O naturalismo arcádico .....	64
As novas sensibilidades estéticas do século XVIII .....	65
A natureza intocada .....	69
A sensibilidade romântica .....	71
Um Ethos romântico-ecológico: o coração contracultural do campo ambiental .....	81

O ecologismo contracultural e os anos 60 .....	83
A orientalização do Ocidente .....	87
A nova esquerda, o auto desenvolvimento e a política do eu .....	90
A América é a natureza .....	92
 PARTE II - VIDAS E NARRATIVAS NO CAMPO AMBIENTAL .....	101
 3 TRAJETÓRIAS DE VIDA ENQUANTO MODALIDADE NARRATIVA	
Os sentidos em risco: tradição e ruptura .....	102
A narrativa como mediação entre o tempo vivido e a significação da ação .....	104
Os métodos biográficos .....	113
O ambiental como identidade narrativa .....	115
 4 A INVENÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO .....	124
Quem é o sujeito ecológico? .....	125
Educação ambiental: a ação educativa do sujeito ecológico .....	129
O sujeito ecológico em foco nos educadores ambientais .....	131
O ambiente histórico de um novo campo social .....	137
A militância como sinal diacrítico .....	150
A contracultura como solo político-existencial .....	158
O re-ligare ecológico e a sacralização da natureza .....	160
 5 TORNAR-SE EDUCADOR AMBIENTAL: MITOS DE ORIGEM, VIAS DE	
ACESSO E RITOS DE ENTRADA .....	184
Mitos de origem: a trama das sensibilidades .....	187
Rumo ao ambiental: vias de acesso e ritos de entrada .....	190
Do exterior para o ambiental: .....	192
Do interior para o ambiental .....	218
Outros caminhos: da engenharia para o ambiental .....	223
Da educação popular para o ambiental .....	230
 6 O PERCURSO DA EA .....	238
O ambiente político da EA no Brasil .....	240
Os anos 80: o ambientalismo no contexto dos novos movimentos	
sociais .....	241
Os anos 90: a difusão do debate ambiental e a Rio-92 .....	244

Histórias, historiadores e a narrativa da EA.....	251
O circuito editorial e a formação de especialistas em MA e EA.....	257
O circuito editorial da EA.....	260
A formação de um corpo de especialistas.....	268
7 A POLÍTICA EM TRÂNSITO E OS TRÂNSITOS NA POLÍTICA.....	284
A questão ecológica: entre Bios e Polis.....	286
Os trânsitos na política.....	293
Da guerrilha ao 'Abraço', do sindicato ao 'Empate': o nascimento de novos laços entre política e ecologia.....	294
Educadores ambientais e trajetórias políticas.....	308
Um ecologista libertário.....	308
Outros sentidos do encontro entre política e ecologia.....	316
Como consolidar o espaço público a partir de uma política do eu?.....	320
A emancipação no mundo e a emancipação do mundo: os paradoxos da autonomia.....	324
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	335
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	342

*A Carlos Alberto Steil, com quem tenho o  
privilégio de dividir mais esta etapa da vida, por sua  
interlocução e presença amorosa.*

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Nadja Hermann por sua orientação atenta e pelo cuidado e amizade durante todo este percurso.

Entre as experiências que me estimularam a empreender este trabalho quero registrar um período de intensa convivência e aprendizado sobre meio ambiente e ambientalismo no Rio de Janeiro no qual se destacam, particularmente, as presenças de Henri Acselrad e Gabriela Scotto, com quem enfrentei os desafios da pesquisa e da ação política no projeto Meio Ambiente e Democracia, no IBASE; Jean Pierre Leroy, da FASE; Jörg Haas, pela Heinrich Böll Stiftung, que me oportunizou conhecer e acompanhar durante aqueles anos a experiência do Partido Verde na Alemanha e sua política de cooperação internacional; Hector Leys, Samira Crespo e José Augusto Pádua, com quem dividi e os desafios da docência e da formação ambiental no Curso Teoria e Prática do Meio Ambiente, no ISER.

Aos educadores ambientais que generosamente cederam seu tempo dispondo-se a conceder as entrevistas biográficas que dão alma a este estudo.

Ao professor Hans-George Flickinger, que me acolheu no Pós-Graduação em Filosofia na PUC-RS, tendo acompanhado este trabalho com valiosas contribuições.

As professoras Cornélia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia na UFRGS, que me ajudaram na compreensão das metodologias qualitativas de pesquisa, um recurso que muito me valeu neste estudo.

Aos professores Zander Navarro, Jalcione Almeida, Nelson Rego (Geografia/UFRGS), e colegas do Grupo Temas (IFCH/UFRGS), onde fui acolhida desde o início do doutorado e com quem tenho tido a oportunidade de conviver.

Ao escritor Luis Antonio Assis Brasil, pela experiência da Oficina Literária no Pós-Graduação em Letras na PUC-RS que me ajudou a pensar a dimensão literária da narrativa.

Na etapa de finalização e revisão deste trabalho agradeço especialmente a Valéria Aidos e Emília Morselli.

Aos meus pais Sydnei e Ligia Carvalho, com sua presença certa e afetiva em todos os momentos

Este trabalho contou com o apoio do CNPq e o suporte intelectual e institucional do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, instituições às quais sou grata pelas condições oferecidas.

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	XIV
RESUMO .....	XVII
ABSTRACT.....	XVIII
ENTRELINHAS, TEXTOS E PRÉ-TEXTOS .....	XIX
INTRODUÇÃO.....	22
PARTE I – O LOGOS HERMENÊUTICO E A TRAMA DOS SENTIDOS NA TRADIÇÃO AMBIENTAL .....	36
1 OS ENTRECruzAMENTOS DO TEMPO E DA EXPERIÊNCIA NA CONDIÇÃO INTERPRETATIVA.....	37
Experiência e linguagem: a trama dos sentidos que tece a ação humana ..	40
Finitude e historicidade: a condição contextual dos sentidos .....	43
O educador ambiental como intérprete.....	45
2 A TRADIÇÃO COMO HORIZONTE DE SIGNIFICAÇÃO DO AMBIENTAL..	53
A demarcação ética do campo ambiental: a natureza como um bem .....	55
O Campo no horizonte de significação do ambiental.....	57
Sensibilidades e natureza.....	61

A natureza domada .....	61
O naturalismo arcádico .....	64
As novas sensibilidades estéticas do século XVIII .....	65
A natureza intocada .....	69
A sensibilidade romântica .....	71
Um Ethos romântico-ecológico: o coração contracultural do campo ambiental .....	81
O ecologismo contracultural e os anos 60 .....	83
A orientalização do Ocidente .....	87
A nova esquerda, o auto desenvolvimento e a política do eu .....	90
A América é a natureza .....	92
 PARTE II - VIDAS E NARRATIVAS NO CAMPO AMBIENTAL .....	 101
 3 TRAJETÓRIAS DE VIDA ENQUANTO MODALIDADE NARRATIVA	
Os sentidos em risco: tradição e ruptura .....	102
A narrativa como mediação entre o tempo vivido e a significação da ação	104
Os métodos biográficos .....	113
O ambiental como identidade narrativa .....	115
 4 A INVENÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO .....	 124
Quem é o sujeito ecológico? .....	125
Educação ambiental: a ação educativa do sujeito ecológico .....	129
O sujeito ecológico em foco nos educadores ambientais .....	131
O ambiente histórico de um novo campo social .....	137
A militância como sinal diacrítico .....	150
A contracultura como solo político-existencial .....	158
O re-ligare ecológico e a sacralização da natureza .....	160
 5 TORNAR-SE EDUCADOR AMBIENTAL: MITOS DE ORIGEM, VIAS DE ACESSO E RITOS DE ENTRADA .....	 184
Mitos de origem: a trama das sensibilidades .....	187
Rumo ao ambiental: vias de acesso e ritos de entrada .....	190
Do exterior para o ambiental: .....	192
Do interior para o ambiental .....	218
Outros caminhos: da engenharia para o ambiental .....	223
Da educação popular para o ambiental .....	230
 6 O PERCURSO DA EA .....	 238
O ambiente político da EA no Brasil .....	240
Os anos 80: o ambientalismo no contexto dos novos movimentos sociais .....	241
Os anos 90: a difusão do debate ambiental e a Rio-92 .....	244
Histórias, historiadores e a narrativa da EA .....	251
O circuito editorial e a formação de especialistas em MA e EA .....	257

O circuito editorial da EA.....	260
A formação de um corpo de especialistas.....	268
<b>7 A POLÍTICA EM TRÂNSITO E OS TRÂNSITOS NA POLÍTICA.....</b>	<b>284</b>
A questão ecológica: entre Bios e Polis.....	286
Os trânsitos na política .....	293
Da guerrilha ao 'Abraço', do sindicato ao 'Empate': o nascimento de novos laços entre política e ecologia.....	294
Educadores ambientais e trajetórias políticas .....	308
Um ecologista libertário.....	308
Outros sentidos do encontro entre política e ecologia.....	316
Como consolidar o espaço público a partir de uma política do eu?.....	320
A emancipação no mundo e a emancipação do mundo: os paradoxos da autonomia .....	324
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>335</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>342</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAN =	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ANPED =	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPOCS =	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
APEDEMA =	Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente
BID =	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD =	Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
CDA =	Comitês em Defesa da Amazônia
CEDEC =	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CETESB =	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CMUMAD =	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92)
COEA =	Coordenação de Educação Ambiental
CPDC =	Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade
CUBs =	Comunidades Universitárias de Base
EA =	Educação Ambiental
ENSP =	Escola Nacional de Saúde Pública
ESALQ =	Escola Superior de Agronomia Luis de Queiroz
FASE =	Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional
FBCN =	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza

FEEMA =	Fundação Estadual de Estudos do Meio Ambiente
FIOCRUZ =	Fundação Osvaldo Cruz
FNMA =	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FURG =	Fundação Universitária do Rio Grande (RS)
GT =	Grupo de Trabalho
IBAMA =	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBASE =	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDBF =	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
IESAE/FGV =	Instituto Superior de Educação da Fundação Getúlio Vargas
ISA =	Instituto Socioambiental
ISER =	Instituto Superior de Estudos da Religião
MA =	Meio Ambiente
MEC =	Ministério da Educação e do Desporto
MMA =	Ministério do Meio Ambiente
NEPAM =	Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais
OEMAs =	Organizações Estaduais de Meio Ambiente
ONG =	Organização Não Governamental
ONU =	Organização das Nações Unidas
OSCIPs =	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PCN =	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEA =	Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA =	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONEA =	Programa Nacional de Meio Ambiente
REBEA =	Rede Brasileira de Educação Ambiental
SBPC =	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEF =	Secretaria de Ensino Fundamental do MEC
SEMA =	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMAM-PR =	Secretaria Especial do Meio Ambiente, ligada à Presidência da República
SEMARNAP =	Secretaria de Meio Ambiente Recursos Naturais e Pesca (México)

SENAC =	Serviço Nacional de Aprendizagem em Comércio
SUDEPE =	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA =	Superintendência de Desenvolvimento da Borracha
UERJ =	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UERN =	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFA =	Universidade Federal do Amazonas
UFF =	Universidade Federal Fluminense
UFP =	Universidade Federal do Paraná
UFRGS =	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ =	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ =	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS =	Universidade Federal de Sergipe
UFSC =	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM =	Universidade Federal de Santa Maria
UNB =	Universidade de Brasília
UNESCO =	Organização das nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP =	Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP =	Universidade Estadual de Campinas
UNIJUI =	Universidade Regional do Noroeste do RS
UNISC =	Universidade de Santa Cruz (RS)
UNIVALI =	Universidade do Vale do Itajaí (SC)
USP =	Universidade de São Paulo
WWF =	<i>World Wildlife Fund</i>

## RESUMO

Este trabalho, desde uma perspectiva hermenêutica, tematiza os processos de produção de sentidos sobre o *ambiental* como um fenômeno que tem assumido a forma de um campo de relações sociais. O campo ambiental é pensado a partir de sua inscrição dentro de uma tradição ambiental no Ocidente que remonta à modernidade, construindo diferentes sensibilidades para com a natureza e o ambiente, entre elas a naturalista, a romântica, e a edênica. A experiência contemporânea do ambiental é abordada no diálogo com a tradição e através de sua contextualização nas relações entre campo social e trajetórias profissionais de educadores ambientais. Destaca-se a formação de uma *identidade narrativa* do sujeito ecológico em geral, marcado por um *ethos* romântico e um *habitus* militante, e a do educador ambiental em particular, com suas formas próprias de acesso ao campo e à experiência de tornar-se um dos novos profissionais ambientais. O circuito editorial e a formação de especialistas em meio ambiente e em educação ambiental são abordados como parte do percurso institucional de constituição da educação ambiental como prática pedagógica do sujeito ecológico. Discutem-se as tensões que atravessam o projeto emancipatório ecológico, suas raízes contraculturais, e os paradoxos da autonomia como valor central desta visão de mundo e de política. Trabalhou-se com a idéia de que campo e trajetória se articulam reciprocamente e que a narrativa é a condição de possibilidade da produção dos sentidos vividos e de sua elaboração numa narrativa auto e hétero compreensiva enunciada pelos sujeitos e estruturada nas formas organizativas do campo.

## ABSTRACT

This work, following a hermeneutic perspective, discusses the sensory production processes regarding the *environmental* as a phenomena that has assumed the shape of a social relationships' field. The environmental field, is thought of from its inscription in a western environmental tradition that refers to modernity, building different sensitivities related to nature and the environment such as the naturalistic, the romantic and the paradisiac one. The contemporary environmental experience is approached with the dialogue of tradition and through its contextualizing of the relationship between the social field and the professional orientation of environmental educators. We outstand the building of the narrative identity of the ecological person in general, characterized by a romantic *ethos* and a militant *habitus*. The environmental educator, becomes a ecological person by accessing the environmental field and becoming one of the new environmental professionals. The publications and the forming of experts in the environment and environmental education are approached as part of the constitution of the environmental education as the pedagogic practice of the ecological person. It discusses the tensions which traverse an emancipatory ecological project, its contra-cultural roots, and the autonomous paradoxes as the central value of this political view. We've worked with the idea that field and trajectory reciprocally articulate themselves, and that the narrative is the condition of a possibility of the production of lived senses and its elaboration in an auto and hetero narrative built by the subjects and structured in the organized forms of the field.

**ENTRELINHAS, TEXTOS E PRÉ-TEXTOS**

## **Porto Alegre Via Canoas**

No desembarque uma multidão aguardava a saída dos jogadores do Inter, o que dificultava a localização de Frei Roberto, com quem apenas tinha me correspondido. Ao buscar um telefone, fui abordada por um jovem de *jeans* e jaqueta de couro: Você é a pesquisadora? Perguntou-me, com um certo espanto. Lá estávamos, frente a frente, ambos um pouco desconcertados com a imagem que tínhamos atribuído previamente um ao outro. Afinal, o que esperar de alguém que vinha na impossível tarefa de substituir Betinho na abertura de um seminário, em Canoas. Todos nós, no IBASE, já tínhamos vivido essa situação. Multiplicávamo-nos como braços e pernas da Campanha da Ação da Cidadania atendendo às viagens, uma atividade que Betinho já não fazia mais. Com nossas caras comuns, pouco correspondíamos à expectativa despertada por nosso carismático diretor. Ele, enquanto isso, com seu humor fradinho, ficava em sua sala rindo, ao abrir uma cerveja no fim da tarde, do espanto que disseminava, a contragosto dos anfitriões.

Foi assim que me aproximei de Porto Alegre, via Canoas. Trazia na bagagem a possibilidade de um dia vir a morar. Pelo sim ou pelo não, marquei uma conversa com o coordenador do Pós em Educação da UFRGS, sobre o doutorado. Tomei o Trensurb e desci no Mercado. Titubeando pelas vias do centro, cheguei ao *Campus*, pela João Pessoa. Lá fui atendida com amabilidade pelo professor. De sua sala avistei o Guaíba, emoldurado pela fachada da igreja colonial no alto da Independência. Era final de tarde de outono e eu vislumbrava a nova paisagem que ia se configurando no horizonte.

Desci no Galeão, percorrendo com cuidado o percurso até os táxis. O trajeto tantas vezes repetido tinha então um quê de novidade, um ar de quem já sabe que, mesmo chegando de volta, iniciou a partida.

### **À sombra da Sibipiruna**

— Nunca tivemos psicólogos buscando estágio aqui, minha filha, mas não vamos deixar de fazer a sua ficha — disse-me com gentileza o Sr. Antônio, com seu sotaque português.

Saí de lá imaginando que talvez um psicólogo num parque não fosse assim uma necessidade tão iminente. Quem sabe melhor seria acionar o projeto dos pães, ou o da viagem a Mauá, nas férias.

Era início dos anos 80. Terceiro ano da graduação em psicologia. Chegava a hora de estagiar num hospital psiquiátrico. Mas Lang, Cooper,

Basaglia e outros antidisciplinares me diziam que mais valia apostar na saúde, conhecer uma comunidade terapêutica alternativa, quem sabe em Maromba, reduto da vida natural, onde Roberto Freire escrevera *O Coiote*. Contudo, eu hesitava em deixar São Paulo, interromper o curso, melhor vender pão integral e morar na Vila Madalena, sendo contracultura no Lira Paulistana. Mas, em todo caso, listei os parques com uma idéia na cabeça e um guia da cidade nas mãos: uma psicóloga em parques. Afinal, alguém tinha de pensar nos visitantes, na comunidade, nas atividades para as faixas etárias. Além do mais, o contato com a natureza deveria ter um caráter preventivo em termos de saúde mental. Comecei pelo Horto Florestal, bem na Serra da Cantareira, que eu freqüentei desde criança.

Poucos dias depois da conversa com o Sr. Antonio, em meio à sensação absurda da morte de Elis Regina, fui surpreendida por um telefonema do Instituto Florestal. Um agrônomo recém chegado da Suíça, com formação em ecologia humana, montava uma equipe multidisciplinar de pesquisa incluindo um estagiário de psicologia. A pesquisa relacionava unidades de paisagem e comportamento dos usuários. O agrônomo, então responsável pelo Parque, era um cientista da natureza que lia Saint Hilaire e São João da Cruz. Em menos de 10 dias lá estava eu, à sombra de uma Sibipiruna, observando usuários. Enquanto reunia anotações em meu caderno de campo, transbordava, em estado de graça: estava ali, era real, tinha sido atendida por algum anjo distraído. Dois anos depois, com uma pesquisa sobre a percepção da paisagem natural por crianças em visita ao Parque e o diploma de graduação

recém obtido, já não era estagiária. Meu primeiro emprego em carteira: Técnica em Educação Ambiental. Afinal, era uma psicóloga de Parques.

### **Na linha Glória-Leblon**

Agosto de 1990. Sol forte na cidade que não conhece inverno. O Glória-Leblon avançava lentamente, chiando o freio a cada meio metro, até estancar na frente do cineclubes Estação Botafogo. 13 h 30 min, saída dos colégios na Voluntários da Pátria. O letreiro anunciava *Asas do Desejo*, de Win Wenders. No banco de trás um tipo suado, de camiseta regata e short Adidas, empunhava um rádio portátil. Em pauta, na Jovem Pan, as providências da prefeitura para receber a Conferência Internacional da ONU sobre Meio Ambiente, que logo seria orgulhosamente apresentada como a Rio-92.

Voltando do grupo de supervisão psicanalítica, aquelas notícias me soaram como um ultimato: afinal, onde estaria eu durante a Rio-92? Imaginei como seria, depois de anos trabalhando com o tema, passar ao largo do acontecimento ambiental da década. Afinal, eu acabara de defender uma dissertação sobre os discursos ecológicos. Além disso estava morando no Rio, para onde fora buscando o mestrado, e acabara envolvida com uma formação psicanalítica. Pela lente da psicanálise, o que dizer sobre o evento? Mero serviço dos bens, diria Lacan em sua ética do desejo. Territorialidades em luta, dizia o título da dissertação e, como palavra plena, denunciava clandestinamente a tensão daquelas duas órbitas, movendo-se em diferentes rotações.

Início de 1991. Ao *curriculum* remetido via balcão de anúncios do Jornal do Brasil seguem-se as entrevistas na rua Vicente Souza, quartel general das análises de conjuntura, onde a volta do irmão do Henfil inaugurara um novo estilo de ação política. Ao final, lá estava, integrando um grupo de novos pesquisadores que ampliava a trupe de profissionais militantes. Tínhamos a missão de elaborar a contribuição do Instituto no debate ambiental. O nome do projeto veio logo: Meio Ambiente e Democracia. Ao final da primeira semana de trabalho fui arremessada para São Paulo, numa tumultuada reunião, em pleno fim de semana. Era estranhamente familiar estar ali, sentada no auditório da PUC-SP onde fizera a graduação de psicologia. Um cartão verde me dava direito a voto nas decisões da coordenação do Fórum de ONGs e Movimentos Sociais preparatório para a Rio-92.

Vieram muitas outras tumultuadas reuniões e assembléias. Ecologistas, movimentos sociais e ONGs se enfrentaram em disputas acirradas até que, num clima de confraternização planetária, chegou o esperado junho de 1992. A prefeitura retirou das ruas mendigos e meninos e negociou uma trégua na violência urbana. Apesar da presença do exército, o Aterro estava pronto para mostrar ao mundo sua versão *Era de Aquário*. Junto com o *Rainbow Warrior*, aportou no Flamengo o Fórum Global, com suas tendas, 350 stands, 2.500 ONGs, 15.000 representantes de tribos de todo o mundo e de todos os mundos. Debates políticos, Shirley MacLane, Ianomamis, Planeta Fêmea, abaixo-assinados, hinos Hare Krishna, Vandana Shiva, chefes de Estado discursando no telão, Santo Daime, árvore da vida, Fidel Castro, Dalai Lama,

crianças em excursão, *stands* de entidades e produtos ecológicos coabitavam o espaço do Fórum Global.

Essa imersão pelas mutações da cultura e da política, no coração do acontecimento ambiental, constelou órbitas inusitadas, redesenhou fronteiras, e inaugurou um tempo de perplexidades. Eu intuía que estava no centro incandescente do que se desmancha no ar.

## INTRODUÇÃO

"Então escrever é o modo de quem tem a palavra como isca: a palavra pescando o que não é palavra. Quando essa não-palavra – a entrelinha - morde a isca, alguma coisa se escreveu. Uma vez que se pescou a entrelinha, poder-se-ia com alívio jogar a palavra fora. Mas aí cessa a analogia: a não palavra, ao morder a isca, incorporou-a. O que salva então é escrever distraidamente". Clarice Lispector, A descoberta do mundo)

As inquietações que sustentam este trabalho têm como pano de fundo minha inserção enquanto psicóloga, educadora e pesquisadora social, desde o início dos anos 80, atuando no contexto ambiental brasileiro. Assim, à guisa de um memorial, busquei, sob a forma de crônicas biográficas, trazer alguns traços deste percurso em sua dimensão de um *cronos*, que alude ao mesmo tempo a uma experiência social, a um tempo vivido e a um modo narrativo de expressá-lo. Como no registro literário, trata-se de aludir a um pré-texto que, ao escapar em sua condição de *entrelinha*, retorna como causa, ou *isca*, das diversas operações configurativas, numa espécie de pesca milagrosa que funda todo ato narrativo — quer este se inscreva no âmbito da ficção ou da produção de conhecimento. Desta forma, a presença das crônicas anuncia o horizonte dos entrecruzamentos entre o tempo social, o tempo vivido e o tempo narrado, sob o qual se desenvolverá este estudo. Para dar conta desta problemática sem reduzir sua complexidade, o modo da compreensão presente na noção de *círculo hermenêutico* parece ser o mais apropriado. Com este conceito, ao qual retornarei posteriormente, evidencia-se a permanente produtividade compreensiva de uma experiência historicamente situada, onde o encontro com o mundo, enquanto alteridade, é também um ato de auto-

esclarecimento que redimensiona, por sua vez, o sujeito, a compreensão e o mundo. Em sintonia com esta postura compreensiva, a preocupação-guia deste trabalho será discutir o jogo das interpretações onde se produzem os sentidos do *ambiental* levando em conta os universos da tradição e da alteridade das experiências vividas pessoal e coletivamente, numa certa temporalidade histórica. Neste jogo, constitutivo do campo ambiental de modo geral e da educação ambiental em particular, quero evidenciar o educador ambiental como sendo ao mesmo tempo um intérprete de seu campo e um sujeito ele mesmo "interpretado" pela narrativa ambiental, dentro de cuja tradição seu posicionamento é condição do ingresso neste campo social.

O presente estudo não está fora deste jogo. Ainda que seu objetivo seja justamente tematizar este campo simbólico, referir-se a ele já implica posicionar-se em sua diversidade. Eleger o adjetivo *ambiental* para nomear este universo, delimitando o campo, implica numa seleção. Longe de ser uma escolha óbvia, evidencia-se já aqui a natureza do ato interpretativo. Ao nomear esse suposto *objeto* trata-se, não apenas de reconhecê-lo como algo já existente mas também, seletivamente, dar-lhe forma. Como já alertou Nietzsche: "O direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem, como um ato de autoridade" (Nietzsche, 1983:19).

Assim, cabe explicitar o que está sendo decidido nesta nomeação, principalmente quando *ambiental* é içado de um universo polissêmico onde concorre, superpõe-se e recobre outros tantos nomes/atos de interpretação.

Optei pelo uso do adjetivo *ambiental* para designar o conjunto heterogêneo de atores e a diversidade de práticas, crenças e valores que demarcam a constituição deste campo, cujo eixo comum alude à valorização da natureza e do meio ambiente enquanto um bem. Não desconheço os sentidos internos ao campo que distinguem as categorias conservacionismo/ conservacionista, ecologismo/ ecologista/ e ambientalismo/ ambientalista.

O conceito de conservacionismo tende a ser mais consensualmente tratado na história deste campo; no entanto, ecologismo e ambientalismo são distinções cujas fronteiras contam com margens menos precisas, ora recobrando-se ora diferenciando-se. Para situar os conceitos aqui utilizados, tomo o uso mais geral, onde ecologismo é aplicado ao movimento ecológico propriamente dito, sendo associado a questionamentos e propostas de mudanças radicais quanto ao modelo de desenvolvimento e ao estilo de vida. Por outro lado, ambientalismo e ambientalistas denominam um conjunto mais amplo de movimentos e atores que, na esfera de difusão do ecologismo, aderem a um ideário de preservação e gestão sustentável do meio ambiente, incluindo, portanto, uma variação ideológica que inclui ideários e propostas de mudanças menos radicais quanto ao modelo de desenvolvimento<sup>1</sup>. Minha

---

<sup>1</sup> Ao comentar esta questão Pádua (1999) considera o conservacionismo um movimento mais antigo e ligado ao campo científico, destinado a proteger a natureza em si, que precede o ecologismo, segundo o qual a sobrevivência da humanidade passa por uma mudança radical na cultura e na forma de viver. Quanto ao ambientalismo considera que: "de 1980 para cá, sinto que o que cresceu não foi nem o conservacionismo nem o ecologismo. Cresceu algo intermediário, que chamamos ambientalismo no sentido mais profundo e acurado da palavra; fortaleceu-se a idéia de que o conservacionismo não basta, pois são necessárias mudanças econômicas e sociais, menos radicais, porém, do que os ecologistas pregavam" (Pádua:1999:54). Contudo, estas demarcações não são completamente estáveis e consensuadas. Herculano, por exemplo, ao discutir o que denomina como o "campo do ecologismo no Brasil", reconhece mas não valoriza a distinção interna ao campo entre

opção pelo *ambiental* buscou o nexu com o termo mais abrangente e inclusivo para identificação do campo enquanto universo que engloba um alto grau de diversidade e diferenciação interna.

Ao tomar a compreensão hermenêutica como orientação filosófica assumo que a compreensão de um fenômeno é um exercício interpretativo que visa a abertura de um espaço de comunicação mais do que o fechamento de um campo sistemático de saber, que tenderia a aprisionar seu objeto<sup>2</sup>. Essa postura deriva da situação particular da hermenêutica moderna que, situada na virada do pensamento contemporâneo em direção à linguagem, abandona o paradigma da filosofia da consciência, demarcando um ponto de clivagem em relação às bases filosóficas do *pensamento metafísico*<sup>3</sup>. Esta ruptura com as bases de sustentação do ideal científico põe em cheque a idéia de um real inequívoco e *verdadeiro*, apreensível pelo sujeito da razão. Ao deslocar a razão de seu lugar de dominação, o processo de compreensão, pensado a partir de

---

ecologista e ambientalista preferindo estabelecer como categoria de análise o termo ecologismo para expressar: "um conjunto nem sempre homogêneo, de ideário — crenças e valores — e de atitudes práticas vivido por associações civis, por pessoas físicas e também por organismos estatais na defesa do meio ambiente e na busca da qualidade de vida humana em harmonia com a natureza" (Herculano, 1996:92).

<sup>2</sup>Inicialmente a hermenêutica se constituiu como uma técnica de interpretação de textos que remonta à tradição exegética voltada para a compreensão dos textos bíblicos. Como técnica de interpretação, também encontrou aplicação na filologia e no direito. Como aponta Ricoeur (1978), embora a hermenêutica estivesse relacionada à filosofia clássica e às ciências históricas no final do século XVIII e início do século XIX, é apenas nas primeiras décadas do século XX, com Dilthey e Schleiermacher que o problema hermenêutico transcende sua dimensão de técnica interpretativa e se torna problema filosófico. Destaca-se atualmente, com a contribuição dos hermeneutas contemporâneos como Gadamer, Ricoeur, Vattimo, entre outros, a condição da hermenêutica moderna como uma referência que, além da filosofia, vai influenciar importantes correntes em ciências sociais e psicanálise.

<sup>3</sup>Habermas (1990) define as tradições filosóficas que constituem o chamado pensamento metafísico: "Caracterizo como metafísico o pensamento de um idealismo filosófico que se origina em Platão, passando por Plotino e o neoplatonismo, Agostinho e Tomás, Cusano e Pico de Mirandola, Descartes, Spinoza e Leibniz, chegando até Kant, Fichte, Shelling e Hegel". Destaca como aspectos comuns da visão metafísica o pensamento da identidade, o idealismo e a filosofia da consciência.

sua analogia estrutural com o jogo e com a experiência estética da obra de arte, preconiza o encontro com o objeto enquanto experiência de alteridade. Desta forma, um sentido não é uma *verdade*, ou ainda, uma exterioridade da qual se toma posse, mas sua apropriação exige a produtividade interna do sujeito: "Face a experiência que se faz de um outro objeto, se alteram as duas coisas, nosso saber e seu objeto. Agora sabemos melhor, e isto quer dizer que o próprio objeto 'não se sustenta'. O novo objeto contém a verdade sobre o anterior" (Gadamer,1998:524).

Essa atitude filosófica instala uma crítica epistemológica de longo alcance e profundas conseqüências. Encontra seus precursores em Nietzsche e Heidegger e, contemporaneamente, tem se desenvolvido nos trabalhos de Gadamer e Ricoeur, entre outros hermeneutas<sup>4</sup>. Diferentemente das orientações racionalistas que pretendem um domínio do conteúdo verdadeiro de seu objeto, este pensamento situa a produção de conhecimento no plano da argumentação narrativo-interpretativa.

De acordo com a perspectiva interpretativa, ao localizar este estudo no extenso e heterogêneo universo do *ambiental*, estou interessada particularmente no que este fenômeno produz enquanto construção social e histórica de uma rede de significados que se articulam num campo social. Como se pode observar o *ambiental* tem se apresentado como uma questão

---

<sup>4</sup> Segundo Aramayo (1995: 289), esta ruptura epistemológica engloba diferentes tradições entre as teorias que se situam dentro de um referencial lingüístico: "Entre estas haveria que mencionar a tradição alglo-saxônica, influenciada por Wittgeinstein, J.L. Austin e G. Ryle; a francesa, que parte de Saussure e chega até Derrida; e a alemã, que culmina em Gadamer e, de certo modo, também em Apel e Habermas".

catalizadora de um importante espaço argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que regulam a vida individual e coletiva.

Assim, ao Tomar a questão ambiental enquanto configuradora de um universo de significados e de um espaço narrativo, elegi duas dimensões que têm papéis protagônicos na produção dos sentidos do ambiental, quais sejam: o campo ambiental, enquanto esfera que tende a ser mais estruturada e instituída, e as trajetórias de educadores ambientais, enquanto feixe de processos estruturantes e dinâmicos dos agentes neste campo. Essas dimensões são parte constitutivas do mesmo fenômeno, e se determinam de modo recíproco numa interação permanente, de forma que apenas para efeito de análise podem ser destacadas.

Para melhor dar conta da trama simbólica deste universo, juntamente com os recursos filosóficos da hermenêutica, contarei também com as contribuições das ciências sociais. Conceitos como o de campo social, bem como a contribuição dos métodos biográficos, irão auxiliar na compreensão dos sentidos que o "ambiental", estruturado como uma narrativa e organizado num campo de relações sociais, pode lançar sobre os planos da ética e da política na sociedade contemporânea. Assim, ganha centralidade a análise do *campo ambiental*, para a qual me apoiarei no conceito de campo social, tal como proposto por Bourdieu<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Para Bourdieu (1996) os campos sociais se definem como espaços de relações objetivas entre posições, relações de força específicas, com certo grau de autonomia. Conforme o autor, estes campos, enquanto microcosmos sociais: "propõem aos que neles estão envolvidos um espaço de possíveis que tende a orientar sua busca definindo um universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais (freqüentemente constituídas pelos nomes de personagens-guia), de conceitos em "ismo", em resumo, todo um sistema de

Com a noção de *campo ambiental* interessa circunscrever certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social particular. Conforme Bourdieu (1989), a noção de campo social evoca um espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um certo conjunto de valores, uma ética, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e se comportar que põem em ação as regras do jogo do campo.

Enquanto um espaço estruturado e estruturante, o campo ambiental inclui uma série de práticas e políticas, pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, associações ou movimentos da sociedade civil; reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de um circuito de publicações, eventos, documentos e posições sobre os temas ambientais.

Ao tomar o campo ambiental como objeto, buscarei compreender as motivações, os argumentos, valores, ou seja, aquilo que constitui a crença específica que sustenta um campo. Desta forma, indagarei pelos significados que, investidos nas coisas materiais e simbólicas em jogo no campo, orientando a ação dos agentes que aí estabelecem um percurso pessoal e profissional.

---

coordenadas que é preciso ter em mente — o que não quer dizer na consciência — para entrar

A primeira parte deste trabalho tratará da discussão conceitual sobre o *logos* hermenêutico e os entrecruzamentos do tempo e da experiência como marco interpretativo a partir do qual é possível aceder à trama dos sentidos que configuram o campo ambiental, seus sentidos contemporâneos e sua inscrição numa tradição que constitui seu horizonte histórico abrangente. A tradição ambiental que aqui busco delinear considerou principalmente as sensibilidades naturalistas, românticas e edênicas — esta última relativa ao imaginário evocado pelo Novo Mundo — evidenciando os elementos de longa duração constitutivos das relações entre sociedade e natureza que se atualizam e incidem sobre as condições de recepção do fenômeno ambiental contemporâneo.

A segunda parte deste trabalho será dedicada à compreensão das relações recursivas entre campo social e trajetórias de vida, tomando a condição narrativa destas interações como referencial teórico e a análise das trajetórias como caminho metodológico. Nestas interações se constituem mutuamente um campo ambiental, um sujeito ideal ecológico, bem como as trajetórias profissionais e pessoais do(a)s educadore(a)s ambientais, entendido(a)s como uma expressão particular daquele sujeito ideal. Serão desenvolvidos nos capítulos que constituem esta parte: a orientação teórico-metodológica e a análise das trajetórias de vida enquanto *identidade narrativa* (Ricoeur, 1997) que perfila um *sujeito ecológico* — projeto identitário aberto apoiado em uma matriz de traços e tendências supostamente capazes de

---

no jogo" (Bourdieu, 1996:53).

traduzir os ideais do campo; os mitos, ritos e as vias de acesso à formação do(a) educador(a) ambiental; o percurso da EA como um conjunto de práticas educativas que buscam legitimidade dentro do campo ambiental e educativo; e, finalmente, as tensões da ação política no campo ambiental, tratadas a partir de um duplo movimento: os trânsitos políticos dos sujeitos ecológicos e as transformações da esfera pública na contemporaneidade que caracterizam uma política em trânsito.

As narrativas biográficas neste estudo registram o percurso pessoal e profissional de 16 educadores ambientais e 2 lideranças ecológicas, num total de 18 trajetórias analisadas. Destas, 15 foram recolhidas através de entrevistas e 3 — 2 lideranças políticas e 1 educador ambiental — analisadas com base em literatura biográfica. Entre os educadores ambientais 11 poderiam ser considerados *educadores ambientais strictu senso* e 5 *profissionais ambientais que fazem educação ambiental*, ou seja, pessoas que relacionam-se ativamente com a EA como parte de suas atividades de inserção e/ou atribuições profissionais no campo ambiental, sem no entanto restringirem sua identidade profissional a esta face de sua atuação, optando por uma identificação ambiental mais genérica (profissional da sustentabilidade, coordenador de atividades e/ou organizações ambientais etc.) que sintetizamos no conceito de profissional ambiental. Para os propósitos deste estudo, tanto os *educadores strictu senso* quanto os *profissionais ambientais que fazem educação ambiental* são considerados parte do mesmo universo que poderia ser chamado dos educadores ambientais *latu senso*, sendo que esta distinção serve apenas como referência para ajudar a compreender algumas nuances da

EA como, por exemplo, a porosidade de suas fronteiras e seus gradientes de afirmação e aceitação dentro do campo ambiental.

É importante ressaltar que, pela natureza filosófico-metodológica do estudo, não se trata de considerar este grupo e o conjunto de relatos como uma *amostra*, no sentido da representatividade estatística. Não pretendo com estas trajetórias cobrir o vasto e aberto universo das modalidades de atuações e do campo experiencial gerado pela educação ambiental. Com os depoimentos recolhidos busco tão somente recortar um *corpus* de relatos expressivo da experiência dos educadores ambientais e significativo dos caminhos de formação da EA no Brasil. Este campo experiencial é aquele que se passa dentro das regras do jogo do campo ambiental e, como veremos ao longo deste estudo, está inevitavelmente atravessado pelas várias injunções, deslocamentos, tensões e contradições que caracterizam o fazer profissional neste universo fortemente identificado com uma tradição romântica e com ideais militantes. Com isto não incorporei experiências de profissionais que, situados e identificados com outros campos sociais, começam a envolver-se com atividades de educação ambiental. Este é o caso, por exemplo, dos profissionais do campo empresarial e industrial que, desde suas diversas inserções (responsáveis por recursos humanos, promotores de marketing, gerentes de relações públicas, chefes de departamentos técnico-ambientais,

etc.) começam a desenvolver ou contratar atividades de educação ambiental nas empresas onde atuam<sup>6</sup>.

Os educadores ambientais (*latu senso*) são formados por 12 mulheres e 4 homens entre 27 e 60 anos, destacando-se pelo menos 3 gerações de profissionais. Os critérios que usei para eleger este grupo estão fundados no reconhecimento destas pessoas como educadores ambientais pelos seus pares, bem como na sua auto-identificação com a educação ambiental. Todos eles tinham entre no mínimo 6 e no máximo 17 anos de atuação em EA na data da entrevista (realizadas entre 1997 e 1999). Todos participaram ativamente dos principais eventos e documentos produzidos sobre educação ambiental desde o início dos anos 90. Muitos estiveram diretamente envolvidos com a redação do Tratado de EA, a coordenação da Rede Brasileira de EA - REBEA, e a organização dos Fóruns de EA - os principais marcos da instituição de um circuito de EA no país. São pessoas inseridas profissionalmente em instituições governamentais ou privadas com finalidades públicas (do tipo ONGs e fundações de cunho social e científico), que gozam de prestígio e reconhecimento por sua atuação no campo ambiental de um modo geral e na EA em particular.

---

<sup>6</sup> Esta situação é diferente dos casos onde: i) os educadores ambientais transitam desde a EA para o campo empresarial tornando-se novos profissionais neste espaço de intercessão e mútua transformação entre campos sociais diferentes; ii) ou ainda os educadores ambientais, desde as instituições sociais (ONGs e fundações) onde trabalham, realizam um projeto ou atividade de EA numa empresa, como é precisamente o caso da ocupação de uma das entrevistadas. Estas são fronteiras muito porosas, uma vez que tendem a crescer os processos de formação em educação ambiental, abrindo a área para profissionais cuja origem e atuação remete a campos sociais diferentes do campo ambiental. Contudo, ainda que importante, este é um processo ainda pouco significativo em termos de gerar um setor de educadores ambientais identificados às regras do jogo do mercado empresarial.

É em busca de tematizar estes depoimentos como uma *experiência* socialmente partilhada e individualmente narrada, que tomei suas trajetórias enquanto auto-interpretações, onde estes sujeitos-intérpretes de seu percurso pertencem a um campo que, por sua vez, também pode ser compreendido enquanto um "texto" – no sentido de uma narrativa socialmente situada. Usei aqui o conceito de *experiência* relacionado à consciência de uma história efetual, no sentido que Gadamer lhe atribui: "Isso é exatamente o que se tem que reter para a análise da história efetual: que ela tem a estrutura da *experiência*" (Gadamer, 1998:512).

Nesse sentido, o que se destaca é a historicidade como condição inerente à experiência. Uma historicidade que não se atém meramente ao plano da vivência factual, mas sobretudo aos efeitos que possibilitam uma consciência histórica dos fatos vividos. O conceito de experiência em Gadamer também está relacionado a uma postura de abertura para o experienciar; ao modelo da relação de alteridade com o mundo, com o Outro e com a tradição; e, sobretudo, à experiência fundamental humana que é o defrontar-se com a historicidade enquanto finitude:

"Quem está e atua na história faz constantemente a experiência de que nada retorna. Reconhecer o que é não quer dizer aqui conhecer o que há num momento, mas perceber os limites dentro dos quais ainda há possibilidade de futuro para as expectativas e os planos: ou mais fundamentalmente, que toda expectativa e toda planificação dos seres finitos é, por sua vez, finita e limitada. A verdadeira experiência é assim, a experiência da própria historicidade". (Gadamer, 1998:527-528)

As trajetórias profissionais ou auto-relatos são construções narrativas, enunciadas em situações de entrevistas semi-estruturadas e

orientadas para a história pessoal de envolvimento destes educadores com a questão ambiental. Destacam-se aí as condições de formação, engajamento profissional, militância e, sobretudo, o trânsito destes profissionais para o campo ambiental. Assim, serão relevantes em nossa análise certo conjunto de proposições, preocupações, pertencimentos institucionais, formas de adesão, "conversão", e prognósticos de futuro que se constituem como plausíveis e necessários para os entrevistados.

Ao optar pela análise do campo e das trajetórias, meu interesse não está restrito nem a uma história factual das instituições, nem tampouco à investigação de histórias de vida individualizadas. Busco, sobretudo, tematizar a interação produtiva e reflexiva entre o campo e as trajetórias, na construção de uma *condição narrativa*, que é o que torna efetiva e plausível a formulação de uma questão ambiental enquanto identidade distintiva de um grupo e de um espaço social onde os percursos profissionais analisados se inscrevem. Para tanto, me apoiarei no conceito de *identidade narrativa* proposto por Ricouer (1997), como resultante dos entrecruzamentos entre diferentes registros (história/ficção, leitor/autor, indivíduo/sociedade) e síntese possível dos efeitos de sentido da condição narrativa:

"A noção de identidade narrativa mostra sua fecundidade no fato de que ela se aplica tanto à comunidade quanto ao indivíduo. Podemos falar da ipseidade de uma comunidade como acabamos de falar da de um sujeito individual: indivíduo e comunidade constituem-se em sua identidade ao receberem tais narrativas, que se tornam para um e outro sua história efetiva". (Ricouer, 1997:425)

Este conceito, que será retomado adiante, permite evidenciar os fios que tecem de modo sincrônico, na trama de um universo narrativo específico, o campo ambiental e a comunidade dos educadores ambientais.

Desta forma, considerando as confluências entre o campo e as trajetórias, buscaremos ao longo deste estudo discutir as condições de produção e configuração dos sentidos do ambiental, bem como sua inscrição particular na emergência de uma *identidade narrativa* — experiência que remete a uma prática social e a um perfil profissional particular: o educador ambiental. Na busca compreensiva deste universo de sentidos, estarei particularmente interessada nas antinomias desta identidade narrativa diante

das questões ético-políticas que atravessam o campo ambiental, em sua refração particular das transformações em curso no cenário ético-político contemporâneo.

**PARTE I – O LOGOS HERMENÊUTICO E A TRAMA DOS  
SENTIDOS NA TRADIÇÃO AMBIENTAL**

## 1 OS ENTRECRUZAMENTOS DO TEMPO E DA EXPERIÊNCIA NA CONDIÇÃO INTERPRETATIVA

"Holz (madeira, lenha) é um nome antigo para bosque. No bosque existem caminhos (wege), em geral meio ocultos pela natureza, que terminam bruscamente sob as pegadas. A estes caminhos se chamam 'holzwege' (caminhos do bosque, caminhos que se perdem no bosque). Cada um deles segue um traçado diferente, mas sempre dentro do mesmo bosque. Muitas vezes parecem como se fossem iguais, mas isso é uma mera aparência. Os lenhadores e guarda-bosques conhecem os caminhos. Eles sabem o que significa encontrar-se num caminho que se perde no bosque". (Heidegger, Caminhos do Bosque)

Os questionamentos à autonomia da Razão, bem como as suspeitas sobre um sujeito portador de uma consciência autônoma e uma vontade igualmente asseguradas por essa Razão, têm levado à crise das categorias metafísicas onde se funda o humanismo moderno. A Razão unificadora sofre um processo de esfacelamento, sob as contundentes revisões dos chamados *mestres da suspeita*, Marx, Freud e Nietzsche<sup>7</sup>. Esta fratura instaura a impossibilidade de uma fundamentação transcendental para a ontologia, como bem o demonstrou Heidegger<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Ricoeur nomeia como mestres da suspeita estes pensadores que, ao evidenciarem os questionamentos da consciência de si, propõem o exercício da suspeita como atitude fundamental diante do conhecimento de si e da compreensão do mundo. Segundo Ricoeur (1978:127), "Os três pensadores limpam o horizonte para uma palavra mais autêntica, não somente mediante uma crítica 'destrutiva', mas pela invenção de uma arte de *interpretar*".

<sup>8</sup> Em *Ser e o Tempo*, Heidegger questiona os fundamentos ontológicos do conceito tradicional de verdade, tomado enquanto concordância entre o conhecimento e seu objeto: "A caracterização da verdade como concordância, *adaequatio*, é, de certo, por demais vazia e universal" (Heidegger, 1997:282). Como contraponto desta compreensão que considera "realista" e "ingênua", Heidegger propõe a idéia de verdade como processo de conhecimento que não tem uma referência na adequação de um real fixo e um pressuposto verdadeiro. O conhecimento remete ao ente e, segundo Heidegger, "O que se deve verificar não é uma

Neste momento de profunda interrogação sobre as possibilidades da Razão, o pensamento contemporâneo enfrenta o desafio de buscar pistas e saídas, ainda que parciais, para as antinomias que emergem da própria relativização da Razão frente à fundamentação da verdade e à possibilidade do conhecimento. As relações entre sujeito e objeto, universal e particular, indivíduo e sociedade, subjetividade e objetividade, linguagem e experiência, discurso e referência, são algumas das instâncias de formulação destas antinomias que marcam a problemática da racionalidade contemporânea<sup>9</sup>.

---

concordância entre o conhecimento e o objeto e muito menos entre algo psíquico e algo físico. Também não se trata de uma concordância entre os 'vários conteúdos da consciência'. O que se deve verificar é unicamente o ser e estar descoberto do próprio ente, o ente na modalidade de sua descoberta. (...) A proposição verdadeira significa: ela descobre o ente em si mesmo. Ela propõe, indica, deixa ver o ente em seu ser e estar descoberto. O ser verdadeiro (verdade) da proposição deve ser entendido no sentido do ser-descobridor. A verdade não possui, portanto a estrutura de uma concordância entre conhecimento e objeto, no sentido da adequação entre um ente (sujeito) e outro ente (objeto). Enquanto ser-descobridor, o ser verdadeiro só é, pois, ontologicamente possível com base no ser-no-mundo. Este fenômeno, em que reconhecemos uma constituição fundamental da pre-sença, constitui o fundamento do fenômeno originário da verdade" (Heidegger, 1997: 286-287). Esta guinada epistemológica que desloca a fundamentação transcendental da verdade para uma fundamentação da verdade enquanto ser aí, lançada nas vicissitudes das relações entre os entes que se desvelam no mundo, é central na obra de Heidegger sendo retomada em sua crítica ao pensamento metafísico em "Cartas ao Humanismo" (1991) e em "O que é Metafísica" (1979).

<sup>9</sup> O conceito de antinomia é bastante complexo e, em seus sentidos mais restritos, pode estar relacionado ao arbítrio de um conflito de leis como referido por Plutarco; pode também ser usado no sentido próximo ao de paradoxo no caso da lógica e da semântica. No sentido kantiano, na "Crítica da Razão Pura", as antinomias da razão são aquelas que se descobrem nas idéias da Razão Pura aplicadas à cosmologia. Estas antinomias são as matemáticas (quantidade e qualidade) e as dinâmicas (causalidade e modalidade). Em Kant cada uma das antinomias da razão apresenta um conflito entre uma tese e uma antítese e consiste numa antitética da Razão Pura, isto é, num conflito entre dois juízos dogmáticos, nenhum dos quais pode aceitar-se com mais razão que o outro (Mora, 1965:32-34). Nosso uso do conceito de antinomia está relacionado ao seu sentido mais amplo, indicado por Mora como "um conflito entre duas idéias, proposições, atitudes. Fala-se em antinomia entre fé e razão, entre o amor e o dever, entre a moral e a política" (Mora 1965:32). O que queremos destacar com o uso do conceito neste trabalho é que o conflito que a antinomia designa é sobretudo um campo de tensão que não se resolve como num *dilema*, "onde a oposição de duas teses indica que se uma é verdadeira a outra terá de ser considerada falsa.(...) A conclusão de um dilema pode ser uma disjunção, ou a afirmação ou negação de uma das sentenças" (Mora, 1965:187).

Neste cenário problemático, a contribuição do que se poderia chamar de *logos hermenêutico*<sup>10</sup> se dá enquanto abertura de uma via interpretativa, apontando para uma elaboração possível destas antinomias, sem a pretensão de resolvê-las em qualquer tipo de síntese unificadora. Este pensamento filosófico não pretende senão instalar-se *no tensionamento* gerado por esse campo aporético, demarcando seu lugar como aquele da circunavegação permanente entre estes continentes antinômicos, de modo a fazer dialogar as polaridades sem destituir-lhes o caráter irreduzível e heterogêneo.

No movimento não vicioso da circularidade compreensiva, é precisamente o *trânsito* — entre sujeito e objeto, universal e particular, subjetividade e objetividade, linguagem e experiência — que instala a abertura permanente da produtividade de sentidos enquanto possibilidade de conhecimento e auto-posicionamento. Neste percurso deliberadamente errante, o pensamento recusa-se às tentativas simplificadoras de resolução das aporias pela sua anulação e, como saída para os dilemas da compreensão do mundo,

---

<sup>10</sup> O conceito de *logos* advém do grego e, segundo Mora pode ser traduzido por uma série de palavras como "expressão, pensamento, conceito, discurso, fala, razão, inteligência. O verbo derivado de *logos* se traduz por falar, dizer, contar uma história. O sentido primário do verbo (*logos*) é também reconhecer, reunir: se reconhecem as palavras como se faz ao ler e obtém então a significação, o discurso, o dito" (Mora: 1965:87). No vocabulário filosófico o termo *logos* pode assumir diferentes acepções como: no pensamento grego, de um princípio abstrato, imanente e ordenador; no sentido metafísico cristão de uma realidade concreta, criadora, transcendente e comunicativa; no sentido estoíco de uma razão seminal, universal; no sentido lógico e epistemológico que lhe atribui Husserl enquanto faculdade e pensamento com pretensão de verdade; ou ainda no sentido fenomenológico trazido por Heidegger onde *logos* não é um enunciado, fundamento de toda proposição ou juízo, mas anterior a estas, é o deixar ver algo, o fazer patente aquilo do que se fala. (CF. Mora, 1965:88). Contudo, ao usar a expressão *logos hermenêutico*, estamos sugerindo um modo de pensar que, a partir da crítica por Heidegger ao fundamento transcendental da verdade e das contribuições de Gadamer e Ricoeur, designaria uma razão propriamente hermenêutica, onde o *logos* está relacionado a produção de sentidos e só pode ser efetivado no contexto de uma razão interpretativa.

sugere a viagem sem destino traçado daquele que se dispõe a enfrentar os riscos e as surpresas dos *caminhos do bosque*.

### **Experiência e linguagem: a trama dos sentidos que tece a ação humana**

Num contexto de crise dos fundamentos metafísicos, a ação humana passa a mover-se num solo poroso e instável, lançada nas vicissitudes de uma temporalidade histórica, buscando se autofundamentar em meio a uma multiplicidade de sentidos em disputa. Como decorrência, a linguagem e o âmbito discursivo vão ser o palco, por excelência, de uma permanente dinâmica de construção, desconstrução e reconstrução de sentidos.

A relação de mútua pertença e causalidade entre o mundo, a linguagem e a historicidade configura a própria condição humana do estar no mundo, e será destacada por Gadamer (1998) com a função universal da *lingüisticidade* entendida enquanto "*caráter lingüístico de toda compreensão*" (Gadamer, 1998:576):

"Pelo caminho de nossa análise do fenômeno hermenêutico damos de cara com a função universal da lingüisticidade. (...) compreender e interpretar se subordinam de uma maneira específica à tradição lingüística. Mas, ao mesmo tempo, vão mais além dessa subordinação, não somente porque todas as criações culturais da humanidade, mesmo as não lingüísticas, pretendem ser entendidas desse modo, mas pela razão muito mais fundamental de que tudo o que é compreensível tem que ser acessível à compreensão e à interpretação." (Gadamer, 1998: 588-589)

Desta forma, a experiência propriamente humana é demarcada pela *lingüisticidade*, constituindo-se historicamente na articulação com a tradição<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Para Gadamer, lingüisticidade e historicidade são dimensões inseparáveis da significação da experiência "Assim como as coisas — essas unidades de nossa experiência do mundo, constituídas de apropriação e significação — alcançam a palavra, também a tradição que chega a nós, é trazida novamente à linguagem na nossa compreensão e interpretação

Neste sentido, a experiência que está no âmbito da pré-compreensão, está desde sempre imersa na historicidade e na lingüisticidade, ao mesmo tempo que torna possível a construção de sentidos através da linguagem. Trata-se, assim, de uma circularidade que supõe um nível de vigência do sentido que ilumina os objetos na linguagem, e que diz respeito a saber-se no mundo<sup>12</sup>.

Na perspectiva de Gadamer (1998) a linguagem, enquanto *medium* da experiência de compreensão do mundo, é o *locus* onde se realiza a simultaneidade entre a análise e a aplicação, interpretação e compreensão, e também o encontro entre o eu e o mundo:

"A linguagem é o meio universal em que se realiza a compreensão mesma. A forma de realização da compreensão é a interpretação. Todo compreender é interpretar e toda interpretação se desenvolve em meio a uma linguagem que pretende deixar falar o objeto e ao mesmo tempo a linguagem própria de seu intérprete". (Gadamer, 1998:467)

Neste caso, a linguagem não se deixa capturar pela expectativa objetificadora de um código transparente que é capaz de uma operação linear de comunicação, onde os sentidos estão fixados previamente. Ao contrário, a linguagem se constitui enquanto abertura e possibilidade de significação, onde o jogo da produção de sentidos vai se dar através da dialogicidade e da interpretação. Assim, a idéia de compreensão numa perspectiva hermenêutica

---

dela. A lingüisticidade desse vir à palavra é a mesma que a da nossa experiência humana do mundo em geral" (Gadamer, 1998:662).

<sup>12</sup> Sobre esta circularidade do processo compreensivo e da própria estrutura da experiência é preciso lembrar que para Gadamer a experiência se dá numa dialética sem totalização ou síntese final, como algo que faz parte da essência histórica do Homem, caracterizando-se, portanto, pela permanente abertura ao novo e a desestabilização do já experienciado. Conforme o autor: "A verdade da experiência contém sempre a referência a novas experiências. Nesse sentido, a pessoa que chamamos experimentada não é somente alguém que se fez o que é através das experiências, mas também alguém que está aberto a experiências. (...) A dialética da experiência tem sua própria consumação não num saber concludente, mas nessa abertura à experiência que é posta em funcionamento pela própria experiência" (Gadamer, 1998:52).

não se reduz à decodificação, embora a análise do funcionamento discursivo do universo lógico-semântico não seja necessariamente descartada. Afinal, todos os níveis de estruturação da linguagem podem ser considerados na compreensão da estrutura de sentidos que dá vigência aos significados nos discursos e plausibilidade à experiência comunicativa dos sujeitos. Os sujeitos, por sua vez, em sua condição inalienável de intérpretes, não são uma consciência solitária a desvendar sentidos prontos, mas constituem-se em sua humanidade na medida mesmo em que participam da condição de lingüisticidade.

*Nesta perspectiva, podemos dizer com Ricoeur (1978), que a ação humana terá como orientação tão somente uma razão interpretativa, com todos os percalços de que padece este domínio conflitivo do interpretar. O sujeito está exposto a todas as incertezas de um mundo plural, que flui numa multiplicidade de sentidos constituídos por sua interpretação. No entanto, é importante pontuar que as condições da interpretação não devem ser subsumidas à mera subjetividade do intérprete, mas este deve ser entendido a partir de sua condição de ser imerso na historicidade. Desta forma, se o sujeito não é uma consciência autônoma na produção de sentidos, tampouco a linguagem o é <sup>13</sup>.*

---

<sup>13</sup> Gadamer aponta para a relação necessária entre linguagem e mundo destacando que esta não é um sistema autônomo, mas se constitui face à experiência no mundo: "A linguagem não afirma, por sua vez, uma existência autônoma, face ao mundo que fala através dela. Não somente o mundo é mundo, apenas na medida em que vem à linguagem – a linguagem só tem sua verdadeira existência no fato de que nela se representa o mundo. A humanidade originária da linguagem significa, ao mesmo tempo, a lingüisticidade originária do

### **Finitude e historicidade: a condição contextual dos sentidos**

O processo de compreensão enquanto limitado pela condição humana de ser no tempo e, portanto, na história, é um dos elementos que Heidegger traz como a condição da *finitude* humana<sup>14</sup>. Heidegger pensa o ser lançado no mundo, em condições de historicidade e temporalidade. É diante destas condições que o ser realiza a cada momento, ao longo de sua existência, sua condição de ser finito: "A análise da historicidade da pre-sença busca mostrar que esse ente não é 'temporal' porque se encontra na história mas, ao contrário, que ele só existe e só pode existir historicamente porque, no fundo de seu ser, é temporal". (Heidegger, 1997:181).

Numa perspectiva ontológica, Gadamer retoma Heidegger e reitera a experiência humana fundamental como a experiência da finitude:

"A experiência é a experiência da finitude humana. É experienciado, no autêntico sentido da palavra aquele que é consciente desta limitação, aquele que sabe que não é senhor nem do tempo nem do futuro; pois o homem experimentado conhece os limites de toda previsão e a insegurança de todo plano. Nele chega à plenitude o valor da verdade da experiência". (Gadamer, 1998:433)

Neste sentido, a experiência do mundo, ao se dar sob as condições da finitude humana, está sempre projetada em uma determinada circunstância

estar no mundo do homem" (Gadamer, 1998: 643). E, dentro desta imbricação entre mundo e linguagem, alerta para a não objetificação do mundo pela linguagem: "A relação entre linguagem e mundo não significa que o mundo se torne objeto da linguagem. Aquilo que é objeto do conhecimento e de seus enunciados se encontra, pelo contrário, abrangido sempre pelo horizonte do mundo da linguagem. A lingüisticidade da experiência humana do mundo como tal não inclui a objetificação do mundo" (Gadamer, 1998:653).

<sup>14</sup> A noção de finitude em Heidegger supõe o ser para a morte: "Somente o ser livre para a morte propicia à pre-sença a meta incondicional. Colocando a existência em sua finitude. Assim apreendida, a finitude da existência retira a pre-sença da multiplicidade infinda das possibilidades de bem estar, simplificar e esquivar-se, que de imediato se oferecem, colocando a pre-sença na simplicidade de seu destino. Este termo designa o acontecer originário da pre-sença, que reside na de-cisão própria, onde ela, livre para a morte, se

histórica, datada e situada dentro dos limites de uma conjuntura temporal. O tempo vivido realiza algumas das muitas possibilidades do estar no mundo e experienciá-lo. Por isso, poderíamos falar, em nível da existência historicamente condicionada, em experiências do mundo, mediadas por contextos sócio-históricos particulares, pois, como nos lembra Ricoeur, o sentido é função dos contextos mais do que das palavras:

"Compreendemos, então, o que ocorre quando a palavra acede ao discurso, com sua riqueza semântica. Sendo todas as nossas palavras polissêmicas em certo grau, a univocidade ou a plurivocidade de nosso discurso não é obra das palavras, mas dos contextos". (Ricoeur, 1978:81)

Compreendidas desta forma, as experiências socialmente partilhadas se aproximariam das condições de *pertença* a um contexto vivido e poderiam ser tomadas como parte do processo de vinculação dos sujeitos a um espaço e a um tempo social, com seu ideário e valores próprios. A finitude e a temporalidade seriam aqui as condições para a produção de sentidos contextualizados.

### **O educador ambiental como intérprete**

À luz dos conceitos de experiência, linguagem e narratividade a partir de Gadamer e Ricoeur, que são os nexos condutores desta busca compreensiva dos sentidos do "ambiental", as trajetórias dos educadores ambientais poderiam ser pensadas como constitutivas de uma experiência plural realizadas em condições de finitude, por este grupo social. Estes percursos pessoais e profissionais atualizam possibilidades e reeditam as tensões e

---

transmite a si mesma numa possibilidade herdada mas, igualmente escolhida" (Heidegger, 1997:189-190).

antinomínias abertas pelo contexto histórico e vivencial onde estão imersos. Para os educadores ambientais, esse contexto poderia ser descrito como particularmente dilemático. É sob o domínio de uma tradição naturalista e cientificista advinda das ciências naturais que emerge o campo ambiental. Ainda que o debate ambiental busque diferenciar-se como um fenômeno de outro tipo, continua fortemente marcado pela herança naturalista que subsume o meio ambiente à natureza e esta como espaço do natural em contraposição ao mundo humano. Neste cenário biologizante apoiado numa ecologia científica, caberia ao educador ambiental a difusão de informações corretas numa espécie de interpretação literal do *livro da natureza*. Contudo, como já apontou Leff, o *saber ambiental* é justamente aquele que desponta das margens da racionalidade científica, surgindo como problematizador da razão instrumental, do conhecimento especializado em disciplinas, e sinaliza o desejo de um novo marco epistêmico que seja capaz de entender a complexidade das interações sociedade e natureza:

"O saber ambiental problematiza o conhecimento fracionado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento, para constituir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade-natureza. Este conhecimento não se esgota na extensão dos paradigmas da ecologia para compreender a dinâmica dos processos socioambientais, nem se limita a um componente ecológico nos paradigmas atuais. O saber ambiental transborda o campo das ciências ambientais. (...) O saber ambiental emerge desde um espaço de exclusão gerado no desenvolvimento das ciências, centradas em seus objetos de conhecimento, e que produz o desconhecimento de processos complexos que escapam a explicação destas disciplinas". (Leff, 1998: 124)

Estas tensões entre o paradigma das ciências naturais e os desafios postos pelos deslocamentos evocados com a emergência da *questão ambiental* fundam o campo ambiental, marcando desde sua gênese uma

tensão constitutiva<sup>15</sup>. Esta condição dilemática é fonte geradora de um debate permanente em que disputam legitimidade os diversos sentidos do *ambiental*. Como já apontou Gaudiano, o deslocamento teórico-filosófico do ambiental em relação às ciências naturais marcam o campo discursivo de uma EA não naturalista:

"É necessário deslocar o conhecimento tradicional sobre o ambiental para poder construir os discursos da educação ambiental apropriados aos contextos a que pretendem dar respostas. Neste sentido, pretendemos questionar não só o conhecimento objetivo, que se vê a si mesmo dentro de um marco de progressiva acumulação e precisão, onde os processos de educação ambiental são entendidos como parte de uma educação científica dura, aproximação que tem recebido diversas críticas, mas inclusive àquelas visões que pretendem construí-lo como um objeto de conhecimento complexo porém o enfocam desde posturas essencialistas". (Gaudiano, 1999b:1)

Tomando a via hermenêutica como caminho, nos parece que uma maneira produtiva de compreender a experiência do educador ambiental seria tomá-lo como um intérprete de seu contexto, ao mesmo tempo em que é um sujeito interpretado. Ou seja, as margens de interpretação do EA são limitadas pelas injunções do contexto, levando a cabo a condição auto-reflexiva em que, ao mesmo tempo que interpreta, é interpretado. Educar e compreender neste cenário dilemático, tornam-se, desde a perspectiva hermenêutica, uma aventura onde o sujeito e os sentidos do mundo vivido estão se constituindo mutuamente na dialética da compreensão/interpretação. Perde-se, assim, a segurança de uma consciência observadora e decodificadora que promete

---

<sup>15</sup> A disputa entre diferentes abordagens teórico-metodológicas é uma marca recorrente nos espaços de debate sobre EA, como sucedeu, por exemplo, no período de 90 a 95 na Associação Norte Americana de EA (NAAEE) onde, no interior da Comissão de Pesquisa desta associação onde se travou um enfrentamento entre diferentes abordagens classificadas em empírico-analíticas, interpretativas ou hermenêuticas, e críticas. Para uma boa análise desta *guerra de paradigmas* (Gage, 1989) na educação ambiental ver De Alba, 1999 e Gaudiano, 1999a.

correspondência e controle dos sentidos. Diferentemente de um *sujeito-observador*, situado fora do tempo histórico perseguindo os sentidos verdadeiros, reais, permanentes e inequívocos, o *sujeito-intérprete* estaria diante de um *mundo-texto*, mergulhado na polissemia e na aventura de produzir sentidos, a partir de seu horizonte histórico.

Esta perspectiva implica ainda na recusa da dicotomia entre o plano do pensamento e o da ação. Os sentidos produzidos por meio da linguagem são a condição de possibilidade do agir no mundo. Não há ação possível num vácuo de sentido. Toda ação decorre de certa compreensão/interpretação, de algo que *faz sentido*. num universo habitado por inúmeras chaves de sentido. Desta forma, assim como interpretar não seria um ato póstumo e complementar à compreensão, agir não corresponderia à conseqüência — enquanto desdobramento, ato segundo ou posterior à reflexão — mas a ação estaria implicada no ato mesmo de compreender/interpretar.

As conseqüências desta perspectiva para a EA são discutidas por Flickinger (1994), que propõe a compreensão/interpretação hermenêutica como possível saída para o perigoso dualismo que está na base da percepção corrente do ambiente físico-natural, cindido entre as leis das ciências naturais e a lógica dos interesses econômicos e sociais:

"Se buscarmos uma saída que possa superar o dualismo apontado, levando-se em conta o fato da própria educação reforçar a fragmentação disciplinar das ciências ambientais, não podemos fugir de duas condições. Primeiro, seria necessário revincular as questões ambientais ao agir humano que as originou; e segundo, tal revinculação do homem ao meio ambiente teria que recorrer a uma postura científica não mais objetificadora, portanto, não mais reduzida ao modelo de explicação causal de fatos, usadas pelas ciências duras". (Flickinger, 1994:205)

Destaca-se sobretudo como uma pista importante aquela apontada por Flickinger quando se refere à revinculação das questões ambientais ao agir humano que as originou. A busca dos sentidos da ação humana que estão na origem dos processos sócio-ambientais parece sintetizar bem o cerne do fazer interpretativo em educação ambiental. Ao evidenciar os sentidos culturais e políticos em ação nos processos de interação sociedade-natureza, o educador seria um intérprete das percepções — que também são, por sua vez, interpretações — sociais e históricas mobilizadoras dos diversos interesses e intervenções humanas no meio ambiente.

Bem ao contrário de uma visão objetivadora, onde interpretar o meio ambiente seria captá-lo em sua *realidade* factual, descrever suas leis, mecanismos e funcionamento, trata-se aqui de evidenciar os horizontes de sentidos histórico-culturais que configuram as relações com o meio ambiente para uma determinada comunidade humana e num tempo específico.

Com isto, o que se está abandonando é um conceito *realista* ou *naturalista* de meio ambiente, onde este é reduzido às suas condições e leis físicas de funcionamento. Na perspectiva interpretativa a EA se posiciona face ao conceito de meio ambiente como realidade passível de diversas leituras. A *realidade ambiental* neste caso, não se distingue da realidade da interpretação ambiental. Como podemos ver, não se trata de um conceito objetivo de realidade que supõe o real como tendo uma existência em si mesmo, independente dos sujeitos e da história.

Numa EA interpretativa torna-se fundamental considerar a historicidade das questões ambientais. O engajamento na historicidade é tratado por Grüm

(1995) em sua análise sobre os pressupostos epistemológicos da EA. Seu trabalho aponta como um traço marcante da EA uma tendência ao desenraizamento do contexto sócio-histórico que nomeia como uma "vontade de desacoplamento".

Este "desacoplamento", segundo Grüm (1995), é representado por um movimento pendular que levaria a EA a oscilar entre a nostalgia de um passado perdido (arcaísmo) e a busca de um futuro tecnologicamente saneado – igualmente mítico. Para o autor,

"A hipostasiação, seja do passado ou do futuro reflete a perda da condição histórica. Retornar a um passado idílico ou arremessar-se brutalmente em direção a um suposto futuro tecnológico ambas as posturas fundamentam-se no dualismo lógico-estrutural presente entre a 'tradição' e o 'tipicamente moderno'" (Grüm, 1995:83).

O problema de um discurso ambiental desacoplado das injunções sócio-históricas é que muito facilmente pode alinhar-se a posições politicamente conservadoras, na medida em que não mobiliza a percepção das diferenças ideológicas e conflitos de interesses que se confrontam no ideário ambiental. Ao contrário, convida a um consenso de observadores, não implicados - ou impotentes - diante do problema que se apresenta<sup>16</sup>.

Uma prática emblemática desta tensão epistêmica pode ser facilmente encontrada entre as atividades realizadas no dia a dia da EA. Entre estas estão

---

<sup>16</sup> Um exemplo dos efeitos de uma interpretação que vem se descolando das condições sócio-históricas de produção de sentido é o consenso encobridor que tem se formado em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. Apesar de toda a disputa ideológica que permanece na origem deste conceito, o conflito de interpretações sobre os critérios de sustentabilidade, bem como os valores políticos e éticos nas diferentes acepções deste conceito, têm sido sistematicamente apagados pela ampla generalização e esvaziamento do termo.

as conhecidas e largamente utilizadas "trilhas de interpretação"<sup>17</sup>. Nesta atividade o educador opera transmitindo informações relativas a um determinado espaço natural, objeto da trilha interpretativa. Neste caso, costumam ter um grande peso os conhecimentos oriundos da biologia sobre o funcionamento dos ecossistemas, a composição dos diversos elementos da natureza e suas interações. As trilhas interpretativas ilustram muito adequadamente o horizonte epistemológico de grande parte da educação ambiental contemporânea, fortemente marcada pela tradição explicativa das ciências naturais.

Em contraposição a essa perspectiva *explicativa*, oriunda das ciências naturais, abre-se para a EA, uma ação *interpretativa* e uma via *compreensiva* de acesso ao meio ambiente<sup>18</sup>. O deslocamento desse fazer educativo de sua acepção técnica problematiza sua *via régia* posta nas ciências naturais e, a partir de uma perspectiva filosófica hermenêutica, oferece um outro conceito de interpretação na EA.

Isto significa reconhecer que, se o educador ambiental é um intérprete, o chão onde se move é o das interpretações estruturantes do ideário ambiental contemporâneo, marcado pela tensão entre o repúdio e o enaltecimento da natureza. O fazer educativo, numa perspectiva hermenêutica, acessa esta

---

<sup>17</sup> Esta técnica em EA consiste em informar e problematizar temas ambientais a partir do contato direto com o meio ambiente. A interpretação ambiental é muito usada como recurso educativo em parques naturais, reservas florestais e outros sítios paisagísticos. Consiste em, nestes ambientes, preestabelecer um roteiro para caminhada, por onde um grupo de visitantes ou alunos é conduzido por um guia, ou auto-guiado por um roteiro explicativo.

<sup>18</sup> A tradição compreensiva, onde se insere a hermenêutica, se opõe ao método explicativo, modelo das investigações em ciências naturais. Como apontou Flickinger "Denominada com o termo hermenêutica, deveríamos falar de uma doutrina de compreensão,

espécie de gramática dos valores ambientais da sociedade. É dentro deste *repertório de sentidos sociais* que a educação, enquanto prática interpretativa, aciona ênfases, e constrói, dentro de sua autonomia relativa, uma via compreensiva do meio ambiente enquanto campo complexo das relações entre natureza e sociedade.

O educador ambiental, neste sentido, seria um intérprete dos nexos que produzem os diferentes sentidos do *ambiental* em nossa sociedade. Ou ainda, em outras palavras, *um intérprete das interpretações* socialmente construídas. Assim, a EA enquanto uma prática interpretativa que desvela e produz sentidos, estaria contribuindo para a constituição do horizonte compreensivo das relações sociedade-natureza e para a invenção de um sujeito ecológico, como veremos no capítulo 4 deste trabalho.

---

ou seja, de uma postura que busca sentido através da interpretação dos fatos, não se contentando com sua mera explicação" (Flickinger, 1997).

## 2 A TRADIÇÃO COMO HORIZONTE DE SIGNIFICAÇÃO DO AMBIENTAL

"Os fundadores do moderno ambientalismo, Henry Thoreau e John Muir, garantiram que 'nos ermos bravios se encontra a preservação do mundo'. Os 'ermos bravios' contudo, eram, naturalmente, produto do desejo e da elaboração da cultura tanto quanto qualquer outro jardim imaginado. O primeiro Éden americano, por exemplo: Yosemite. Embora o estacionamento seja quase tão grande quanto o parque e os ursos estejam fuçando entre as embalagens do McDonald's, ainda imaginamos Yosemite como Albert Bierstad o pintou ou Carleton Watkins e Ansel Adams o fotografaram: sem nenhum vestígio da presença humana. É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local já pressupõe nossa presença e, conosco, toda pesada bagagem cultural que carregamos" (Schama, S. Paisagem e memória)

A idéia de um *educador intérprete*, bem como a da *invenção de um sujeito ecológico*, emerge a partir de um solo histórico no contexto de um diálogo travado com a tradição. Nesse sentido, a produção simultânea de um sujeito ecológico e de um campo ambiental poderia ser pensada como parte da *recepção* e reinterpretação produtiva desde os diversos significados disponíveis na tradição ambiental. Como afirma Hermann (1999): "O estudo da recepção nos remete à contribuição da hermenêutica, onde um tempo histórico estabelece a comunicação entre os leitores e o texto. A recepção só é possível de ser entendida na fusão de horizontes entre o mundo da obra e o mundo vivenciado pelos leitores, dentro de um contexto histórico (...) A consciência histórica é a própria situação hermenêutica, uma situação que limita nossas possibilidades de ver à qual vincula-se o conceito de horizonte". (Hermann, 1999:14)

A noção de recepção, cuja origem remete a relação de interpretação de uma obra (obra de arte, texto literário e outras produções textuais), neste caso, auxilia a pensar o efeito da produção de sentidos no plano dos fatos da cultura, ou seja, a produção da própria historicidade na forma de uma consciência histórica efetual. Também aqui, faz-se valer a regra do círculo hermenêutico, onde, nas palavras de Hermann, diante da polissemia das vozes interpretativas, "o sentido não é imposto pela razão nem dominado pelo sujeito-intérprete (...) a interpretação não é unívoca, depende do horizonte compreensivo dos sujeitos" (Hermann, 1996:49).

Assim, é importante compreender as margens onde se dá a fusão de horizontes entre a tradição e o evento singular presente, produzindo novas compreensões do ambiental, no sentido da compreensão como interpenetração do movimento da tradição e do movimento do intérprete. Para tanto, há que atentar para a tradição como horizonte onde o sujeito ecológico de um modo geral e o educador ambiental em particular, vão se posicionar na condição de intérpretes. As novas compreensões que constituem o "ambiental" nas condições contemporâneas, portanto, se dão à luz de uma tradição que as antecede e constitui seu horizonte histórico mais abrangente, afetando o fenômeno ambiental, suas condições de emergência enquanto um campo social contemporâneo.

#### **A demarcação ética do campo ambiental: a natureza como um bem**

No que diz respeito à problemática específica em torno da qual se organiza o campo ambiental, esta poderia ser caracterizada, de um modo

geral, como a produção e reprodução da crença na natureza como um bem. Algo que se deveria respeitar, admirar e cuidar para além dos interesses imediatos das sociedades. Trata-se de uma problemática eminentemente ética e, uma vez que, na modernidade, tornou-se impossível assegurar uma idéia única de bem viver, este ideal ético busca legitimar-se sobre bens particulares<sup>19</sup>.

Neste sentido, a constituição de uma ética orientadora das relações sociedade–meio ambiente, nas condições de modernidade, embora permeada por campos sociais correlatos, torna-se distintiva de um campo social específico, o campo ambiental. Assim se dá com a ética religiosa, médica, psicanalítica entre outras. Nesse sentido, o campo social é o universo onde as formulações éticas encontram legitimidade e a partir do qual podem exercer suas pretensões de universalidade, disputando reconhecimento para além de seu campo específico. Na dinâmica conflitiva da sociedade, os campos sociais buscam ampliar a capacidade de influência de seus princípios sobre outros campos. Configura-se, desta forma, o jogo das disputas pela legitimação de idéias de bem, orientadoras das ações morais e políticas de uma determinada época.

---

<sup>19</sup> Como afirma Hermann: "Do debate contemporâneo podemos apreender que não existe instância nenhuma fora do discurso para orientar nossas ações. A idéia de um bem aparece como ponto de cruzamento de uma multiplicidade de idéias sobre o bem viver, que concorrem entre si e por isso não há fundamento ou uma substância que assegure O Bem. (...) Cada época constrói, entre as pluralidades de perspectivas, algumas idéias que orientam a vida humana, dependentes da experiência comunicativa de sujeitos que vivem biografias próprias, em cada época" (Hermann, 1997:188).

Este parece ser o caso da construção social contemporânea do cuidado para com a natureza. Esta crença alimenta a utopia de uma relação *simétrica* entre os interesses das sociedades e os processos da natureza. Na perspectiva de uma ética ambiental, o respeito aos processos vitais e aos limites da capacidade de regeneração e suporte da natureza deveriam ser balizadores das decisões sociais, e reorientadores dos estilos de vida e hábitos coletivos e individuais. Aqui, juntamente com uma ética, se delineiam também uma racionalidade ambiental e um sujeito ecológico que se afirmam contra uma ética dos benefícios imediatos e uma racionalidade instrumental utilitarista que rege o *homo oeconomicus* e a acumulação nas sociedades capitalistas. O campo ambiental, portanto, busca afirmar-se na esfera das relações conflituosas entre éticas e racionalidades que organizam a vida em sociedade, buscando influir numa certa direção sobre a maneira como a sociedade dispõe da natureza e produz determinadas condições ambientais.

Assim, o campo ambiental se constitui necessariamente engajado na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal. Considerando o caráter criativo (*ficção*) do sentido, poderíamos traduzir a organização deste campo social como um processo de invenção do ambiental e de seu correlato, o sujeito ecológico. Em torno desta problemática fundamental, no campo ambiental vão se produzir uma visão de mundo, um circuito de produção de conhecimento, um espaço de comunicação, e uma arena de ação. A invenção do ambiental pelo conjunto de movimentos, associações, corpo de especialistas, publicações, estilos de ação política de seus militantes,

vocabulário próprio, formas de pensar etc., é ao mesmo tempo resultado e causa da estruturação do campo que, para se afirmar enquanto um sistema simbólico eficaz e estruturante de sentidos na sociedade, necessita estar estruturado<sup>20</sup>.

### **O Campo no horizonte de significação do ambiental**

A tensão entre a estabilidade e a abertura de um universo heterogêneo e dinâmico atravessa o campo ambiental no sentido "de um âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que é visível a partir de um determinado ponto" (Gadamer, 1998:452). Esse *ponto* que abre um horizonte corresponde às perspectivas situacionais que resultam de posicionamentos segundo o ator social, a trajetória, e o lugar institucional de onde se vê. No entanto, sem reduzir-se a estes ângulos situacionais, o horizonte de significação do ambiental pode ser remetido a um universo maior que é a condição de possibilidade destes diversos âmbitos de visão. Neste sentido, o campo ambiental ele próprio poderia ser visto como fenômeno posicionado, enquanto uma consciência histórica particular, dentro de um horizonte histórico que o ultrapassa. Assim, em sintonia com a condição da historicidade onde "o horizonte do passado, do qual vive toda vida humana e que está aí sob a forma de tradição, põe em movimento um horizonte abrangente" (Gadamer, 1998:455), poderíamos pensar o campo ambiental remetendo-o à tradição,

---

<sup>20</sup> Segundo Bourdieu (1989:9) "os 'sistemas simbólicos', como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados".

para compreendê-lo enquanto inserido num *horizonte histórico abrangente*<sup>21</sup>. Nesta direção, Alfandéry (1992) nos oferece um exemplo da incidência de elementos que ele denomina como *não-contemporâneos* no campo ambiental, analisando o papel dos sentimentos de apego a terra e o desejo de enraizamento enquanto imaginário milenarista de uma relação fusional com a natureza que, de alguma maneira é acionado no debate ecológico no bojo das preocupações com o futuro do mundo rural e seus valores na sociedade contemporânea<sup>22</sup>.

A tradição, na acepção de horizonte abrangente onde se destaca a consciência histórica atual, remete ao passado na medida que antecede o que veio a se constituir como ambiental mas, simultaneamente, volta-se para o presente, pois continua a ser acionada nos sentidos vigentes acerca do meio ambiente. Nessa direção, seria possível falar de uma tradição ambiental — formada por experiências históricas, de aproximação e valorização da natureza mas também de temor e afã de dominação — que seriam uma espécie de raízes de *longa duração* do fenômeno ambiental presente. Ao evocar a *longa duração*, não se pretende retomar o programa histórico inaugurado por Braudel. Considerando os objetivos deste trabalho, interessa trazer daquela

---

<sup>21</sup> Como alerta Gadamer a esse respeito: "Quando nossa consciência histórica se desloca rumo a horizontes históricos, isso não quer dizer que translade a mundos estranhos, nos quais nada se vincula com o nosso; pelo contrário, todos eles juntos formam esse grande horizonte que se move a partir de dentro e que rodeia a profundidade histórica de nossa autoconsciência para além das fronteiras do presente. (...) O passado próprio e estranho, ao qual se volta a consciência histórica, forma parte do horizonte móvel a partir do qual vive a vida humana e que a determina como sua origem e sua tradição" (Gadamer, 1998:455).

<sup>22</sup> Alfandéry retoma em sua análise para o debate ambiental as teses de Ernest Bloch sobre a "não-contemporaneidade e o dever de torná-la dialética", onde o historiador em uma série de artigos se dedica a compreender as motivações não-contemporâneas da nostalgia do

orientação sua dialética entre o *tempo longo* e o *presente*. Muito bem formulada por Sahlins, esta tensão é traduzida pelos efeitos de uma estrutura de tempo longo sincronicamente entrelaçada na conjuntura, onde os significados preexistentes da tradição, ao mesmo tempo que incidem na conjuntura, são postos em risco na ação presente. Desta forma, a tradição não encerra o horizonte, mas provoca sua abertura e instaura, ao atualizar-se nas ações presentes, os caminhos imprevisíveis da abertura dos sentidos, permanentemente em risco<sup>23</sup>.

O ambiente político-cultural que caracteriza as condições de emergência do campo ambiental tal como o demarcamos, ou seja, enquanto configuração contemporânea, pode ser pensado no âmbito do movimento contracultural e do ideário emancipatório dos anos 60, onde surgem os movimentos ecológicos<sup>24</sup>.

---

apego a terra para os camponeses alemães dos anos 30, em sua relação de melancólica recusa do presente. (Alfandéry, 1992:172-175).

<sup>23</sup> A idéia de que a história não deve encerrar-se no estudo dos acontecimentos mas tornar-se capaz de revelar as estruturas de longa duração que subjazem, de certa forma inconscientemente, aos acontecimentos é de Fernand Braudel e influenciou toda uma geração de historiadores da chamada *história nova*. Aparece pela primeira vez no clássico "O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II" e no artigo de Braudel sobre a longa duração na revista dos *Annales*, em 1958. A noção de longa duração está na origem da chamada história estrutural, influencia a história das mentalidades, operando uma importante transformação do campo histórico como analisam Le Goff (1993) e Vovelle (1993). Marshall Sahlins, seguindo nesta direção no campo antropológico, destaca as dimensões sincrônicas da estrutura de longa duração como uma força estruturante de longo alcance e a conjuntura, enquanto espaço estruturado onde se atualizam e se arriscam à mudança os significados oferecidos pela estrutura de longa duração. Para este autor, "os sentidos que as pessoas atribuem a seus projetos partem das compreensões preexistentes da ordem cultural". Mas, ao mesmo tempo, Sahlins considera que "as circunstâncias contingentes da ação não se conformam com os sentidos que lhe são atribuídos por grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais. É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação" (Sahlins, 1990:7).

<sup>24</sup> Entende-se como movimentos ecológicos aqueles movimentos coletivos que denunciaram os riscos e impactos ambientais do modo de vida moderno e compartilhavam de um ideário de mudança social e existencial, tendo como horizonte utópico uma vida livre das normatizações e repressões sociais e em harmonia com a natureza. Neste sentido, inclui-se no conjunto de forças que confluíram para o ideário ecológico tanto as lutas pacifistas quanto as iniciativas de comunidades alternativas. As associações e movimentos de cunho

Contudo, ao optarmos por este recorte, nos damos conta que o ecologismo contemporâneo também é tributário de um horizonte histórico, inserindo-se como parte de uma tradição de longa duração que o antecede e, de certa forma o atualiza, no fenômeno da contracultura. De modo que muitos dos valores e sensibilidades que constituem o ideário ambiental contemporâneo poderiam ser compreendidos como herdeiros de uma tradição que passa pela compreensão iluminista de uma natureza controlada pela razão, pela visão pastoral idílica do naturalismo inglês do século XVII e pelas novas sensibilidades burguesas do século XVIII; pelo romantismo europeu dos séculos XVIII-XIX; e pelo imaginário edênico sobre a América.

### **Sensibilidades e natureza**

#### **A natureza domada**

A natureza como domínio do selvagem, ameaçador e esteticamente desagradável em contraposição à civilização é a interpretação que está na base do *ethos* moderno antropocêntrico. Com a Renascença se afirma um modelo urbano em contraposição ao padrão medieval, camponês e teocêntrico, a partir de então designado como *inculto*, Elias (1990 e 1994) descreve o processo de profundas mudanças culturais que inaugura a modernidade nomeando-o *processo civilizador*. Esta grande mudança cultural foi capitaneada por uma aristocracia que, buscando diferenciar-se da nobreza feudal, investia em novos valores culturais e padrões de comportamento que

---

preservacionista, que também contribuíram para dar visibilidade à causa ambiental, não estão incluídos na categoria de movimentos ecológicos, tal como a definimos aqui, pelo fato de representarem um sucedâneo da sensibilidade para a natureza que não incorporou a dimensão política da crítica social.

formariam as bases ideológicas da modernidade, reivindicando para si um papel civilizatório.

A idéia de civilidade e cultura era então construída como o pólo oposto da esfera associada à natureza, ao selvagem, à barbárie, à desrazão e à ignorância. A civilização estava relacionada a valores ilustrados como cultivo, polimento, aperfeiçoamento, progresso, razão. E esse era um processo que se aplicava tanto aos costumes sociais quanto ao próprio cultivo de uma subjetividade individual. Como afirma Elias (1990:82), "O que estava em questão, era a domesticação da animalidade. A natureza das funções corporais, era preciso construir um mundo onde se vivesse como se isso não existisse".

Esse movimento de recalque da natureza possui tanto uma face social quanto subjetiva. Seja na sua face objetiva de ambiente natural, seja na sua dimensão intrapessoal associada à esfera instintual e biológica do humano, é contra o natural que se afirmam a sociedade e a subjetividade modernas. É neste contexto que a cultura ilustrada se ergue como uma parede invisível a demarcar um território humano civilizado contra a natureza selvagem. É nesse momento que constrói-se historicamente a representação da natureza como lugar da rusticidade, do incultivado, do selvagem, do obscuro e do feio.

A cidade, contraponto da natureza selvagem, então se apresentava como *locus* da civilidade, o berço das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Sair da floresta e ir para a cidade era um ato civilizatório. As pessoas criadas na cidade eram consideradas mais educadas que aquelas que

viviam nos campos. A natureza, tida então como o Outro da civilização, representava uma ameaça à ordem nascente.

Como reconstitui Thomas (1989), nos séculos XVI e XVII, terra boa e bonita era sinônimo de terra cultivada. As áreas silvestres, montanhas e pântanos eram tidos como os símbolos vivos do que merecia ser condenado. Louvava-se o solo que a duras penas fora limpo e conquistado frente à mata, aos arbustos e ervas daninhas. A paisagem cultivada neste período distinguia-se dos padrões rurais anteriores por suas formas cada vez mais regulares. A prática de plantar cereais ou vegetais em linha reta não era apenas um modo eficiente de aproveitar espaços, mas também representava um modo agradável de impor a ordem humana ao mundo natural desordenado.

A produtividade e a utilidade eram belas e o inculto estéril. Esta mentalidade está fartamente ilustrada no minucioso trabalho de Thomas através de enunciados lapidares da época como os do jardineiro Samuel Collis, em 1717, que afirmava que "a melhor de todas as flores era a couve flor"; ou a de um certo Dr. Jhonsonm que dizia que "o melhor jardim, é o que produz mais raízes e frutas; e a água mais digna de louvor é a contém mais peixes". As pessoas em geral, observava William Gilpin em 1791, achavam o campo, em seu estado natural, totalmente desagradável: "há poucos que não prefiram as diligentes cenas de cultivo às maiores produções grosseiras da natureza" (Thomas, 1989:306).

De acordo com essa atitude, as montanhas improdutivas foram vistas como desprovidas de atrativos físicos. Eram lugar de gente incivilizada. As montanhas, em meados do século XVII eram odiadas, sendo adjetivadas pela

sociedade da época como "estéreis, 'deformidades', 'verrugas', 'furúnculos', 'monstruosas excrescências', 'incontáveis tumores' e 'protuberâncias inaturais' sobre a face da terra" (Thomas, 1989:307).

A natureza foi classificada segundo sua utilidade às necessidades humanas. Assim as ervas silvestres eram vistas como daninhas, nocivas, inúteis e feias. Na silvicultura da época, daninha era a árvore que restasse da mata nativa. Da mesma forma, a caça e captura a animais nocivos para agricultura era estimulada através de prêmios e leis.

É certo que esse pragmatismo antropocêntrico que se expressa na sua forma mais secularizada na Inglaterra – objeto do estudo de Thomas – também estava matizado por uma visão religiosa ainda bastante forte nos primeiros séculos da modernidade na Europa. É o que indica Ferry (1992) quando relata, na França dos séculos XVI e XVII, os processos jurídicos movidos por camponeses contra animais, como os carunchos, que ameaçavam as plantações. Os párocos eram os árbitros destes processos, que não raro davam ganho de causa aos animais, por reconhecerem sua condição de criaturas de Deus. Ainda que os seres da natureza fossem considerados em igualdade de direitos, estes processos revelam também uma primeira regulação sobre a relação sociedade-natureza posta em tensão.

### **O naturalismo arcádico**

O mito da arcádia inglesa no século XVII é trazido por Worster (1994) através de um personagem símbolo deste período, o naturalista Gilbert White. Este, como representante de uma mentalidade de época, buscava uma arcádica harmonia com a natureza através do estudo devocional da ecologia e

da história natural das áreas silvestres nos arredores de sua cidade, Selborn. Como indica Worster (1994), esta mentalidade, em sintonia com uma visão grega pagã, pensa um universo organicista, e vai encontrar seus sucessores no século XIX, no vitalismo neo-romântico de Henri Bergson; em Thoreau, com sua ética da simplicidade; e no holismo, propagado pelo discurso ecologista no século XX.

Como lembra Schama em seu belo trabalho sobre "Paisagem e Memória" (1996), tornou-se comum na Inglaterra do século XVII a pintura de paisagens que representavam a vida no campo. É deste período o célebre livro de emblemas organizado pelo pintor Henry Peacham intitulado "Minerva Britannia". Na obra, ao lado de uma imagem da arcádia inglesa, Peacham inclui o primeiro conselho prático a seus compatriotas sobre a maneira de elaborar uma paisagem, onde deixa claro que:

"A vida campestre devia ser valorizada como um corretivo moral contra os males da corte e da cidade; pelas propriedades medicinais de suas plantas; pelas associações cristãs de ervas e flores,; e, sobretudo, por sua proclamação da estupenda benevolência do Criador". (Shama, 1996: 21)

A este modelo arcádico, Worster (1994) contrapõe um outro que denomina o "Império da Razão", cujos personagens símbolos são Francis Bacon, Linneaus, e posteriormente a máquina mecanicista de Newton. Representantes de um mundo burguês em ascensão, estes novos personagens encarnam uma mentalidade imperial, onde predomina a visão cristã de um Deus benevolente criador da máquina perfeita, o melhor dos mundos desencarnado, sem violência e sem contradições, onde uma natureza subserviente é criada para o homem. Darwin e Malthus estariam na linha de

sucessores desta *ética imperial*, embora muito mais pessimistas em relação aos limites e imperfeições desta "máquina da natureza"<sup>25</sup>.

### **As novas sensibilidades estéticas do século XVIII**

O século XVIII, em continuidade com o ideal arcádico, mas já matizado por outros componentes culturais, abriga uma mudança importante no padrão de percepção do mundo natural. Trata-se do fenômeno das *novas sensibilidades*, estudado por Thomas (1989) na Inglaterra, como um traço cultural que nasce ligado ao ambiente social do século XVIII e que poderia ser considerado parte das raízes do interesse contemporâneo pela natureza. Esta cultura de valorização da natureza também vai se reafirmar com o movimento romântico europeu do século XIX e, na perspectiva de uma tradição de longa duração, permanece presente até nossos dias. Essas *sensibilidades* nasceram à medida que se evidenciavam os efeitos da deterioração do meio ambiente e da vida nas cidades, causada pela revolução industrial. O *novo* destas sensibilidades é designado em contraste com os ideais de afirmação humana pelo domínio da natureza que preponderaram no contexto social imediatamente anterior dos séculos XVI e XVII, tempo de expansão de uma ordem burguesa e mercantil.

O século XVIII, de certa forma, testemunhou a radicalização desta ordem burguesa e de seu almejado *domínio humano* sobre o meio ambiente, materializado nos progressos técnicos que tornaram possível a experiência da

---

<sup>25</sup> Darwin, mesmo dentro de uma mentalidade "imperial", ao introduzir a idéia de que todos os seres dividem o mesmo planeta e de que os humanos fazem parte da comunidade ecológica, impulsionou uma ética biocêntrica que, por sua vez, contribuiu para o sentimento de identidade com a natureza que é acionado de um modo geral, com maior ou menor intensidade, em todo o campo ambiental

primeira Revolução Industrial. A indústria nascente chega triunfante, trazendo, contudo, sua inexorável contraface: a degradação ambiental e a exploração da força de trabalho.

No final do século XVIII, a Grã Bretanha liderava a produção de carvão alcançando cerca de 10 milhões de toneladas, ou cerca de 90% da produção mundial. O uso crescente do carvão – principal combustível da revolução industrial – para fins comerciais e domésticos gerava uma enorme quantidade de resíduos. O *smog* inglês (mistura de nevoeiro e fumaça) tornou-se a marca registrada das grandes transformações sociais e ambientais desencadeadas pelo modo de produção industrial.

Enquanto a nova disciplina do trabalho nas fábricas ia marcando o ritmo de formação da classe operária, as condições de vida no ambiente fabril e nas cidades tornavam-se insuportáveis. A deterioração do ambiente urbano era, em muitos casos, ainda pior que nos dias de hoje. A intensa migração campocidade, impulsionada pela expropriação camponesa e pelos processos de acumulação primitiva, acelerava o desordenado crescimento das cidades industriais. O resultado era uma alta concentração populacional, constituída principalmente de trabalhadores pobres, expostos a um ambiente insalubre de trabalho e moradia.

Não havia coleta de lixo, saneamento adequado, os trabalhadores se amontoavam em cortiços, e eram submetidos a longas e penosas jornadas de trabalho. Era altíssima a propagação de epidemias. Os relatos médicos da época registram um aumento significativo dos casos de doença mental,

infanticídio e suicídio. Também se sabe da grande difusão, neste período, de

---

seitas e cultos de carácter apocalíptico<sup>26</sup>.

---

Todos esses indicadores revelam as situações-limite enfrentadas no dia a dia, e o caráter agônico da experiência dos trabalhadores e demais habitantes pobres das cidades industriais. Uma condição que perdurou muito tempo, como nos lembra Hobsbawm (1994:223):

"Só depois de 1848 quando as novas epidemias nascidas nos cortiços começaram a matar também os ricos, e as massas desesperadas que aí cresciam tinham assustado os poderosos com a revolução social, foram tomadas providências para um aperfeiçoamento e uma reconstrução urbana sistemática".

Esta grave condição de pobreza, desconforto e insalubridade tornava a rebelião dos trabalhadores uma das únicas saídas para reagir à situação. É compreensível que no coração das tensões do mundo industrial nascente estivesse a disciplina de exploração da força de trabalho. Esta, ao impor-se, operava uma mudança radical no modo de vida de uma população recém

chegada do campo, configurando-se como o cerne do sofrimento da classe operária em formação. A experiência urbana, nesse sentido, condensava violência social e degradação ambiental enquanto duas faces indissociáveis do novo modo de produção.

Contudo, se a degradação ambiental não chegou a destacar-se da caótica realidade urbano-industrial como objeto de uma luta social específica, a deterioração do meio ambiente foi percebida agudamente na época e esteve na base de uma mudança cultural importante. A experiência urbana, marcada pelas inóspitas condições ambientais, impulsionou o surgimento de um sentimento estético e moral de valorização da natureza selvagem, não transformada pelos humanos. Este fenômeno vai repercutir tanto na

emergência das chamadas *novas sensibilidades* para com a natureza, a partir do século XVIII na Inglaterra, quanto das idéias de valorização do mundo natural selvagem (*Wilderness*) nos EUA, principalmente no século XIX<sup>27</sup>.

#### **A natureza intocada**

É na contraposição à violência social e ambiental do mundo urbano, que se afirma a nostalgia da natureza intocada. As paisagens naturais e a natureza de um modo geral passam a ser um valor, desejado e valorizado pela sociedade. É nesse contexto que florescem as práticas naturalistas e as viagens de pesquisa buscando conhecer o mundo natural. Do mesmo modo, hábitos como o de manter em casa um pequeno jardim, criar animais domésticos, fazer passeios ao ar livre, piqueniques nos bosques, ouvir música em ambientes naturais, ir ao campo nos finais de semana, empreender, observar pássaros, são fartamente registrados pela literatura e pintura dos séculos XVIII e XIX.

Em sintonia com o Romantismo do século XIX, as *novas sensibilidades* estão na base de um sentimento estético em torno do que é *natural*, selvagem e não cultivado, isto é, não submetido à ordem e à intervenção humanas. Em nome desta sensibilidade que idealizava a natureza enquanto uma reserva de bem, beleza e verdade, abriu-se um importante debate sobre o sentido do bem viver, onde a natureza foi vista como um ideal estético e moral. Esta posição se expressou nas inúmeras críticas às distorções da vida nas cidades, às intervenções humanas na natureza, à apropriação utilitária dos recursos naturais, à violência contra animais, plantas, etc.

É bem verdade que esse sentimento de apreciação da natureza pode ser considerado uma sensibilidade *burguesa*. Afinal, era esta parcela da população que efetivamente podia dispor de tempo e recursos para cultivar os novos hábitos de convívio e admiração da natureza. No entanto, a despeito de sua *origem de classe*, as novas sensibilidades para com a natureza não se restringiram a um comportamento ou ideário de uma única classe. Pode-se observar sua generalização enquanto valor para um conjunto bem mais amplo da sociedade.

E, neste sentido, é importante lembrar a contribuição da burguesia nascente, em seu esforço de afirmação de classe frente a uma ordem hierárquica e aristocrática, para a gênese da esfera pública moderna. Toda uma nova sociabilidade política, juntamente com um conjunto de crenças e valores pessoais, vai se gestar e ganhar visibilidade neste período, constituindo uma esfera pública. As *novas sensibilidades* para com a natureza podem ser tomadas como parte do mundo dos sentimentos e valores privados do indivíduo burguês que tendiam a generalizar-se num *ethos público*<sup>28</sup>. Este contexto foi, sem dúvida, favorável para que as novas sensibilidades que valorizavam e idealizavam a natureza se constituíssem como uma transformação cultural importante, de longa duração, que chega até os dias de hoje, como uma das raízes histórico-culturais do ambientalismo contemporâneo.

#### **A sensibilidade romântica**

Não se poderia concluir a incursão pelo fenômeno das sensibilidades para com a natureza sem uma das expressões mais importantes que estas

adquirem no contexto do que poderíamos chamar de uma *sensibilidade romântica*. Dito de outro modo, é possível encontrar no Romantismo, enquanto visão de mundo, uma fonte importante de sentidos que alimenta certos valores e atitudes como: a afirmação do indivíduo, o desejo de uma unidade perdida, o sentimento anti-capitalista e a celebração da natureza. Valores e sentimentos em estreita sintonia com esse *ethos* romântico, serão acionados, como veremos mais adiante, de modo particular no universo contracultural e no imaginário ambiental contemporâneo.

Embora reconhecendo a complexidade das concepções e as diferenças entre as várias expressões que se inscrevem no conjunto das manifestações e idéias contempladas pelo Romantismo, no escopo deste trabalho, nos interessa destacar alguns traços desta matriz histórico-cultural que vão influenciar de modo marcante a tradição ambiental.

O Romantismo, mais do que um movimento artístico, ou uma configuração estilística é, como assinala Guinsburg (1978), um *evento sociocultural*. Situado historicamente entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, é fruto de dois grandes acontecimentos: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. O Romantismo compartilha, portanto, de um ambiente histórico comum àquele de onde emergem as chamadas novas sensibilidades para com a natureza e poderia ser considerado como uma variação destas.

Surgindo como uma reação ao capitalismo nascente e à uniformidade da Razão iluminista, a visão romântica do mundo, segundo Nunes (1978), articula-se enquanto concepção de mundo relativa a um período de transição. Trata-se

da passagem do *Ancien Régime* para o liberalismo, do modo de vida da sociedade pré industrial para a civilização urbana e a economia de mercado, do momento das aspirações libertárias das minorias intelectuais às vésperas de 1789 para o momento da conversão ideológica daquele ideal no princípio das novas maiorias dirigentes, firmadas com o Império Napoleônico e após a Restauração.

Löwy e Sayre (1993) defendem que o que há em comum na visão romântica de mundo é uma reação às características essenciais do capitalismo moderno, como a miséria por toda a parte, o valor de troca do mercado e do dinheiro, a fragmentação social, e o isolamento radical do indivíduo. Segundo esses autores:

"O que é recusado, aquilo contra o que se revolta [o Romantismo], não é um momento presente qualquer e sim um presente especificamente capitalista e percebido em suas qualidades mais constitutivas" (...). A visão romântica caracteriza-se pela dolorosa convicção de que faltam ao real presente certos valores humanos essenciais que foram alienados". (Löwy e Sare, 1993:21-22)

A concepção romântica do mundo se afirmou em reação a uma constelação de princípios que sustentaram o pensamento iluminista e constituíram uma matriz uniformizadora, à qual se vinculou o individualismo racionalista da Ilustração. Nunes destaca entre estes princípios as idéias de Razão e Natureza:

"A uniformidade da Razão ligou entre si, numa só matriz filosófica, a idéia de Razão — o bom senso cartesiano, igualmente compartilhado por todos os homens — e a idéia de Natureza — o conjunto daquelas disposições que, acessíveis ao livre exame analítico, seriam sempre iguais em toda parte, escapando à força do hábito, ao prestígio da autoridade, às tradições e aos caprichos das circunstâncias históricas, bem como à influência, considerada perturbadora, das paixões e dos hábitos". (Nunes, 1978:56)

É justamente a favor da experiência singular subjetiva, transgressora da uniformidade da razão que as matrizes filosóficas da visão romântica vão afirmar um modelo de individualismo em oposição ao individualismo racionalista clássico, avesso à afirmação da originalidade pessoal:

"A originalidade e o entusiasmo são o caráter transcendente do sujeito humano e quebram a uniformidade da razão e a conseqüente forma de individualismo racionalista, ao mesmo tempo que a concepção mecanicista da natureza. (...) O individualismo egocêntrico que substituiu o individualismo racionalista da Ilustração, vinculou o lastro idealista e metafísico da visão romântica à capacidade expansiva do Eu, ponto cêntrico da realidade e passagem para o universo". (Nunes, 1978:57-58)

O indivíduo romântico é pensado como entrosamento entre a individualidade orgânica da natureza e a individualidade singular do Homem. A questão da unidade com a Natureza confere ao individualismo romântico um tom peculiar que o diferencia do individualismo racionalista. O valor da unidade na totalidade confere ao sujeito romântico um lugar ao mesmo tempo egocentrado, como nos mostra Nunes, mas também transindividual em sua comunhão com o universo e a humanidade, como apontam Löwy e Sayre(1993):

"Outro grande valor desta visão de mundo [romântica] é a unidade ou totalidade. Unidade desse mesmo Eu com duas totalidades englobantes: por um lado com o universo inteiro, ou com a natureza; por outro como universo humano, com a coletividade humana. Se o primeiro valor do Romantismo representa seu momento individual – e até mesmo individualista – o segundo revela um momento transindividual". (Löwy e Sayre, 1993:26)

A visão romântica da natureza opõe-se à iluminista, que preconiza uma natureza universal, uniforme e racional. Enquanto contraponto à matriz racionalista do Iluminismo, o Romantismo recusa a metáfora do mundo e da vida enquanto máquina e seu conseqüente desencantamento, que resulta numa ética utilitária e egoísta. O Romantismo concebe a natureza, tanto no seu

aspecto interno (natureza humana), quanto externo (ordem natural), como espaço sobretudo de liberdade e criatividade, livre das normatizações. Como descreve Campbell (1989), os atributos românticos para a natureza são:

"Aquilo que há de mais espontâneo, não premeditado, intocado pela reflexão ou planejamento, e livre das restrições das convenções sociais, ou ainda aquela parte do universo que existe independentemente do esforço ou realização da humanidade". (Campbell, 1995:183)

Esses atributos, como lembra o autor, estão de acordo com uma das ênfases do Romantismo expressa pela metáfora do crescimento e o uso das idéias organicistas que vão contra o artificial (seja no humano ou na natureza) enquanto um mal que precisa ser superado.

No campo filosófico, Rousseau é o pensador do século XVIII que, marcado pela valorização da natureza e do homem natural, encarna de modo singular esta conexão entre as novas sensibilidades e o espírito romântico. Na contracorrente do Iluminismo, que via a natureza como matéria exterior ao sujeito humano e objeto do conhecimento pela razão, Rousseau valoriza a natureza como dimensão formadora do humano e fonte de vida, que se apreende principalmente pelos sentimentos, incluindo-se aí também as experiências penosas que a educação da natureza tem a ensinar aos humanos. A visão da natureza como ideal de perfeição degenerado pela ação humana que se exerce contra a ordem natural é exemplar de uma sensibilidade romântica. É esta visão de mundo que abre o tratado pedagógico de Rousseau, Emílio:

"Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem. Ele obriga uma terra a nutrir as produções de outra; uma árvore a dar frutos de outra; mistura e confunde os climas, as estações; mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo; transtorna tudo, desfigura tudo; ama a desconformidade, os monstros; não quer nada como o fez a natureza, nem mesmo o homem. Tem de ensiná-lo para si, como um cavalo de picadeiro, tem que moldá-lo a seu jeito como uma árvore de seu jardim". (Rousseau, [1762]1995:9)

Como bem indica Hermann (2000a), o projeto pedagógico de Rousseau e o conceito de natureza que lhe corresponde situam-se entre o Romantismo e o Iluminismo<sup>29</sup>. A radicalização do conceito de *desenvolvimento natural* como fundamento de sua pedagogia traz a marca paradoxal e original deste pensador:

"Enquanto iluminista, Rousseau aposta na educação do homem virtuoso, na busca da liberdade moral, mas enquanto vinculado ao movimento romântico, reúne racionalidade e irracionalidade e reconhece os limites da liberdade e a vulnerabilidade do processo educativo, porque sujeito à história e às contingências (...) Apesar de propor a unidade fundamental do homem, Rousseau opera com o paradoxo de uma natureza humana que deve ser, ao mesmo tempo, conservada e superada" (Hermann, 2000a)

Em *Emílio*, a natureza, enquanto ordem primeira onde está inscrito o humano, também aparece como uma das três fontes de educação do sujeito. Para Rousseau, ao nascer fraco e desprovido de forças, o ser humano tem necessidade de assistência e de educação para sobreviver como adulto:

"Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas". (Rousseau, 1995[1762]:11).

O conceito de natureza em Rousseau, como argumenta Hermann (2000a), radicaliza o conceito iluminista de natureza em sua dimensão de fundamento das verdades que não exigem revelação transcendente mas são imanentes *per si*. Em Rousseau, a natureza é tomada como unidade pré-empírica, perfeita e anterior à sociedade. Mas isto não implica para nada em

uma noção de natureza pacificada. O Próprio Rousseau destaca o caráter de um ensinamento pelas dificuldades na *educação da natureza*, advertindo para as adversidades das doenças e desconfortos do desenvolvimento físico das crianças na primeira infância:

"Observai a natureza e segui o caminho que ela vos indica. Ela exercita continuamente as crianças, ela enrijece seu temperamento mediante experiências de toda espécie, ela ensina-lhes desde cedo o que é pena e dor (...) Passando pelas provações, a criança adquiriu forças; e desde logo que pode usar a vida, mais seguro se torna o princípio dela". (Rousseau, [1762] 1995:22).

Na verdade, não se trata aqui de uma volta à natureza como tal, uma imersão direta na ordem natural, mas de um aprendizado guiado pelos sentidos onde, através da observação dos fenômenos da natureza, se realiza um distanciamento em relação a esta. Condição a partir da qual o sujeito virtuoso de Rousseau pode redescobrir uma natureza saudosa e sentimental (Hermann, 2000a). Reinstala-se assim, no âmago do conceito de natureza em Rousseau, a nostalgia de uma natureza buscada como via reparadora porque já está desde sempre perdida, prefigurando, a "utopia final da lembrança e da cura, tão cara à consciência romântica" (Maia-Flickinger, 1996:697).

Contudo, a diferença entre Rousseau e os românticos que o seguiram, é localizada por Maia-Flickinger (1996) na concepção do que está ao fundo da idéia de natureza, que também subjaz como fundo do sujeito humano. Tomando como mote a expressão de Werther " volto-me para mim mesmo e descobro um mundo", a autora reflete:

"Este mundo 'lá dentro' que aqui se anuncia é, entretanto, bem outro do que aquele ansiado por Rousseau no enalço da perda de transparência; pois o anseio insaciável de infinito que aqui se formula, a recusa de limites no autogozo entusiástico do gênio, pareceria a Rousseau certamente perversa. (...) O anseio e a identificação extática com um originário desmedido, a que se lançariam a seguir os românticos, viria a sofrer acentuada erosão e desvios internos, levando-os ao confronto com forças destrutivas, descobertas no cerne de uma natureza interpretada como divina". (Maia-Flickinger, 1996:693)

O mal estar e o desconforto no mundo vão ganhando amplitude como uma das vias de oposição do Romantismo à arte bela e à idéia clássica de uma bela natureza equilibrada à medida humana. O desmedido, que acede na experiência da ruptura romântica com um cosmos organizado, racional e justo — e que, especialmente em Schopenhauer, prenuncia o pessimismo trágico pós-romântico (Maia-Flickinger, 1996) — altera a boa forma de uma natureza ordenada. A *natureza* que então ameaça irromper, em estado puro, é aquela que prenuncia a força disruptiva do inconsciente.

"Nesta ênfase dada à natureza pelos românticos, acabaram por nela descobrir, embora sem o querer admitir, o filão de violência e perigo que se perdera para a teoria da arte ocidental, a partir da determinação grega do Belo enquanto bem. Foram sem dúvida os românticos que, ao redescobrir o êxtase dionísio do Sublime, reencontraram aquilo do qual Platão tentara escapar e do qual vira-se simultaneamente fascinado, a saber, o momento irracional de uma perda de si para o Eu, no gozo da beleza. Esta perda de si os românticos a interpretaram, afinal, como Kant, em uma só direção: aquela do salto da alma ao que nela é excelente. Na linguagem romântica: ao divino ou sagrado". (Maia-Flickinger, 1993:563)

Assim, entre o sentimento trágico da desmesura, do desregrado e do sem sentido do mundo, e o *otimismo* (Abbagnano, 1999) de que o mundo é o que deve ser, os românticos parecem tender para a reconciliação final da vida consigo mesma, buscando amenizar a visão trágica que eles mesmos deixaram vir à tona. O que nos interessa sobretudo, é demarcar as diferentes tensões na produção das idéias e dos sentimentos em relação à natureza produzidos neste período.

Muitos elementos da experiência romântica são atualizados nas antinomias do campo ambiental. Entre elas destacam-se a valorização da natureza contra o artificial e o *feito pelo humano* e, ao mesmo tempo, a ênfase num sujeito humano — vinculado com totalidades orgânicas como a natureza, a humanidade, ou a Nação — enquanto instância de transgressão contra uma ordem geral do *stabilishment*, das padronizações e uniformizações. Mas, o que parece ter sido silenciado por uma certa recusa romântica ao horror da natureza indomável também parece reeditar-se nos caminhos tomados pela valorização romântica da natureza no campo ambiental. O sujeito ecológico também vive a ambivalência da boa e terrível natureza e, como os românticos, renuncia a ser um sujeito trágico, apostando na reconciliação e nas forças reparadoras, ainda que viva ameaçado pela visão da catástrofe e do aniquilamento (do humano) que insiste, como um recalque, a refigurar a cena harmônica. No limite, uma das saídas do imaginário ambiental para assimilar a ameaça do fim do mundo (humano) é tomá-la não como falha ou ausência de sentido, mas como afirmação da reparação da Vida, o triunfo de uma biosfera inteligente cuja ordem natural foi perturbada.

**Um *Ethos* romântico-ecológico: o coração contracultural do campo ambiental**

A sensibilidade romântica alimenta o anseio contramoderno por uma experiência alternativa, à margem de uma sociedade vista como utilitarista e predatória. Este sentimento contramoderno, particularmente validado pelo ecologismo contracultural, torna-se reconhecido e ganha uma vigência

ampliada, constituindo um núcleo forte, distintivo do campo ambiental, configurando uma boa parte do que poderíamos chamar de *ethos* do campo.

Este *ethos* atualiza a idéia romântica da natureza como lugar utópico e o contramodelo de uma sociedade decaída se afirma na crítica à razão iluminista e na busca de reinstalar as alteridades denegadas pela modernidade. Esta, como destaca Boaventura Santos (2000), constrói seu ideal civilizatório em oposição ao que institui como seus três Outros: a natureza, o selvagem e o Oriente. O Romantismo, enquanto pólo de oposição à razão objetificadora e à distinção/distanciamento humanidade e natureza, busca reinserir esta última no marco de uma visão organicista, como ideal ético e político, articulando-a em sua dupla face: uma natureza interna (subjéctiva) e uma natureza externa (objéctiva). É a partir desta proposição que se sustenta o ideário contracultural, tão caro aos movimentos ecológicos dos anos 70, de uma revolução pessoal e coletiva, envolvendo todas as dimensões da vida.

Pelas mãos dos movimentos ecológicos e na contramão da ordem vigente a natureza ganha outros sentidos, já não mais como fronteira de demarcação dos ideais de cultura, desenvolvimento e civilização — distinguindo entre o humano e o não humano, civilizado e selvagem, entre outros — que lhe outorgara o papel de uma alteridade radical e grande Outro da modernidade, mas como uma alteridade mitigada ou pequeno outro, que a transforma em mais um sujeito dentro do horizonte dialógico de uma modernidade democrático-emancipatória. Uma das conseqüências desta entrada em cena da natureza é seu estatuto como sujeito de direitos, que já

despontara nas novas sensibilidades no século XVIII e reemerge nas últimas décadas do século XX como expansão dos direitos sociais e jurídicos.

Poderíamos dizer, retomando as concepções de natureza que vimos anteriormente, que entre a natureza indomável — externa e ameaçadora — e a natureza como Outro da modernidade iluminista — ainda externa mas reduzida a um objeto passível de controle pela racionalidade científica — o Romantismo representa uma síntese particular. Ao mesmo tempo que traduz a natureza não mais como externalidade, tenta manter essa natureza à margem, fora da ordem e do controle da racionalidade objetificadora. Nesta condição, a natureza revela-se ainda como potencialmente desagregadora, contudo uma ameaça desta vez interna e externa. Aqui cabe lembrar as considerações de Maia-Flickinger já apontadas neste capítulo sobre a desmesura e o terror que ameaçam irromper como fundo trágico da natureza desvelada pelos românticos, face à qual estes, de certa forma, recuam, em nome do encontro harmonioso e reconciliação da vida consigo mesma. Um caminho seguidamente reiterado pelo que poderíamos chamar de *ethos* romântico-ecologista.

### **O ecologismo contracultural e os anos 60**

A instauração de um sentimento romântico e contramoderno como sentido forte da invenção do *ambiental* pelos movimentos ecológicos se dá no contexto dos anos 60, particularmente no movimento da contracultura<sup>30</sup>. Entre os autores que discutiram esse pródigo e controvertido período, destacamos o estudo de Jameson que apreende muito bem o sentimento amplamente

compartilhado acerca do clima de que "tudo era possível" e que este era "um momento de liberação universal, um desatar global de energias" (Jameson, 1972;124). Para o autor, os anos 60 são definidos como um momento em que a expansão do capitalismo em escala global produziu simultaneamente uma imensa liberação de energias sociais, e "uma prodigiosa escapada de forças não-teorizadas" localizadas nas:

"...forças étnicas dos negros e das 'minorias' ou dos movimentos que eclodiram por toda parte no Terceiro Mundo, os regionalismos, o desenvolvimento de novos e militantes portadores de *surplus consciousness* nos movimentos estudantis e de mulheres. Essas forças recém-liberadas não somente parecem não encaixar-se no modelo dicotômico de classes do marxismo tradicional como abrem um domínio de liberdade e possibilidade voluntarista para além dos constrangimentos clássicos da infra-estrutura econômica. (...)Os anos 60 foram uma imensa e inflacionária emissão de crédito superestrutural, um abandono universal do referencial do padrão-ouro, uma impressão extraordinária de significantes cada vez mais desvalorizados". (Jameson, 1972:126)

Como vimos, o tom foi dado por uma sociedade afluyente que pulsava ao ritmo de um compasso de expansão financeira e cultural. A abertura para as alteridades terceiro-mundistas, étnicas e de gênero, agudizam as contradições e instalam a luta pelas liberdades e possibilidades de autonomia que pareciam uma realidade muito próxima para os que fizeram e viveram a contracultura naqueles anos. Poderíamos dizer que foram anos de utopia e ousadia, embalados por uma visão romântica da revolução radical e da contestação a ordem e as disciplinas limitantes do potencial humano e societal com que se podia sonhar.

Roszack (1972) em um dos estudos clássicos sobre o tema, reconhece as raízes românticas da contracultura, seja pela via filosófica atribuída a seus mentores intelectuais (Marcuse e Brown), seja pela identificação do "Weltschmerz romântico" entre as tradições constitutivas do universo

contracultural. O autor, que se posiciona dentro do movimento, situa a contracultura como uma reação à tecnocracia — entendida como: "a forma social na qual uma sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional(..) é o ideal de modernização, planejamento, racionalização que busca legitimidade nas formas científicas do conhecimento" (Roszack, 1972:19).

Nesse sentido, a contracultura opõe-se, sobretudo, ao paradigma ocidental moderno, industrial, científico, questionando a racionalidade e o modo de vida da chamada *Grande Sociedade*.

A contracultura transcendeu os limites da vida sócio-política norte-americana e marcou uma revisão crítica para a sociedade ocidental, fazendo adeptos e instituindo-se como um estilo alternativo de vida. É bastante oportuno pensar a contracultura, como o faz Carozzi (1994), integrando-a a um *macromovimento sociocultural* que pode ser observado entre as classes médias urbanas do Ocidente, e que se constitui a partir da década de 60; porém com antecedentes nos últimos anos da década anterior, cuja direção de mudança aponta para a *autonomia* como valor central. Neste ambiente, o pacifismo, o ecologismo e o movimento feminista são reconhecidamente herdeiros diretos deste macromovimento e de seu traço distintivo, a luta por autonomia e emancipação (Carozzi, 1994; Riechaman & Fernandez Buey, 1994).

Desta forma, discutir o ecologismo sem situá-lo em relação a sua filiação contracultural e romântica seria reduzir a compreensão daquilo que fundamentalmente o inspira e lhe confere o clima e o tom predominante. É

neste ambiente que a crítica ecológica ao progresso e ao capitalismo industrial nas décadas de 60/70 integra um espectro amplo e complexo de contravalores que se caracteriza pelo questionamento do *status quo* das sociedades desenvolvidas, pela crítica aos valores da modernidade ocidental, e pela busca de um novo modo de organizar a vida individual e coletiva<sup>31</sup>. No ecologismo, a visão da natureza como contraponto da vida urbana, tecnocrática e industrial aparece combinada com o sentimento anti-social da contestação romântica. Traços centrais do repúdio romântico à uniformidade da razão, ao seu caráter instrumental, ao individualismo racionalista, e à lógica do mercado, podem ser observados em certas inspirações do ideal societário ecológico que se afirma como via alternativa contra os ideais de progresso e de desenvolvimento da sociedade capitalista de consumo.

Ainda que valores de um ideário naturalista e em parte românticos também possam ser encontrados nas vertentes conservacionistas do campo ambiental, o ecologismo traz como elemento diferencial a ênfase emancipatória com que atualiza estes elementos da tradição destacando seus componentes de crítica social. Ao levar a problemática ambiental para a esfera pública, o ecologismo confere ao ideário ambiental uma dimensão política. A crítica ecológica, situa-se entre as vozes contestatórias da racionalidade instrumental na modernidade, denunciando sua face materialista, agressora do meio ambiente e bélica. Isto, contudo, não significa que o ecologismo abandone o ideal moderno pois, sendo crítico da modernidade, continua preconizando valores éticos e democráticos, bem como uma educação virtuosa do sujeito ecológico.

É evidente que o movimento cultural acionado nas décadas da contracultura apresenta variações segundo sua configuração, seja nas sociedades norte-americanas ou europeias; ou mesmo segundo as particularidades com que se expressa em diferentes países europeus, como a França nos acontecimentos de maio de 68, ou os movimentos pacifistas e anti-nucleares na Alemanha, por exemplo. Contudo, sem esquecer as particularidades, o que importa destacar deste contexto é o seu caráter emblemático e inaugural, no sentido de ter se instituído como parte de um ambiente contracultural, e proposto um conjunto de interpretações e concepções que incidiram decisivamente sobre o rumo dos movimentos sociais desde então, e que continuam vigentes nos desdobramentos de vários campos sociais, entre os quais o ambiental.

#### **A orientalização do Ocidente**

A partir das grandes dimensões em contraposição às quais se demarca a modernidade ocidental, identificadas por Boaventura Santos (2000) como sendo a natureza, o selvagem e o Oriente, veremos que os movimentos contraculturais buscam a inclusão destes Outros radicais, assimilando-os na forma de alteridades mitigadas, valorizadas como modelos para novas identidades culturais no Ocidente<sup>32</sup>. Para além da inclusão da natureza como sujeito de direitos a que já nos referimos, destaca-se ainda o movimento de assimilação também de outro dos pólos de alteridade da modernidade: o Oriente. O interesse pelo Oriente (práticas religiosas, filosóficas e terapêuticas entre outras) é reconhecidamente uma marca da contracultura que atravessa o ecologismo. Os anos 60 são tratados por Campbell (1997) como um momento

decisivo de virada para o que ele denomina "a orientalização do Ocidente", no sentido de "uma mudança no paradigma cultural ou teodicéia que tem sustentado a prática e o pensamento ocidental" (Campbell, 1997:6). Essa mudança, mais do que provocada pela influência externa do Oriente sobre o Ocidente, é vista pelo autor como um processo interno ao Ocidente que ele atribui aos: "descobramentos de desenvolvimentos culturais e intelectuais dentro da própria civilização ocidental, que têm sido grandemente responsáveis por apressar esta mudança de paradigma" (Campbell, 1997:6). Esse autor reconhece a influência romântica como uma orientação importante nestes processos culturais endógenos no Ocidente de aproximação com o paradigma oriental. Em termos das influências que antecederam os anos 60 mais recentes, destaca os movimentos de ruptura com o pensamento racionalista como o surrealismo, o freudismo e o existencialismo.

Dentro desta guinada em direção a um paradigma oriental, está a valorização de um pensamento da unidade (homem-natureza, mente-corpo), que tem como conseqüência a desvalorização de uma postura cientificista objetivante de "analisar, rotular, manipular, controlar ou consumir as coisas do mundo" (Campbell, 1997:8). A perda da fé na ciência e no progresso é considerada, neste sentido, marco de uma gradativa substituição de uma narrativa moderna por uma narrativa alternativa de psico-espiritualidade. A teodicéia que serviu tanto tempo ao Ocidente, qual seja, uma visão de mundo dividido em matéria e espírito e governado por um Deus criador, pessoal e todo poderoso, que tenha colocado suas criaturas acima do resto da criação, parece não mais se sustentar no ideário alternativo:

"Essa visão foi abandonada, e com ela toda a justificativa em favor do domínio do homem sobre a natureza. Em seu lugar foi posta a visão fundamentalmente oriental da humanidade como parte da entrelaçada teia de vida espiritual e sensitiva". (Campbell, 1977:20)

Alguns elementos constitutivos da guinada contracultural evidenciados na *orientalização do Ocidente* também estiveram presentes, como vimos, nos ideais românticos de busca de totalidade e organicidade. A metáfora da máquina perfeita deixa de fazer sentido aos olhos românticos que vão buscar num mundo livre dos constrangimentos normativos e organicamente encadeado o fluxo da vida e seus imprevisíveis desdobramentos. Pelas duas vias – a da predominância de uma visão orientalizada e a trazida pela sensibilidade romântica – é um ideal de razão centrada no cálculo, na precisão e na capacidade planejadora do humano que está posto em cheque na configuração contracultural do ecologismo.

#### **A nova esquerda, o auto desenvolvimento e a política do eu**

As características do sujeito romântico parecem confluir com o que a revista "Autonomie" (1975-1977) consagrou como *uma política em primeira pessoa*. Estamos nos referindo à dimensão pessoal como espaço de transgressão e recusa à normatização e, neste sentido, à politização da vida privada ganhando centralidade nos movimentos contraculturais em geral (Sennet, 1988; Guiddens, 1991 e 1993; Hobsbawm, 1995) e no movimento ecológico em particular.

Ainda que o individualismo seja um dos valores clássicos da modernidade ocidental, a volta ao sujeito individual operada pela contracultura traz outra interpretação desta noção de indivíduo. Como vimos, este sujeito individual não se pretende atomizado ou desconectado de uma idéia de

unidade homem-natureza, mente-corpo, indivíduo-sociedade. Neste contexto, a mudança pessoal tende a ser vista como contraface da mudança social, e o auto-aperfeiçoamento como simultaneamente o aperfeiçoamento do coletivo.

A propósito, na busca de sintetizar o clima e o tom predominantes no imaginário social dos anos 60/70, Salem identifica a tríade ideológica do *individualismo psicologizante-libertário*. A autora destaca como central no ideário destas décadas o questionamento radical a todas as formas de poder e autoridades constituídas, tendo em vista suas funções normalizadoras.

"Com efeito, contesta-se o poder do Estado sobre os cidadãos, o dos homens sobre as mulheres, o dos médicos sobre o dos pacientes, o dos pais sobre os filhos, o das escolas sobre as crianças etc. (...) Os movimentos de contracultura questionam o militarismo, o consumismo, o valor do trabalho, e, sobretudo, a própria repressão inerente à sociedade industrial moderna" (Salem, 1991: 65).

Decorrem desta atitude contestatória as propostas libertárias de volta à natureza, vida alternativa e comunitária. Salem identifica essa forma de convivência com o modelo de *communitas* formulado por Victor Turner, que identificou como parte da vida dos sistemas socialmente estruturados o fenômeno da emergência de uma antiestrutura que dá lugar aos contravalores instituídos pelas formas dominantes de coesão e controle social.<sup>33</sup>

No espírito libertário da *communitas* são postos em xeque a pedagogia autoritária através da valorização de experiências como a de Summerhill; a psicologia e a medicina disciplinares através da anti-psiquiatria (Lang, Cooper e Esterson). Ainda podemos relacionar neste contexto a busca de espiritualidades baseadas em tradições orientais, como o Zen Budismo que teve nos livros de Alan Watts (1955) e Daisetz Suzuki (1961) seus grandes divulgadores no Ocidente. A experiência das drogas e a valorização dos conhecimentos tradicionais encontra

na literatura de Castañeda outra expressão da crítica à racionalidade contemporânea. Na gênese do ecologismo enquanto movimento de celebração da natureza, estão presentes a um só tempo tanto a crise da idéia de progresso quanto a valorização da subjetividade, relacionada ao que vai se configurando como uma tentativa de integrar os campos da privacidade e subjetividade como espaços da transformação, ao mesmo tempo individual e coletiva. Como aponta Salem: "A valorização da 'espontaneidade', do 'natural', dos 'instintos vitais', da 'antinormatividade' e da 'desrepressão' em todos os níveis sugere a representação de um plano da vida social imune a normas e constrangimentos, no qual só imperam o sujeito e seus 'desejos'" (Salem,1991: 69).

O ecologismo das décadas contraculturais dos 60/70, partícipe deste *espírito do tempo* que procuramos delinear, contribuiu para levar a crítica ecológica aos valores do capitalismo industrial à esfera pública e promover um ideário emancipatório que poderia ser considerado como momento fundador da história política do campo ambiental. Este ideário tem-se constituído como uma espécie de narrativa ético-política com grande recursividade para as práticas ambientais engendrando, em sua ênfase autonomista, tensões importantes para o fazer político no ambiental, tema que será desenvolvido no capítulo 7 deste trabalho.

### **A América é a natureza**

Se é possível aludir com certa facilidade a uma literatura onde se pode reconstruir a tradição das sensibilidades para com a natureza, marcadamente entrelaçadas com os diferentes momentos da história social e cultural das sociedades do Velho Mundo no Hemisfério Norte, o mesmo não ocorre para uma história das idéias ecológicas no Novo Mundo, particularmente no Brasil. Pouco se

tem estudado acerca das raízes do pensamento nos países americanos nos séculos passados, seja em sua condição de colônia, ou após suas independências enquanto Estados-Nação. Apesar da importância de muitas regiões do hemisfério Sul para os grandes naturalistas e, no que diz respeito à degradação ambiental, dos enormes impactos ambientais da exploração colonial e dos modelos de desenvolvimento agro-exportadores que caracterizam a colonização desta região, a literatura ambiental pouco tem se dedicado à formação de um pensamento e/ou de uma sensibilidade ecológica nestes países.

No caso do Brasil, os esforços por buscar as raízes históricas de uma ecologia política nos séculos passados têm sido feitos especialmente por Pádua (1997), historiador do campo ambiental que em sua tese de doutorado destaca o desenvolvimento das idéias ecológicas no Brasil. O autor reconstrói, neste trabalho, para o final do século XVIII e início do XIX, as diferentes vertentes do debate sobre os prejuízos da devastação dos recursos naturais provocada pelo modelo agrícola e extrativista do período colonial, identificando o que classifica como os primeiros escritos de uma ecologia política no Brasil<sup>34</sup>. Com relação aos sentidos remotos desta *ecologia política* na história do Brasil, ao que parece, predominou uma preocupação de caráter mais político e *desenvolvimentista* do que propriamente estética, diferenciando-se da ênfase naturalista das novas sensibilidades que davam o tom ao ambientalismo deste mesmo período nos EUA e Europa. Tanto Pádua (1998) quanto Drumond (1997), apontam para a presença desta preocupação com o uso adequado e a proteção dos recursos naturais no Brasil do século XIX e início do século XX. No século XIX este é o pensamento de uma elite crítica ao modelo de exploração colonial, preocupada com o *progresso* e o *uso racional dos recursos naturais*. Destacam-se, neste cenário, algumas

figuras-chaves do que Pádua chama de "ambientalismo brasileiro original" (Pádua:1997:16), como José Bonifácio, Euclides da Cunha e, nas primeiras décadas de 1990, o jurista carioca Alberto Torres.

Contudo, se é possível reconstruir o debate sobre as idéias ecológicas no Brasil dos séculos passados, poderíamos dizer que este pensamento não se impôs, em termos de sua recepção mais ampla. Nossa hipótese é que as idéias acerca de uma ecologia política, a despeito da gravidade dos problemas ambientais, não conseguiram dar o tom a tradição das idéias ambientais no Brasil porque não se impuseram ao forte imaginário que recai sobre o país e toda a América enquanto Novo Mundo ou o mundo da natureza ela mesma. Mesmo o campo ambiental permanece em alguma medida atravessado por este imaginário. Disso talvez decorra certa singularidade no tratamento das questões ambientais relacionadas ao Brasil no plano internacional, igualmente influenciado por este imaginário, que tem origem na condição história da colonização e imprime uma marca peculiar no ideário ambiental relativo aos países da América.

Refiro-me aqui a todo um imaginário sobre o paraíso cristão, vigente no contexto quinhentista, que foi o pano de fundo da experiência das grandes navegações e do descobrimento do Novo Mundo. O Éden, que existiria do outro lado do oceano, era o ideal buscado pelos navegadores ao chegarem ao Novo Mundo:

"A idéia de que do outro lado do Mar Oceano, se acharia, se não o verdadeiro paraíso terreal, sem dúvida um símile em tudo digno dele, perseguia, com pequenas diferenças, a todos os espíritos. A imagem daquele jardim fixada através dos tempos em formas rígidas, quase invariáveis, compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagãs, não se podia separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho". (Holanda, 1969:178)

Como nos lembra Holanda (1969) os motivos edênicos tiveram uma forte influência no contexto do descobrimento e colonização do Brasil:

"Os descobridores, povoadores, aventureiros, o que muitas vezes vieram buscar e não raro acabaram encontrando nas ilhas e terra firme do Mar Oceano, foi uma espécie de cenário ideal, feito de experiências, mitologias ou nostalgias ancestrais". (Holanda, 1969:304)

Depois de passado o temor do encontro com o grande desconhecido, os viajantes perceberam, como descreve Turner(1990), que:

"O mundo novo pululava de vida nativa; sua natureza era tal como a natureza em geral, abrangente, linda, violenta e pacífica. Ele estava cheio de especulações inspiradas na natureza, pétalas míticas fabulosas, produzidas pela humanidade. Pois aqui viviam os homens ainda cativados pelos fenômenos da natureza e que ainda a celebravam". (Turner, 1990:93).

São conhecidas e célebres as visões paradisíacas dos cronistas quinhentistas que, como o olhar dos primeiros viajantes que alcançaram a América, descreviam o encontro com um continente que era pura natureza, incluindo seus habitantes humanos, igualmente englobados na condição natural.

Como mostra o historiador José Murilo de Carvalho:

"Esta visão paradisíaca está presente já na carta de Caminha. Logo depois, ou na de Américo Vespúcio, que ficou conhecida como *Mundus Novus*, dirigida a Francesco de Médici, declara que, a existir o paraíso terreal, não estaria longe das terras que viu. Gandavo supera Caminha em entusiasmo em sua História da Província de Santa Cruz, de 1576. Para ele 'é esta província sem contradição a melhor para a vida do homem que cada uma das outras de América, por ser comumente de bons ares e fertilíssima, e em grã-maneira, deleitosa e aprazível à vista humana'. A província, contínua, é revestida de alto e espesso arvoredado e regada com águas de muitas ribeiras, a terra é sempre verde, o clima de permanente primavera: 'nunca nela se sente frio nem quentura excessiva". (Carvalho, 1998:63)

Não seria difícil continuar recolhendo impressões como estas de uma literatura onde os viajantes dos séculos seguintes continuaram registrando seu maravilhamento com a exuberância da natureza destas terras. Como bem demonstra Todorov (1991), o contato entre a Europa e a América foi uma espécie de ato de nomeação de grande alcance onde o imaginário europeu cristão

buscava confirmar suas expectativas do encontro do paraíso terrestre e das últimas terras do globo a conquistar, e ao mesmo tempo se deparava com o radicalmente outro, diferente<sup>35</sup>.

Esse encontro exemplar, do qual fala Todorov (1991), está entre as experiências fundadoras da modernidade e das identidades que vão se construindo pelo estabelecimento de fronteiras e atribuição dos lugares que ocuparão os novos continentes e seus povos nomeados *nativos* ou *selvagens*, englobados pela natureza. No ambiente imperial do colonialismo do século XIX, estes povos serão chamados *primitivos*<sup>36</sup>. De todo modo, nos séculos que se seguiram ao descobrimento a atitude predominante foi expulsar os nativos da cultura e da história, identificando-os com a natureza, e englobando toda a vida do Novo Mundo numa única grande paisagem natural. No que pesem os debates sobre o bom e o mau selvagem, sobre a presença ou não de uma alma humana nos povos indígenas, sobre sua educabilidade ou não para a vida cristã, a fronteira que estava em questão era a linha entre o humano e o natural, e poderíamos dizer que, o Novo Mundo e suas paisagens entravam neste tribunal sob forte suspeita de que nunca poderia ascender à condição de um espaço de relações sociais humanas e com uma história própria.

A América do Sul de um modo geral e o Brasil em particular continuam portando esta marca de origem que os identifica com o lugar natural por excelência, traço que se reatualiza no imaginário ecológico contemporâneo sobre estes territórios, visto como reservatório de biodiversidade do planeta. Esta não é apenas uma visão de fora para dentro, ou seja, das sociedades do Norte para o Sul, mas também constitui o próprio imaginário local. Uma expressão contundente desta *condição de natureza* pode ser encontrada no irônico dramaturgo, Nelson

Rodrigues: "Ah, o Brasil não é uma pátria, não é uma nação, não é um povo, mas uma paisagem" (Rodrigues, 1977:14).

O historiador José Murilo de Carvalho (1998), discutindo algumas pesquisas recentes de opinião pública, aponta a vitalidade do motivo edênico, que associa a natureza paradisíaca (Éden) enquanto marca distintiva do país, o imaginário brasileiro<sup>37</sup>. Carvalho (1998) faz um interessante percurso por várias expressões do edenismo em nossa história onde se destacam, a publicação de "A história da América Portuguesa", de Rocha Pita em 1730 – considerada a expressão mais completa do edenismo enquanto modelo da visão do país como natureza; e a literatura poética como a "Canção do Exílio" de Gonçalves Dias, que teve algumas estrofes transplantadas para o Hino Nacional ("Nosso céu tem mais estrelas/nossas várzeas tem mais vida/nossa vida mais amores"). Esta motivação edênica, que vem desde os primeiros tempos da colonização, parece ainda ocupar um lugar de destaque quando nas pesquisas de opinião a natureza aparece como principal motivação de orgulho que os brasileiros sentem de seu país<sup>38</sup>.

Chamam a atenção os tipos de respostas que foram classificadas nesta categoria de *natureza*:

"Natureza, natureza maravilhosa, paisagem, terra maravilhosa, terra santa, Amazônia, florestas, montanhas, pantanal, cachoeiras, orla marítima, o sol, ar puro, a fauna, a flora, beleza física, beleza natural, beleza das praias, praias do Nordeste, país mais bonito do mundo, país abençoado, país belíssimo, fertilidade do solo, tudo que planta dá, terra rica, país mais rico do mundo, riqueza natural, extensão territorial, grandeza do país, clima tropical, não ter terremoto, tufão, vulcão". (Carvalho, 1998:69)

Estas representações idealizadas de uma natureza enquanto marca distintiva do Brasil parecem pertencer à mesma matriz edênica que reserva à América o lugar de continente da natureza. Diante da força deste imaginário, a perda e a degradação do ambiente natural como motivadores de uma

sensibilidade ambiental cede lugar à experiência de imersão numa natureza pungente e impactante. Assim, a despeito de que, ao longo de sua história, este continente tenha perdido grandes reservas de seus recursos naturais e a degradação ambiental seja preocupante (perda de terras férteis, desertificação, contaminação das águas, poluição do ar, etc.), parece que o imaginário da natureza abundante e fértil continua se sobrepondo às constatações da realidade e se mantém vigente no imaginário dos próprios brasileiros.

Em termos mundiais, a preocupação com as reservas de biodiversidade e florestas tropicais faz com que as atenções novamente se voltem aos ecossistemas que estão na América do Sul, como o Amazônico e a Mata Atlântica, hoje considerados oficialmente em convenção internacional como Reservas da Biosfera. Diante desta representação da América enquanto natureza, algumas questões se destacam como caminhos de leitura de uma visão ambiental contemporânea, por exemplo: em que medida este cenário edênico fundador sobrevive e está afetando os novos olhares sobre este continente; como este imaginário atua enquanto ponto de atração e *conversão* para muitos que decidem se dedicar a uma militância ou profissão no campo ambiental; como estes sentidos que permanecem numa tradição de longa duração são arriscados, reforçando e transformando valores, no complexo jogo de interesses e motivações que atravessa o campo ambiental.

Ao analisar as trajetórias de vida particularmente nos capítulos 4, 5 e 7 deste trabalho, se poderá ver que essas questões reaparecem e revelam o quanto este imaginário se faz presente, tendo um papel importante em certo enquadramento da idéia de natureza que imantiza o campo ambiental conferindo-lhe de uma aura transcendental. A experiência, que sem exagero poderia ser

chamada de *numinosa*<sup>39</sup>, do maravilhamento com a exuberância e pungência da natureza, faz parte das vivências de *conversão* e/ou reafirmação do ideário ecológico e pertencimento ao campo, evidenciadas em algumas das trajetórias analisadas.

### **3 TRAJETÓRIAS DE VIDA ENQUANTO MODALIDADE**

#### **NARRATIVA**

"O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal". (Paul Ricoeur, "Tempo e narrativa")

"A vida é muito discordada. Tem partes. Tem artes. Tem as caras todas do Cão, e as vertentes do viver". (Guimarães Rosa, "Grande sertão: veredas")

#### **Os sentidos em risco: tradição e ruptura**

As experiências culturais que identificamos como constitutivas de uma tradição ambiental — o Naturalismo, as novas sensibilidades, o Romantismo, a contracultura, o imaginário edênico — disponibilizam simultaneamente diferentes visões do ambiental. Na experiência contemporânea, tomada a partir do campo e dos educadores ambientais, podemos observar como estas visões têm sido acionadas, combinadas, negadas e reinventadas numa trama de novos e velhos significados. Em nossa análise, conforme a noção de círculo hermenêutico transposta por Geertz para a análise das culturas, trata-se justamente de tornar visível a dialética das partes (formas simbólicas específicas) e do todo (a estrutura

significante do contexto cultural) que constituem o fenômeno cultural a ser compreendido<sup>40</sup>.

Neste estudo está em jogo, sobretudo, a relação entre a produção de sentidos culturais específicos face a uma tradição como horizonte de significação. Não se trata, contudo, de localizar os sentidos atuais do ambiental em um ou outro lado do pêndulo reedição-ruptura da tradição; mas antes, dar visibilidade à relação entre o todo e as partes, apontando para a dialética da reinvenção da tradição. Como bem nos mostra Sahlins (1990) sobre as vicissitudes da *ação simbólica*, ao serem atualizados, os significados dados num certo horizonte de significação são colocados em risco na ação, tanto pela conjuntura histórico-cultural presente quanto pelo valor intencional subjetivo de seu uso pelos sujeitos ativos<sup>41</sup>:

"A ação simbólica é um composto duplo, constituído por um passado inescapável porque os conceitos através dos quais a experiência é organizada e comunicada procedem do esquema cultural preexistente. É um passado irreduzível por causa da singularidade do mundo em cada ação: a diferença heraclitiana entre a experiência única do rio e seu nome. A diferença reside na irreduzibilidade dos atores específicos e de seus conceitos empíricos que nunca são precisamente iguais a outros atores e outras situações — nunca é possível entrar no rio duas vezes. As pessoas, enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam autoras de seus conceitos; porque, se sempre há um passado no presente, um sistema *a priori* de interpretação, há também 'uma vida que se deseja a si mesma' (como diria Nietzsche)". (Sahlins, 1990:189)

Neste sentido, poderíamos dizer que os sentidos do ambiental, postos em risco pela ação conjuntural — contextos histórico-culturais específicos e

matizes pessoais — dos educadores ambientais, indica a confluência da tradição no presente, mas também sua recriação. A diversidade de sentidos que as relações com a natureza e o ambiente adquirem na singularidade das interações sociais e históricas presentes, afirma e reinventa uma tradição ambiental, cotidianamente.

### **A narrativa como mediação entre o tempo vivido e a significação da ação**

A (re)invenção da tradição só ganha sentido na medida que é capaz de entretecer os sentidos disponibilizados contextualmente com a substância viva da experiência do narrador. Assim, voltamos à idéia da experiência como fonte e possibilidade da narrativa. Esta profunda ligação entre narrativa e experiência é reiterada por Benjamin (1987) como uma qualidade comunicativa em crise. Ao comentar o embaraço que freqüentemente atinge um grupo quando alguém é solicitado a narrar algo, alerta:

“É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. Uma das causas deste fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa(...) a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores”. (Benjamin, 1987:198)

Este laço indissociável entre a experiência e a sua (re)elaboração na condição narrativa — enquanto abertura para revivificar e ao mesmo tempo recriar o vivido— é um dos temas-guias que inspira este estudo. Por isso

não poderíamos seguir neste caminho sem recorrer ao brilhante ensaio de Paul Ricoeur intitulado “Tempo e Narrativa”, onde o autor expõe a função significativa ou figurativa operada pela narrativa ficcional, como modelo estrutural análogo a todo ato narrativo. Fiel ao propósito hermenêutico de sustentação das tensões antinômicas, Ricoeur percorre as aporias do tempo no pensamento ocidental demarcando, entre concepções paradoxais — como a do *muthos* trágico em Aristóteles e a de *distentio animis* em Agostinho, ou ainda a de um tempo fenomênico, físico, em Kant e a de consciência íntima do tempo em Husserl — o espaço entepolar da narrativa de ficção como síntese não fechada de um tempo objetivo e de um tempo vivido. Postula assim uma *função narrativa* pela qual se dá a inscrição da ação humana na temporalidade.

Ricoeur busca na Poética de Aristóteles as noções de *mimese*, na acepção de imitação ou representação da ação, e de *intriga*, enquanto *agenciamento dos fatos*, como estruturantes de sua própria definição de narrativa<sup>42</sup>. Assim, tomando a idéia do *muthos*, como a arte de compor intrigas, Ricoeur entende a atividade mimética como ato criativo onde o ficcional é abertura à significação:

"Se continuarmos a traduzir mimese por imitação, deve-se entender o contrário do decalque de um real preexistente e falar de imitação criadora. E, se traduzirmos mimese por representação, não se deve entender, por esta palavra, alguma duplicação da presença, como se poderia ainda entendê-lo na mimese platônica, mas o corte que abre o espaço de ficção (...) Nesse sentido o termo aristotélico mimese é o emblema dessa desconexão, que para empregarmos um vocabulário que hoje é o nosso, instaura a literariedade da obra literária". (Ricoeur, 1994:76)

O que está em jogo nesta trama da existência narrada é a tensão permanente entre as forças organizadoras da ordem e da concordância e as forças da discordância, do caos, da surpresa, do inesperado e arbitrário do destino<sup>43</sup>. É, portanto, através do papel articulador da tessitura da intriga que se compreenderá a mediação fundamental entre tempo e narrativa. Contudo, como Ricoeur reconhece, a temporalidade como fio tramado pela narrativa não está originalmente em Aristóteles. Para o filósofo grego o tempo é tratado como um tempo *objetivo*, mensurável, presente no campo da *physis* e ausente da esfera narrativa. Mas, é justamente no tensionamento da *mimeses* com os atributos da temporalidade vivida, evidenciadas pela concepção Agostiniana, que Ricoeur vai construir seu conceito de narrativa enquanto articulação temporal da ação:

"Aristóteles, vimos, ignorou os aspectos temporais da tessitura da intriga. Proponho-me a desimplicá-los do ato da configuração textual e demonstrar o papel mediador desse tempo da tessitura da intriga entre os aspectos temporais prefigurados no campo prático e a refiguração da nossa experiência temporal por esse tempo construído. Seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado em um tempo refigurado, pela mediação de um tempo configurado". Ricoeur, 1997:87)

Os três níveis de articulação da operação mimética (mímeses I, II e III) da ação propostos por Ricoeur estão sintetizados nos tempos da prefiguração, configuração e refiguração, respectivamente. Esses tempos constituem as mediações simbólicas constitutivas do ato de narrar e, como tal, da própria experiência compreensiva. Desta forma, o ato narrativo passa de um tempo prefigurado da ação, no nível do vivido e da experiência em mimese I, a um tempo configurado simbolicamente pela composição narrativa em mimese II, tendo em vista comunicar uma experiência a alguém, o que caracteriza o terceiro tempo, enquanto tempo da alteridade,

onde se comunica o narrado para alguém. Assim, tem-se o tempo refigurado em mimese III, que restitui à ação o tempo vivido do leitor, completando o ciclo destas operações narrativas, onde o sentido nunca se encerra num fechamento ou cristalização:

"O acontecimento completo não é apenas que alguém tome a palavra e dirija-se a um interlocutor, é também que ambicione levar à linguagem e partilhar com outro uma nova experiência. É essa experiência que, por sua vez, tem o mundo como horizonte. Referência e horizonte são correlativos como o são a forma e o fundo. Qualquer experiência possui, ao mesmo tempo um contorno que a cerca e discerne e ergue-se sobre um horizonte de potencialidades que constituem seu horizonte externo e interno. (...) Essa pressuposição muito geral implica que a linguagem não constitui um mundo ele próprio. Ela não é sequer um mundo. Porque estamos no mundo e somos afetados por situações, tentamos nele nos orientar por meio da compreensão e temos algo a dizer, uma experiência a levar à linguagem e a partilhar". (Ricoeur, 1994:119)

Assim, a dimensão pré-narrativa poderia ser relacionada à pré-compreensão em Gadamer, indicando o mundo da ação que, ao passar

pelas operações configurantes, acede à linguagem e ao caráter público e compartilhado do símbolo porque tem como finalidade a comunicação com outrem<sup>44</sup>. Este terceiro momento poderia ser relacionado ao momento da aplicação em Gadamer, apontando para o encontro do mundo da obra e do mundo do leitor, sinalizando para o ambiente de recepção (e réplica) de um enunciado, onde afinal se conclui o percurso da *mimese* e se efetiva a ação narrativa enquanto experiência de compreensão humana. Nesta perspectiva, tanto em Ricoeur quanto em Gadamer, poderíamos pensar que o que constitui um discurso e torna possível uma situação de comunicação é a condição de um sujeito que leva à linguagem e compartilha com outrem uma experiência. Nesse sentido, a comunicação enquanto ato narrativo, aqui pode ser entendida como correlato da compreensão hermenêutica, com todos os seus atributos.

Contudo, Ricoeur segue em sua análise tirando conseqüências do que propõe como um *terceiro-tempo*, constituído pelo *entrecruzamento* entre as intenções referenciais próprias da história e da ficção em relação ao tempo. A questão, apresentada por ele se formula nos seguintes termos: "Até que ponto o entrecruzamento das intenções ontológicas da história e da ficção constitui uma réplica apropriada à ocultação recíproca das duas

perspectivas, fenomenológica e cosmológica, sobre o tempo?" (Ricoeur, 1997: 423).

Para dar conta das antinomias sobre as quais ancora sua reflexão — tempo cósmico e ficcional; a função de representação do passado histórico e os efeitos do encontro entre o mundo do texto e o mundo do leitor; interpenetrações da história e da ficção pela ficcionalização da história e historicização da ficção — Ricoeur introduz a noção de *identidade narrativa*:

"Essa dialética do entrecruzamento seria em si mesma um sinal de inadequação da poética à aporética, se não nascesse dessa fecundação mútua um rebento, cujo conceito introduzo aqui e que testemunha certa unificação dos diversos efeitos de sentido da narrativa. O frágil rebento oriundo da união da história e da ficção é a atribuição a um indivíduo ou a uma comunidade de uma 'identidade narrativa' [grifo meu]". (Ricoeur, 1997:424)

Com esta importante categoria prática, que apresenta-se como "a solução poética do círculo hermenêutico" (Ricoeur, 1997:427), pode-se captar o *quem* da ação, sem encerrá-lo numa identidade estável. Ao contrário, a identidade narrativa constitutiva do sujeito permite apreendê-lo na mudança, incluindo a mutabilidade na coesão de uma vida:

"O sujeito, mostra-se então, constituído ao mesmo tempo como leitor e escritor de sua própria vida. Como a análise literária sobre a autobiografia verifica, a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas. (...) A identidade narrativa não é uma identidade estável e sem falhas; assim como é possível compor várias intrigas acerca dos mesmos incidentes (os quais, com isso, já não merecem ser chamados de os mesmos acontecimentos), assim também sempre é possível tramar sobre sua própria vida intrigas diferentes ou até opostas". (Ricoeur, 1997:425 e 428)

A noção de identidade narrativa supõe um processo estrutural formador do que Ricoeur denomina *ipseidade* — compreendida como a identidade de um si mesmo relacional e, portanto, marcado pela abertura de um ser afetado pelo mundo, em contraste com uma identidade fixa do mesmo<sup>45</sup>.

Neste sentido, a articulação identitária no sentido da ipseidade se daria de modo privilegiado a partir de narrativas pessoais e/ou históricas, dando conta dos processos de mútua constituição entre o sujeito e suas relações no mundo. Este modo de constituição de um si mesmo aplica-se, tanto à identidade social de uma comunidade quanto a noção de subjetividade pensada no caso de um indivíduo. Destaca-se, neste sentido, o papel da ética, enquanto decisão orientadora da ação tanto dos indivíduos quanto dos grupos sociais, como constitutiva da ipseidade. Nas palavras de Ricoeur:

"A identidade narrativa só equivale a uma verdadeira ipseidade em virtude desse momento derrisório, que faz da responsabilidade ética o fator supremo da ipseidade (...) a narrativa já pertence ao campo ético em virtude da pretensão, inseparável da narração, à correção ética". (Ricoeur, 1997:429)

Constitui-se assim, através da categoria de identidade narrativa uma interessante compreensão das relações entre indivíduo, sociedade e historicidade. Neste caso, a fronteira com que normalmente se distinguem esses campos poderia ser entendida menos como indicador de oposição e diferença e mais como área de negociação e trânsito entre esferas que, no plano do vivido se constituem mutuamente e nunca se dicotomizam.

Ao final de Tempo e Narrativa, depois de ter explorado as possibilidades, mas também os limites da narrativa e da identidade narrativa diante das aporias da ação, da história e do tempo, Ricoeur conclui sem obturar certa imperfeição do círculo hermenêutico, que o mantém aberto. Reitera, como condição da compreensão, a impossibilidade do domínio do sentido frente aos componentes não narrativos da ação e ao mistério do tempo. Impossibilidade que não paralisa mas, justamente ao contrário, move a compreensão, a busca de compromisso ético e de uma identidade no tempo, numa progressão infinita<sup>46</sup>.

Para nossos propósitos, a categoria de identidade narrativa repõe ao nível filosófico — ainda que sem recobrir — os conceitos de campo, biografia

e trajetória social, ampliando as possibilidades de operar com a produção de sentidos do ambiental, quer sejam eles verificados através das dinâmicas próprias do campo ambiental ou dos relatos biográficos que serão analisados.

### **Os métodos biográficos**

Os métodos biográficos podem ser considerados o território mais amplo onde se inscrevem os recursos para a análise de trajetórias<sup>47</sup>. Ao pensar os relatos biográficos como modalidades narrativas, tomo-os não apenas como produções individuais, mas sobretudo como fruto da interação e comunicação permanente entre sujeitos e história. Nesta perspectiva, o universo comum que engloba um campo de práticas e discursos, como o ambiental, também pode ser visto ele mesmo como uma grande narrativa que engloba e torna plausíveis as narrativas individuais.

Na busca de acessar a conexão entre indivíduo e sociedade são valorizados, na perspectiva biográfica, o auto-relato, a idéia de trajetória, e a própria noção de biografia como expressões privilegiadas desse encontro paradigmático, como apontam Ferraroti (1983), Eckert (1997) e Marre (1991)<sup>48</sup>. A noção de Biografia nesta acepção dos métodos biográficos opera com a idéia de que os indivíduos são atravessados por movimentos culturais

e processos históricos involuntários, contrapondo-se à orientação realista, que influenciou a Escola de Chicago dos anos 20 e 30<sup>49</sup>. Assim, não está em foco uma recuperação de dados biográficos de cunho individualista e psicológico, mas sim a reconstrução, através dos relatos autobiográficos, da trajetória histórica e cultural de um determinado grupo, ou ainda, das forças que constituem um campo social (Bourdieu, 1996; Bertaux, 1968). Nesse sentido, se poderia afirmar, com Canclini (1997), que a identidade é uma construção que se narra<sup>50</sup>.

Para Bourdieu (1996) a história de vida conduz a construção de uma trajetória que, diferentemente das biografias comuns, descreve uma série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente (ou um mesmo grupo) em estados sucessivos no campo a que pertence. Tomando o conceito de campo social como um espaço de relações materiais e simbólicas onde se posicionam os sujeitos, as trajetórias são percursos que só ganham sentido dentro das *regras do jogo*, onde os agentes são afetados por um *habitus*<sup>51</sup> e submetidos aos efeitos da *illusio* do campo<sup>52</sup>.

### **O ambiental como identidade narrativa**

Tendo em vista a noção ampliada de narrativa que orienta este trabalho, tomada enquanto condição de produção de sentidos e identidade,

poderíamos dizer que, ao lidarmos com fontes textuais — o que inclui documentos e relatos — estamos diante do ato narrativo em uma de suas modalidades. Trata-se de, neste caso, observar desde os depoimentos biográficos como se tece a *intriga* que configura o ambiental, enquanto campo social e evento histórico durável<sup>53</sup>. O campo ambiental, neste caso, poderia ser tomado ele mesmo como constituindo uma narrativa, dentro da qual os sujeitos estão já situados quando começam a contar sua história pessoal como profissionais de meio ambiente.

Assim, enfocando as trajetórias individuais e sua confluência na constituição do campo ambiental, vamos buscar as marcas que configuram este espaço como constitutivo de uma *identidade narrativa*, que torna possível que sujeitos, desde sempre mergulhados na historicidade e lingüisticidade, agenciem os fatos de acordo com uma perspectiva de compreensão do mundo que quer comunicar uma certa experiência pessoal e social.

Nesse sentido, pode-se dizer que os sujeitos sociais são ativos narradores, ao mesmo tempo em que são *narrados*, isto é, são formados pelas estruturas narrativas dominantes de seu tempo, e particularmente dos campos de ação onde estão inseridos. Nesse sentido vale a pena trazer a contribuição de Edward Bruner (1986), no contexto do debate antropológico,

onde introduz a noção de narrativa como estrutura de significado, tomando a etnografia como uma narrativa tanto quanto o relato dos nativos sobre o qual esta se constrói. Desde uma perspectiva reflexiva ele afirma que a etnografia, enquanto ato interpretativo, é guiada por uma narrativa, isto é "uma estrutura narrativa implícita que fala sobre as pessoas que nós estudamos" (Bruner, E. 1986:139). Para Edward Bruner os principais elementos de uma narrativa são: a estória, o discurso e o relato (*telling*)<sup>54</sup>.

A estória, entendida como modelo, tem um duplo aspecto: é ao mesmo tempo linear e instantânea. Por um lado, a estória é experienciada como uma seqüência e, por outro lado, é percebida como um todo de uma só vez - antes, durante e depois do relato. As estórias dão sentido ao presente e nos tornam capazes de vê-lo como parte de um conjunto de relações envolvendo um passado constituído e um futuro. As narrativas mudam, todas as estórias são parciais, todos os sentidos incompletos. Não há significado fixo no passado, a cada novo relato varia o contexto, a audiência difere e a estória é modificada. Assim, "recontar se torna profetizar"<sup>55</sup> (Bruner, E. 1986:153).

A respeito do relato, Edward Bruner (1986) aponta para quatro níveis de relatos que compõem a pesquisa, enquanto uma produção discursiva polifônica. O primeiro é o relato dos povos e/ou sujeitos estudados sobre si

mesmos (auto-relato). O Segundo é o do pesquisador em seu diário de campo. O terceiro é aquele que o pesquisador faz para sua audiência (colegas/academia) com quem enriquece sua análise para uma posterior publicação. O quarto pode ser considerado como aquele dos pesquisadores/leitores do trabalho que o resumem e o discutem em suas próprias salas de aula e publicações. Assim, estamos sempre recontando as mesmas histórias e ao mesmo tempo recriando-as. Neste sentido, como afirma Jerome Bruner (1995:153) a autobiografia pode ser entendida como uma atividade de autoposicionamento — que fixa uma posição mais virtual do que real — e resulta de um ato de navegação pelo mundo simbólico da cultura.

Tendo em vista a natureza narrativa dos processos biográficos, Riemann e Schütze (1991) também enfatizam o relato e a análise biográficas como uma situação essencialmente criativa, que é lançada no circuito comunicativo, e como tal se estrutura com base em atividades tais como: o informante deve *contar* sua história; *descrever* situações de vida, e *argumentar* sobre problemas significativos e recorrentes e como ele/ela se relaciona com isso. O pesquisador, ao trabalhar meticulosamente sobre esse material comunicativo, também se torna ele mesmo mais um interlocutor, integrando o circuito dialógico da produção do conhecimento.

Esta situação comunicativa pode ser estendida a outras vozes, pois o sujeito da autobiografia, ao narrar sobre si mesmo, localiza-se em relação a outras narrativas, participando de um diálogo mais amplo com outros campos ou contextos sociais. Os autores destacam as experiências de vida no contexto de sua produção pela interação social e enfatizam o modo como estas são interpretadas e sedimentadas no curso desta interação. O relato biográfico é, portanto, continuamente afetado pela interpretação, seja do próprio sujeito que o profere, seja do pesquisador que intervém enquanto mais um interlocutor<sup>56</sup>.

Nos níveis do relato distinguidos por Edward Bruner, nas dimensões comunicativas indicadas por Riemman e Shütze, ou ainda nas mediações configurantes da atividade mimética descrita por Ricoeur, estamos diante dos diversos níveis do ato simbólico e narrativo. Neste jogo polifônico, o sentido não está nunca aprisionado numa intenção ou significado prévio, mas é efeito imprevisível de um encontro de alteridades, portanto somente acontece numa situação de comunicação e está fadado às vicissitudes da recriação permanente.

A condição narrativa remete à experiência humana para o campo do *ficção*, no sentido da permanente reelaboração, ou ainda, poderíamos dizer, da auto-invenção. Nesse sentido, a condição narrativa está presente tanto

na literariedade da obra artística quanto no percurso do sujeito que se narra para salvar-se das paralisias de uma trajetória cristalizada em pontos de trava neuróticos<sup>57</sup>. Seja enquanto produtividade cultural ou individual, trata-se de tomar o relato biográfico como ato narrativo que proporciona ao sujeito sempre uma nova oportunidade de se apresentar, recontar e reposicionar-se, tecendo e retecendo a *intriga*, sob os limites da discordância do destino, do tempo e do desconhecimento de si mesmo.

As experiências, ao serem contadas, transpõem a vida para o registro da narrativa, transformam-se em textos e passam a ser reguladas pelas regras de gênero e convenções que regem esse domínio. Desta forma, por exemplo, o narrador do auto-relato não coincide completamente com o personagem que protagoniza a ação, a começar por não compartilhar com este as condições de espaço e tempo. Com isto destaca-se a disjunção entre o sujeito que narra (narrador) e o foco narrativo, mesmo que na autobiografia se trate de um foco em primeira pessoa, do tipo *eu-protagonista*<sup>58</sup>. Jerome Bruner, por sua vez, valoriza na autobiografia não apenas o conteúdo ou os acontecimentos relatados (o que dizer/ o que aconteceu), mas também o *estilo* do relato (como contar, para quem se fala). Para o autor:

"A forma de uma vida é função tanto das convenções de gênero e estilos a que se submete a narração dessa vida, quanto, por assim dizer, daquilo que 'aconteceu' no seu decorrer. Os pontos decisivos de uma vida não são provocados por fatos, mas por revisões na história que se usa para falar da própria vida e de si mesmo. (...) Assim, isso me leva a propor que, num certo sentido, as vidas são textos: textos sujeitos a revisão, exegese, reinterpretação e assim por diante". (Bruner, J. 1995:142).

Os processos reflexivos de interpretação que se expressam no conceito de textualização parecem ser uma característica da própria autoconsciência, um fenômeno histórico que está na origem da própria modernidade<sup>59</sup>. A condição de um sujeito que narra sua vida coloca-o numa posição que é ao mesmo tempo de autor e de intérprete de si mesmo. Trata-se aqui de pontuar a distância entre o sujeito e o *si mesmo* que é narrado. Esta disjunção subjetiva é a condição que torna a autocompreensão uma tarefa de interpretação e transforma o sujeito numa espécie de autor-intérprete de si mesmo. Esta condição faz do auto-relato uma construção não transparente e não plenamente controlável para o sujeito, aproximando-a de um ato de criação estruturalmente análogo à ficção. Neste sentido o relato autobiográfico não representa o sujeito, mas o produz. Daí a natureza de auto-invenção do relato autobiográfico.

O que estou sugerindo é que, entre a busca da verossimilhança nos auto relatos e a criação deliberada da narrativa literária há mais continuidades do que supõe uma nítida demarcação dos territórios do real e do ficcional. Assim, os auto-relatos sobre a trajetória profissional dos sujeitos deste estudo certamente se afastam de uma *história natural*, como acontece na narrativa de ficção. Guardadas as diferenças entre esses dois campos narrativos, as biografias narradas através das trajetórias de vida também poderiam ser vistas como espaços *ficcionais*, a partir dos quais, lembrar e contar é sempre reorganizar e reconstruir uma identidade narrativa<sup>60</sup>. Essa auto-invenção, por sua vez, traz consigo a invenção do Outro, das relações de alteridade e, portanto, da identidade narrativa de um campo intersubjetivo e cultural em questão. É neste sentido que a auto-invenção dos sujeitos é simultaneamente posicionada num campo social e demarcadora deste mesmo campo.

Nesse sentido, o que está sendo *inventado* no ato narrativo autobiográfico dos educadores ambientais é, para além da dimensão pessoal das vidas narradas, um *sujeito ecológico*, que idealmente é suposto atuar segundo uma ética ambiental. A identidade narrativa, enquanto uma chave de sentidos para o ambiental e tematizada a partir dos auto-relatos dos educadores ambientais, se instaura, neste caso, enquanto horizonte de

possibilidades do sujeito ecológico, comprometido em levar adiante e expandir os ideais preconizados pelo campo ambiental.

#### 4 A Invenção do sujeito ecológico

"Não sou religioso. Acredito na espécie humana. A espécie humana é muito recente e muito frágil e pode desaparecer. Deveria ser egoísta no sentido de se autoprotger. A proteção do meio ambiente, essa deveria ser a religião do planeta". (Depoimento de Sebastião Salgado a Roberto D'Ávila, no Programa Conexão, TVE, 04/02/98)

A tradição ambiental, como vimos, constitui um território simbólico, uma trama de sentidos e temporalidades sempre reencontrados e recriados nos auto-posicionamentos dos sujeitos em suas trajetórias de vida. O auto-relato, neste sentido, é o *locus* deste encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural. No caso deste estudo, pode-se pensar as trajetórias e o horizonte histórico construindo e sendo construídos por uma *identidade narrativa* (Ricoeur, 1997) ambiental, jogo a partir do qual se torna possível a invenção do ambiental e de seu

correlato, o sujeito ecológico<sup>61</sup>. Este deve ser compreendido como um tipo ideal que alude simultaneamente a um perfil identitário e a uma utopia societária. Diz respeito ao campo ambiental mas, na medida em que este ganha legitimidade, se oferece ao conjunto da sociedade como modelo ético para o estar no mundo — como se pode observar pelo depoimento do fotógrafo Sebastião Salgado, que captou com sua percepção acurada mais este flagrante da realidade em que vivemos.

Discutirei neste capítulo algumas das características, atributos e ideais que estariam desenhando este sujeito ecológico em sua expressão mais geral na configuração do campo ambiental e em sua expressão instituinte, subjetivada nas trajetórias de vida narradas pelos educadores.

### **Quem é o sujeito ecológico?**

Esta é uma pergunta que tem motivado levantamentos (SEMA, 1987; WWF/Mater Natura, 1996) e estudos visando identificar quem são, quantos são, onde estão e como se organizam os sujeitos da ação ambiental.

Quanto aos estudos, há os que se detiveram mais sobre o perfil dos movimentos e organizações ecológicas (Viola, 1987 e 1992; Landin, 1988; Antuniasi, 1988) e aqueles que, com base em entrevistas e grupos focais, buscam traçar um perfil dos ecologistas (Crespo, 1992 e 1998; Herculano,

1996; Reigota, 1999). Esses estudos buscam entender o campo ambiental e os sujeitos que aí se movem, seja focalizando a dimensão instituída dos movimentos e organizações, ou a ação instituinte dos seus agentes. Considerando o caráter reflexivo da produção epistemológica nas condições de alta modernidade (Giddens, 1991), bem como a implicação concreta de seus autores na cena ambiental, mais do que registros objetivos, esses estudos podem ser considerados co-autores de seu objeto. É nesta condição que serão tomados como testemunhos da produção do sujeito ecológico.

Traçando um rápido perfil das múltiplas faces deste sujeito poderíamos dizer que, nas análises de Viola (1987), de corte sociológico, o sujeito ecológico — a despeito da tipologia interna ao movimento ecológico estabelecida<sup>62</sup> — é descrito como herdeiro da cultura socialista e da crítica marxista à ética utilitarista. Protagoniza um movimento histórico e um novo paradigma da ação política capaz de unificar o campo dos novos movimentos sociais num movimento mais abrangente e multisetorial<sup>63</sup>.

Herculano (1996), também a partir de uma aproximação sociológica denomina o *campo do ecologismo* como um segmento da sociedade civil organizada, e toma como base para seu estudo o caso do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Preparatório para a Rio-92. Traça um perfil deste campo, descrevendo-o como constituído por baixa institucionalização

das organizações. Caracteriza seus atores como indivíduos de alta escolaridade (nível superior de educação), pertencentes a uma elite cultural e portadores de uma postura heróica em sua luta política. Destaca-se em Herculano o caminho interpretativo que, além do apoio na teoria sociológica sobre as elites, foi buscar nas contribuições do helenista Junito Brandão o arquétipo do Herói para caracterizar o ator do ecologismo como "um guerreiro, mistura de força e de fraqueza que vive na fronteira entre dois mundos" (Herculano, 1996:93).

No estudo de Landin, de corte antropológico, a *ecologia* aparece como uma fatia do universo das ONGs, dividindo espaço com as *organizações a serviço do movimento social* e de *mulheres*. Esta fatia ecológica é descrita como a mais recente, pulverizada e informalmente estruturada dentro deste universo organizacional, tendo em comum com as *mulheres* a ambivalência entre ser movimento ou ser instituição. São ainda apontadas como mais independentes do ideário e das fontes de financiamento clássicas deste campo que são as agências eclesásticas de cooperação internacional, e mais próximas de um universo espiritualista e *alternativo*. Como conclui Landin (1988:55): "Se o universo 'a serviço do movimento popular' liga-se às Igrejas, o ecológico liga-se as 'seitas". Para

um retrato das organizações ecológicas dentro do campo das ONGs, Landin sintetiza:

"Embora a 'conscientização' e a 'educação' sejam também metas fundamentais, o ideário aqui perseguido é bem distinto, a transformação pretendida é pensada em termos de 'homem' (ser humano) e 'natureza'. Nessa relação a contradição ou desajuste deve transformar-se em harmonia e algumas palavras-chave aparecem qualificando as áreas e práticas sociais destas ONGs: 'alternativa' (desenvolvimento, comunidade, vida, religião, agricultura, socialismo alternativo); 'integral' (desenvolvimento, evolução, promoção humana, alimentação integrais); 'equilibrado', 'harmônico', 'planetário', 'holista'". (Landin, 1988:59)

Crespo, no estudo "O Brasil na era verde", baseada em entrevistas com formadores de opinião de diferentes setores<sup>64</sup> sociais sobre temas e questões relativos à ecologia/ meio ambiente ao perguntar-se *quem são os ecologistas?* constrói um *ideário básico* a partir das idéias-chave de dez autores mais citados como referências de leituras pelos entrevistados.

Neste ideário organizado na forma de *crenças*, destacam-se:

"Crença na unidade do planeta em uma sociedade planetária, na possibilidade da extinção da vida, na ameaça populacional sobre os recursos naturais, na insustentabilidade do modelo economicista /utilitarista Ocidental, no equilíbrio ecológico como chave para o sucesso ou fracasso da espécie humana e, finalmente, crença na idéia de que passamos por uma crise de civilização que vai engendrar uma nova sensibilidade e/ou subjetividade que localiza no campo da cultura o motor da futura sociedade orientada por valores ecológicos". (Crespo, 1992:41-42)

Como se pode ver a partir destes estudos-testemunhos das visões que se constroem no campo, um espectro de atributos e valores apontam para as múltiplas faces do *sujeito ecológico*. Um sujeito que pode ser visto

em sua versão grandiosa como um sujeito heróico, vanguarda de um movimento histórico, herdeiro de tradições políticas de esquerda mas protagonista de um novo paradigma político-existencial; em sua versão *new age* é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holista; e também em sua versão *ortodoxa*, onde é suposto aderir a um conjunto de *crenças básicas*, uma espécie de cartilha — ou ortodoxia — epistemológica e política da crise ambiental e dos caminhos para enfrentá-la.

#### **Educação ambiental: a ação educativa do sujeito ecológico**

É diante deste pano de fundo que se posicionam os educadores ambientais, que tomamos como uma expressão deste sujeito ecológico. Sua experiência neste universo altamente heterogêneo é a de compartilharem a identidade de sujeitos ecológicos, tendo como especificidade o fazer educativo no campo ambiental.

Partimos aqui da idéia de que a EA é a ação educativa do sujeito ecológico. Isto significa privilegiar sua filiação a uma tradição ambiental mais do que a uma tradição pedagógico-educativa. Isto verifica-se, por exemplo, no âmbito das políticas públicas e legislações sobre EA, e também, como demonstrou Trajber (1996), no circuito das publicações em EA, onde a

presença dos organismos e instituições governamentais de meio ambiente é maior e mais antiga do que as instâncias institucionais da educação.

Evidentemente que, ao constituir-se enquanto prática educativa a EA também se filia ao campo da educação propriamente dito e é da confluência entre o campo ambiental e algumas tradições educativas que vão surgir orientações específicas dentro da EA<sup>65</sup>. Contudo, esta interseção entre o ambiental e o educativo, no caso da EA, parece se dar mais como um movimento da sociedade para a educação, repercutindo no campo educativo parte dos efeitos conquistados pela legitimidade da temática ambiental na sociedade. A educação — um campo altamente sensível as novas demandas e temáticas sociais — incorpora a preocupação ambiental em seu universo propriamente educacional, transformando-a em objeto da teoria e prática educativa. Assim tem se dado não apenas com a temática ambiental, mas também nos casos de outras *educações* que ganham especificidade segundo seu objeto temático — como a educação de gênero, educação para a Paz, educação para os Direitos Humanos e outras.

### **O sujeito ecológico em foco nos educadores ambientais**

As faixas geracionais dos educadores que entrevistamos são uma das características que falam deste sujeito e do campo onde se inscreve<sup>66</sup>. Com base na literatura e nos depoimentos ouvidos e tomando não apenas as idades mas também as memórias e as referências a pessoas e eventos citados, distingo três cortes geracionais: os fundadores, a primeira geração pós-fundadores e uma segunda (nova) geração.

Os fundadores estão entre aqueles com mais de 55 anos, e que participaram do contexto fundacional onde a questão ambiental enquanto debate e ação organizada emerge na esfera pública como tema de interesse e relevância para a sociedade. Os pós-fundadores abarcariam um intervalo etário amplo entre 35 e 55 anos. A maior parte dos entrevistados deste estudo estão localizados nesta posição geracional, são pessoas com mais de 35 anos, onde a faixa dos 40 é a mais recorrente. São profissionais e/ou militantes que se reportam aos fundadores como inspiração e modelo para a ação. Fizeram sua graduação entre o final dos anos 60 e o início dos 80 e estão no campo há mais de 10 anos. A segunda ou nova geração estaria na faixa abaixo de 35 anos, tendo feito sua graduação a partir de meados dos anos 80 e anos 90. Estão no campo há menos tempo. Por tratar-se de um fenômeno social recente, penso que estes três cortes etários dão conta de

agregar as grandes clivagens geracionais desde os anos 70 até o final dos 90, no que tange a ação e ao ideário ambiental e à própria história de organização do campo<sup>67</sup>.

Os fundadores são aqueles ativistas, cientistas ou técnicos governamentais considerados como as primeiras referências na ação direta e no debate público sobre as questões ambientais. São nomes que pertencem a um contexto fundacional, como aponta Reigota num artigo autobiográfico sobre a EA no Brasil:

"O intenso debate político-cultural do final dos anos 70 e início dos anos 80, foi de fundamental importância para a formação de muitos profissionais da educação de minha geração. (...) É nesta época e nesse contexto que gostaria de situar o surgimento do pensamento ecologista brasileiro contemporâneo, cujos principais nomes, na minha escalação, são: José Lutzenberger, Fernando Gabeira, Augusto Ruschi, Aziz Ab'Saber, Paulo Nogueira Neto, Cacilda Lanusa e Miguel Abella". (Reigota, 1998:15-16)

Reigota é um dos educadores que incluímos na categoria de informante juntamente com os outros entrevistados, pelo caráter autobiográfico de muitos de seus textos. Estaria na faixa que estou chamando de pós-fundadores. Muitos dos precursores nomeados por Reigota são igualmente lembrados numa espécie de memória fundacional do campo por outros entrevistados. São pessoas e acontecimentos como é o caso da passeata solitária do pintor anarquista Miguel Abella contra a poluição em São Paulo, à qual se seguiu a "Exposição de Arte Ecológica"

em 1973, reunindo artistas de peso como Aldemir Martins e Darcy Penteado, e a fundação do movimento “Arte e Pensamento Ecológico”, em 1974. Abella e outros ecologistas estão associados ao início de articulações como a Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente, a APEDEMA (SP). Sobre este momento relata um educador ambiental de São Paulo entrevistado:

"A APEDEMA foi um desdobramento da Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade - CDPC. Eu estava no meio da criação dela em 77, aí quando a CDPC entrou em refluxo, por várias divergências que tinha o movimento. Então foi ficando muito turbulento e aí o pessoal do *Movimento Arte e Pensamento Ecológico*, o *Luís Carlos Barros*, o *Miguel Abellá*, o *Aziz Ab'Saber*, o *Valdemar Paioli* — que depois rachou com o pessoal e criou a Associação Brasileira de Ecologia e em mais uns anos a Associação Mundial de Ecologia. Tinha outro, o *Piero Leoni*, que era um empresário, e o *Fábio Feldmam* disse que o Piero é que o levou pro movimento ambientalista. Tinha o *Cláudio Becarti*, o *Miguel Abellá*, o *Valdemar Paioli* e a *Cacilda Lanusa* eram as pessoas que acabaram sendo a alma da APEDEMA no começo que chamaram essa rearticulação"<sup>68</sup>.

Augusto Ruschi é um nome que alavanca a APEDEMA do Espírito Santo, e vai servir de referência para a entrada na militância ambiental de uma de nossas entrevistadas:

"Eu fiz biologia e no final da década de 70 quando começou no Brasil uma repercussão muito grande com relação à questão ambiental. Então, no Espírito Santo nós tínhamos um grande nome que foi o professor *Augusto Ruschi* e nós tínhamos também dentro da universidade a Associação Espírito-Santense de Biólogos que a gente tentou resgatar e que o filho dele fazia parte".

O Rio Grande do Sul tem um papel destacado nesta história do movimento ecológico. A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente

Natural - AGAPAN, fundada em 1971, é considerada a primeira organização combativa da década<sup>69</sup>. Reúne ativistas gaúchos sob a liderança de José Lutzemberger. A AGAPAN enfrentou sérias dificuldades durante o governo Médici, onde a reunião de grupos da sociedade civil era passível de suspeita. A partir de 1974, com o início do processo de distensão política, as condições para o exercício de reuniões e ações coletivas melhora e começam a surgir outras associações e movimentos ambientalistas em cidades do Sul-Sudeste. Juntamente com a AGAPAN; Lutzemberger é outro nome recorrentemente citado, pelos que assistiram suas palestras ou leram seus livros como *O fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro* (1980) e *Pesadelo atômico* (1980a). Entre os entrevistados ele é uma referência para a entrada no campo tanto de uma antiga liderança quanto para a mais nova das entrevistadas. Quanto a primeira, trata-se de Magda Renner, uma conhecida liderança ecológica gaúcha, ela mesma contemporânea de Lutzemberger:

"Em 1972 aconteceram várias coisas ao mesmo tempo, a Conferência de Estocolmo. Ao mesmo tempo, aqui, as nossas livrarias começaram a vender livros como 'Antes que a natureza morra', que foi um dos primeiros livros que apareceu. E se fundou aqui a AGAPAN com o *Lutzemberger*. Devo dizer que foi pra mim um acontecimento. Quando ouvi pela primeira vez o Lutzemberger ele falou dos quatro quesitos básicos da ecologia, uma palestra que eu centena de vezes repeti em não sei em quantos lugares".

Quanto à segunda, uma jovem educadora ambiental gaúcha, atuando numa ONG ambiental, compartilha desta história:

"A primeira leitura que eu me lembro de ter feito foi 'O manifesto ecológico' do Lutzemberger, logo que eu entrei na Universidade. É um livro catastrófico, mas super bom pra mexer com as pessoas mesmo. E o Lutzemberger é uma pessoa marcante. Eu escuto falar nele desde criança. Na minha casa, minha mãe gostava de escutar quando ele falava na rádio, então ele é uma pessoa que marca meu processo de formação".

Entre os nomes que compõem esta geração de fundadores alguns são mais conhecidos regionalmente, como Cacilda Lanusa em São Paulo e Arno Kaiser no Rio Grande do Sul. Outros nomes ultrapassaram as fronteiras regionais e tornaram-se decididamente nacionais. Crespo (1992) encontra em seu estudo referências a um pequeno grupo de nomes nacionais dentro do universo de fundadores. Estes são identificados como "ambientalistas com mais de 20 anos de militância" (Crespo, 1992:71). Os entrevistados ouvidos em sua pesquisa mencionam as seguintes lideranças precursoras como motivação para criação de entidade ou início da militância ecológica:

"A consciência que leva a ação pode surgir da própria comunidade, ou é despertada por líderes carismáticos, 'missionários da ecologia'. Os quatro mais citados destes 'cavaleiros andantes' do ecologismo foram: *Paulo Nogueira Neto, José Lutzemberger, Ângelo Machado e Ibsen Gusmão Câmara*". (Crespo, 1992:88)

Estas referências e memórias contam a história não apenas dos precursores mas igualmente de um contexto fundador que torna estes

personagens possíveis e suas idéias plausíveis. No mesmo momento em que estes homens e mulheres — mais homens que mulheres — estão falando, denunciando, arregimentando e organizando ações, é o próprio campo ambiental que está despontando em torno destes nomes, atos e palavras.

### **O ambiente histórico de um novo campo social**

A emergência destes personagens acontece concomitantemente com o aumento de importância e visibilidade da questão ambiental, no plano internacional. Poderíamos dizer que o ambiental, diferentemente de outros campos sociais, já nasce "mundializado". É fruto de um momento de forte debate internacional que permite tanto a difusão e articulação de experiências da sociedade civil em diferentes países, quanto o crescimento de uma certa ordem internacional baseada na articulação dos governos, para o estabelecimento de acordos, políticas, e financiamentos internacionais. Como lembra Paulo Nogueira Neto, militante conservacionista e primeiro secretário de meio ambiente do Brasil<sup>70</sup>: "O começo do movimento ambientalista no Brasil foi conservacionista. Para nós, meio ambiente era conservação da natureza e ponto final. E permaneceu mais ou menos assim até os anos 70" (1995:28).

Tanto nos depoimentos de ativistas quanto na literatura, destaca-se a referência aos anos 70 como a década onde começa a configurar-se de forma mais sistemática um conjunto de ações, entidades e movimentos que se nomeiam *ecológicos* ou *ambientais* e, no plano governamental, uma estrutura institucional voltada para a regulação, legislação e controle das questões de meio ambiente. Essa década vai criar as condições para a expansão e consolidação das entidades ambientalistas na década seguinte<sup>71</sup>.

Não podemos nos esquecer do clima social e cultural que caracteriza as condições de emergência do campo ambiental. Os movimentos e idéias que marcaram o mundo pós Segunda Guerra Mundial como o desenvolvimentismo, as políticas da guerra fria e a reação contracultural, preparam a cena para a geração dos anos 70, com suas diversas matizes ideológicas. Eventos mundiais como a chegada do homem à lua, a guerra do Vietnã, a bomba atômica, o *rock* de protesto, estão entre as experiências e lembranças que marcaram muitos dos líderes e educadores ambientais no Brasil. Ao despontar nos anos 70 o campo ambiental brasileiro nasce em uma sociedade complexificada pelos meios de comunicação de massa, pela expansão da classe média e segmentos formadores de opinião, em que pese a conjuntura política de repressão e censura do regime autoritário

daquela década. A informação rápida e os processos de internacionalização estão em pleno curso. Como testemunha Magda Renner, foi a partir de 1974 que, no Rio Grande do Sul, sua entidade originalmente identificada como uma associação de mulheres, instituiu um setor de ecologia e iniciou sua trajetória internacional<sup>72</sup>:

"Quando nós iniciamos o trabalho sobre o meio ambiente, isso era uma coisa nova, despertava muito interesse e tínhamos toda a imprensa, a gente conseguia um espaço muito grande. Aí eu recebi um prêmio em 74 ou 75, um prêmio pela ecologia. *Isso foi uma primeira onda*. Alguns anos depois, em 1980, veio um telefonema do consulado dos EUA, e perguntaram se eu aceitaria um convite para viajar um mês nos EUA. Quando ele acabou de falar eu peguei uma cadeira, sentei e disse: espera um momentinho, agora você me repete tudo do que você disse, porque eu achava que isso não podia cair do céu. Ele repetiu tudo e me explicou que o consulado tinha um programa de intercâmbio e daí realmente naquele ano eu fui para os EUA. *Essa foi uma segunda onda que foi bem mais alta que a primeira*".

Maga Renner descreve sua trajetória e a de sua entidade como uma sucessão de *ondas*. Uma imagem muito apropriada que remete para o balanço entre os três vértices deste acontecimento — o lance de sorte do destino, os fatores determinantes do contexto que tornaram isto possível e a ação intencionada do sujeito — onde a ação intencional é o ponto menos enfatizado nesta imagem. Assim, a *onda* que a *lança* no circuito internacional fala ao mesmo tempo do contexto de internacionalização do debate ambiental, do foco que ampliou a visibilidade das ações ambientais

nacionais naquele momento e, finalmente, da surpresa do sujeito içado pela oportunidade:

"Nos EUA em 30 dias eu tive 44 entrevistas com pessoas e grupos diferentes, e naturalmente você pode imaginar que onda foi essa! Quando cheguei tinha 12 cartas de pessoas e grupos diferentes me esperando. Essa foi a grande onda que nos atirou a nível mundial, e um ano depois a nossa vice presidente foi convidada para o mesmo programa. Depois daquilo vieram os convites para Penang, Malásia, e aí entrou num circuito internacional (...). Então essas eu considero que foram as ondas grandes que nos atiraram no exterior onde depois nós tivemos as discussões com o Banco Mundial".

Outro entrevistado evoca em suas memórias de adolescente o despertar para a questão ambiental nos anos 70 quando é envolvido pelo contexto fundacional:

"O meu envolvimento com a questão ambiental eu acho que dá para localizar em 70, setenta e poucos. Eu lembro que em 72, 73, saiu essa cartinha. Eu nasci em 57, tinha uns 15 anos então. Escrevi uma cartinha em defesa das baleias que saiu no Diário Popular. Aí acho que por vaidade escrevi outra, para a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, a FBCN. Se não me engano, foi o *Almirante Ibsen Gusmão* ou algum daqueles outros senhores que me respondeu mandando um monte de livros da FBCN e perguntando se eu queria contribuir com a proteção da natureza e se eu poderia criar uma associação de proteção ambiental, alguma coisa do tipo".

A Fundação Brasileira para Conservação da Natureza – FBCN, citada no relato deste educador ambiental como parte de seus primeiros passos no campo ambiental, é uma das primeiras instituições conservacionistas brasileiras e certamente a mais estruturada, ativa até os dias de hoje no Rio de Janeiro<sup>73</sup>. Antes dela, há apenas a Associação de Defesa da Flora e da Fauna, de 1956, em São Paulo, considerada a mais antiga do Brasil, de

onde saiu o primeiro secretário de meio ambiente, o Dr. Paulo Nogueira Neto, um de seus fundadores. Como se pode depreender de seu próprio depoimento, esta era uma iniciativa mais frágil institucionalmente do que o empreendimento FBCN:

"Naquela época (1956), Jânio Quadros, então governador de São Paulo, queria transformar o Pontal do Paranapanema em reserva florestal, mas tinha pouco apoio. Eu e dois amigos, José Carlos Reis de Magalhães e Lauro Travassos Filho, pensamos em dar alguma ajuda ao projeto. Cada um resolveu fundar uma associação, que eram três blocos impressos, com o nome de uma associação. Começamos a enviar carta pra todo mundo, até que um deputado fez um discurso contra uma instituição que na verdade era um bloco de cartas. Fundamos então uma instituição de verdade e surgiu a Associação de Defesa da Flora e da Fauna. Éramos três gatos pingados e mais alguns amigos que nos ajudavam a procurar jornais e autoridades". (Nogueira Neto em: *Ecologia e Desenvolvimento*, 1995:29)

A FBCN, por sua vez, fundada em 1958 no Rio de Janeiro por cientistas renomados, conquistou visibilidade com sua atuação em nível nacional, num período em que predominavam as ações conservacionistas e quando o meio ambiente era eminentemente um tema científico, como nos lembra Antuniasi, em sua análise sobre o movimento ecológico em São Paulo:

"O meio ambiente começa a aparecer com mais frequência nos noticiários de jornais a partir do anos 70. Grande parte dos artigos e notícias sobre problemas ambientais vinham da sucursal do Rio de Janeiro e tinham como referência a atuação e o pronunciamento da FBCN. Até 1970 a maior parte dos artigos e pronunciamentos sobre problemas ambientais eram de especialistas, sobretudo estrangeiros, em geral professores em visitas às universidades e institutos de pesquisa" (Antuniasi, 1988:23).

A FBCN esteve presente em Estocolmo, na I Conferência da ONU para o Meio Ambiente, em 1972, famosa pela posição da Comissão Governamental Brasileira que defendeu o binômio desenvolvimento-poluição<sup>74</sup>, como lembra Magda Renner:

"Em 1972 começava a primeira conferência, a de Estocolmo, onde o Brasil declarou solenemente que os países mandassem poluição do desenvolvimento para cá porque nós temos a poluição da miséria que é a pior de todas as poluições".

É neste clima de controvérsias e respostas às pressões internacionais que se cria uma estrutura institucional para a gestão do meio ambiente, como desdobramento direto da integração do Brasil numa ordem internacional impulsionada pelas conferências do chamado Ciclo Social da ONU<sup>75</sup>. A Conferência de Estocolmo abre este ciclo em 1972, sob o forte impacto da divulgação, no mesmo ano, do relatório do Clube de Roma e das propostas de *Crescimento Zero* (Meadows, 1973), que acabou transformando esta Conferência num acirramento das disputas entre países pobres e ricos. A história das agências governamentais<sup>76</sup> responsáveis pela política de meio ambiente resulta dos compromissos assumidos na Conferência de Estocolmo<sup>77</sup>.

A criação da SEMA, primeira agência de meio ambiente, no final de 1973, mais respondia a pressões externas do que a uma demanda interna. Contudo, apesar desta espécie de *nascimento forçado*, as instituições

governamentais de meio ambiente no Brasil terminaram sendo, em alguns casos, espaços de referência, onde militantes, ambientalistas e educadores ambientais se formaram. Paulo Nogueira Neto, que cursou direito e história natural, esteve à frente da SEMA desde seu início efetivo em 1974 até 1986. Lembra como foi escolhido para o cargo de primeiro Secretário de Meio Ambiente do Brasil e qual sua postura na condução da SEMA:

"Fui escolhido porque era presidente da Associação de Defesa da Flora e da Fauna. A SEMA tinha duas salas, três funcionários, que depois aumentaram para cinco. Sua criação foi resultado direto da Conferência de Estocolmo. Pensei que para fazer crescer esta estrutura o melhor era me manter politicamente neutro. Era uma época difícil os anos 70, mas sempre fiz questão de me dar bem com todo mundo, pois acho que se pode defender as opiniões sem ofender os outros. Mas, para fazer crescer a preocupação ambiental, eu precisava levantar os problemas". (Ecologia e desenvolvimento, 1995:30)

A partir desta postura pessoal, que se afinava com certa aura apolítica que cercava o tema ambiental neste período, Paulo Nogueira Neto optou por uma estratégia que associava neutralidade política dentro do governo e a publicização dos problemas ambientais através da imprensa:

"Todos tinham medo de dar entrevistas, dar uma declaração errada, o funcionário público tinha pânico da imprensa, pois se dissesse algo que desagradasse poderia ser o fim da sua carreira. Mas eu não tinha nada a perder: o pior que podia acontecer era voltar pra São Paulo, já que eu e minha esposa havíamos nos mudado para Brasília, onde moramos 15 anos. *Minha estratégia foi levantar questões pela imprensa. Eu falava quais eram os problemas, os jornalistas publicavam e nós éramos chamados para resolvê-los.* Os governos partiam do princípio de que se ninguém está reclamando é porque está tudo bem. Mas não é assim: às vezes ninguém reclama por ignorância e naquela época a ignorância era total". (Nogueira Neto em: Ecologia e desenvolvimento, 1995:30)

Esse depoimento revela a presença de uma lógica ativista dentro da agência governamental. E isto é representativo da conduta de várias outras lideranças que atuaram como técnicos ou dirigentes nestas agências ambientais, num período que se caracterizava pelo clima de repressão política, a frágil organização da sociedade civil, e a baixa percepção dos problemas ambientais.

Contudo, é importante ressaltar que o baixo gradiente de politização inicialmente associado aos problemas e manifestações ambientais é efeito de uma percepção da época, não correspondendo necessariamente a uma condição intrínseca. Trata-se justamente de um período de transição onde se inicia a organização da sociedade civil em torno da questão ambiental. Contudo esta dinâmica incipiente, contrastada com os movimentos altamente organizados de corte socialista-marxista e sua luta contra a ditadura — estes sim identificados como movimentos *políticos*, e por isso alvo da repressão do governo militar — não foi de saída decodificada como *política*, no sentido de tornar-se imediatamente um alvo da repressão. Assim, alguns processos de organização popular em torno do ambiental podiam passar quase despercebidos. Nogueira Neto resgata a força destas organizações no contexto de criação da CETESB e da FEEMA, as primeiras

agências estaduais de controle da poluição em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente:

"Todo mundo se queixava que não havia a menor organização. Mas as cidades da periferia da capital paulista, caracterizadas pela grande industrialização e força do movimento operário se organizaram. Os municípios do ABC foram os precursores da CETESB. Assessorados por engenheiros que estudavam o assunto, formaram uma entidade que depois deu origem a SUSAM, que tratava da poluição do ar. No Rio havia o Instituto de Engenharia Sanitária que depois deu origem a FEEMA". (Ecologia e desenvolvimento, 1995:30)

O grupo que participou da SEMA com Paulo Nogueira Neto, Maria Regina Gualda, Maria José Gualda e outros é mencionado por José Silva Quintas, atual diretor da divisão de EA do IBAMA, como fonte de uma experiência em EA que pôde ser incorporada uma vez mais, quase três décadas depois, no órgão executivo da política ambiental no Brasil, o Instituto Brasileiro para o Meio Ambiente (IBAMA):

"Quando chegamos [1991], o IBAMA não trabalhava com educação ambiental, sequer tinha recursos, era uma coisa muito incipiente. Na história do IBAMA quem trazia a experiência da EA era o pessoal da SEMA, o grupo de base que sabia, que discutia Tbilisi, que preparou o documento para Tbilisi, que era a Maria José e a Regina Gualda. Com a constituição do IBAMA esse grupo teve que se refazer. Os outros órgãos não tinham experiência, tinham experiência na área de pesquisa, extensão florestal, mas isso era outra coisa, não pensavam na educação. A educação ambiental era vista como um ou outro *folder*, uma cartilha".

A incorporação da experiência da SEMA no IBAMA e a "falta de experiência dos outros órgãos" a que se refere Quintas estão relacionadas ao contexto da fusão institucional dos diferentes órgãos públicos que

originaram o IBAMA, em 1989. A fusão que origina o IBAMA é parte dos desdobramentos da trajetória da SEMA e, neste sentido, emblemática dos caminhos e descaminhos da política ambiental brasileira<sup>78</sup>. O atributo *meio ambiente* entra no organograma do aparelho governamental como uma espécie de apêndice sem endereço certo, que transita ao sabor dos interesses conjunturais e pressões externas. Inicialmente, a SEMA foi ligada ao Ministério do Interior e depois passou para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, onde ficou até 1987, quando volta para o Ministério do Interior. Aí permanece até 1989 quando é fusionada com os então IDBF, SUDEHVEA, SUDEPE, na constituição do atual IBAMA. Em 1990, no contexto dos preparativos e expectativas para a Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU que se realizaria no Rio de Janeiro em 1992, é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente, a SEMAM, ligada diretamente à Presidência da República. A SEMAM é ocupada por José Lutzemberger, numa ação performática do governo Collor. Nos dois anos que precederam a realização da conferência, a SEMAM teve duas mudanças de secretário e foi extinta em outubro de 1992, em virtude da criação do atual Ministério de Meio Ambiente<sup>79</sup>.

Apesar da política ambiental ter uma história de dispersão e descontinuidade na estrutura administrativa governamental, é desde os

órgãos públicos de meio ambiente que vão se dar várias contribuições significativas ao avanço do debate ambiental no país. Neste caso, o que se passa em termos da macro-política não coincide necessariamente com a atuação, em certas conjunturas, de organismos e/ou instâncias governamentais sob a responsabilidade de técnicos ambientalizados comprometidos com uma militância ecológica, como vimos no caso de Paulo Nogueira Neto, na SEMA. Pádua (1991:151) chega a falar de um "ambientalismo de Estado" no Brasil, referindo-se à importância da atuação de técnicos dos órgãos ambientais na luta ambientalista. Tendo a concordar com Pádua sobre o fato de que talvez tenha sido justamente a condição de marginalidade e menor importância dos organismos de meio ambiente no aparato governamental que fez com que técnicos desses órgãos pudessem ter exercido aí uma performance ecologista, ocupando, algumas vezes, o espaço da crítica ambiental onde o movimento ecológico era fraco<sup>80</sup>. Alguns destes técnicos acabaram posteriormente se filiando ao partido verde, integrando setores ambientalistas em partidos políticos progressistas, ou mesmo fazendo carreira política no legislativo<sup>81</sup>.

### **A militância como sinal diacrítico**

Muitos destes técnicos do Estado no aparato público de meio ambiente se destacaram no campo ambiental como uma referência para os educadores ambientais. Há vários exemplos destes profissionais e do papel formador por eles exercido, como no caso de Kazue Matsushima, técnica da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), uma influência decisiva na formação de Reigota:

"Logo que Kazue Matsushima chegou do exílio político na Bélgica, ela passou a ser uma presença marcante entre os professores da rede pública de São Paulo. Dava cursos, fazia conferências, sempre divulgando a perspectiva interdisciplinar da educação ambiental. Pelo que sei Kazue Matsushima é autora do primeiro livro de educação ambiental no Brasil, editado pela CETESB, empresa onde ela trabalhou por muitos anos. Após uma de suas conferências na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, fui falar com ela e, depois disso, passamos a nos encontrar com frequência. Foi graças a uma informação sobre os estudos sobre meio ambiente nas universidades Belgas que Kazue Matsushima me passou, que pude ir fazer o meu doutorado na centenária e prestigiosa Universidade Católica de Louvain". (Reigota, 1998:19)

O que vamos encontrar, seja nos técnicos que se destacaram dentro e fora da estrutura administrativa do estado, seja nos fundadores, ou ainda em muitas das trajetórias dos educadores ambientais das gerações subseqüentes, é o valor da militância como sinal distintivo e positivo. Kazue, como outros, integram essa categoria que poderia ser chamada de *profissional militante*. Neste caso, o ser militante não remete necessariamente ao vínculo orgânico partidário ou a uma grande narrativa ideológica, como se dá em outros modelos de militância. No campo

ambiental, atravessado pelas mudanças na cultura política contemporânea, o ser militante é uma experiência menos atrelada a organizações partidárias-ideológicas e mais voltada a uma militância de idéias e princípios. Representa sobretudo um compromisso pessoal com um amplo ideário político-existencial que reúne sensibilidades políticas emancipatórias, estéticas e afetivas, além de redes de contatos, eventos e organizações. A postura militante, que faz com que Kazue não permaneça no fazer burocrático da agência de meio ambiente mas circule entre os educadores, escreva livros, é uma *performance* profissional e existencial que vai se firmar como um sinal diacrítico do sujeito ecológico de um modo geral e particularmente para os educadores ambientais.

A militância como um valor que se soma ao espaço profissional é um traço que se delineia a partir da convergência de múltiplos atravessamentos no campo ambiental, apontando para o entrecruzamento do ativismo ecológico, da militância política, das lutas em movimentos sociais, e também do mundo da ação política profissionalizada que cresceu a partir das ONGs de desenvolvimento social. Estes diferentes pertencimentos constituem a bagagem de experiências constitutivas do sujeito ecológico. O conceito de *profissional militante* e os tensionamentos que atravessam esta condição são claramente formulados no relato de um dos entrevistados, que conta

com uma longa trajetória em ONG e é uma reconhecida liderança articuladora no campo ambiental:

"A profissionalização, quando é uma profissionalização de ONGs do nosso tipo, acho que primeiro tem que ter uma boa dose de militância. Esse tipo de profissionalização é uma profissionalização como cidadão, não é ligado a um compromisso técnico tão estreito que não pode ajudar e pode até impedir de entrar em certas questões. Contudo, hoje a profissionalização que existe em muitas ONGs é de consultoria e aí não é a mesma lógica. Executar um projeto por encomenda exige um produto que às vezes tem pouco a ver com uma ONG cidadã militante. Eu acho que ainda temos a chance de colocar este aspecto militante a serviço da sociedade, somar e servir a ela nesse aspecto. O que mais me preocupa hoje é essa dificuldade das ONGs que se voltam para a consultoria e a terceirização. Isso pode ser realmente um problema e pode gerar até mesmo um corte mais radical entre as ONGs militantes e as ONGs profissionais".

O ser militante parece ser amplamente aceito no campo, de modo que mesmo os que não se vêem plenamente identificados com esta condição, situam-se em relação a ela. Quando perguntada sobre como iniciara seu envolvimento profissional com EA, uma entrevistada relata:

"Olha, vai ser meio frustrante para você ouvir o meu relato. *Porque não tem nada de muito nobre, não.* Eu fazia biologia, e então o porquê disto ter começado. A paixão veio depois. *Aí tinha um congresso de zoologia no Nordeste, e eu estava indo e pagando as minhas próprias despesas.* Eu já estava formada e dava aula num cursinho. A minha irmã é jornalista, e comentou onde ela trabalhava sobre as pessoas serem *apaixonadas pela profissão, fazerem sacrifícios*, aí ela citou o meu caso e nessa época uma pessoa da família Mesquita do Estado de São Paulo ouviu isso e falou que a irmã dela o procurasse numa tal de Fundação SOS Mata Atlântica que estava começando e ele era o presidente. E aí eu fui e comecei a trabalhar lá como *voluntária*".

Apesar dos sinais de *paixão* — como ir a um congresso pagando as próprias despesas, ser citada como exemplo de alguém que faz sacrifícios

pela profissão — esta educadora considera que seus motivos para iniciar-se como educadora ambiental "não são nobres". Em sua entrevista descreve o grande envolvimento com o trabalho que se seguiu após ter sido contratada pela instituição onde iniciara como voluntária. Um trabalho que a levou a morar e atuar em tempo integral num campo avançado de EA desta instituição no vale do Ribeira durante oito anos. Contudo, quando perguntada sobre se ela via uma dimensão militante no seu envolvimento profissional, responde:

"Não tanto. Porque eu acho que *militância tem uma coisa mais apaixonada*. Tem uma coisa dentro do movimento ambientalista que eu sou contra. Eu acho que tá certo, que tem a sua importância você ir para rua e chamar atenção das pessoas para uma determinada coisa, mas se não tiver pesquisa em cima você perde a credibilidade, eu acho que tem que saber o que se está falando, então muitas vezes eu me calo porque as pessoas são mais apaixonadas, *os ecologistas*, e eles vão lá, defendem a questão de uma forma mais apaixonada mesmo, e eu não sei fazer isso. *Não é que eu não sei, eu discordo dessa posição, acho que o movimento ambientalista é pouco profissional. Eu não tenho esse lado de militância tão forte, não tenho mesmo, mas tem coisas que eu acredito*, eu acho que esse tempo que eu fiquei lá [Vale do Ribeira], deu para mostrar algumas coisas para as pessoas, deu para eu aprender muitas coisas".

O balanço entre *paixão* e *profissionalização*, faz com que esta educadora, por exemplo, veja os "os ecologistas" como apaixonados e pouco profissionais em contraposição a um outro modelo, subentendido nesta comparação, de profissional competente e isento, mais próximo do cientista ou pesquisador. A credibilidade para ela estaria do lado da

pesquisa e não da ação apaixonada. Como vimos, ela mesma oscila entre corresponder e discriminar-se desta figura do *profissional militante*. A militância associa-se também a uma ação política, seja ela uma ação direta, bastante utilizada pelos movimentos ecológicos, ou outras formas mais clássicas de engajamento político. Para esta educadora este tipo de ação aparece como contramodelo, apesar do seu alto grau de inserção pessoal no trabalho.

Já no caso de outra entrevistada, quando perguntada sobre o tema da participação política na sua trajetória pessoal e profissional, o fato de não ter tido nenhuma experiência de engajamento político é percebido como um *déficit* em sua formação como educadora ambiental:

"Eu nunca tive uma militância política, eu nasci em 64, e sempre tive uma inquietação. Na universidade eu cheguei a participar das CUBs que eram as Comunidade Universitárias de Base mas não fiquei pela questão religiosa, eu discordava de muitas coisas, achava que era muito enquadrado por algumas coisas, não gostei. Mas eu buscava essa coisa do social nesse lugar, de uma atuação pelo social. É engraçado como isso me persegue, talvez seja um dos elementos que eu precise engatar melhor para continuar essa trajetória profissional mesmo".

Para essa educadora a participação política é percebida como um dos *ingredientes* para a formação do cidadão e, neste sentido, deveria estar prevista tanto na formação do aluno quanto, por coerência, na experiência pessoal do educador, de quem se espera que seja um cidadão modelo:

"Num dos capítulos da minha dissertação eu fui procurar me aprofundar sobre o que é isso de participação política e que habilidades o cidadão precisaria para poder participar politicamente na sua sociedade. Então é um trabalho teórico, *porque se a gente quer fazer educação ambiental, formar esse tal cidadão ambientalmente educado, que ingredientes tem que por nesse cidadão, assim bem simplificada falando?* Um deles é essa questão da atuação política. Então aí eu destacaria duas coisas, uma sou eu pessoalmente, um ser com alguma atuação política, e outra é isso dentro do trabalho de educadora ambiental. Nesse momento uma coisa que eu estou precisando fazer é ter uma atuação, eu estou querendo procurar uma deputada estadual em quem já votei duas vezes, gostaria de conhecê-la pessoalmente, conhecer seu trabalho e ver se existe uma interface aí, como cidadã".

A militância como um bem, inclui sua associação a uma atuação política mas também a outras dimensões da vida individual e coletiva — como por exemplo as práticas materiais cotidianas e as condutas morais — coerentes com um sujeito ideal ecológico. A coerência entre a experiência pessoal e as idéias defendidas fazem parte do ideário contracultural que orienta o sujeito ecológico. Como apontou Roszack (1972:68), ao falar sobre o personalismo que caracteriza esta orientação: "para o intelectual radical, a verdade deve ter um contexto biográfico e não meramente ideológico". Na maioria das vezes a correspondência com este sujeito ideal é vivida como uma contradição pelos indivíduos reais pois, tratando-se de um sujeito utópico, que se constitui como contra-exemplo do modelo dominante, nunca é plenamente realizável. Esta condição contraditória aparece em muitos relatos, como no caso de uma liderança ambiental cuja família é proprietária de uma rede de lojas de departamentos:

"Eu cresci numa casa que minha mãe não sabia mas ela era ecológica até a raiz dos cabelos. Mas o que dizer no caso das lojas? eu estou te falando isso porque para mim durante muito anos foi uma grande contradição, isso me deixava angustiada, se as lojas não vendem mais eu também não poderia fazer o trabalho que eu fiz, então como é que se consegue lidar com isso e viver com mais calma com mais sossego. Eu acho que em alguma parte é que pessoalmente eu nunca fui uma consumista e faço o que posso para mostrar os absurdos dessa civilização que vivemos hoje e os limites que nos são impostos".

O que parece estar no centro desta postura militante é a coerência entre o ser o fazer. Esta correspondência, postulada em termos ideais, poderia ser compreendida como parte de um *habitus*<sup>82</sup> onde o imperativo da coerência entre a conduta individual e a responsabilidade ético-política distingue o sujeito ecológico. Como vimos, o engajamento em ações políticas não é a única dimensão da militância ecológica, mas esta estende-se a todas as esferas da vida. Particularmente àquelas que dizem respeito aos comportamentos cotidianos e decisões de consumo, e que por isso ganham visibilidade enquanto campo de ação exemplar e espaços político-existenciais a um só tempo íntimos, pessoais e coletivos de transformação. Neste sentido, como voltaremos a discutir no capítulo 7, o próprio entendimento do que seja a esfera política é alargado, tendo como consequência uma grande exigência sobre os indivíduos, de quem se espera uma adesão integral e a antecipação da sociedade utópica desde sua experiência íntima e suas ações cotidianas.

### **A contracultura como solo político-existencial**

Ser militante, em sua tradução ecológica, tem como cenário o ativismo contracultural. Como discutimos no capítulo 2, a contracultura constitui uma visão de mundo político-existencial que integra o que Carozzi (1994:184) chama de um "macromovimento sociocultural" cuja direção de mudança aponta para a autonomia como valor central. Neste sentido, a contracultura, tomada aqui no sentido de uma referência orientadora e organizadora da experiência (Carozzi, 1999 e Goffman, 1974), poderia ser vista como o solo nativo de onde brota a concepção de militância que vimos descrevendo em conjunto com outros traços do *habitus* ecológico. Neste sentido, o ideário contracultural parece predominar, tendendo a traduzir desde sua grade de contravalores outros projetos de transformação da sociedade e sentidos de militância — como por exemplo aqueles associados à ação política de uma esquerda marxista-socialista, também disponíveis no ambiente sócio-histórico onde se forma o sujeito ecológico — como *tradicionais*.

Esta análise vai em outra direção daquela feita por Crespo & Leitão (1992) quando, ao perguntarem-se sobre as *tradições* da problemática ambiental, destacam a contracultura como uma referência que, nominalmente, aparece como citação pontual nos relatos dos seus

entrevistados, raramente sendo mencionada diretamente como motivação principal para a militância ecológica. Os autores vêem como mais recorrentes que a contracultura, nas memórias dos anos 60 e 70, a chegada do homem à lua, a Conferência de Estocolmo, os intercâmbios com pensadores e a literatura ecológica internacional. Isto os faz referirem-se a *pitadas de contracultura* na composição da problemática ambiental.

Em que pesem os diferentes referenciais teórico-metodológicos do estudo de Crespo & Leitão e do nosso — com conseqüências tanto na orientação dos depoimentos obtidos quanto na sua posterior interpretação — creio que aqui trata-se menos de uma disputa pela *verdade* do campo, e mais de uma eleição por diferentes pontos de partida conceituais e *interpretativos*. Tomo um caminho diferente. Ao ter como base para análise trajetórias de vida, bem como ao eleger o conceito hermenêutico de tradição, tomo o *ethos* contracultural como atualização contemporânea de uma certa tradição ambiental e matriz simbólica de grande recorrência na formação de um tipo ideal que descrevo aqui como sujeito ecológico.

Assim, a análise que faço tende a se filiar àquelas que destacam as conexões entre a cultura ecológica e o movimento contracultural pós-sessentista (Carozzi, 1999, Amaral, 1999; Russo, 1993; Salén, 1991; Landin, 1988). Dentro deste quadro, vejo o ecologismo<sup>83</sup> contracultural como uma

forte referência incorporada ao *habitus* ecológico, seja como idéia-força para os sujeitos que pesquisei, seja como um valor presente nas observações de campo que tive a oportunidade de fazer.

Neste sentido, não me restringindo apenas às referências de pertencimento pessoal à contracultura enquanto um movimento datado, encontrei traços referidos a um movimento contracultural como significante ativo na composição de um *habitus* ecológico. A partir dos relatos dos entrevistados, pode-se dizer que o acesso a este significante contracultural se dá tanto pela via de uma memória histórica do movimento ecológico — que tem seu momento de emergência no contexto da onda contracultural — quanto pela memória pessoal de uma experiência direta ou indiretamente partilhada com este contexto.

Pela característica geracional daqueles que hoje estão entre os 40 e 60 anos, e constituem a geração pós-fundadores no campo ambiental, momentos importantes de sua juventude e socialização — graduação universitária, primeiras experiências de ação política, associação gremial, filiação partidária, definições das afinidades ideológicas, entrada no mundo profissional — estão datados nos anos 60/70. Para muitos das gerações mais novas, o clima contracultural faz parte de uma memória que, mesmo não vivida, é adquirida pela inserção no campo e/ou convivência com

amigos, irmãos e primos mais velhos, como no relato de uma entrevistada sobre as motivações remotas em sua trajetória que a atraíram para o campo ambiental:

"Eu ainda tenho um antecedente de uma irmã mais velha que era *hippie*. Então o movimento *hippie* também está nesse caldo cultural. Ela pegou a década de 60 e a de 70. Tinha a coleção dos *Beatles* e um namorado, que é o marido dela hoje, que era *hippie*. Então eles eram naturalistas, eram ótimos. Eu achava aquilo fantástico. Eu estou me lembrando de coisas, realmente eu estou conectando e vendo o porquê, o que me levou a ser educadora ambiental. Hoje eu morro de rir com ela porque eu tenho uma carta onde ela dizia assim: 'eu sou muito feliz, sou contra o sistema e odeio dinheiro. Você se lembra desta frase feita: eu sou contra o sistema?'".

A cena contracultural está na memória vivida ou adquirida dos sujeitos marcados pela opção ecológica e, ao menos em uma de suas versões, é descrita por Marcos Reigota. Ao situar "os ecologistas" no seu livro homônimo, traz a experiência vivida por ele e seus contemporâneos, através do que denomina "narrativas ficcionais", inscrevendo a identidade ecologista na cena contracultural :

"As e os ecologistas constituíram um grupo social internacional com muitas diferenças, mas também com muitos pontos em comum. A parcela que estará presente nas páginas seguintes desse texto é constituída por netos e netas pós-modernos do existencialismo; filhos e filhas rebeldes da guerra fria, irmãos e irmãs caçulas dos que foram às ruas em 68; primos e primas daqueles que estiveram presentes nos festivais de música da TV Record ou em Woodstock. Cresceram tendo nas paredes dos seus quartos *posters* da seleção tri-campeã mundial de futebol, de Che Guevara, Angela Davis, Janis Joplin, Gandhi, Peter Fonda e Denis Hopper nas suas motocicletas 'sem destino'. Eram garotas e garotos que, como eu, amaram os Beatles e os Rolling Stones". (1999:63)

Como reconstrói Reigota, a cena contracultural brasileira esteve inelutavelmente mixada com o regime autoritário brasileiro e latino americano, nos *posters* de Che Guevara e, da Seleção Brasileira que nos anos 70 foi usada para criar o clima nacionalista-ufanista cuja expressão mais autoritária era estampada no *slogan* *Ame-o ou deixe-o*, difundido pelo regime militar. Como voltarei a tematizar no capítulo 7, as memórias culturais e políticas dos anos 60/70 são constitutivas da socialização política de muitos dos sujeitos ecológicos. O que interessa destacar aqui é o elemento contracultural como marca distintiva que, no contexto brasileiro dos *anos de chumbo*, dá o tom à luta de resistência política e cultural onde se insere o ecologismo no país.

Um dos educadores entrevistados que se envolve com a questão ambiental nos anos 70, traz em suas memórias políticas um dos ícones desta década: as *receitas de bolo* publicadas no Jornal da Tarde. É interessante observar como em sua adolescência entrecruzam-se o amor à natureza em ato de defesa ambiental com o nacionalismo — que condensava tanto a ideologia ufanista militar quanto certa reação nacionalista da esquerda contra a imposição do capitalismo, principalmente norte americano, que apoiava a ditadura — que ele chama de *sentimento*

*cívico* e que, no relato, aparece já sob o crivo da revisão crítica desta história, contada desde o presente:

"Aquela época tinha todos esses elementos: o querer criar uma associação ambientalista, em função do estímulo da FBCN e da Ordem do Graal. Tinha o morar em Embu, numa chácara, onde me encantava com esquilinhos, animais que eu nunca tinha visto, umas coisas assim, a vida rural. *E tinha uma coisa de contestação. Para um adolescente a contestação é uma coisa que começa a dizer respeito. E tive também uma coisa nacionalista, que eu me lembro que com 13, 14 anos, na adolescência, eu me pegava chorando com as coisas do Brasil, com o Hino Nacional, emocionado com o sentimento cívico. Então era uma coisa muito mal equacionada, porque tinha uma coisa de patriotismo que vinha no esteio da propaganda militar junto com uma vontade de contestação que vinha desvirtuar essas manifestações.* Tinha a resistência política e essa coisa de natureza, vontade de criar uma associação ambientalista, de proteger a natureza".

Esse entrevistado é um ecologista de corte contracultural, também preconizado por Reigota. Morou em Embu, uma cidade localizada cerca de 80km do centro de São Paulo que se tornou um reduto da vida alternativa nos anos 70/80. A sobrevivência dos que ali se instalavam era garantida pelo artesanato vendido na extensa feira *hippie* que ocupava parte da cidade e era intensamente visitada pelo turismo de final de semana. A referência a Ordem do Graal é significativa pois este se constituía como um grupo esotérico ao qual pertenciam seus pais, o que confluía como mais um elemento condizente um tipo de religiosidade alternativa. Embora este educador tenha ido morar em Embu por iniciativa dos pais, aderiu a um estilo de vida alternativo:

"Em Embu, fazia bolsa, sapatilha. Durante a universidade também, fazia isso para sobreviver, porque meus pais nunca foram bem de vida para poder me sustentar. Depois fui correspondente do Estadão e repórter de jornais locais, o que criava uma outra *interface* com a luta ambiental, porque eu ia para câmara de vereadores como correspondente do Estadão. Os vereadores do interior me viam como jornalista do Estadão. E eu era barbudo, sandália de dedo, cabeludo, aquele jeito de bicho grilo mesmo, e os caras me engoliam. E daí então saía alguma coisa, eles não podiam me expulsar da câmara dos vereadores. Então foi isso, por isso que talvez seja impossível eu me filiar numa tendência científica que tenha um referencial teórico, que tenha uma única linha, uma igreja".

A autonomia, a liberdade e a independência são temas recorrentes neste relato, onde o entrevistado toma esta agenda político-existencial como desafio pessoal e profissional. Isto se reatualiza, por exemplo, nos dilemas enfrentados sobre o tema autonomia-autoridade quando ele relata uma das experiências de trabalho como educador ambiental com adolescentes:

"É uma experiência de turbulência, porque se a gente quer trazer para o campo concreto a nossa teoria de emancipação, de autonomia. O grupo tem que ser autogestionário, autônomo. Agora em que medida você consegue promover esse espírito de autonomia se afastando, ou em que medida você consegue estando presente? Então você tem que administrar essa presença e essa ausência para que ela não seja interpretada como corpo mole ou como desassistência ou deixar eles na mão, e para que ela seja interpretada como um processo de formação mesmo. Então nós estamos apanhando bastante, a cada grupo que se forma. Eu acho que eu estou tendo uma boa escola para trabalhar com a adolescência dos meus filhos. Como é que se consegue criar um vínculo de confiança com essa moçada de forma que eles falem na cara se tem divergência porque no fim, o papel de professor fala muito alto, é a autoridade, é o pai".

O conflito em ser autoridade sem tornar-se autoritário tem como fundo os dilemas de levar para a prática um ideário político ecológico que este educador assume em seu relato como "nossas teorias da emancipação".

O reiterado repúdio às normatizações e busca de uma autonomia, também são reatualizadas numa de suas possíveis traduções ambientais como *auto-suficiência* e *sustentabilidade*. É com estes conceitos que este ideário reaparece no relato de uma educadora ambiental da nova geração, que fez sua graduação já nos anos 90. Esta jovem bióloga atuando em ONG, freqüentadora de uma comunidade alternativa em seu estado, leitora de Henry Thoreau e interessada em propriedades ecológicas auto-sustentáveis, resume sua visão da EA nos seguintes termos:

"Acho que educação ambiental é uma mudança de visão de mundo. Mudar a questão do consumo, a questão de relações sociais está diretamente ligado à questão ambiental. Acho que a educação ambiental traz uma perspectiva de vivermos mais integrados nesse ambiente do qual somos apenas uma peça, não os donos como a sociedade se comporta hoje. Então, a questão ambiental traz o tema da justiça social. Mas, o que eu entendo de luta ambiental é uma luta que tem em vista essa auto-sustentabilidade, essa auto-suficiência, é a busca de não depender para não ser esmagado nesse sistema, então é uma luta social, é uma luta por uma alimentação mais saudável, é uma luta por relações humanas mais éticas e mais saudáveis".

Como vemos nesta fala, a transformação ambiental está fortemente associada à noção de saúde e bem estar, usada de um modo amplo,

incluindo tanto a saúde social quanto a saúde psíquica e a uma visão de "mudança total", como ela reafirma em outro momento :

"Cidades inchadas como a gente tem não trazem uma sociedade psicologicamente compatível, estruturada, normal ou qualquer coisa assim. Olha, se eu for citar os meus amigos que entraram em surto psíquico, é muita gente. A gente tá vendo uma desestruturação do humano dentro da sociedade, máquinas mais valiosas que pessoas. Então é uma luta social e política que traz uma *visão de mudança total* em relação ao ambiente e a todo os seres aqui existentes".

Aqui vemos como a idéia de luta ambiental se constrói relacionada à conquista de autonomia em relação *ao sistema* — por sua vez, associado a uma situação desequilibrada expressa no consumo, cidades inchadas e na doença psíquica. A mudança desejada, aponta portanto, para relações humanas e uma existência *psíquica* individual mais saudáveis. A relação coletivo e indivíduo reaparece aqui como elemento marcante de uma visão ambientalizada, cujas raízes românticas são reatualizadas no ideário contracultural. Nesta versão contracultural do individualismo romântico, a mudança pessoal tende a ser vista como contraface da mudança social, e o auto-aperfeiçoamento como simultaneamente o aperfeiçoamento do coletivo. Contudo, neste novo contexto cabe destacar como marcas próprias do ideal societário acionado pela contracultura certa visão psicologizante e um modelo de sociedade pensada como *comunitas*<sup>84</sup>.

Esta retomada da dimensão pessoal como espaço de transgressão e recusa à normatização tem como contraface a tentativa de integrar os campos da privacidade e subjetividade como espaços da transformação, ao mesmo tempo individual e coletiva. Entre as conseqüências políticas desta configuração simbólica, está a politização da vida privada que ganha centralidade nos novos movimentos sociais em geral e no movimento ecológico em particular. O ecologismo das décadas contraculturais dos 60/70, levou sua crítica ao modelo de desenvolvimento e ao estilo de vida à esfera pública, promovendo um ideário emancipatório que poderia ser considerado como momento fundador da história política do campo ambiental. Este ideário, em suas várias ênfases e nuances, tem se constituído, como vimos nos relatos analisados, numa narrativa ético-política com grande incidência sobre a cultura política do campo ambiental, um tema ao qual se dedicará o último capítulo deste estudo.

### **O re-ligare ecológico e a sacralização da natureza**

A religião joga um papel importante no ideário ecológico. Diferentemente de um ativista que age num mundo desencantado, secularizado, movido exclusivamente pela força da história, o sujeito ecológico parece ser atravessado por um espírito religioso cuja melhor

expressão estaria no sentido latino do *re-ligare*, que alude a um movimento de realinhamento humano com a natureza como lugar do sagrado. Portanto, não se trata necessariamente de um sentimento religioso convencional, embora a formação religiosa tradicional também faça parte das memórias de formação pessoal e políticas. Vários entrevistados se referiram, por exemplo, à participação em grupos de jovens e escolas católicas. Estes eventos, mesmo que distantes no tempo, são atualizados como parte de uma memória seletiva. São lembrados nas narrativas autobiográficas e reinseridos numa teia de sentidos desde o presente, como experiências que contribuíram para a formação de uma sensibilidade social, associados a um *ethos* ambiental, como podemos ver nos dois relatos que destacamos a seguir:

"Eu estudei em colégio de freira em São Paulo durante 10 anos, então esta coisa de me voltar para o social, eu não posso negar que tem a coisa religiosa, e que foi marcante. Depois eu saí da escola, e desde a adolescência eu nunca mais fui católica praticante, mas o envolvimento com este lado social da Igreja eu adquiri sem dúvida na escola. Tinham aquelas obras das missões, tinha que angariar fundos para não sei o que, a gente saía na rua de loja em loja, pedindo isso, pedindo aquilo. *Era tudo parte de uma percepção onde se uns tem muito e outros tem pouco, alguma coisa tá errada, então vamos ver o que se faz para resolver esta questão. Então, este lado da Igreja e do envolvimento social era uma coisa que sem dúvida me marcou*".

Além do "lado social", de valorização do "semelhante", também uma visão romântica da natureza é trazida como parte de uma experiência cristã

que propiciou a aproximação e a preocupação com a natureza, no depoimento de outro entrevistado:

"Quando eu era criança eu tinha duas referências, que eram uma referência pelas amizades e pelas leituras e uma outra que era a *organização católica que vivi na infância*. E ambas levavam a uma preocupação com a natureza, com a tradição de acampamento que se juntava a um corpo de leituras românticas. *O lado católico da infância levava a uma prática de agir em interação com o semelhante, no sentido de colocar a gente em situação lúdica onde o meio ambiente era o elemento com o qual você trabalhava*".

O que parece significativo na dimensão religiosa do campo ambiental é certa expansão de uma religiosidade tradicional em direção ao que vem sendo chamado *nova consciência religiosa* (Soares, 1994) ou ainda, se compreendido através de uma outra conceituação, movimento *new age* (Heelas, 1994; Amaral, 1994, 1998 e 1999; Carozzi, 1994)<sup>85</sup>. A busca de uma nova experiência religiosa movida pela inquietação em relação à religião convencional, reflete também o desdobramento da contracultura no movimento religioso New Age. Isto aparece nos relatos dos entrevistados como um atravessamento importante no campo ambiental:

"Eu comecei com a tradição católica, freqüentando igreja, grupo de jovens, mas a coisa hoje vai além disso. Eu continuo indo à igreja, freqüentando de vez em quando, acendo vela, faço essas coisas, mas vai além disso. Acredito em outras coisas que a maioria das pessoas não acredita, inclusive com relação à floresta, com relação ao mar, então tem essa coisa assim mais mística. Mas, por força do trabalho, porque esse já é um trabalho tão maluco para alguns segmentos da sociedade, eu evito falar porque se eu mostrar esse meu lado místico, ninguém vai me levar a sério".

Neste depoimento vemos claramente o trânsito não excludente da religião tradicional para uma nova religiosidade e, ao mesmo tempo, o temor sobre a recepção deste sentimento *místico* no meio ecológico *profissional*. Isto aponta, em primeiro lugar, para a heterogeneidade do campo ambiental, pois, mesmo sendo este campo em grande parte devedor de um núcleo inspirador contracultural, onde o *misticismo ecológico*<sup>86</sup> pode ser mal visto por um *técnico-profissional* do campo, cuja filiação passaria mais por uma ecologia científica, como explicita uma liderança ambientalista:

"Eu tenho que te dizer uma coisa, os ecologistas, muitas vezes, em nível nacional e internacional, foram atacados porque eram os místicos. Ou a gente era tachado de comunista e sensacionalista, ou então de religiosidade mística que não tem nada a ver com a ciência. Então eu me lembro de épocas em que o Lutzemberger nos dizia: quando vocês falarem da agricultura ecológica não falem dos antroposóficos, porque tem vários grupos religiosos que entram na agricultura ecológica e de imediato vocês são tachadas de místicas, religiosas, e que não tem nada a ver com ciência".

Esta resistência científica, e poderíamos agregar, racionalista, ao *misticismo ecológico*, embora ainda vigente, hoje se encontra, talvez, mais restrita do que *naquela época* dos conselhos de Lutzemberger, a época fundacional do movimento ecológico no país, quando este precisava impor-se e disputar credibilidade entre todos os setores. Esta mesma liderança, de formação católica tradicional, na seqüência de seu depoimento, demonstra

posicionar-se hoje de forma diferente ao lidar com as fronteiras entre ecologia e religião:

"Mas eu quero te dizer, no ano passado eu fui convidada para falar para um grupo da Seicho-no-iê, e o que é isso senão um grupo também de uma filosofia de religiosidade que vem à tona por uma filosofia de vida? Para os Baha'i aqui já fiz duas palestras. Quando eu vim dos EUA também os Baha'i me pegaram e tivemos uma noite de discussões. E também já falei para os Axés, não sei como é que se fala, são de umbanda, aqui eu fui uma ocasião, vieram me buscar para fazer uma palestra para eles sobre a vida na natureza. Então eu acho que essa é uma coisa bem geral que a gente tem que alimentar aonde vai".

Ela descreve seu sentimento religioso atual como algo que se constrói a partir da compreensão profunda da vida através de uma visão ecológica da natureza:

"Quanto mais entrei na ecologia, melhor entendi alguns mecanismos da natureza, tanto mais se formou essa idéia que não é por acaso que existe esse nosso planeta e nem é por acaso que nós estamos aqui, porque nós somos únicos entre todo o cosmos que a gente conhece até o presente momento neste sistema planetário. Não tem planeta com as mesmas condições de vida — pelo menos não as condições de vida que nós conhecemos. Nós podemos ser como os animais que só tem três dimensões e existe uma quarta dimensão que não vêem, como a formiga que só conhece uma dimensão, ela caminha aqui e não sabe o que está ao lado, em baixo. Somos seres que conhecemos três dimensões e a quarta dimensão nós não conhecemos, essa quarta dimensão seria uma outra vida".

Esta compreensão religiosa da vida não passa mais pelo mito cristão mas aproxima-se de uma nova narrativa religiosa panteísta, plural, cósmica, que está sendo discutida pelos estudiosos da nova consciência religiosa e da Nova Era. É recorrente nesta nova religiosidade seu caráter plural, aberto a várias tradições religiosas de forma não excludente, bem como a

valorização das tradições religiosas e saberes orientais — o que, como vimos, levou Campbell (1995) a cunhar a expressão "orientalização do Ocidente". Isto conflui para a sacralização da natureza, como descreve Soares, destacando o conceito de *energia* como chave que torna possível as novas totalidades do re-ligare ecológico:

"O sentido dinâmico da energia torna a articulação simbólica dos trinômios [mente-corpo-espírito e natureza-humanidade-cosmos] realmente um processo e a integração do espírito na natureza confere ao processo uma tonalidade mística, cuja expressão primeira seria a modalidade fraca de panteísmo de que parece estar revestido o culto ecológico, sempre presente no mundo alternativo. A síntese que incorpora corpo e espírito sob o signo da energia confere à natureza qualidades que a humanizam, espiritualizando-a. A extensão da espiritualidade à natureza libera para a transcendência o que fora apenas vida inteligente, no homem. Transportado para a natureza, o espírito se desindividualiza, se descola da personalidade e de suas complexas singularidades, assumindo a identidade difusa de uma presença conectora inteligente, isto é, dotada de sentido ou inteligibilidade e movida segundo a orientação determinada por sua ordem imanente". (1994:193)

Esta nova religiosidade se, por um lado, ultrapassa o cristianismo, por outro tem sido objeto de uma refração sobre o campo religioso católico, influenciando numa certa assimilação por parte do próprio cristianismo. Soma-se a isto o fato da tradição judaico-cristã ser freqüentemente responsabilizada pela crítica ecológica por suas posições antropocêntricas e as conseqüências disto para a cultura Ocidental <sup>87</sup>.

Dentro deste movimento, no plano religioso, de certa assimilação do *misticismo ecológico* pode ser incluída a reflexão de Leonardo Boff,

conhecido teólogo da libertação que desde os anos 90 tem elegido a reflexão sobre as questões ambientais como uma de suas principais preocupações. A síntese particular operada por este teólogo tem a peculiaridade da articulação das temáticas da emancipação, cristianismo e ecologia, de modo a construir uma nova tradução do *re-ligare* conectando subjetividade, justiça social e a natureza como sujeito de direitos.

A partir de Guattari e Bateson, bem como de uma visão de mundo junguiana, Boff reafirma uma *ecologia mental* que muito se aproxima, por exemplo, da percepção da crise ecológica pela jovem bióloga citada anteriormente — que articula no conceito de saúde-doença os males e virtudes sociais e individuais — alcançando assim uma grande sintonia com este novo "espírito ecológico do tempo":

"O estado do mundo está ligado ao estado de nossa mente. Se o mundo está doente é indício de que nossa psique também está doente. Há agressões contra a natureza e vontade de dominação porque dentro do ser humano funcionam visões, arquétipos, emoções que levam a exclusões e violências (...) a *ecologia mental* procura construir uma integração psíquica do ser humano que torne mais benevolente sua relação para com o meio natural e social e fortaleça um acordo de reverência e equilíbrio mais duradouro com o universo". (Boff, 1995:22-23)

No entanto, adverte:

"Mas também aqui há limites: a ecologia mental apenas alivia a tensão ou cria um novo horizonte de experiência para como mundo? Gera uma nova aliança ou apenas fortalece a trégua com a natureza, deixando de vigorar a mentalidade de possessão, de domínio e de exclusão com referência aos outros humanos e à natureza? Aqui é que se decide o *sentido libertário* da preocupação ecológica". (Boff, 1995:23)

Boff revisita a *hipótese Gaia* (Lovelock, 1991) e a discussão sobre a crise da ciência e do pensamento complexo a partir de Morin e Prigogine, principalmente. Responde à crítica ao antropocentrismo moderno, alertando para o lugar singular do humano na nova aliança pretendida com a natureza:

"Somente podemos fazer as reflexões que estamos fazendo se tomarmos consciência do lugar singular do ser humano no conjunto das espécies e seres. Não são as amebas nem os colibris ou os cavalos que estão fazendo o discurso reflexo sobre o cosmos. (...) O ser humano funda assim, um ponto de referência cuja função é cognitiva. Revela tão somente a sua singularidade enquanto espécie pensante e reflexa, singularidade que não leva a romper com os demais seres, mas reforça sua vinculação com eles, porque o princípio da compreensão, reflexão e comunicação está primeiro no universo e somente porque está no universo pode emergir na Terra progressivamente nos vários seres complexos e finalmente no ser altamente complexo que são os filhos e filhas da Terra". (Boff, 1995:46)

A tentativa de construir uma orientação ético-filosófica e religiosa sob o signo de uma visão ecológica é traduzida pelo conceito de *Ecosofia*, que aparece recorrentemente como fundo comum das reflexões que vimos destacando. Está presente em Boff (1995), em Guattari (1990)<sup>88</sup>, e tem sua origem na "Ecologia Profunda" ou *Deep Ecology*<sup>89</sup> como é mais conhecida (Naess, 1989 e 1993). A *Deep Ecology* é uma orientação filosófica e um movimento social que emerge nos anos 70, em perfeita sintonia com os

contextos entrecruzados do macromovimento contracultural pós-sessantista, do ecologismo contracultural e do ideário da Nova Era. A *Deep Ecology* tornou-se uma vertente importante no movimento ecológico que permanece vigente, demarcando tendências dentro do campo ambiental. Sua inspiração Nova Era parece patente e neste sentido, concordo com Campbell (1997) quando identifica a *Ecologia Profunda* como um movimento espiritual:

"O auto-desenvolvimento anda de mãos dadas com a ação direta para salvar o planeta. Esse *movimento ecológico profundo*, como é conhecido, não apenas reage fortemente contra aquela forma de 'especiecismo' que coloca as necessidades dos humanos acima das necessidades das outras formas de vida, mas também deliberadamente procura conectar o mundo interno da experiência humana com o mundo externo da natureza. Com efeito há o termo 'ecologia interna' que se refere àquela forma do despertar meditativo da consciência". (Campbell,1997:15)

A Ecologia Profunda pauta-se pela crítica à racionalidade ocidental moderna, estabelecendo um diálogo, na filosofia, com o pensamento heideggeriano e, no campo religioso, com o budismo, o cristianismo e o Baha'i. Defende a idéia de uma *simbiose universal* entre todas as formas de vida e dimensões objetiva e subjetiva da experiência humana. Contrapondo-se aos argumentos ambientalistas centrados na perspectiva humana (antropocêntrica) que caracterizaria em oposição, uma ecologia superficial (*Shallow Ecology*), a *Deep Ecology* demarca uma clivagem importante dentro do campo ambiental, ao defender uma ética biocêntrica e igualitária para

todas as formas de vida, que se expressa no ideal de *auto-realização* do sujeito biocentrado:

"Auto-realização! Eu não uso esta expressão em um sentido estreito e individualista. Eu quero dar um sentido expandido baseado na distinção entre um amplo e inclusivo *self* e um *self* estreito e egoísta como é concebido em certas tradições orientais do *atma*. Este amplo e inclusivo *Self* (com S maiúsculo) abarca todas as formas de vida do planeta (e talvez outros lugares) juntos com seus *selves* individuais (*jivas*). Se eu tivesse que expressar uma norma última em cinco palavras, eu diria: maximize (no longo prazo e para todo o universo) o princípio da auto-realização. Outra maneira mais coloquial de dizer o mesmo seria viva e deixe viver!" (Naess, 1993:413)

Naess estabelece como princípios da *Deep Ecology* um conjunto de 8 pontos onde a *ecosfera* é tomada na condição deste sujeito biocentrado, que representa o conjunto de todas as formas de vida, e possui direitos irredutíveis de existência. Destaca-se neste corpo de princípios a idéia acima descrita da *auto-realização* (*self-realization*) como ideal *ecosófico*<sup>90</sup>.

A conexão direta eu-mundo, a valorização de um eu e de uma interioridade como fonte de valor e a auto-realização como conexão desta interioridade com o macrocosmo do planeta, podem ser vistos como o núcleo da dimensão religiosa do sujeito ecológico. Esta religiosidade ecológica sacraliza ao mesmo tempo a natureza e um eu "re-ligado" a esta. Como vimos, esta visão de mundo que ganha sua forma mais acabada na *Deep Ecology* não permanece restrita a esta corrente, mas termina sendo um valor que atravessa em diferentes níveis e intensidade todo o ideário

ecológico. Com seu tom contramoderno, a sacralização da natureza e de um eu ecológico corroboram no campo ambiental com a crítica à razão objetificadora que sustenta, por exemplo a ecologia científica. Apesar do discurso contramoderno, este ideário — *ecosófico, alternativo, contracultural, Nova Era* — pode ser pensado como uma reação romântica dentro da própria modernidade, contra uma razão objetificadora que se instituiu como hegemônica. Como analisa Heelas (1996), um dos principais estudiosos da Nova Era:

“Todos os temas importantes da Nova Era contemporânea podem ser encontrados nos clássicos da tradição romântica: em primeiro lugar, Rousseau; em seguida, os alemães e os ingleses; por fim, os participantes do que Matthiessen denominou 'Renascença Americana'. Nessa literatura vamos encontrar inúmeros exemplo dos valores e propostas da religiosidade do Eu”. (Heelas, 1996:20)

Neste sentido, creio tratar-se aqui, menos de uma clivagem modernidade/pós-modernidade e mais do reencontro da polaridade romantismo/racionalismo que vimos aludindo ao longo deste trabalho, como tensão filosófica estruturante da própria modernidade e que tem um papel protagônico na configuração do campo ambiental.

Como já pudemos observar nos relatos dos entrevistados, a concorrência entre o ideário contracultural/Nova Era e a visão científica da disputa os sentidos do que seja ser um ecologista ou um profissional ambiental. Contudo, do meu ponto de vista, parece tornar-se cada vez mais

plausível e extensivo dentro do campo ambiental o pólo religioso-romântico sobre o pólo científico-racionalista, ainda que não se trate de chegar a uma síntese excludente.

Uma situação que tive a oportunidade de viver durante a elaboração deste estudo é reveladora da reatualização deste conflito de racionalidades. Em 1997 integrei como articulista uma coletânea sobre educação ambiental, apoiada organizada pelo IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas. Este instituto é uma ONG consolidada de caráter científico que atua na área conservacionista, sendo parceira brasileira do *Wildlife Preservation Trust* (EUA). Reúne pesquisadores da área das ciências naturais envolvidos em projetos técnico-científicos na área de manejo de áreas florestais, conservação da biodiversidade e educação ambiental. Esta organização, cujo único escritório até 1996 era em Brasília, estava buscando uma nova sede para ampliar sua atuação na região sudeste do país. Nesta busca os diretores do IPE foram contatados por uma comunidade espiritualista alternativa, na cidade de Nazaré Paulista, na grande São Paulo.

Esta comunidade tem como fundador um líder esotérico (Trigueirinho) que ali se instalou com seus seguidores para observar sinais de vida extraterrestre. Hoje este líder não reside mais ali mas a comunidade segue acolhendo pessoas, *workshops*, palestras e visitantes interessadas em

períodos de retiro, vida natural e cura espiritual. Esta comunidade ofereceu em sistema de comodato, uma casa localizada numa área verde com vista para belas paisagens, para que o instituto ali instalasse sua sede. Segundo uma das diretoras o oferecimento foi algo "mágico e inesperado" e o argumento da comunidade de Nazaré para justificar a generosa oferta era, segundo ela, sua necessidade de renovação através da integração de um novo grupo que fosse ao mesmo tempo compatível eticamente e também mais *terra*, no sentido de ter uma ação mais concreta no mundo, trazendo um novo equilíbrio à comunidade, que estava se percebendo como isolada e desenvolvida apenas na sua dimensão espiritual, desequilibrada com as outras dimensões da vida.

Esta diretora relatou como foi a recepção deste convite dentro do Instituto. Houve, segundo ela, muita hesitação pois aceitar poderia pôr em risco a credibilidade do Instituto. Afinal, o que pensaria a comunidade científica se o instituto passasse a ter sua sede dentro de uma comunidade alternativa esotérica? Depois de muita discussão interna a equipe de pesquisadores junto com a direção do instituto resolveu aceitar a oferta, não apenas correndo os riscos mas também com uma clara postura de respeito e interesse pela proposta espiritualista da comunidade.

O *workshop* que reuniu os articulistas para organização do livro sobre EA foi uma das primeiras atividades na nova sede. Ficamos hospedados na própria comunidade e entre os debates sobre a edição e o conteúdo dos artigos fizemos exercícios de relaxamento e meditação em grupo ao ar livre. Fomos visitados por Sara Mariott, uma senhora americana de cerca de 80 anos, reconhecida líder alternativa que chegava de Findhorn — um dos centros mais famosos da cultura alternativa na Inglaterra — e fez a abertura de um de nossos dias de trabalho, falando sobre o sentido da vida e da natureza. Sara Mariott ofereceu um poema de sua autoria, denominado "*interplay*", sobre as relações e conexões da vida no cosmos, que foi incluído na abertura do livro<sup>91</sup>.

Tudo isto faz pensar em certa porosidade do campo ambiental que, baseado na busca de uma racionalidade inclusiva, tende a tornar as fronteiras entre o espiritual e o científico espaços transição, mais do que de distinção. Por outro lado, a grande difusão e aceitação nos últimos anos desta postura na sociedade em geral faz com que o campo ambiental precise hoje menos que há algumas décadas atrás conquistar credibilidade afastando-se da religião e aproximando-se do *trabalho sério* da ciência. Mas, pensando em razões externas ao campo, creio que se trata também de considerar um momento histórico-cultural particular incidindo sobre o mundo

ambiental, particularmente propício a este ambiente tolerante, marcado pela valorização de uma racionalidade inclusiva e não objetificadora, que radicalizaria algumas características da modernidade, em sua face contra hegemônica. Para muitos, isto se aproximaria mais da fragmentação pós-moderna. Contudo, tendo a concordar com Heelas (1996) quando ele considera a *Nova Era contracultural* como uma dinâmica contida no bojo da própria modernidade.

**PARTE II - VIDAS E NARRATIVAS NO CAMPO AMBIENTAL**

## 5 TORNAR-SE EDUCADOR AMBIENTAL: MITOS DE ORIGEM, VIAS DE ACESSO E RITOS DE ENTRADA

"A questão da identificação nunca é afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora — é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem". (Bhabha, H. K. O Local da Cultura, 1998).

Como fato ou como metáfora o deslocamento foi um significante recorrente nos relatos das trajetórias designando os trânsitos que constituem a refiguração da experiência frente ao percurso profissional e existencial. Nestes percursos, a questão de fundo que orienta esta análise diz respeito aos caminhos de identificação e construção da imagem do educador ambiental. Desta preocupação derivam as seguintes perguntas que estruturam este capítulo: como, no curso de uma trajetória, se processa este decidir-se pelo ambiental? Quais as vias pelas quais se dá o acesso, a opção ou a conversão ao ambiental? Quais as conseqüências desta opção sobre a experiência passada do sujeito? Como se reconfiguram no campo ambiental outras experiências profissionais e existenciais? No horizonte do sujeito ecológico abre-se uma série de frentes de ação. Como discutimos no capítulo anterior, a militância ao ser incorporada

como um *habitus*, parece atravessar as opções profissionais gerando uma forma particular de ser um *profissional ambiental*. Dentre as várias possibilidades de profissionalização, *tornar-se um educador ambiental* é a que vamos explorar. Para identificar os momentos chaves das trajetórias de profissionalização em EA destacamos três cortes significativos que denominamos: mitos de origem, vias de acesso e ritos de entrada. A referência aos conceitos de mito e rito tem aqui um valor sobretudo heurístico, na medida que remetem às passagens — enquanto ações simbólicas — que fundam a identidade narrativa do sujeito ecológico (no caso do mito) e definem o hétero e auto-reconhecimento do profissional da educação ambiental (no caso do rito)<sup>92</sup>. Os mitos de origem integram um processo de (re)constituição de sentido, isto é, a instauração de uma raiz remota da sensibilidade para o ambiental reencontrada e ressignificada *a posteriori*.

As vias de acesso conduzem aos ritos de entrada remetendo aos caminhos de aproximação e à ultrapassagem de certa fronteira de conversão pessoal e/ou reconversão profissional, a partir do qual se dá a identificação com um ideário ambiental e a opção por este campo como espaço de vida e de profissionalização. Estas maneiras de entrar no campo e construir uma

identidade ambiental são parte dos ritos de entrada e ajudam a iluminar os desdobramentos que dizem respeito especificamente aos trânsitos em direção ao campo ambiental, aos lugares profissionais aí disponibilizados (concursos na universidade, diferentes modalidades de contratações em ONGs, prestação de serviços em diferentes instituições etc.) e a negociação dos *capitais simbólicos* e culturais (Bourdieu, 1989) anteriores ao novo *status* de profissional/educador ambiental.

Relembramos aqui uma asserção básica deste estudo: o educador ambiental é um caso particular do sujeito ecológico e, sendo assim, integra esta identidade maior atualizando-a em algumas de suas possibilidades. Isto não significa, como veremos, que partilhar desta identidade ecológica seja um pré-requisito para tornar-se educador ambiental. Em vários casos — e uma das trajetórias analisadas adiante neste capítulo exemplifica isso — o caminho pode ser inverso, ou seja, da EA para a identidade ecológica. A EA tanto pode ser fruto de um engajamento prévio ou constituir-se num passaporte para o campo ambiental. Desta forma, Identificar-se como sujeito ecológico e tornar-se educador ambiental podem ser processos simultâneos, no sentido simbólico, mas podem estruturar-se em diferentes tempos cronológicos (tornar-se um

sujeito ecológico a partir da EA ou vice versa). Isto repõe a questão da diferença entre um *chronos* linear, mensurável e acumulativo — que direciona a flecha do tempo num sentido irreversível onde o passado define o presente e encadeia o futuro como consequência das ações passadas — e um tempo experiencial, onde o passado pode ser resignificado pelo presente ou por uma expectativa em relação ao futuro. Este tempo vivido e refigurado na *tessitura da intriga* (Ricouer, 1997) é o que torna as trajetórias de vida um tecido de histórias narradas e possibilita a construção dinâmica de uma identidade narrativa.

### **Mitos de origem: a trama das sensibilidades**

É neste sentido que poderíamos considerar a construção dos mitos de origem, como uma estrutura que encontramos nos relatos biográficos na qual o sujeito que narra injeta uma linha de sentido desde o presente — onde possivelmente também assume um papel importante o ideal do sujeito ecológico, no sentido de um dever ser, que remete a um futuro utópico e atemporal — em direção ao passado, conectando-os e, deste modo, identificando lá as raízes remotas do que decorreu depois. É nesta reconfiguração da experiência à luz dos entrecruzamentos do tempo vivido e

rememorado que os entrevistados se situam como ativos construtores de suas biografias pessoais e da identidade narrativa do educador ambiental.

Para estes entrevistados, o encontro com uma natureza boa e bela, emerge como núcleo forte de suas memórias longínquas, que ganham a forma do que descrevemos acima como um mito de origem. Entre estes momentos são investidos com forte sentido identitário memórias infantis como "*a fazenda em Mato Grosso*"; "*o pé de Manga Rosa no quintal*"; "*os sapos, borboletas e pererecas da infância em uma cidade do interior*"; "*a paixão pelos insetos*"; "*as joaninhas do jardim da casa*"; "*o quintal rural da casa urbana*"; "*os acampamentos, o alpinismo e o montanhismo na juventude*". Entre as memórias adultas relacionadas a fruição da natureza se destaca "*a paixão pelos cavalos e pelos banhos de mar*" como lembrança de uma liderança ambientalista, antes de sua conversão à causa ecológica.

Estes mitos de origem por sua vez, revisitam certos elementos importantes que destacamos na composição de uma tradição ambiental demonstrando sua vigência. O valor da natureza enquanto reserva estética e moral que vimos no naturalismo e nas chamadas novas sensibilidades para com a natureza parece reeditar-se como uma espécie de memória mítica dos

educadores ambientais, remontando a um mito de origem do próprio ecologismo. Como vimos, no ecologismo, a natureza, como contraponto da vida urbana e sua inscrição numa visão arcádica, aparece combinada com o sentimento de contestação romântico. O repúdio romântico à uniformidade da razão, ao seu caráter instrumental, ao individualismo racionalista, podem ser observados em certas inspirações do ideal societário ecológico que se afirma como via alternativa, contra os ideais de progresso e de desenvolvimento da sociedade capitalista de consumo.

É interessante observar que, para além das memórias pessoais, essa sensibilidade naturalista para com as plantas e os animais pode ser reencontrada como elemento destacado na vertente conservacionista do campo ambiental. O movimento conservacionista, por sua vez, é o ponto em relação ao qual se diferencia o ecologismo, afirmando-se como movimento social que, tendo uma crítica política, não se restringe às ações de conservação da natureza, mas pretende transformar a sociedade. No entanto, apesar dessa diferença, a visão ética e estética que entende a natureza como portadora de direitos e tendo um valor em si mesma para além de sua utilidade para os humanos, permanece como elemento de continuidade entre estes dois

movimentos dentro do campo ambiental. Desde este lugar de contraponto do movimento ecológico, o conservacionismo mantém-se disponível como uma visão de mundo que informa, não apenas ações de mobilização contra o desaparecimento de espécies, proteção dos animais etc., mas também é particularmente evocado na ação do Estado, que tende a identificar sua política ambiental a uma política de proteção ambiental<sup>93</sup>.

É interessante observar a descontinuidade entre o discurso ambiental politizado — que, ao tomar o *modus operandi* conservacionista como contramodelo, rejeita o enaltecimento ingênuo da natureza — e a vigência de uma ética e estética naturalista que se perpetua na experiência pessoal dos sujeitos ecológicos. É algo desta sensibilidade que emociona e constitui a identificação com a luta ambiental para muitos. Esse foi um ponto de inflexão recorrente nas narrativas que recolhemos, nas quais os entrevistados, ao narrarem sua história, relacionaram as raízes mais remotas de sua vinculação com a questão ambiental a uma *sensibilidade* para com a natureza, geralmente presente em sua experiência de vida. Muitos localizaram esta experiência na infância, mas outros em momentos da vida adulta anteriores a seu engajamento no campo ambiental. Assim, o que no debate das idéias e nos confrontos

ideológicos tende a se contrastar na oposição naturalismo/ conservacionismo *versus* ecologismo/ visão socioambiental, no nível das sensibilidades que constituem os sujeitos ecológicos parece estar bastante entrelaçado.

#### **Rumo ao ambiental: vias de acesso e ritos de entrada**

Os acessos em direção ao ambiental são múltiplos e passam por diferentes caminhos, conforme mostram os percursos dos nossos entrevistados. O encontro com a natureza, a busca de novas soluções profissionais, formas de reorganizar crenças e ideologias, reconversões institucionais, são alguns dos marcos reconstituídos nos relatos enquanto momentos *liminares*<sup>94</sup>, onde o presente tende a traduzir a experiência passada, como no mito de origem mas, ao mesmo tempo, o faz orientado por uma expectativa voltada para um horizonte de possibilidades futuras, dentro das regras do jogo e da *illusio* do campo ambiental. A seguir vamos percorrer alguns destes percursos pessoais e profissionais em direção ao ambiental. Evidente que, ao elegermos algumas trajetórias e seus encadeamentos dos nexos de vida e profissão não esgotaremos o amplo rol de possibilidades existentes. Buscaremos iluminar algumas experiências emblemáticas que, ao

articularem elementos significativos da narrativa ambiental, desvelam o substrato simbólico do campo.

Retomando a idéia da viagem como metáfora dos deslocamentos existenciais, da reinvenção do outro e recriação de si, tomamos como vias de acesso alguns percursos que podem ser descritos como: do exterior para o ambiental; da interioridade do sujeito para o ambiental; da luta contra ditadura para o ambiental; da engenharia para o ambiental; da educação popular para o ambiental. Estes percursos não são excludentes e freqüentemente se superpõem. Outras vezes se entrecruzam na trajetória de um mesmo sujeito. Se os destacamos, é apenas para efeito de dar centralidade ao que em cada um destes trânsitos se evidencia como eixo de uma experiência refigurada.

#### **Do exterior para o ambiental:**

##### **Paula: O Brasil reencontrado**

A trajetória de Paula é interessante na medida em traz os temas da viagem, da volta ao país e a assunção dos próprios ideais de ação política no contexto de um encontro com natureza, que ganha um valor distintivo como

momento de conversão ao mundo ambiental, definindo onde este desejo de ação vai ser exercido. O exterior aqui aparece em duplo sentido: *exterior* enquanto país estrangeiro de onde volta Paula; e *exterior* enquanto realidade externa (conjuntura, razões objetivas, percepções sócio-históricas, injunções de tempo e espaço). Faço esta distinção, porque na trajetória de Paula, também se pode distinguir um outro percurso que remete aos caminhos de identificação através de uma dimensão *interior* — enquanto interioridade/ subjetividade — ao ambiental, como veremos mais à frente.

Paula é educadora ambiental, psicóloga, 47 anos, mãe de 4 filhos e filha mais nova entre três mulheres de uma família de classe média urbana. Atua há 18 anos em uma entidade ambientalista na Bahia onde, com seu companheiro, é uma das fundadoras. Esta entidade tem uma inserção não apenas local, mas também tem estado presente em foros regionais e nacionais de representação ambiental.

Entre as memórias que marcaram sua trajetória, ela destaca principalmente as viagens à fazenda da família em Mato Grosso que marcaram sua infância e que, segundo a sua percepção, constituíam uma ruptura entre o

mundo da cidade e o mundo do campo, que permanece reivindicando uma integração ao longo de sua vida:

“Eu ia para a fazenda todo ano religiosamente, às vezes duas vezes por ano, passar um mês, um mês e meio, às vezes dois meses, isso até os 18 anos. Foi um tempo suficiente para ser muito marcante, tanto que quando era pequena tinha essa dicotomia entre o mundo da cidade e o mundo do campo. Era uma dicotomia absurda na minha cabeça e eu acho que minha vida inteira é a tentativa de fazer essa união”.

A escolha pelo ambiental para Paula, parece inscrever-se como parte desta busca de superar a dicotomia ‘campo-cidade’, e integrar aspectos da vida cujo significado poderia ser deslizado daí para outras polaridades afins: urbano-rural, civilização-cultura, humano-natureza. A valorização da aventura, as histórias do avô pioneiro, e do contato prazeroso com a natureza que ela podia aceder naqueles períodos como contraponto de sua vida urbana em São Paulo, a distinguiram das suas outras duas irmãs, uma vez que ela foi a única que sempre preferiu ir ao campo nas férias, mesmo quando ficar na cidade era também uma opção oferecida pelos pais. Esta eleição pelo rural e a identificação com a ‘terra’ são significadas no relato de Paula como as raízes profundas de seu perfil ambientalista:

“Naquela época era uma odisséia chegar na fazenda do meu tio, então eu convivi muito com essa coisa de estar desbravando mato e todas as histórias da família da minha mãe, que meu avô foi um pioneiro. E esses períodos de férias de infância me aproximavam muito da importância que a terra tem, que a natureza tem, do quanto você tem que lidar com isso e conviver com isso de forma que ela possa te suprir sempre e você respeitar sempre. Isso era o comportamento dos meus tios que eu via ali, aquela convivência, eu criança observando tudo: como criar galinha, como tirar leite da vaca, como cuidar do pomar, tirar ovo do quintal, essas coisas. Eu adorava aquilo, era um mundo fantástico”.

Além das idas ao campo que marcaram a primeira infância, Paula relata como foi importante para a formação de sua sensibilidade ambiental e política a participação no Movimento de Bandeirantes, na sua adolescência, quando fez parte de um grupo dos 15 aos 18 anos:

“Sinto que parte da minha formação tem a ver com o movimento de Bandeirantes, é uma coisa de estar engajado, trabalhando em grupo, voltado às questões da natureza. Eu acho que esse pode ser questionado em várias coisas, no seu militarismo, mas ele traz essa relação de cuidar da natureza, de saber como estar no meio do mato, aprender a acampar, como armar uma barraca, não matar os bichos, cuidar do lixo, esses detalhes que não são tão detalhes assim e que eu sinto que na minha formação não veio da escola, veio do movimento Bandeirante”.

Paula relata em dois momentos de suas lembranças de juventude, experiências que relaciona com a formação de sua sensibilidade política. Uma delas é este grupo de Bandeirantes e especialmente por ter sido "um grupo de adolescentes sem chefe":

“O meu grupo teve um experiência muito interessante e isso foi marcante na minha formação. Éramos 12 adolescentes e a pessoa que era chefe deste grupo saiu para intercâmbio nos EUA. O grupo ficou sem chefe. Então a gente comunicou à Federação que aquele grupo precisava de uma chefe. Foi tão enrolada a situação que o fato é que a Federação não deu conta de arranjar um chefe para o nosso grupo e nós não desistimos de funcionar por falta de chefe, então era uma coisa de treinar a democracia e o consenso e foi um momento legal para todas nós que fazíamos parte deste grupo”.

Assumir a condição de não ter chefe foi, para Paula, um exercício que ela associa com seu aprendizado democrático e sua atuação social:

"Ia ter uma reunião de chefes de todos os grupos de guias de São Paulo e aí avisaram para gente. E a gente naquela: e agora quem é que vai?, vamos Vamos escolher uma pessoa para ir? Resolvemos assumir que não tinha chefe e aí fomos todas e ficou um clima até meio esquisito, o povo olhando para gente meio torto, mas a gente ficou lá na reunião até o fim. Me lembro direitinho. Foi muito interessante essa experiência. É uma coisa de assumir os teus princípios, de ir lá checar, ver se vai dar certo, se não vai, ser decidida, liberada. Foi o máximo naquela época".

Encadeado com a memória desta experiência Paula retoma o espírito com que entrou na faculdade e fez a opção, dentro da psicologia, por não atuar na clínica, área muito valorizada no curso e vista por Paula como uma atuação curativa em oposição a atuação educacional, preventiva: "Quando escolhi trabalhar com educação eu já tinha esta vinculação com o trabalho social. Quando eu entrei para faculdade eu sempre fui buscando este caminho, era a área social e a área de educação".

"Quando escolhi trabalhar com educação eu já tinha esta vinculação com o trabalho social. Quando eu entrei para faculdade eu sempre fui buscando este caminho, era a área social e a área de educação"

A outra experiência lembrada como parte de uma opção pela área social é a do colégio religioso onde estudou todo o primeiro grau. Aí, a preocupação com os pobres é lembrada por Paula como sendo parte da formação de um sentimento de solidariedade social:

"Isto de se voltar para o social, eu não posso negar que tem a coisa religiosa, aliás é outra coisa marcante. Mesmo que depois que eu saí da escola nunca mais fui católica praticante, este envolvimento com o lado social da Igreja eu adquiri sem dúvida na escola".

Experiências relacionadas a à construção de uma sensibilidade social e ambiental vão aparecendo no relato como as vivências que prefiguram os valores que serão acionados numa nova constelação com a opção ambiental. O momento de decisão pelo mundo ambiental acontece em uma viagem pelo Rio Amazonas onde o encontro com a natureza tem um lugar protagônico. Contudo, diferentemente das memórias infantis ou em períodos de vida prévios à entrada no campo, este encontro com a natureza ganha uma nova temporalidade e configura-se como um "tempo de conversão". Aqui, parecem combinar-se de modo bem peculiar a sensibilidade para a natureza e o imaginário edênico, enquanto deslumbramento diante da pujança da região amazônica. Este

momento é relatado como grandioso, porque se trata de sua volta ao Brasil, depois de alguns anos vivendo em Londres, no final dos anos 70, onde ela e seu companheiro, também brasileiro, depois de formados, se aventuraram pelas redes de solidariedade a exilados políticos, movimentos de direitos humanos e pacifistas. No seu retorno ao país, traziam o desejo de inserção em um trabalho socialmente engajado que poderia ser "em qualquer lugar", já que ambos estavam abertos a começar suas vidas aonde onde quer que a oportunidade desse trabalho aparecesse. A volta ao Brasil durou cerca de um ano, em 1980. Saíram de Londres para os EUA e vieram descendo a América até entrarem no Brasil pelo Amazonas. O encontro com a natureza amazônica foi determinante como ponto desencadeador do desejo de "fazer um trabalho" e "ter uma militância" ambiental:

"Na volta, antes de chegar no Brasil, viajamos um bocado, fomos para os Estados Unidos e viemos descendo, Los Angeles, México, Guatemala, Caribe, Colômbia e daí entramos no Brasil pelo rio Amazonas e esse período de quase um ano foi para nós dois riquíssimo para a reflexão sobre que rumos a gente iria tomar na vida, escolher um lugar, um trabalho. Podia ser tudo, a gente tinha um mundo pela frente e o único vínculo era um com o outro e os dois dispostos ao que desse e viesse. Ao entrar no Brasil pelo rio Amazonas a questão ambiental começou a ficar muito evidente. Mesmo na Inglaterra a gente já tinha tido contato com algumas coisas, mas não tinha chamado a atenção desta forma. Na medida em que a gente foi entrando no Brasil e foi começando a equacionar aonde estávamos, a nossa posição quanto a um trabalho a fazer, é que a gente foi fechando em: vamos procurar alguma entidade ambientalista e trabalhar por aí. E foi aí que começou a nossa militância, no ano de 1980".

Para ela e seu companheiro, a entrada no Brasil pelo Amazonas é trazida como um momento onde a sensibilidade para a natureza e o deslumbramento edênico se combinam ao desejo de engajamento social ou, de um "trabalho militante". Deste nexos surge a decisão que orientou suas vidas pessoais e profissionais até o presente. Buscando um ponto de inserção no Brasil, depois de passarem pelo Rio de Janeiro, Mato Grosso e São Paulo, ela (paulista) e ele (gaúcho), foram para a Bahia. Estabeleceram-se em Salvador em dezembro de 1980 e lá envolveram-se com o final do movimento dos CDAs — Comitês para Defesa da Amazônia que estavam presentes em várias regiões do Brasil — e em 1982 fundaram uma entidade ambientalista bastante ativa no

movimento ambiental por sua participação em instâncias como o CONAMA e Fóruns regionais.

É significativo que a identificação da causa ambiental como opção profissional e existencial se dê na volta de seu período de vida na Inglaterra. É com olhos de viajante que Paula vê a Amazônia e reencontra o Brasil. Poderíamos indagar, até que ponto, este esse olhar marcado pela experiência do deslocamento e reaproximação estaria permeado, em algum nível, pela memória das impressões do Brasil visto de fora, desde a Inglaterra, onde ela conviveu com redes de apoio a exilados, e movimentos ecológicos e pacifistas.

O olhar inglês sobre a Amazônia é particularmente explorado no trabalho de Azhouri (1998) sobre os *campaigners* ingleses ligados a entidades ambientalistas envolvidas com a floresta amazônica<sup>95</sup>. O reencontro de Paula com seu próprio país, possivelmente compartilha algo da expectativa da aventura romântica identificada por Azhouri nos *campaigners* ingleses. A constituição de sua identidade ambientalista no encontro com a Amazônia, neste sentido, poderia ser também associada a sua experiência de descentramento que possibilita, na volta, o encontro de novos sentidos no seu país de origem. Tendo como pano de fundo as reflexões que ocupam a viagem

de volta, a visão da Amazônia opera aqui como um evento-constelador, no sentido de seu poder de ordenar uma nova rede de valores, reorganizando experiências anteriores dispersas, tanto da formação e vida no Brasil quanto da experiência fora do país, numa nova síntese pessoal que desemboca na decisão pelo campo ambiental como espaço de vida, trabalho e militância, e define a reinserção de Paula no seu país.

**Vicente: o encontro com o Brasil**

Na EA, um campo recente que se constitui pela abertura disciplinar, pelo traço militante e pela multiplicidade de rotas de acesso e entrada, é nota-se a presença de estrangeiros e, em muitos casos, com uma atuação destacada na formação e orientação do campo ambiental no Brasil. Entre nossos informantes temos dois casos que ilustram essa situação: Vicente, europeu e Raquel, latino-americana.

*Do humanismo para o ambiental*

Vicente é francês, tem 59 anos, chegou ao Brasil em 1971 e desde então residente no país. Filho de família operária de origem rural, é urbano de primeira geração na região da Normandia, no sul da França. Teve formação católica e uma longa experiência em educação popular e desenvolvimento

social. Entre suas memórias infantis, destaca-se a convivência com as pequenas cidades "mais rurais que urbanas na década de 50", onde a pequena agricultura e a floresta eram parte do entorno ambiental. Descreve a cidade onde nasceu como: "Uma configuração de campos e roças pequenas, cercadas por cercas vivas e muito integradas, portanto, à natureza, numa perspectiva muito ligada à rotatividade, enfim o que hoje vem a ser a agricultura ecológica".

Estudou em escolas católicas e identifica a tradição das excursões e acampamentos de férias nas florestas, o montanhismo e o alpinismo como experiências que o despertaram para a preservação ambiental: "Eu me voltei muito para trabalho com crianças em colônias de férias, adquiri uma formação de monitor, então fiquei por aí muito ligado às questões de preservação, porque na montanha onde a gente ia isso era uma questão permanente, sempre colocada".

Na sua formação escolar localiza, no segundo grau, o gosto pela geografia como a chave que o aproxima de uma compreensão da complexidade das interações sociedade-natureza e define seu olhar para a problemática ambiental. Na formação posterior em filosofia, destaca os humanistas cristãos

Pierre Chardin e Mounier como fontes de sua sensibilidade social e ambiental<sup>96</sup>:

"Eu tive ainda no segundo grau um professor de história e geografia que era extraordinário, então a geografia me abriu a percepção do mundo. A questão ambiental como tal não estava no centro, mas já estava colocada ali a complexidade do mundo, *tanto que quando eu comecei a estar mais ligado às grandes questões ambientais me parecia já alguma coisa conhecida*. Foi uma influência muito grande, tanto que *eu me considero geógrafo, amador, mas geógrafo*, a partir desse momento tive uma percepção do espaço marcado pelo ser humano, isso me vem daí. E segundo, mais adiante, em filosofia por Pierre Chardin, que introduziu de certo modo uma compreensão do universo que afinava com essa vivência do ambiente. Fui marcado também pelo personalismo de Emmanuel Mounier. Eu acho que isso me abriu uma filosofia de trabalho, de ação coletiva, de relacionamento entre as pessoas".

No rastro desta formação, Vicente chega ao Brasil pelo norte do país em 1971, buscando uma inserção popular através da Igreja. Seu olhar *estrangeiro* para a pujança amazônica, assim como para Paula, é narrado como o impacto do início de uma nova vida no Brasil:

"Cheguei no Brasil em Belém do Pará e 5 dias depois eu fui para Salgado onde eu iria morar com um colega. Na primeira ou segunda noite, ele me levou com pescadores lá no rio, nesses rios que vão e vêm com a maré, de manguezais, e amanhecemos na boca do rio, com a visão do mar aberto e uns pescados, camarões graúdos, em cima do remo. Os pescadores faziam um fogaréu, assando camarões ao amanhecer, um espetáculo indescritível. E eu pensei, acho que nunca mais vou sair daqui".

A chegada no Brasil via Amazônia desencadeia uma profunda identificação com o ambiente natural e social que leva Vicente, 30 anos depois,

sentir-se brasileiro por sua vinculação com as lutas culturais e políticas deste país. Este sentimento corresponde também a sua participação na liderança de várias articulações, como o Fórum Brasileiro de Movimentos Sociais e outros. A chegada e a visão da pujança amazônica, como na experiência de Paula, parece ser também aqui, recuperada no relato autobiográfico, como parte de um rito de passagem e momento de conversão a uma nova realidade:

"Pode ser um choque de um estrangeiro ou de qualquer pessoa que vinha da cidade, não era por ser estrangeiro, mas a Amazônia se apresentou para mim justamente com essa pujança da natureza e ao mesmo tempo sempre o ser humano se confrontando com essa natureza, o pescador. Passei oito meses no interior da Amazônia quando cheguei no Brasil e as minhas atividades eram participar de reuniões, escutando sem falar e, sobretudo, ia à pesca e à roça trabalhar. Era um péssimo trabalhador, me matava de calor. Mas eu ia à pesca, qualquer tipo de pesca eu estava lá, tubarão, noite a dentro no mar, temporal."

No Brasil, a inserção de Vicente foi na assessoria a lutas agrícolas e agrárias, entre elas questões relativas à pesca artesanal, garimpo, extrativismo, sindicalismo rural, e tecnologias agroecológicas. Seu envolvimento com a questão ambiental diretamente se dá no início dos anos 90, com sua participação na coordenação do Fórum Nacional de ONGs e Movimentos Sociais Preparatório para a Rio-92, cuja organização se inicia em 1990:

"Em 90 com o quadro de preparação da Rio-92, eu estava já acompanhando isso com minhas leituras ambientais através do mundo informativo que de vez em quando abordava isso. Então eu ficava atento às questões mais amplas, o problema urbano me preocupava muito, eu não atuava nisso mas era uma grande questão como também a qualidade de vida e a questão agricultura. Em 90 veio a preparação da Rio-92, e eu comecei a dizer: vamos centrar nisso, incorporar essa idéia. Então estive em Friburgo na primeira reunião do Fórum. Daí caí na armadilha, quero dizer que era uma bagunça, uma disputa interminável e eu ajudei de certa forma a salvar um pouco a coisa, o encontro, então acabei entrando na coordenação do Fórum e não saí mais".

A oportunidade criada pelo um contexto sócio-histórico da década de 90, que se inicia sob o signo da Conferência da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, põe o debate ambiental em foco durante os anos pré e pós a conferência. Este foi um período de grande efervescência, que, como veremos também em outras trajetórias, mobilizou profissionais, militantes e instituições diante do grande evento ambiental. O processo de entrada na questão ambiental tal como ela aparece nos anos 90 no caso de Vicente é emblemático de um percurso de muitos outros profissionais naquele momento. Como ele mesmo afirma textualmente: "Com a preparação da Rio 92 e o contato com os colegas deste meio eu recuperei, retomei, toda a minha experiência e enquadrei".

Como ilustra a fala de Vicente, seus conhecimentos e experiências anteriores, no sentido dos capitais culturais e simbólicos acumulados, são

*enquadrados* no novo contexto, reatualizando suas experiências e conhecimentos anteriores:

"As grandes questões ambientais batiam bastante bem com o que eu já tinha pensado para agricultura. E o questionamento do modelo industrial era para mim mais uma questão de pegar alguns dados. Eu não precisava me converter ao ambientalismo porque eu achava que o meu próprio questionamento deste modelo já dizia isso, só havia um vocabulário a incorporar, o CO<sub>2</sub>, o efeito estufa, essas coisas".

Na aproximação de Vicente ao campo ambiental, tanto sua formação anterior quanto sua experiência de inserção junto às populações tradicionais no norte do país, foram reconhecidos, por ele e pela comunidade ambiental, como um capital importante que contribuiu para legitimá-lo como uma contribuição relevante, tanto do ponto de vista dos movimentos sociais quanto dos movimentos estritamente ambientais. Um exemplo disto é oferecido por ele mesmo ao citar o debate sobre as tendências preservacionistas e sociosocioambientais no contexto do Fórum:

"Um tema concretamente que a gente enfrentava era a questão das áreas de conservação. No Fórum haviam expoentes que vinham com uma visão preservacionista da natureza e eu lá em Santarém, não morava muito longe dos tabuleiros de tartarugas e dos remanescentes de quilombos, sabia o que tinha acontecido então, esta história de meio ambiente, de preservação, e o povo? E a população como é que fica? Foram discussões importantes no sentido de ajudar a repensar, ajudar a refletir sobre o que significa essa diversidade social, como se pode combiná-la com a preservação ambiental".

Segundo Vicente, o capital mais importante que ele levou para o debate ambiental foi uma visão — que, já usando o vocabulário ambientalizado, adjetivou como *sistêmica*, mas que também de acordo com sua bagagem anterior classificou como *dialética* — das relações complexas e contraditórias entre sociedade-natureza, que deveriam ser levadas em conta na compreensão dos fenômenos ambientais:

"Eu tinha uma compreensão das articulações [natureza e sociedade] que resgatei da minha formação e também das habilidades que eu tinha desenvolvido antes no trabalho popular em ONG. Então desenvolvi muito esta questão tanto de uma *visão sistêmica*, como eu diria hoje, mas sobretudo de uma *visão dialética*, aí eu acho que minha formação contribuiu muito para essa percepção da complexidade das articulações entre as coisas".

Além desta bagagem que poderíamos chamar de visão política e epistemológica das relações ambientais como relações sociais, ainda se destaca na trajetória de Vicente o componente identificado com uma ação pedagógica, humanista e transformadora que se dá através das relações grupais:

"Eu não sei se vem da formação humanitária, mas sempre tive a vontade de tentar costurar as relações entre as pessoas, os grupos. Então o que eu podia trazer para o Fórum senão isso, senão a idéia de: gente vamos pensar que as coisas são complexas, são dialéticas, são contraditórias, vamos pensar que as coisas têm relação, que tem que pensar nessas relações, então vamos pensar nessas relações e vamos tentar costurar, eu achava que era isso que podia ser a minha contribuição".

Ao comentar os aspectos de sua experiência junto ao Fórum e sua contribuição ao debate ambientalista, Vicente vai descrevendo não apenas essa *costura* que tornou possível a articulação de seus capitais culturais anteriores ao novo contexto, mas também a síntese que foi elaborando a partir do campo ambiental e que permitiu atualizar e revitalizar estes capitais anteriores como crenças e princípios reafirmados dentro de uma nova gramática ambientalizada. Entre os novos conceitos que lhe permitiram este tipo de articulação ele destaca a *sustentabilidade* — um conceito lançado no contexto prévio a Rio-92 e que se torna um dos eixos do debate ambiental nos anos 90:

"A minha contribuição não era forçosamente ligada à questão ambiental, mas realmente à questão da *sustentabilidade*, que é um lugar fantástico para tentar por tudo isso em funcionamento, ver essa questão da dialética, de ver as relações, o tecido social, então eu estava no lugar certo, e eu me joguei, neste sentido, antes da conferência e nessa dinâmica pós-conferência. Eu aprendi muito com esta história e como então essa perspectiva minha estava mais consolidada, comecei a ler um pouco mais, a história da ecologia, alguns pensadores, o que caiu na minha mão, mais franceses do que daqui. Então foi um processo interessante que reforçou, na minha opinião, a abordagem que eu tinha de construção coletiva, de um processo coletivo".

É nesse processo de síntese pessoal que Vicente, embora ligado desde 1990 a uma prática de orientação político-pedagógica no âmbito dos movimentos ambientais, nem sempre se vê como um ambientalista ou

educador ambiental e prefere se autodenominar um "profissional da sustentabilidade":

"Eu me considero como um profissional da sustentabilidade, no sentido de um profissional que tenta pensar o futuro das sociedades, da humanidade, e que articula as condições para a sustentabilidade da sociedade, do futuro. Agora, ambientalista... não sei, eu me debato sempre com isso.... Profissional do meio ambiente, tudo bem, em parte, com a condição de incorporar essa noção de meio ambiente, de ver isso como a sociedade em seu meio ambiente. Então eu diria: não, eu não sou ambientalista, sou sim um profissional e ao mesmo tempo um militante que tento inclusive criar coesão entre a minha vida pessoal e estas idéias".

#### **Da luta contra ditadura para o ambiental**

A trajetória de Vicente, um homem europeu no Brasil, pode ser cotejada com a de Raquel, uma mulher latino-americana da geração que estava saindo da universidade e se iniciando na vida profissional quando foi atingida pelos governos ditatoriais na América Latina. Raquel é filha de uma família de classe média, teve sua graduação nos anos 60, primeiro em educação e depois em filosofia. Volta para a universidade para um mestrado em educação ambiental na Espanha, já no final dos anos 90. Raquel se estabelece no Brasil como uma educadora ambiental, atuando em consultorias para projetos e organismos nacionais e internacionais há 17 anos.

Em seu país teve uma militância em movimento estudantil e ao iniciar sua atividade profissional como professora no ensino médio, engaja-se no

movimento de professores. Em seu relato biográfico, remete aos anos de sua graduação e início de vida profissional o começo de seu interesse pela questão ambiental. Este *começo* é reenquadrado dentro de uma compreensão atual do ambiental que não estava presente naquele momento enquanto tal, como ela mesma destaca:

"O meu interesse pela questão ambiental aparece bastante longe, lá pela década de 60, *mas não especificamente pela questão ambiental*, senão, digamos, em função da minha formação em filosofia e do *comprometimento político* de pensar utopias. Eu não sei bem como explicar, *eu não pensava no ambiental, eu pensava no mundo*. A fome no mundo, a questão da produção de alimentos, *nós não falávamos dos recursos naturais*, mas já começava a me situar desde a reflexão filosófica sobre a sociedade moderna, seus processos de isolamento e tudo mais".

Desde sua inserção de latino-americana, Raquel estava ligada aos acontecimentos de maio de 68 e seus desdobramentos:

"Eu acompanhei muito de perto o movimento de 68 na França, desde o meu país. Eu tinha o contato muito direto com pessoas que estavam na França então nós tínhamos correspondências, recebíamos jornais. Muito contato também com a embaixada, então tinha as duas versões dos fatos. Bom, a partir daí foi toda a luta da década de 70".

O relato autobiográfico certamente está fundado numa memória seletiva, onde as experiências que são traduzidas como a origem do envolvimento com o ambiental são selecionadas pelo narrador. Mas o que se evidencia aí é uma certa história social das categorias onde estas se sucedem no tempo como testemunhas das transformações das maneiras de pensar e interpretar a

realidade, uma vez que estas categorias são permanentemente reinterpretadas à luz de novas chaves conceituais. O *ambiental* é um exemplo de uma chave eficaz de releitura de outras categorias explicativas na síntese de experiências anteriores. No caso desta trajetória — e também vimos operar-se um processo semelhante na anterior — a educação ambiental, ao mesmo tempo que pôde ser acionada como uma chave de releitura de significados anteriores (educação, filosofia, o sentido filosófico do mundo, questões sociais como a fome no mundo, a questão da produção de alimentos), atualizou-os e transformou-os em novos sentidos para a reflexão e a ação.

Nos anos 70, Raquel viveu a luta e as conseqüências de seu engajamento político através do movimento de professores, o que a levou a ser impedida de lecionar em escolas públicas, sendo destituída de seu cargo. Neste período ela se envolveu como aluna e posteriormente como profissional voluntária no que chama de "centros particulares" que surgiam no país, ao largo das iniciativas oficiais como núcleos de resistência a repressão. Estes tinham origem em iniciativas da Igreja católica ou da sociedade civil, congregavam profissionais politicamente destituídos de suas funções<sup>97</sup>. Atuou particularmente no Centro Franciscano de Ecologia, onde terminou fundando o CEA – Centro

de EA. Neste período, ao mesmo tempo, tendo de reestruturar sua vida pessoal e profissional diante destas limitações impostas pela política repressiva dos anos 70 em seu país, recebia uma pequena herança familiar que lhe permitiu iniciar um negócio. As dificuldades para viabilizar o empreendimento compõem suas memórias de vida não relacionadas ao vínculo com a questão ambiental, que no entanto tiveram um papel nas escolhas práticas feitas naquele momento. Esse empreendimento mais tarde terminou sendo inviável em uma das mudanças de política econômica, devido ao seu financiamento. Buscando soluções em uma situação adversa, Raquel descreve seu envolvimento com a educação ambiental como um acontecimento casual, no início da década de 80:

"Eu estava na cabeleireira, coisa que eu nunca faço e, não me pergunte porque, olhando revistas eu vejo um aviso da UNESCO. Por isso, para mim, chegar na educação ambiental foi um acaso. O anúncio divulgava um concurso para professores latino-americanos sobre educação ambiental, o trabalho era a difusão da exposição 'Ecologia em Ação'. Bom, anotei os dados e fui para a UNESCO e perguntei o que eles tinham lá sobre o assunto. Nem sabia o que era Educação Ambiental e eles me deram a conferência de Tbilisi".

Como lembra Raquel, cuja sobrevivência era então garantida por sua atuação no comércio, o que a levou a buscar essa reorientação para sua vida profissional era a vontade de voltar ao mundo intelectual, do qual tinha sido destituída pela repressão:

"Eu já andava cansada de estar atrás de um balcão, despachando mecanicamente, eu não servia para aquilo mas estava me defendendo bem. Li todo o documento da UNESCO, peguei a conferência de Tbilisi e fui para minha casa, estudei, e juntando tudo o que eu sabia de educação mais o que a conferência de Tbilisi dizia eu fiz um apanhado de não sei o que, não me pergunte, eu até agora nunca mais voltei a ler esse trabalho, eu não sabia nada, mas de alguma maneira aquela coisa aconteceu, não sei, eu queria sair, eu queria me inserir de novo no mundo intelectual"

Foi dentro deste mesmo movimento de retomada da vida intelectual que, no período que se segue a sua inscrição no concurso da UNESCO — e a espera pela resposta que levou uns 6 meses para vir — Raquel vê seu negócio em risco devido a uma mudança nas taxas cambiais. Nesse tempo também se aproxima do Centro Franciscano e Ecológico - CIFE e com ajuda de um franciscano funda o Centro de EA:

"O CIFE era o Centro Franciscano e Ecológico, no fundo era uma fachada para reunir pessoas, na realidade era uma questão humanística de busca de trabalho num compromisso de apoio às pessoas que estavam saindo da prisão. Aí eu chego e digo que estou interessada e o Irmão imediatamente fala: eu preciso de você, estamos buscando uma forma justamente de começar a reunir professores, começar a produzir alguma coisa. E já me veio à cabeça: ah! mas isso de ecológico não é comigo, eu não vou trabalhar nisso, tem muitos biólogos. Aí eu falei, bom se você forma um grupo de educação ambiental aí me interessa, é uma outra visão, ou seja, me interessa a visão da educação que é a que eu sei. E por outro lado me interessou começar a trabalhar essa questão da educação ambiental porque eu reconheço que a Conferência de Tbilisi me impressionou muito e eu me entusiasmei. Numa visão intuitiva senti que aquela era uma educação que eu queria, eu não tinha idéia porque. Assim fundamos o CEA, o Centro de Educação Ambiental em 1981, em meu país".

Neste mesmo ano, Raquel é chamada como candidata selecionada no concurso da UNESCO, para coordenar a exposição Ecologia em Ação, primeiramente pensada para toda a América Latina e depois, redimensionada com um corte de verbas, para uma exposição regional. A exposição era pensada para acontecer em escolas oficiais e Raquel não tinha livre acesso à rede pública de educação. Como ela mesma relata, foi na superação deste impasse que ela estende sua rede de inserção na sociedade civil em seu país e se aproxima do Brasil:

"Me chamam do concurso da UNESCO. O trabalho era recorrer às instituições educativas com uma exposição de cartazes de grande qualidade: a 'Ecologia em Ação'. Mas os destituídos tinham proibido o ingresso nas escolas. Quando o responsável na UNESCO me disse isso eu respondi: lamentavelmente, eu não posso. Ele disse: olha, eu vou te dar uma semana, se você me traz uma forma de fazer o trabalho sem entrar nas instituições educativas, o contrato é teu. Eu pensei em desistir e andava chorando no ônibus, quando olhei da janela e tinha um *outdoor* de um clube de futebol e pensei: por todo esse país existem clubes, associações, de futebol, de cultura, de arte, então porque eu tenho que colocar a exposição em uma escola? Então antes do prazo apresentei uma proposta que foi aceita. E por minha iniciativa estendi o trabalho para a fronteira com o Brasil. Como eu tinha que ir a uma cidade da fronteira, então convidei instituições brasileiras para virem à exposição".

Amparada institucionalmente pela UNESCO e o CIFE, Raquel ganha uma espécie de *salvo conduto*, e organiza um seminário internacional de Educação Ambiental em 1983, em plena ditadura em seu país, reunindo nomes

e apoios internacionais. Isto, no entanto, suscitava resistências de seus colegas do movimento de professores, pois a questão ambiental era vista pelos setores mais radicais como conservadora politicamente, ainda mais se estivesse ligada à Igreja — num país como uma tradição secular muito mais forte que no Brasil — e a organismos internacionais de pretensa neutralidade como UNESCO. De todo modo, como relata Raquel, o seminário serviu não apenas para disseminar a questão ambiental como também para localizar e pôr em comunicação pessoas exiladas com seus companheiros e familiares no país, através dos visitantes internacionais.

Neste episódio, é interessante notar como o ambiental era pouco identificado com uma ação política e portanto operava como uma senha que podia abrir espaços de reunião dentro do governo ditatorial e por isso mesmo poderia ser guarda-chuva de ações de resistência e solidariedade. Ao mesmo tempo e pelos mesmos motivos era objeto de suspeita de outros setores de esquerda. Esta situação também se verificou no Brasil nos anos 70, quando uma das lutas civis a ganhar certa projeção foi a luta ambiental, por ser em parte ainda pouco identificada pelos governos militares como uma bandeira *subversiva*.

Com o processo de abertura no seu país, um dos mais tardios da América latina, Raquel é restituída ao seu cargo de professora na rede pública, em 1985. Mas, as condições em que esta restituição se deu foram muito desfavoráveis:

"No meu país tudo se avança por concurso. Então saiu um concurso para todos, tanto para os destituídos como para quem estava em exercício. Isto era perfeito para quem estava em exercício ganhar, porque era feito pelas direções dos institutos, ocupadas pelo pessoal da ditadura. Eles já estavam aí, e nós, afastados há 10 anos, não poderíamos nunca ganhar para ocupar o lugar deles. Então fomos restituídos em baixo da direção da ditadura. Eu já estava completamente envolvida com a educação ambiental mas não podia perder a reintegração de meus anos de destituída".

Raquel, por concurso e sob grande resistência do corpo docente, torna-se diretora de uma escola pública e permanece em seu país 1989, quando cumpre o tempo necessário para sua aposentadoria. Nesse tempo que se passa entre sua restituição e sua aposentadoria ela vai fazendo a transição para o Brasil. Neste sentido poderíamos dizer que, mesmo não se tratando de um exílio no sentido de uma expatriação, Raquel viveu um tempo de impedimento e restrição de direitos que pode ser considerado uma condição de exílio em seu próprio país. Sua restituição legal, é vivida sob o peso da cultura repressiva e teve um grande custo pessoal. Neste contexto ela vai abrindo outras possibilidades de ação para fora de seu país, em direção ao Brasil e a

uma rede latino-americana que constitui ao longo do tempo, a partir de seu trabalho na UNESCO. É neste sentido que seu trânsito principal poderia ser descrito como de sua condição de "exílio para o ambiental", e dentro deste, o trânsito do seu país para a América Latina e dentro desta a escolha do Brasil como novo local de inserção.

A entrada no Brasil é descrita como "um salto da fronteira para Brasília", quando através da UNESCO Raquel inicia seus primeiros contatos com a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA. Sua primeira estadia profissional no país se dá em 1986, quando faz um curso de 4 meses de especialização em EA, em Brasília. Este foi um dos primeiros cursos em EA no Brasil, promovido pela UNB por diferentes departamentos e naquele ano sediado no departamento de arquitetura. No ano seguinte Raquel vem lecionar neste curso. Mas sua entrada profissional, com os respectivos ritos de reconhecimento como educadora ambiental no Brasil, veio definitivamente com a proposta de coordenação de um curso latino-americano de EA promovido pela agência de Meio Ambiente da ONU, o PNUMA, em 1989. Nesta época, Raquel já estava integrada a um circuito internacional, trabalhando em Costa Rica, México, Uruguai e Brasil, pela UNESCO e PNUMA. Depois de um

negociado processo de escolha do país, da cidade e da universidade onde ela iria organizar o curso e morar durante pelo menos dois anos, chegou a Cuiabá, em Mato Grosso:

"Em 1989 o PNUMA tinha me proposto fazer um curso latino-americano de educação ambiental. A idéia deles era México e a minha era Brasil. Começamos a negociação com o IBAMA e com as universidades. Lógico, a universidade que eu pensei em um primeiro momento foi a Universidade de Brasília, já trabalhava com ela, mas o departamento de educação não quis saber nada de nada. E o que eu queria é que fosse num departamento de educação. Outra idéia era que fosse um lugar central. O Rio, eu visitei e o departamento de educação da Federal não queria saber de nada. A USP tinha até interesse, mas eu não queria morar em São Paulo por nada desse mundo. Eu tinha pavor de São Paulo. Eu tinha sido colega de uma pessoa do Departamento de Educação da universidade de Cuiabá, conhecia o Domingues das reuniões do CONAMA, e o mais central era Cuiabá, centro geográfico da América Latina. Então aí eu fui conhecer Cuiabá, quase morro de calor. Mas tinha o Departamento de Educação um grupo de pessoas interessadas no trabalho e os três ecossistemas brasileiros mais importantes: Pantanal, Floresta Amazônica e Savana. Em 1991 me mudo para Cuiabá".

Este curso, que teve 3 turmas de 1991 a 1994, formou várias lideranças em EA no Brasil e na América Latina. Quando o projeto terminou, o Departamento de Geologia da UFMT deu certa continuidade organizando um curso em gestão ambiental e o Departamento de Educação passou a receber teses em EA. Depois deste projeto, Raquel esteve envolvida na organização do mestrado em EA na universidade de Guadalajara, no México. Raquel segue nos anos 90, fixando residência no Brasil, e atuando em diversas frentes como

consultora em EA junto a organismos governamentais federais e estaduais e a universidades, na organização de cursos de pós graduação *latu senso* em EA.

O percurso de Raquel em EA só pode ser compreendido a partir de um circuito de políticas e instituições internacionais voltadas para o ambiental, ao qual ela tem acesso a partir do concurso da UNESCO. O primeiro documento que ela conhece e a partir do qual prepara sua proposta para o concurso é a Conferencia Internacional de EA em Tbilisi, de 1977. Também a Conferência de Estocolmo é citada por ela como parte de suas primeiras leituras ambientais. Como se sabe, estas duas conferências são os marcos iniciais das políticas internacionais ambientais. Em Estocolmo é reconhecida a importância da ação educativa nas questões ambientais e recomenda-se a elaboração de um Programa Internacional de Educação Ambiental. Este é consolidado em 1975 pelo Seminário Internacional de Belgrado sobre Educação Ambiental. Nesta oportunidade também foi criado o IEEP - *International Environmental Educational Program* - pela UNESCO e PNUMA, em caráter permanente, que passou a organizar encontros de especialistas, além de elaborar bancos de bibliografia, pessoas e instituições de referência para EA em todo o mundo. Programas internacionais como este foram indutores de políticas nacionais e

internacionais, fomentaram encontros, publicações e a formação de especialistas em diversos países, corroborando para a formação de um campo ambiental e neste, do espaço próprio da EA, como atesta a trajetória de Raquel, que se profissionalizou neste circuito de instituições e programas internacionais de EA para a América Latina.

### **Do *interior* para o ambiental**

Como vimos discutindo ao longo deste estudo, a dimensão *interior*, no sentido da subjetividade, tem proeminência no campo ambiental. Este é um fenômeno que encontra suas raízes em uma tradição contracultural e é reforçado pelo avanço da crise de um *nós-coletivo* na política, como voltaremos a discutir no capítulo 7. O percurso que passa por uma viagem do eu, da interioridade para o ambiental, aparece tanto nos relatos autobiográficos recolhidos como também pode ser facilmente encontrável na literatura deste campo.

Retomando aqui a trajetória de Paula, pode-se observar como a idéia de um nexos entre subjetividade e exterioridade — o que vai ganhar no campo ambiental sua tradução no binômio *ecologia interna e externa* — é articulada de modo exemplar no seu relato. Para ela, psicóloga, a atuação em educação ambiental foi facilmente associada tanto à transformação de questões sociais mais amplas quanto a mudanças desde uma realidade subjetiva. Paula faz uma formação em "terapia corpo-mental" num período em que já está atuando como educadora ambiental, e é a partir de uma visão ambientalizada que pensa esta formação terapêutica:

"Aí eu resolvi fazer um curso de especialização terapêutica, porque nessa altura essa visão do que significa educação ambiental para mim já tinha ampliado bastante. Se antes, você via a coisa voltada para árvore, para floresta, para planta, para o bicho, de repente este campo foi se abrindo e você descobre que o social está relacionado, que o ser humano é simplesmente um parte deste sistema total, que tudo que a gente faz tem essa relação. Aí eu comecei a ver a educação de uma outra forma e aí você começa a descobrir o que é educar desde o nascimento de uma forma diferente e até mesmo antes disso, desde o bebê na barriga, você tem que estar pensando de outro jeito, para poder jogar sementes de um futuro diferente, um futuro novo, de uma perspectiva de mais solidariedade, cooperação".

A partir de sua preocupação com a prevenção na área da psicologia e da saúde mental, Paula trabalha com um grupo de gestantes. Com essa experiência sintetiza o espelhamento entre o resgate de uma natureza interna,

neste caso a interioridade do corpo feminino, e o processo de uma EA, na expressão "ecologia interna":

"A psicologia tem essa referência de você tratar o doente mental e eu queria descobrir o jeito de você prevenir a doença mental. Então a gente fez essa associação com a questão ambiental. Porque a educação ambiental passa inclusive por você se reavaliar, pela coisa da *ecologia interna*, se centrar, verificar o conhecimento do teu próprio corpo, do teu próprio ambiente, a tua primeira casa. E, nesse sentido, tomar as rédeas dos processos fisiológicos que estão acontecendo no teu corpo. Um processo fisiológico natural que a humanidade passa desde que ela existe é esse da gestação e do parto. Então, tratá-lo de uma forma natural seria você estar acompanhando esse fluxo da busca de uma coisa cada vez mais próxima ao convívio com as leis da natureza. Então a gente se associou, tentou acompanhar aqui esse movimento que já existia em nível nacional também, não sei se ainda existe, era a rede de humanização do nascimento (REHUNA)".

A noção de uma *ecologia interna* emerge neste relato como importante mediação para as interconexões entre o fazer da educadora ambiental e o da psicóloga, operada por Paula em sua identidade profissional.

A título de ilustração, destacamos duas elaborações desta via interior de acesso ao ambiental. Uma delas é a elaboração do conceito de *ecologia interna* por Guattari (1990) e a descrição da experiência do alpinismo como encontro com a natureza e *jornada do eu*, por um educador ambiental.

Felix Guattari, psicanalista e filósofo francês da geração de 68, entre sua obra de crítica social é autor da proposta de uma articulação ético-política que

denomina *ecosofia* constituída pela interdependência das relações sociais, subjetivas e do ambiente físico. O ensaio "As três ecologias" (Guattari, 1990), um de seus últimos livros editados no Brasil, foi amplamente lido e debatido entre os ambientalistas e educadores ambientais. Neste texto, o argumento sobre a dimensão interior da mudança ambiental é apresentado em tom de manifesto e tem seu núcleo no que segue:

"O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida da quais engendram-se fenômenos de desequilíbrio ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a implantação da vida em sua superfície. Paralelamente, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração. *É a relação da subjetividade com sua exterioridade — seja ela social, animal, vegetal, cósmica — que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva.* A alteridade tende a perder toda a aspereza. As formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações. Só uma articulação ético-política — a que chamo *ecosofia* — entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões". (Guattari, 1990:8)

Fábio Cascino, em seu livro "Educação ambiental; princípios, história e formação de professores", introduz o que ele chama da "pré-história do ambientalismo", abrindo-o com a transcrição de um relato de 1876 da conquista do Mont Blanc, por alpinistas. Em seguida justifica porque fez esta escolha:

"Porque o relato deste acontecimento exatamente no início deste trabalho? Porque minha história pessoal está profundamente relacionada com este emblema da modernidade, e também porque acredito que o movimento ambientalista se nutre das representações derivadas daquele evento". (Cascino, 1999:15-16).

Cascino segue traduzindo este um ícone das "novas sensibilidades para com a natureza" dentro da moderna gramática da subjetividade atribuindo a esta *escalada* uma metáfora da própria condição humana, pois: "o alpinismo carrega consigo essa marca da exploração pelo ser humano de uma geografia, de si mesmo" (Cascino, 1999:17).

Ao associar o alpinismo aos signos da modernidade, o autor inscreve aí o nexo entre a escalada externa e a interna, delineando uma *geografia de si mesmo*. Nesta articulação da viagem externa em direção à natureza com a viagem interna em direção a si mesmo, o sujeito ganha centralidade, já não apenas como viajante mas também como um *locus*, território a ser conquistado numa jornada que condensa os sentidos do auto e do hétero conhecimento

Desta forma, seja pela via do encontro edênico com a natureza (como em Paula e Vicente) seja pela jornada do Eu numa ecologia interna e mental conectadas por uma eco-política (Guattari, 1990), encontramos diferentes formulações e reformulações de elementos da tradição, enquanto universo

simbólico aglutinador de um espectro de sensibilidades ambientais. O percurso do *interior* para a natureza, poderia ser visto como parte desta atualização-reinvenção, onde elementos desta tradição são articulados constituindo um espectro de valores alternativos, onde o Eu romântico, enquanto espaço de revolução pessoal e social é revisitado.

Esta matriz romântica, ao ser reelaborada, não permanece a mesma. Neste sentido, de acordo com a dinâmica que Sahlins (1990:15) descreve como "a estrutura da conjuntura", não se trata de uma substância romântica que se mantém a mesma ganhando novas versões, mas de novas versões que criam substancialmente novas experiências românticas. Em suma, a experiência romântica no século XIX será outra nos românticos dos séculos XX-XXI. A conjuntura e a diacronia injetam o presente na tradição, que por isso mesmo ganha vigência e não desaparece na atemporalidade e incomunicabilidade. Neste sentido, reiteramos a idéia já exposta anteriormente das sensibilidades ambientais como vias de atualização-reinvenção do ambiental na contemporaneidade.

**Outros caminhos: da engenharia para o ambiental**

Mas, se o que acabamos de dizer é verdade, ou seja, se há uma via *interior*, contracultural e romântica de acesso ao ambiental; e mesmo mantendo nossa suposição de que esta seja uma via importante na compreensão de certo núcleo identitário do sujeito ecológico, ela certamente não é a única via de acesso ao ambiental. Há educadores ambientais — e provavelmente isto poderá se tornar mais freqüente com a crescente profissionalização da área — que não acessam o campo por este caminho. A trajetória de Laura é um bom exemplo de um outro modo de chegar ao ambiental, enquanto nicho de atuação profissional.

Laura é engenheira civil com mestrado em engenharia dos recursos hídricos. Nasceu numa cidade do interior do RS, filha de uma família descendente de italianos, pai pecuarista e mãe dona de casa. Tendo se graduado na capital de seu estado, reside e atua como professora responsável pela coordenação de um centro de educação ambiental numa universidade estadual na Bahia. Está ligada a atividades de EA na universidade há 8 anos e coordena o Centro de EA desde seu início, há 6 anos. No relato de Laura, o despertar para a questão ambiental não vem associado a infância ou a vida no campo, mas é trazido como um despertar intelectual que se deu através da

disciplina de "saneamento", parte de seu currículo de graduação, que influenciou na sua escolha pelo mestrado:

"Dentro da engenharia eu não me sentia muito bem na questão de obras, não era o meu perfil. E eu fiquei muito apaixonada pela disciplina de saneamento que a gente viu no curso de graduação, porque achei que estaria mais diretamente ligada com a questão da saúde. Em 1977 quando me formei, o curso de engenharia civil não tinha nada na área ambiental. Mesmo a disciplina mais próxima, que era a de saneamento, era mais voltada para tecnologia de tratamento de efluentes, uma abordagem técnica. Mas assim mesmo o professor chamou a atenção com relação à questão saneamento-saúde, que é uma questão importante. Então isso me despertou atenção e definiu minha escolha para o curso de mestrado".

Nove anos depois de formada, Laura chega à Bahia, acompanhando seu marido, engenheiro mecânico de uma indústria transferido do Sul para o Ne. Chegando lá e trazendo uma experiência profissional na área de saneamento, Laura presta um concurso e ingressa na universidade estadual como professora da disciplina de *saneamento ambiental*. Assim, foi como professora da disciplina de saneamento, então já definida como *saneamento ambiental*, que ela retoma um processo de comprometimento profissional com a questão ambiental:

"Eu já tinha o mestrado e então consegui entrar na universidade como professora da disciplina Saneamento Ambiental. Acho que aí começou a mudar um pouquinho [a visão do ambiental]. Não foi exatamente a disciplina saneamento, que é bem técnica, mas os tópicos ecológicos que ela continha como 'matéria e energia', que eu não vi na faculdade nem na pós-graduação. Tinha a questão, por exemplo, do lixo, que eu também não tinha visto na universidade, também a parte sobre política e saneamento, coisas que eu não era ligada mesmo. Então eu tive que estudar, me informar, tive grande dificuldade, porque longe de casa, recém chegando aqui, não tinha contatos, bibliografia, tudo foi difícil de conseguir. Mas a partir disso, com aquele compromisso de professora fui buscar e estudar".

A ambientalização na trajetória de Laura se dá como parte de sua busca por espaços de atuação mais afins com suas preferências localizados inicialmente na interface saneamento-saúde, uma vez que não se identificava com as obras, área forte da engenharia civil. A este movimento pessoal se engata um outro que são as transformações no contexto social onde esta virada para o ambiental se constitui como uma opção não apenas plausível como também valorizada como um novo campo de atuação para diversas formações, entre elas a engenharia. É a partir de 1990 que, já como professora de saneamento ambiental, Laura vai se envolver com os eventos que resultam da entrada da universidade no debate público sobre meio ambiente. Este movimento institucional, diretamente relacionado aos anos 90-92, o período preparatório para a Rio-92, mobilizou inúmeras instituições universitárias em todo o país a tomarem parte nos debates sobre os temas ambientais:

"A partir de 1990 houve aqui na Universidade o Primeiro Seminário de Educação Ambiental, promovido por uma professora, que já era uma militante na área ambiental, fundadora de um grupo ambientalista na Bahia. Tinha mais *know-How*, tinha chegado da França para onde tinha ido para fazer um curso. Tinha uma visão que eu não tinha na época. Ela conseguiu envolver uma turma, me chamou para dar um curso sobre a questão da água e aí eu comecei a me envolver mais nesta área".

Como se pode ver, neste contexto favorável a ambientalização, os profissionais que também eram lideranças ambientalistas exerceram um papel importante, tendo sua experiência como ambientalistas valorizada nos processos de entrada de suas instituições no debate ambiental. O Seminário acima citado foi o marco para a instituição do Centro de EA, como explica Laura.

"Então, na assembléia final do Seminário foram definidas recomendações como a de que se deveria ter uma equipe de educação ambiental multidisciplinar e também que a universidade deveria tratar o seu lixo corretamente. Então ela [a professora organizadora] mandou uma correspondência para cada departamento da universidade comunicando esta moção para criação de uma equipe de EA na universidade e convidou as pessoas dos departamentos que quisesse entrar na equipe. Eu na época me interessei e coloquei meu nome".

Deste movimento resultou uma equipe multidisciplinar. Além de Laura, havia um antropólogo, uma bióloga, uma enfermeira, uma artista plástica. Esta equipe, como reconhece Laura, teve a oportunidade de se legitimar na universidade e também junto à comunidade ambientalista local em função da conjuntura de realização da Rio-92 (ou Eco-92):

"Com os que se interessaram formamos este grupo na época e tivemos a oportunidade de trabalhar, pois existia a Rio-92. Então nosso primeiro trabalho como equipe de educação ambiental foi um documento para as ONGs do encontro paralelo, chamado 'Saneamento Básico e Saúde', junto com o grupo ecológico da cidade. Fizemos, além do documento, uma fita vídeo e participamos naquelas reuniões preparatórias da Eco. Fomos a São Paulo, Recife. A questão do saneamento era pouco destacada, e nós fomos um grupo que puxou muito isso, tanto é que no Fórum da Reforma Urbana, muitas das nossas recomendações foram incluídas. A nossa fita foi passada naqueles *stands* todos, a gente ficou super orgulhosa disso aí".

Legitimados pela atuação na Rio-92, um grupo de professores segue como equipe multidisciplinar, organizando um projeto pelo Centro de EA, e institui assim um espaço de ação e formação ambiental, principal legado da inserção ambiental da universidade. Laura conta como esta equipe se manteve:

"Depois da Eco alguns professores se afastaram por motivos particulares e ficamos em três, pensando num projeto de EA para a universidade, voltado para coleta seletiva e aproveitamento do lixo no *campus*. Começamos com estudantes voluntários da engenharia, geografia e biologia. Fizemos um estudo preliminar e a educação ambiental era o instrumento principal de intervenção. Tratar o lixo da universidade de forma correta, utilizando-se a educação ambiental, esse era o objetivo principal do trabalho e, obviamente, chamar a atenção da comunidade local e regional sobre as questões do lixo. Então, em outubro de 1992 foi lançado oficialmente o projeto que até hoje continua. A partir daí tivemos uma sede, fizemos estudos técnicos, lixeiras, adesivos, campanhas educativas e sensibilização".

Esse Centro conta com uma cota de bolsas de pesquisa do CNPQ e bolsas da universidade para pesquisa e extensão. Funciona, portanto, integrando alunos bolsistas de acordo com sua área de formação, nos

procedimentos técnicos e educativos da coleta seletiva e reciclagem de materiais na universidade, possivelmente a única experiência do gênero numa cidade que não oferece esta modalidade de coleta e tratamento de resíduos.

Quando perguntada sobre como se sentia atuando em educação ambiental, mesmo estando à frente deste projeto há 8 anos, Laura respondeu:

*"Eu ainda não me considero uma educadora ambiental, eu acho que tenho muito que avançar, toda esta parte teórica da educação ambiental eu ainda não me aprofundei. A gente tende mais para a prática mesmo, uma coisa muito de bom senso. Eu me considero uma engenheira ambiental, porque eu tenho uma quedinha ainda pela parte técnica. Eu acho que seria muita pretensão minha dizer que eu sou uma educadora ambiental".*

Interessante observar na trajetória de Laura que, como ela mesma identifica, sua formação política vem associada a sua entrada no campo ambiental. A experiência com a colega professora e militante ambientalista e a sua atuação como educadora na formação ambiental dos alunos leva-a a pensar os nexos entre política e ação ambiental, que antes não eram evidentes:

"Eu era muito ignorante [sobre questões políticas] no início, antes de começar a ler mais, interagir com outras áreas. Eu agora realmente acho que o meio ambiente é uma questão política, política no sentido de que a pessoa começa a ficar mais cidadã. A questão da cidadania, da cobrança, da co-participação. A gente chama muito a atenção dos alunos com relação a isso. Eles começam a ver a nossa realidade com outros olhos, ver mesmo a dimensão ambiental da saúde, do esgoto, eles começam a enxergar essas coisas. Eu acho que isso transforma a ação, eles começam a partir para ação, quer no seu curso, através da discussão com o próprio professor, quer na oportunidade que eles têm de atuar depois. Chama a atenção que eles começam a querer participar em outros grupos, até de igreja".

O caminho de ambientalização de Laura se dá basicamente como um percurso profissional onde, partindo de uma área técnica, incorpora a preocupação ambiental sem romper com este referencial. Isto significou para ela, no entanto, realizar certas inversões, trazendo para o centro das suas preocupações o que seria secundário e marginal do ponto de vista da formação básica de um engenheiro. Ao contrário de outras trajetórias — como a de Raquel, por exemplo, que vem de uma experiência fundamentalmente marcada pela política e vai para o ambiental como espaço de reconversão profissional — as experiências de Laura que antecedem sua trajetória ambiental não passam por uma vivência politizada. Para ela, a politização veio através de sua trajetória profissional de ambientalização, foi aí que o sentido da política, enquanto

campo de ação cidadã, ganha realidade e se torna efetivo em sua prática como educadora.

### **Da educação popular para o ambiental**

Dora é geógrafa, carioca, filha de uma família de classe média. Formou-se em 1990, é especialista em meio ambiente e no momento da entrevista cursava mestrado em educação. Atua como educadora ambiental em uma ONG há 8 anos. Está entre as mais jovens de nossas entrevistadas. Neste sentido, sua trajetória aponta para mudanças geracionais e no campo da EA que fazem com que seu ingresso na área seja marcado por uma dinâmica diferente dos informantes de gerações anteriores. Seu percurso é significativo na medida em que ela vive um processo de reconversão institucional da educação popular para a educação ambiental, caso exemplar de muitos outros que nos anos 90 vêm se dando nesta mesma direção.

Diferentemente de outros percursos onde o mito de origem é investido pelo sujeito e reconstituído enquanto marco importante no relato de uma posterior reconversão ao ambiental, Dora descreve seu interesse pelo

'ambiental' de um modo mais genérico, sem memórias muito específicas — o que, talvez, em parte isto se deva ao seu ambiente geracional onde a questão ambiental tende a ser assimilada de um modo mais *normalizado*:

"Essa questão ambiental eu não sei propriamente o momento de entrada, porque quando eu optei pelo curso de geografia eu já tinha essa perspectiva no sentido de um sentimento de preservação muito forte, assim o que me vem é isso, esse sentimento de preservação do ambiente de uma maneira geral".

A entrada no campo ambiental vem como opção profissional logo depois de formada. Como Laura, Dora parte para a busca de novas oportunidades dentro de sua área a partir da não identificação com o que, a partir de sua percepção, seria o rumo técnico mais provável como geógrafa:

"Na faculdade eu lidava com pesquisa em geografia física, geomorfologia no período quaternário. Eu passei a faculdade no laboratório, fazendo análise de solo. A minha vida era proveta, pipeta, estufa, trabalho de campo. Eu não tinha uma vocação para aquela coisa técnica *estritu senso*, realmente não tinha. Bom, daí, eu fui concluir a licenciatura, porque como bacharel você não faz praticamente nada a não ser um mestrado ou um grupo de pesquisa e era disso que eu estava saindo fora".

A entrada no campo ambiental como opção logo após universidade, bem como certo vislumbre de um campo ambiental como área de atuação, é uma realidade que aparece tanto no relato de Dora quanto no relato de Luíza, outra entrevistada da nova geração de educadores ambientais<sup>98</sup>. Tanto para Dora quanto para Luíza, a entrada no campo como profissional de EA vem como

primeiro emprego depois de formadas. Aqui se pode observar uma geração mais nova que pode iniciar sua carreira como profissional ambiental nos anos 90, quando começa a existir um mercado de trabalho para este perfil profissional. Assim, diferentemente dos informantes das gerações anteriores, para quem, como vimos, entrar no campo ambiental significou uma reconversão pessoal-profissional com tudo o que isso implica em termos de reatualização dos capitais culturais e experienciais que traziam de outros campos, a nova geração tem mais chances de iniciar suas vidas profissionais já como educadores ambientais.

É neste contexto de inserção que Dora, durante sua licenciatura é convidada para integrar a equipe do primeiro projeto ambiental de uma ONG de educação. Dora, recém formada, assume esta função, integrando a pequena equipe do projeto de EA, como uma de suas primeiras experiências profissionais:

"Este projeto foi o primeiro grande financiamento da instituição. Eu cheguei quando o projeto já estava aprovado, pela Fundação MacArthur que estava ampliando sua carteira de projetos na área ambiental, perto da Eco-92. Então a instituição entrou nessa, com um projeto voltado para a educação ambiental na escola pública".

A aprovação deste projeto foi em 1990, início do período preparatório para a Rio-92 quando, a exemplo da MacArthur, outras agências começaram a incorporar o tema ambiental em suas linhas de financiamento, impulsionando a incorporação desta temática em instituições que não tinham necessariamente a preocupação ambiental em suas agendas ou uma história anterior de trabalho nesta área. Desta forma, interessava às ONGs desenvolver algum projeto ambiental, uma vez que isto lhes facilitava ao mesmo tempo sua participação num espaço de debate público nacional e internacional que se configurava em torno da Eco-92, bem como abria novos caminhos de projeção, reconhecimento:

"A instituição começa como um ideário da educação popular, se dedicando à intervenção na área da infância pobre, o que permite que você atue em qualquer área. Então no organograma tinha uma 'bolota' que era a questão de gênero, uma outra era a questão de raça, e uma aonde entrou a questão ambiental, numa perspectiva de educação ambiental, muito centrada na escola formal e que não era ambientalista absolutamente".

A grande centralidade do debate ambiental no início dos anos 90 acompanhada de novas linhas de financiamento para o tema, estimulou que certo tipo de ações — em geral representantes de uma incorporação mais ou menos marginal da temática ambiental dentro de um universo amplo de

preocupações — crescesse e se tornasse até mesmo a face mais visível de algumas instituições:

"Bom, este projeto [de EA] foi o primeiro grande financiamento da instituição, era bem razoável e gerou uma situação interna complicadíssima. A gente no início não conseguia muito espaço dentro da instituição, então a gente se voltou para fora, aquela coisa de você buscar legitimidade externa, porque tínhamos um trabalho e acreditávamos nele. Era engraçado porque *não era um trabalho ambientalista logo de saída, o bonito dessa equipe é que o trabalho se ambientalizou*. As premissas eram outras, completamente diferentes, e foi essa caminhada externa que possibilitou o processo de *ambientalização*".

Essa ambientalização a que se refere Dora, legitimada por uma conjuntura externa de forte disputa simbólica das interpretações do ambiental desde os diversos setores da sociedade civil que entravam no debate, impactava as estruturas institucionais, gerando em alguns casos, processos que poderíamos chamar de *reconversão institucional*. Ou seja, a contraface instituída dos processos individuais de reconversão profissional. Evidentemente que, no plano institucional, a projeção de um tema e de uma equipe dentro de organizações multitemáticas também deu origem a dinâmicas bastante conflitivas de recomposição de forças. Uma dinâmica deste tipo é vivida por Dora:

"Eu tenho a nítida sensação que isso é muito freqüente na área de educação ambiental e isso é muito freqüente na área de educação ambiental. A lógica era aquela: agora tem uma coisa aí com rótulo de educação ambiental, tá dando dinheiro e é uma canal para gente realizar todas aquelas coisas que a gente vem acreditando em educação popular e não conseguimos porque isso ninguém financia mais, então vamos para educação ambiental. A gente muda o nome e mantém a trajetória. Só que isso era no início, depois deixou de ser assim efetivamente. Bom aí a gente conseguiu uma visibilidade externa muito grande, porque a gente se meteu com outras ONGs e com educação ambiental. Tivemos a sorte de encontrar pessoas interessantes que valorizaram e viram sentido no que a gente estava fazendo. Então, de repente, através do programa de educação ambiental ganhamos uma projeção nacional, uma visibilidade que não tínhamos antes. No entanto, isso foi complicado porque até hoje, a instituição nunca incorporou completamente o tema apesar de ter incorporado o grupo".

Quando Dora cita o envolvimento do projeto com as ONGs, ela está se referindo à participação ativa de sua equipe representando a instituição no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Preparatório para a Eco-92, conhecido como Fórum das ONGs, que ela traz no seu relato como parte da sua entrada no campo ambiental: "Um outro marco foi a discussão do fórum de ONGs, a participação no Fórum, porque ali me deparei com outras perspectivas completamente diferentes de meio ambiente".

Dora teve uma participação contínua durante o processo preparatório para a Rio-92. Durante o evento, integrou a elaboração do Tratado de EA e, desde então, tem participado ativamente da Rede Brasileira de EA – REBEA, e

dos Fóruns Nacionais de EA. Neste percurso deixa claro que a construção de sua identidade profissional se vincula mais ao ecologismo do que à educação:

"Eu nunca me vi como uma *educadora*, assim que tenha uma formação em educação, porque eu sou da corrente que acha que a *educação ambiental vem do ecologismo*, e é aí que ela tem algo de novo. Porque se vem da pedagogia é que nem educação sexual, educação para o trânsito, educação para aquilo outro. Eu acho que você tem muitas perspectivas para fazer educação ambiental sem esse rótulo, então eu me vejo atuando muito mais num dicionário ecologista do que pedagógico".

Como aparece em vários depoimentos, fazer EA não garante uma identidade pacífica de educador ambiental, ou pelo menos construída com certa homogeneidade, como se poderia supor em outros campos mais consolidados. Ser educador ambiental é algo definido sempre provisoriamente, com base em parâmetros que variam segundo o informante, suas filiações, moldando-se de acordo com a percepção e história de cada sujeito ou grupo envolvido com essa ação educativa. É uma identidade que comporta um espectro de variações na sua definição e apresenta um gradiente de intensidade de identificação — identidade plenamente assumida como destino escolhido, identidade em progresso como algo a ser alcançado, identidade negada ou secundarizada no processo de negociação entre outras possibilidades e escolhas do sujeito. Parte desta dinâmica parece apontar para um campo historicamente novo, condição

que torna incertos a legitimidade e o reconhecimento social de uma nova profissão, deixando grandes margens para estes gradientes de identificação, bem como uma grande mobilidade. Pode-se atuar profissionalmente de diversas maneiras e a partir de várias especializações, dentro do campo ambiental, e fazer EA pode ser uma opção, entre outras, ou simultaneamente a outros fazeres ambientais. Neste contexto, as atuações profissionais no campo ambiental, excluindo-se aquelas que exigem alta especialização técnica, tendem a favorecer o trânsito e mesmo a invenção de novas modalidades e perfis profissionais.

Finalmente cabe lembrar que, se a construção de uma prática educativa nomeada como Educação Ambiental e a identidade profissional de um educador ambiental a ela associada são parte dos movimentos de estruturação do campo ambiental, a EA estará submetida aos *efeitos da censura*<sup>99</sup> exercidos por este campo. Esta é a fronteira que define um certo universo de sentidos possíveis, circunscrevendo o que é pensável ambientalmente e, por conseguinte, o que neste campo se torna impensável, ou indizível. Essa condição é particularmente importante para a compreensão tanto das trajetórias dos educadores ambientais quanto, como veremos a seguir, do percurso da

própria educação ambiental, pois esta é uma história que, seja do ponto de vista dos sujeitos, seja do lugar das instituições, se dará sob esta *censura*, definida pelas fronteiras do pensável e impensável em termos ambientais.

## 6 O PERCURSO DA EA

As trajetórias dos educadores ambientais podem ser cotejadas com o percurso da EA ela mesma, ampliando a compreensão do contexto onde estas se tornam possíveis. Evidentemente que não se trata de tomar a EA ao largo dos sujeitos que a constituem. Como vimos nos capítulos anteriores, as trajetórias se enlaçam em eventos tais como: oportunidades, conjunturas favoráveis ou desfavoráveis, políticas nacionais e internacionais, novas formas organizativas, desgaste de outras, etc. Por outro lado, estes eventos são ativamente produzidos e, se alcançam o *status* de circunstâncias deslanchadoras dos cursos de vida narrados, é porque os sujeitos neles se engajam e lhes conferem efetividade.

Constitui-se, deste forma, entre campo e trajetórias, um circuito permanente de trocas entre os sujeitos e suas circunstâncias, entre as lógicas individuais e as lógicas da ação coletiva, a conjuntura e a estrutura, a história imediata e a de longa duração. Nesse espelho imperfeito, e por isso mesmo

capaz de produzir novos sentidos, o importante é a irreducibilidade de um nível a outro bem como a impossibilidade de uma determinística do tipo causa-efeito

entre estes níveis. A soma das trajetórias não totaliza o campo, que é mais do que os processos que abriga. Um conjunto articulado e dinâmico vai se organizando e instituindo como uma dinâmica relativamente autônoma, com suas próprias regras do jogo, marcadores, ritmos, chaves interpretativas, efeitos de censura, lembrando as propriedades autoreflexivas dos chamados sistemas auto-organizados (Neuser e Flickinger, 1994)<sup>100</sup>.

Este capítulo pretende traçar, em grandes linhas, o percurso da EA, focando o contexto histórico, político e institucional onde esta prática vai se desenhando e onde as trajetórias dos educadores que passam a se chamar *ambientais* se tornam possíveis e plausíveis. Para tanto, serão abordadas três esferas de constituição da EA que, embora não esgotem todas as dimensões deste fenômeno, deixam ver suas principais vias de consolidação. Nesse sentido será destacado: i) o contexto histórico e as condições institucionais que caracterizam o ambiente político onde se desenvolve a EA no Brasil; ii) uma história da EA que vai sendo narrada, tornando-se recorrente e naturalizando um enredo comum dentro do qual se situam os educadores; iii) a produção editorial que revela o estado de constituição desta temática e seu reconhecimento na sociedade; iv) e o reconhecimento de especialistas em EA, a partir da institucionalização de cursos e programas de formação que começam a surgir nas universidades, ONGs e órgãos públicos.

### **O ambiente político da EA no Brasil**

O surgimento de um campo ambiental no Brasil, como vimos anteriormente, está relacionada aos anos 70. A EA, por sua vez, é um fenômeno que começa a ganhar visibilidade na década seguinte. É apenas a partir dos anos 80 que começa a se configurar um espaço próprio da educação ambiental. Deste modo, se o campo ambiental nasce nos nossos *anos de chumbo*, a EA cresce nos anos da abertura política e da ascensão dos novos movimentos sociais. Ainda que de forma dispersa, é a partir desta década que, no Brasil, alguns educadores passam a se chamar *ambientais* e, num ritmo crescente organizam encontros estaduais e nacionais, que poderiam ser vistos como espaços de construção de uma identidade social em torno das práticas educativas voltadas para o meio ambiente<sup>101</sup>. Como lembra Antuniasi (1988), data do final dos anos 70 e início dos anos 80 a intensificação do diálogo entre militantes, intelectuais e cientistas, estimulado pela estratégia de realização de seminários e conferências ambientais que catalisavam estes apoios e participações<sup>102</sup>.

### **Os anos 80: o ambientalismo no contexto dos novos movimentos sociais**

Os novos movimentos sociais não só reforçaram o contexto de abertura política e o fortalecimento da sociedade civil, mas também foram decisivos para a ampliação da esfera pública. Na agenda das lutas sociais uma série de novos direitos foram reivindicados como: direito das mulheres, direito a livre escolha sexual, direito a informação, entre outros. O direito ao meio ambiente — ora traduzindo como qualidade de vida, ora como democratização da gestão dos recursos naturais — passa a integrar esta agenda contribuindo para a

instituição de novas esferas de legitimação, sensibilidades, sociabilidades, que alimentam um ideário ambientalista, existencial e político de corte emancipatório e autonomista (Castoriadis, C. & Cohn-Bendit, D., 1981).

Conceitos como os de *sociedade civil* e *cidadania* vão marcar a ação política desta década. Estes conceitos são definidos desde os movimentos sociais, e em contraposição ao Estado, ainda marcado pelo autoritarismo do regime militar. Assim, o conflito organizador da dinâmica social, desloca-se, em grande parte, da oposição capital-trabalho, para a relação entre sociedade civil — neste caso identificada aos movimentos sociais — e Estado. As energias revolucionárias dos anos 70 migram para um projeto de transformação onde os movimentos sociais seriam os protagonistas da mudança social, investidos de um capital político que lhes conferia o papel de novos sujeitos da revolução social, aqueles que mediarão o restabelecimento da confiança e da lealdade dos cidadãos, através da promoção de uma ordem pública participativa e democrática. É em meio a esta dinâmica altamente produtiva de novos atores, formatos organizativos, e também ações informais da sociedade civil voltados para a construção de uma ordem democrática, que as ações ecológicas ganham força; seja pela via da expansão e valorização dos movimentos ecológicos, seja pela via da organização de entidades do tipo ONG ambientais.

Na segunda metade dos anos 80 o debate ambiental ganha visibilidade e adentra o cenário político. A entrada das questões e atores ambientais na arena política se materializa em articulações como a Coordenadoria Interestadual

Ecologista para a Constituinte<sup>103</sup> e na fundação do Partido Verde no Brasil. No entanto, esta trajetória afirmativa dos movimentos ambientalistas não se deu sem conflitos internos ao campo dos movimentos sociais. A temática ecológica provocou resistência da parte dos movimentos de trabalhadores e sindicais, que tendiam a ver a preocupação ambiental como exógena, de classe média<sup>104</sup>.

Será apenas a partir dos anos 90 que os movimentos populares e sindicais se tornam mais permeáveis à questão ambiental, incorporando em muitos casos, esta dimensão em suas lutas e interesses específicos. Um marco desta mudança pode ser localizado no papel emblemático de Chico Mendes<sup>105</sup>, cuja trajetória será apresentada no capítulo 7. Esta trajetória é exemplar porque opera o trânsito entre o popular e o ecológico.

Considerando a interação e possibilidades de diálogo entre os universos *popular e ambiental*, emergem no campo político um conjunto de lutas pelo acesso e uso sustentável dos recursos naturais que tem sido agrupado sob a categoria de *conflitos sócioambientais*. Nesta categoria ampla, poderíamos citar, além da luta dos seringueiros no Acre, também outros exemplos como o Movimento Interestadual das Mulheres Catadoras de Coco Babaçu que se originou no Maranhão (Pacheco, 1997); Movimento dos atingidos por Barragens (Moraes, 1996); ações de ribeirinhos e pequenos produtores rurais da região amazônica (Leroy, 1991); e ainda a peregrinação pelas águas de lideranças religiosas e ribeirinhos pela defesa do Rio São Francisco (Mangabeira Unger, 1998).

Estas lutas evidenciam a dimensão do conflito de interesses em torno dos bens ambientais e, ao mesmo tempo, a diversidade cultural através da qual o universo popular tem construído suas próprias vias de produção de sentidos sobre o *ambiental*. E, na medida em que o que está sendo reivindicado é o caráter público e o reconhecimento de formas culturais locais de acesso e uso aos bens ambientais, contribuem para a demarcação da questão ambiental como uma esfera de luta por reconhecimento cultural e de direitos de cidadania. O jogo tenso de diferenciação e reconhecimento entre o movimento ambiental e os movimentos de trabalhadores teve muitos episódios; ainda permanece valendo como dinâmica de fundo onde se movem os atores sociais no contexto político atual.

#### **Os anos 90: a difusão do debate ambiental e a Rio-92**

A questão ambiental nos anos 90 está atravessada pelas transformações sociais e políticas que compõem a conjuntura histórica deste período. Ghon (1997) descreve este tempo como de crise e mudança no paradigma da ação social coletiva onde, diferentemente dos anos 80, os movimentos estabelecem uma forte interlocução com o Estado, que se torna mais permeável às demandas sociais. Para isto concorre um processo de desregulamentação do Estado através do qual se estimula as parcerias deste com as organizações da sociedade civil para execução de políticas públicas. Isto reforça a tendência a uma institucionalização dos movimentos que assumem, muitas vezes, o formato ONG.

Neste contexto verifica-se uma nova dinâmica nas relações Estado e sociedade civil onde, por um lado, há maior presença do Estado na mediação de conflitos sociais, caracterizando um perfil de *cidadania regulada*<sup>106</sup>, onde as questões éticas se destacam como o eixo mobilizador das lutas sociais (Ghon, 1997). Por outro lado, observa-se a tendência de formação de redes de movimentos sociais e culturais que têm como características: transnacionalidade, pluralismo organizacional e ideológico, atuação nos campos cultural e político (Sherer, 1993).

O debate ecológico neste período se articula sob um clima cultural de valorização das questões ambientais, que é potencializado pela realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMUMAD), no Rio de Janeiro, conhecida também como Rio-92 ou Eco-92. Esta Conferência produziu uma grande difusão da problemática ambiental, representando um divisor de águas para o posicionamento da sociedade civil face às questões relativas ao meio ambiente. Esse processo foi fundamental para a ampliação do campo de diálogo entre os movimentos ecológicos e o conjunto das lutas sociais<sup>107</sup>.

Desde sua convocação em 1989, a Rio-92 começa a mobilizar processos sociais importantes em todo o mundo, sobretudo no Brasil e particularmente no Rio de Janeiro. O processo preparatório para a Conferência, no âmbito da sociedade civil, se deu através da organização do Fórum Brasileiro de Movimentos Sociais e ONGs para o Meio Ambiente e o

Desenvolvimento (Fórum das ONGs). Esta coalizão de ONGs, movimentos sociais (populares, sindicais e religiosos) e movimentos ecológicos foi o espaço de ressonância mais importante da Rio-92 na sociedade<sup>108</sup>. Este Fórum participou ativamente da discussão da agenda temática da Rio-92 bem como da organização do Encontro Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, paralelo à conferência de governo, que ficou conhecido como Fórum Global.

O Fórum das ONGs compõe de certa forma um painel dos novos fenômenos organizativos da década. Nesse sentido, poderia ser considerado tanto um movimento social de tipo novo (Ghon, 1997) quanto uma rede de movimentos (Sherer, 1993). Reunindo uma diversidade de atores sociais como entidades de classe, sindicatos, movimentos populares, ONGs e movimentos ecológicos, o Fórum das ONGs instituiu uma coalizão de diferentes setores da sociedade, trazendo à tona muitas das diferenças, disputas e divergências entre as entidades e suas compreensões sobre a relação entre as lutas sociais e as questões ambientais. Mesmo dentro do segmento *ambientalista* as diferenças de visão de mundo e de formas e estilos de ação política foram se tornando evidentes ao longo do processo. Não obstante, a consolidação de um espaço permanente de negociação das diferenças no interior do Fórum gerou um fato novo e em muito contribuiu para mudar o patamar das discussões e alianças entre lutas sociais e ambientais. Concordamos com Herculano (1996) quando a autora reconhece no Fórum, para além de suas atribuições na Rio-92, a constituição de um novo sujeito político:

"O Fórum representou a vitalização de um novo campo de ativismo político dentro de um campo maior que, desde o final da década de 70, vem buscando o fortalecimento dos setores ditos populares da sociedade civil. Nesse Fórum, esses setores buscaram não apenas fazer o contraponto à fala oficial governamental sobre meio ambiente e desenvolvimento, que seria apresentada na UNCED, mas marcando diferenças em relação à instância oficial e aos setores empresariais que se mostravam ecologicamente orientados, criar um novo sujeito político coletivo e fortalecê-lo". (Herculano, 1996:91)

O Fórum poderia ser descrito como díspar em seus níveis de organicidade, reunindo tanto os recém chegados à cena política quanto a velha guarda dos movimentos sociais, ambientalistas históricos e novos ambientalizados, movimentos de base e culturais, educadores formais e não formais. Neste universo social extremamente plural, a identidade e as afinidades entre os grupos eram permanentemente negociadas. Se, por um lado, este espaço aberto de comunicação dava visibilidade e plausibilidade a um campo ambiental ampliado, o alargamento do espectro ideológico e temático colocava em risco a identidade ambiental nucleadora do Fórum. Esta tensão foi permanente. O esforço de ampliação do *ambiental*, no entanto, não impediu que o Fórum construísse uma identidade política sob o signo da qualidade de vida e da crítica ao modelo de desenvolvimento vigente. Muitos movimentos não ambientais passam a compor com o Fórum incorporando uma dimensão ambiental em suas agendas, sem por isso tornarem-se entidades ambientalistas, criando uma categoria de "ambientalistas no seu sentido amplo"<sup>109</sup>. Talvez isto tenha sido a liga que deu sustentação a este coletivo, atravessado por disputas e grande diversidade. O que unia o Fórum era a

crítica ao *status quo* — emblemático pelo modelo hegemônico de desenvolvimento.

À Rio-92 segue-se o período em que se dão os principais desdobramentos da Conferência<sup>110</sup>. Em que pese o baixo impacto destas resoluções face ao processo da globalização econômica, o debate ambiental na década de 90 — tanto em termos das políticas públicas quanto da ação coletiva — tem se pautado pelos conceitos lançados e/ou repercutidos pela Conferência, como *desenvolvimento sustentável, sociedades sustentáveis, cidadania planetária, responsabilidade global* entre outros. Muitas destas idéias passaram a constituir uma referência para as discussões e ações no campo ambiental<sup>111</sup>.

É no contexto de fortes tensionamentos e novas alianças trazidas pela Rio-92 que se fortalecem as iniciativas ligadas a EA. Todos os debates e processos que destacamos em relação ao Fórum repercutiam nos Grupos de Trabalho (GTs) que constituíam a base da discussão temática deste coletivo. EA era um dos GTs temáticos, reunindo um grande número de participantes durante todo o processo preparatório. Este GT foi a base da organização da I Jornada de EA, que realizou-se durante o Fórum Global, com participação internacional e tendo como desdobramento a elaboração do Tratado de EA. De todo este processo resultou também na formação da Rede Nacional de EA (REBEA). Essa rede promoveu após a Rio-92 a realização de 4 Fóruns Nacionais de EA. O último destes, o IV Fórum, teve como temática a

elaboração de subsídios para a construção de uma política nacional de EA. Foi realizado em 1996 em Guarapari – ES. Reunindo cerca de 2.000 participantes, este evento contou, em seu processo preparatório, com 8 encontros regionais pré-fórum<sup>112</sup>, mobilizando um total de 1.131 participantes e 39 entidades envolvidas com a sua organização (Cadernos do IV Fórum, 1997).

Os processos vividos pelos educadores ambientais na Rio-92 foram reveladores de um momento histórico significativo não só para o campo ambiental, mas também para setores importantes da sociedade civil brasileira. Esta coalizão ajudou a constituir um horizonte mais amplo e deu abertura para a questão ambiental, facilitando o trânsito rumo ao ambiental de profissionais e militantes que vinham de outros campos e experiências. Por outro lado, a afirmação de um ambientalismo ampliado tende a diluir o núcleo ecológico como eixo constitutivo de uma ética do campo.

### **Histórias, historiadores e a narrativa da EA**

É possível tomar a EA como um feixe de histórias narradas por educadores ambientais. Esta narrativa compõe-se de diversos eventos ambientais apresentando-se fundamentalmente como uma *história nativa* que raramente tem sido objeto de pesquisadores externos ao campo ambiental<sup>113</sup>. Esta história, contada e recontada, seja nas introduções ou como tema central de muitas publicações ambientais, possui um enredo que recursivamente orienta e situa os EA dentro de uma trama comum. Trata-se de uma operação

que se produz a partir do entrecruzamento do presente e do passado, através de uma memória seletiva que organiza uma cronologia de obras, autores e eventos como referências histórico-temporais, projetando, enquanto reinterpretação do passado, um olhar ambiental que tende a naturalizar-se.

Grande parte das histórias da EA sistematizadas ou relatadas por educadores, em que pesem as diferentes ênfases e cortes epistemológicos, resgata os grandes marcos internacionais, documentos e conferências que nomeiam a *educação ambiental* e definem as práticas a ela associadas. Esse recontar dos fatos marcantes parece evidenciar por um lado, que a leitura das grandes conferências foi ponto de partida para a inserção de muitos educadores nesta nova prática educativa. De outro lado, esse efeito de repetição confere aos documentos internacionais certo caráter de *mito de origem*. Desta forma, estes passam a ser os fiadores da legitimidade pretendida pela EA, tanto para o público interno quanto para efeito de reconhecimento externo, operando como um *corpus* discursivo unificador de uma memória comum.

Não vou reeditar aqui esta história das conferências e documentos, tão conhecida e por diversas vezes reiterada nos livros e manuais de EA (Matsushima, 1988; Freire Dias, 1992 e 1994; Viana & Menezes, 1992; Viezzer & Ovalles, 1995, Minini, 1997; MEC, 1998; Müller, 1998; Cascino, 1999; Guimarães, 2000). O que interessa sublinhar é a recorrência destas cronologias e dentro delas, o peso das conferências ambientais do chamado Ciclo Social da

ONU, quais sejam: a Conferência de Estocolmo (1972) e seu desdobramento para o segmento específico da EA, a Carta de Belgrado (1975); a Conferência de Tbilisi (1977); a Rio-92 (1992) e a Conferência de Tessalônica (1997). Como mostrou o Levantamento Nacional de Projetos de EA realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (1997), apesar da dispersão de autores e abordagens na fundamentação dos projetos, as Conferências Estocolmo e Tbilissi são as fontes mais estáveis e recorrentes.

Ao lado das grandes conferências e documentos internacionais, outro elemento que compõe as histórias e cronologias apresentadas nas publicações de EA, são livros, textos e acontecimentos que se tornaram eles mesmos marcos da constituição do campo ambiental. Entre os livros mais citados estão “A Primavera Silenciosa” (1962) de Rachel Carlon, jornalista norte-americana, e “Antes que a natureza morra” (1965), do francês Jean Dorst. Entre os textos, destaca-se a “Carta do Cacique de Seattle”, quando este responde ao governo dos EUA face à proposta de compra das suas terras em 1854, com um testemunho emblemático da relação harmoniosa dos nativos com a natureza. Entre os eventos marcantes estão os desastres ambientais recorrentemente associados a causas mobilizadoras do avanço do movimento ambientalista e da consciência ambiental em geral tais como os desastres de Minamata

(Japão), Bhopal (Índia) e Tchernobyl (ex-URSS)<sup>114</sup>.

É possível ler este conjunto heterogêneo não como um registro de fatos naturalmente encadeados mas, sobretudo, como construção de uma memória seletiva. Uma combinação organizada por um fio narrativo que pretende dar certa organicidade a eventos cujos contextos originais estão, muitas vezes, longe desta releitura ecológica. A cronologia ambiental apresentada no pioneiro e bastante conhecido manual de EA de Genebaldo Freire Dias<sup>115</sup>, por exemplo, traça um *continuum* de acontecimentos ambientais que abarca o período de 1500 a 1993:

"A história tem sido uma boa mestra. Ela nos ensina os momentos de lucidez e brilhantismo da espécie humana, ao lado de seus episódios mais desastrosos, alguns bisonhos, inusitados, outros revestidos de uma estupidez absoluta. (...) Vamos iniciar esta cronologia a partir de 1500, pois foi após a chegada dos exploradores/saqueadores que a degradação ambiental começou (Dias, 1993:28)

Nesta cronologia, uma relação direta é estabelecida entre uma história ambiental e uma história da degradação ambiental. O ambiental é associado ao desastre e à crise dos recursos naturais. Do mesmo modo, a *espécie humana* que aqui ocupa um lugar equivalente ao da *história*, é o fator ou o *locus* onde se alternam os altos e baixos — lucidez e desastre — em relação à natureza. Nesta e em outras cronologias, o que chama atenção é a tentativa de apresentar os *fatos* e sua seqüência como parte de uma evolução natural, sugerindo a idéia de uma relação causal entre desastres ambientais e avanço da consciência ecológica. O subtexto poderia ser enunciado como: o clamor da Terra que se vinga, através destas iradas reações, chamando a atenção da

*espécie humana*, tantas vezes denunciada como *câncer* do planeta, na literatura ecológica<sup>116</sup>.

O que esta narrativa submersa nas cronologias ambientais silencia é o caráter complexo e recursivo das interações entre meio ambiente e sociedade, entre a construção simbólica e os acontecimentos factuais. A ação em prol da natureza ou a ação dos ambientalistas, ocupa neste *continuum* o lugar do bem e da lucidez contra o mal e o desastre que, mesmo vindo da natureza é reação justa, de legítima defesa contra os ataques sofridos. Certa balança moral fica subjacente e parece ser um dos dispositivos de conquista de adesão, simpatia e legitimidade para a *missão* ambientalista que tem operado com sucesso no campo, e que certamente integra o lastro moral que alimenta o *habitus* militante, discutido anteriormente.

Contudo, a própria percepção que faz com que certos acidentes possam ser traduzidos como desastres ambientais não parece advir, como efeito intrínseco dos prejuízos causados, como sugere uma visão *realista*. A capacidade de traduzir estes eventos em fatos ambientais já é efeito de uma ambientalização das mentalidades, onde esta tradução encontra um solo de recepção que a torna plausível. Assim, mais do que uma relação linear de causa-efeito, que predomina nas narrativas sobre a história do MA na literatura de EA, podemos tomar estes relatos como indicadores da recursividade do campo. Em outras palavras, se os desastres criam a consciência ambiental, é a consciência ambiental que cria a leitura destes fatos como desastres

ambientais. Desta forma, a partir de um determinado momento da história social, cria-se uma relação circular de auto-reflexão que parece constituir parte das condições de efetividade e de credibilidade do campo ambiental, mais do que a seta linear de uma compreensão esclarecida que avança das trevas para a luz, da degradação para a preservação<sup>117</sup>.

### **O circuito editorial e a formação de especialistas em MA e EA**

Parte dos processos que caracterizam a constituição de um campo social passa pela produção de sua especificidade e diferença em relação a domínios comuns ou outros campos correlatos. Este processo, como descreve Bourdieu (1987), implica na expropriação do conhecimento difuso e na desapropriação objetiva daqueles que, excluídos do campo, se tornam leigos e menos autorizados no assunto. Trata-se da criação de um monopólio da gestão dos bens simbólicos, que busca legitimar a figura dos especialistas, neste caso os profissionais ambientais, aos quais deve se restringir o controle e a autoridade sobre o capital de conhecimentos deste campo.

É a partir desta estratégia que a produção editorial e a formação de especialistas ganham importância como indicadores da constituição do ambiental enquanto um campo social específico, dentro do qual se legitima a EA. Tendo como característica a interdisciplinaridade, o campo ambiental organiza de um modo próprio os múltiplos conhecimentos sobre o meio ambiente, diferenciando-se de outros

domínios disciplinares como a ecologia e a biologia. Esta reorganização de um conhecimento difuso em conhecimento específico determina uma hierarquia no acesso e legitimação dos que podem falar sobre o assunto.

Analisando tanto o universo editorial quanto as ofertas de formação de especialistas ambientais, pode-se observar que em ambas esferas existem iniciativas que, embora ainda numericamente tímidas, vêm se intensificando nos últimos anos. Nestas, pode-se observar a configuração do ambiental enquanto uma temática específica, bem como a dificuldade intrínseca da construção desta especificidade desde a convergência de múltiplos saberes.

A pretensão epistemológica do campo ambiental é a de constituir-se em um novo saber, também identificado a uma *racionalidade ambiental* (Leff, 1998a; 1998b, 2000) que, alternativa e crítica à razão instrumental, cartesiana e cientificista, pretende legitimar um *corpus* de fundamentos e de metodologias capaz de apreender a complexidade das interações sociedade-natureza. A partir deste saber ambiental a EA terá como especificidade sua definição como prática educativa *transversal* e *interdisciplinar* (Sato, 1995 e 1997; Viezzer & Ovalles, 1995; Dias, 1991; MEC, 1997 e PNEA, 1997), tencionando a organização tradicional do conhecimento em disciplinas. A crítica ambiental à racionalidade hegemônica alimenta uma ambição epistêmica e metodológica que não é pequena, exigindo operações complexas e de longo prazo. No entanto, o campo ambiental, confrontado com problemas sociais e desafios

políticos que exigem respostas imediatas, nem sempre encontra respaldo numa tradição crítica científico-filosófica acumulada no interior do próprio campo — o qual, ainda em formação, tem de legitimar-se entre saberes já consolidados. Essa dinâmica parece estar na origem de certa instabilidade e fragilidade epistemológica revelada nos circuitos editoriais e na formação de especialistas.

É reconhecido pelos educadores ambientais a carência de uma literatura de fundamentação teórica e epistemológica voltada especificamente para a ação ambiental. Chama a atenção, em grande parte das trajetórias que analisamos a dificuldade de uma reflexão que acompanhe a prática. Por um lado, isto se expressa na ênfase que é dada à experiência, que muitos apontam como a verdadeira fonte de seus fundamentos. Embora boa parte dos entrevistados tenha pós-graduação, a formação enquanto educador ambiental é descrita por eles como "uma formação prática onde não se destaca um autor ou teoria"; "soma de experiências"; "um mosaico de coisas" que acumularam ao longo da vida. Neste tipo de *formação pela ação*, convergem saberes e sensibilidades ambientais diversificados, condensando profissão, valores pessoais e militância. Na esteira da crítica à racionalidade dominante dos saberes disciplinares, o que é dito valer para este grupo é a bagagem que o sujeito acumula ao longo de seu percurso. A experiência de vida tende a pesar mais do que inspirações teóricas ou processos de educação formal específicos, raramente posicionados como vias principais de acesso à EA na trajetória destes entrevistados.

Esta ênfase na experiência parece alimentar-se também de uma certa cultura política do ativismo militante que tende a valorizar a ação em detrimento da reflexão teórica, vista muitas vezes como tendo pouco a oferecer para a solução dos problemas concretos. Apesar das reiteradas menções dos educadores sobre a necessidade de se consolidar uma base teórico-metodológica para a EA, pensamos que este problema pode ganhar a forma de um círculo vicioso, no qual a constatação da carência de fundamentação teórica é neutralizada pela crença no valor da experiência e da prática como as fontes privilegiadas do saber. O resultado é um ambiente de fragilidade epistemológica, onde a EA termina se apoiando mais na legitimação do fazer e menos num corpo de conhecimentos sistematizado compatível com a mudança de paradigma epistêmico e pedagógico sugerida pela crítica ambiental. Por outro lado, há de se destacar que a educação ambiental, como toda a problemática ecológica, ao surgir das exigências do mundo prático expõe os limites do projeto moderno de esclarecimento e sua expressão nos saberes disciplinares. Nesta sua condição de voz contra-hegemônica dentro da racionalidade moderna, a validação da EA se dá sobretudo pelo reconhecimento da problemática ambiental na esfera pública e pela força dos atores sociais que se são seus porta-vozes. É deste lugar que a EA se constitui como um bem que será incorporado pelo campo educativo, através dos circuitos de formação e pelo debate público no mundo das idéias nos circuitos editoriais.

**O circuito editorial da EA**

As publicações em EA por editoras comerciais no Brasil começam a surgir nos anos 80 — com exceção de algumas traduções que circulam nos anos 70<sup>118</sup> — e tornam-se mais freqüentes e melhor distribuídas nas livrarias apenas por volta da segunda metade dos anos 90. Trata-se de uma presença que surge lentamente, proveniente de um circuito ainda periférico, marcado predominantemente por formatos pouco densos como livretos, cartilhas e manuais, publicados por organismos governamentais, ONGs ou editoras pequenas, geralmente com limitada capacidade de distribuição e comercialização. Apenas no final da década de 90 algumas editoras de maior peso, como Vozes e Cortez, passaram a incluir em seus catálogos coletâneas de artigos sobre EA.

O banco de dados gerado pela pesquisa *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos* (Trajber & Manzochi, 1996) descreve a situação da EA no que tange às publicações. Esse banco registra um total de 811 materiais impressos coletados durante 1 ano (junho/95 a junho/96) em todo Brasil, classificados nas seguintes categorias: livros, folhetos, catálogo/*folder*, cartilha, brinquedo/jogo, evento e outros. Observando essa amostra, chama a atenção a abundância de materiais onde predomina um conteúdo informativo que geralmente visa a um uso imediato, muitas vezes associado a áreas ou eventos específicos. Isto se revela na expressiva presença de catálogos/*folders* (323), folhetos (190), e cartilhas(62).

A produção de materiais com maior permanência e conteúdo reflexivo, como é o caso dos livros, é bem menor. Os livros estão classificados em didáticos, paradidáticos e literatura infanto-juvenil e perfazem um total de 92 títulos. Também é pequeno o número de brinquedos/jogos (8), igualmente um material que demanda certa especialização na sua confecção.

Quadro 1 - Número de registros por tipo de material

Tipo de material impresso	N.º De registros encontrados
catálogo/ <i>folder</i>	323
livro/folheto	190
cartilha	62
livro paradidático	53
livro didático	20
livro infanto-juvenil	20
evento	15
brinquedo/jogo	8
outros	120
total	811

Fonte: Trajber & Manzochi, 1996 p.212

O quadro acima indica o universo de leituras que um educador ambiental encontra no seu dia a dia: uma infinidade de informativos, folhetos, *folders*, catálogos de pequena circulação, com matérias curtas, *drops* de informações, agenda, muitas denúncias e pouca análise. Os livros de maior densidade e conteúdo analítico têm que ser *garimpados*, em livrarias e pelo disperso circuito das ONGs. A informação boca-a-boca, e os *stands* de venda nos congressos exercem um papel importante de difusão neste circuito<sup>119</sup>.

Outro dado que se pode destacar deste banco é a forte participação dos

órgãos governamentais de meio ambiente, sobretudo nos níveis municipal e estadual, na publicação de materiais em EA. Ainda que uma boa parte dos materiais impressos por estes organismos estejam nas categorias como folhetos, *folders*, catálogos, a diferença é quantitativamente importante. Os órgãos governamentais publicam mais do que as editoras comerciais, as universidades e as empresas. Parece que o espaço de gestão ambiental pelo poder público ainda é o grande acolhedor e difusor dos materiais impressos em EA no Brasil.

Quadro 2 - Números de registros por tipo de entidade que produziu materiais em EA

Tipos de entidades	N.º de registros
órgão municipal, sendo	184
- de meio ambiente	110
- de educação	07
órgão estadual, sendo:	178
- de meio ambiente	155
- de educação	08
ONG	164
editoras comerciais	153
órgão federal	36
universidade/escola	45
empresa	41
outros	8
internacional/ intergovernamental	1

Fonte: Trajber & Manzochi, 1996 p.212

Uma outra tendência é a predominância dos órgãos governamentais de meio ambiente sobre os de educação na produção de materiais impressos em EA no Brasil. Isto reafirma a trajetória da EA como uma prática que vem primeiramente da gestão ambiental e só posteriormente, quando esta temática ganha a cena pública na sociedade e interpela o fazer educativo, é que os organismos ligados à política educacional passam a incorporá-la. Provavelmente isto se deve ao fato dos órgãos de meio ambiente serem responsáveis pela implementação de programas de gestão e conservação ambientais nos quais a EA aparece muitas vezes como meio para implementação destes projetos e políticas<sup>120</sup>.

Quadro 3 - Títulos Em MA e EA em Editoras comerciais e universitárias

Editoras	Títulos em MA/ Ecologia <sup>121</sup> / política ambiental	Títulos em EA
Jorge Zahar	Sim	Não
Anna Blume	Sim	Não
Cortez	Sim	sim

Cia das Letras	Sim	Não
Ática	Sim	não
Paz e Terra	Não	não
Editora Gaia	---	Coleção Gaia-Ecoar de Educação Ambiental
Vozes	Coleção "Ecologia e Ecosofia"	Coleção "Educação Ambiental; Coleção "Meu Meio Ambiente".
Papirus	Sim	Sim
Moderna	Sim	Não
Nova Fronteira	Sim	Não
Revan	Sim	Não
Perspectiva	Sim	Não
Brasiliense	Sim	Sim
Mercado de Letras	Sim	Não
Bertrand	Sim	Não
Boitempo	Sim	Não
UNICAMP	Sim	Não
UNESP	Sim	Não
Edusp	Sim	Não
Edunisc	Sim	Sim
UFRGS	Sim	Não
UFRJ	Sim	Não

Fontes: catálogos e *homepages* em outubro/2000

As editoras comerciais vêm incorporando publicações relativas às questões ambientais, abarcando um amplo leque de temas a partir de diferentes perspectivas políticas, filosóficas, sociológicas etc. Entre estes, a perspectiva pedagógica com títulos específicos sobre educação ambiental ocupa um pequeno espaço nos investimentos editoriais. Entre 23 editoras com publicações na área ambiental que levantamos, apenas 5 possuem títulos em EA. Destas 5 editoras, apenas duas têm coleções dedicadas ao tema. Uma delas, a Editora Gaia, criada exclusivamente para publicação de títulos em educação ambiental, tem permanecido à margem dos grandes circuitos de

distribuição<sup>122</sup>. Possui 4 títulos publicados entre 1992 e 1996 e, desde então, não publicou mais nenhum volume<sup>123</sup>. A outra coleção é a da Editora Vozes, que publicou sua primeira coletânea de artigos sobre EA em 1998.

Fora do circuito comercial, existem os livros e revistas publicados por instituições de pesquisa e ONGs. Estes, de um modo geral, têm o seguinte perfil: pequenas edições, volumes subsidiados, circulação restrita, preços acessíveis ou distribuição gratuita via mala direta e/ou reembolso. A maior parte da produção das ONGs sobre EA e MA desponta entre 1991 e 1993, período que antecede e sucede a Rio-92. Nestes anos, nota-se um significativo incremento dos projetos e atividades das ONGs sobre temáticas ambientais, indicando uma internalização do debate ambiental no universo destas instituições, tradicionalmente ligadas ao campo do desenvolvimento social. A fim de participar do debate público sobre meio ambiente, essas instituições produziram pesquisas, publicaram e formularam posições sobre a interface meio ambiente e sociedade.

Entre as publicações das ONGs que permanecem para além do período em torno da Rio-92, destacam-se algumas revistas e boletins que incluem a EA entre suas preocupações como a Revista “Debates sócio ambientais” (CEDEC, desde 1995), e os boletins “Políticas Ambientais” (IBASE, desde 1991), e *Parabólicas* (ISA, desde 1994). O único informativo especializado em EA, de distribuição nacional, que já conta com alguma tradição em termos de permanência, regularidade e continuidade é o jornal “O educador ambiental”,

que desde 1991 tem sido publicado com periodicidade, inicialmente bimestral e atualmente trimestral, pela ECOPRESS/ WWF.

Dentro do circuito acadêmico e com perfil científico — mas não técnico —, dedicadas exclusivamente à temática ambiental, e tomando-a enquanto problemática social, política e filosófica, destacamos as revistas: “Ciência & Ambiente”, publicada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Regional do Noroeste do RS (UNIJUI) desde 1990, e coordenada pelo curso de Engenharia Florestal da UFSM; e “Ambiente e Sociedade”, publicada pelo NEPAM/UNICAMP desde 1997. Voltada para à EA existe a revista “Ambiente e Educação”, publicada pelo mestrado em EA da FURG-RS. Embora nossa preocupação seja o circuito editorial brasileiro, cabe desatacar o lançamento da primeira da revista ibero-americana de EA em 1999, intitulada “Tópicos pedagógicos em EA”, organizada pelo Centro de Educação e Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Meio Ambiente Recursos Naturais e Pesca (SEMARNAP), do México, em parceria com a Universidade Autônoma do México e publicada pela editora espanhola *Mundi Prensa*.

#### **A formação de um corpo de especialistas**

A relação com o ensino formal é um capítulo importante do processo de afirmação da EA que busca diferenciar-se da educação tradicional pensada a partir dos currículos disciplinares. Neste sentido, ainda que os processos mais importantes de formação de educadores ambientais se dêem no Ensino Superior, não podemos deixar de mencionar os debates que vêm desde o início

dos anos 80 sobre a inclusão ou não de uma disciplina de EA no ensino Fundamental e Médio. Este item foi pauta de inúmeros seminários, sendo muitas vezes reiterada a recomendação contrária a uma disciplina de EA no currículo escolar. Os educadores ambientais construíram um discurso hegemônico de oposição ao que percebem como os fundamentos epistemológicos da educação tradicional, denunciados como inspirados pelo pensamento cartesiano, ao qual é atribuída a responsabilidade pela compartimentalização do conhecimento. Neste contexto, a inclusão de uma disciplina de EA no currículo da escola formal tende a ser rejeitada, sob o argumento de que, desta maneira, se reproduziria o modelo disciplinar criticado.

Desse modo, foi se formando um consenso de que a temática ambiental não era um conteúdo a ser somado às disciplinas curriculares tradicionais, mas deveria atravessar todas as áreas do conhecimento que compõem o núcleo comum do ensino formal. Nesta perspectiva, o meio ambiente, visto como um fenômeno complexo, só poderia ser compreendido de uma forma holística, integrada e sistêmica<sup>124</sup>. Afirma-se, assim, a idéia de *transversalidade* do saber ambiental.

É nesta condição de *temática transversal* que a EA é recomendada no documento de política do MEC, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, propostos em 1996 como termo de referência para as diretrizes curriculares do ensino fundamental, em todo o país. Nos PCNs, a EA é entendida sobretudo como um saber transversal e formador de uma visão de mundo. Esta postura se

mantém no texto da Lei de Política Nacional de EA que é categórica ao legislar a rejeição da EA como disciplina no Ensino Fundamental e Médio, reafirmando seu caráter sistêmico e integrador, deixando aberta a possibilidade para a EA como uma disciplina específica apenas no Ensino Superior, em cursos de pós-graduação e extensão "quando se fizer necessário" <sup>125</sup>.

A idéia da transversalidade como o traço distintivo da EA implica na difícil tarefa de afirmar a especificidade desde uma perspectiva generalista e interdisciplinar. Ao diferenciar-se da educação tradicional e apresentar-se como um saber transversal, a EA arca com todas as dificuldades de sua assimilação pela educação formal, estruturada disciplinarmente. Como conseqüência, resulta que, a despeito do interesse que a EA parece despertar nas escolas e professores, toda a atividade de EA no ensino fundamental tem se dado através de projetos pontuais e extracurriculares, por iniciativas de professores e/ou das direções de cada escola, caracterizando uma dinâmica voluntarista e periférica ao sistema escolar. Como demonstrou recentemente um levantamento em nível nacional realizado pela Coordenadoria de Educação Ambiental do MEC (2000), as atividades de EA realizadas nas escolas públicas se dão através de projetos pontuais voltados para um contexto extra-curricular. Apoiado nestes dados, o MEC, em publicação sobre o panorama da EA no Brasil, reconhece que:

"Raramente os projetos de EA estão inseridos no projeto educativo da escola: caracterizam-se por serem projetos extra-curriculares, nos quais a transversalidade nas disciplinas, quando acontece, é centrada num tema específico. Com atuação pontual, muitas destas iniciativas tornam-se transitórias e esporádicas". (Oliva, 2000:)

A relação da EA com o ensino formal dá em boa medida o estado das dificuldades do seu diálogo com o campo educativo como um todo. A EA vê o ensino formal a partir da crítica radical aos seus fundamentos epistemológicos e às formas de organização da instituição escolar. Isto cria, muitas vezes, uma lacuna de difícil transposição entre a educação existente e a proposta da EA, que permanece à margem da educação formal, sem conseguir penetrar nos sistemas de ensino, transformando-os.

*A ambientalização do ensino superior*

A formação de especialistas ambientais se dá principalmente na formação de profissionais em nível superior. Considera-se *especialistas*, neste caso, os profissionais que, vindos de diferentes áreas, fazem algum tipo de pós-graduação em MA e/ou EA, obtendo o *status* de profissional do campo, em uma de suas diversas modalidades. Este reconhecimento passa pela conjugação da aquisição de um saber, da titulação formal e da rede de relações que geralmente se constrói nestas esferas. Trata-se de um processo de inserção/legitimação enquanto intelectual ou especialista, pela via não apenas da aquisição de um corpo de conhecimentos específicos, mas sobretudo de um código que permite apropriar-se de um *habitus* próprio deste campo e, assim, passar a emitir uma opinião autorizada, desfrutando do *status* de especialista e do reconhecimento entre os pares.

Na década de 90, particularmente após a segunda metade, verifica-se uma tendência de aumento da presença da problemática ambiental na forma de

atividades de extensão, disciplinas e/ou cursos ambientais no ensino superior. Não se trata aqui de tomar como ambientais ou ambientalizados os cursos e disciplinas onde o meio ambiente sempre esteve presente em sua tradução técnico-científica (biologia, ecologia, engenharia ambiental, etc.). Quando apontamos para a entrada da temática ambiental no Ensino Superior estamos nos referindo a uma noção de meio ambiente que vem se descolando da versão estritamente científica, filiada às ciências naturais ou exatas. Este deslocamento tem permitido uma ressignificação do *ambiental*, enquadrando-o como uma problemática contemporânea, formulada a partir de um debate inter e multidisciplinar, centrada na discussão das relações entre sociedade e natureza.

Em alguns casos, esta nova visão do ambiental termina reincidindo sobre áreas classicamente voltadas para o estudo da natureza e do ambiente, retraduzindo e ampliando a compreensão do ambiental nestes espaços. Os cursos ligados às ciências naturais são, de uma certa forma, revitalizados neste processo e podem ganhar um lugar de destaque sendo, muitas vezes, a entrada para novos programas ambientais. Assim, poderíamos dizer que os cursos ligados às ciências naturais são afetados por essa nova perspectiva. Considerando os cursos e programas ambientais como uma *nova geração*, não cabe pensá-los como resultado de uma mera transposição do corpo de conhecimentos específicos das ciências naturais, mas como um novo paradigma<sup>126</sup>. Sorrentino (1998) situa a problemática da EA na universidade

desde os desafios da interdisciplinaridade e de uma pedagogia crítica. O autor, destaca a dispersão das experiências de EA no ensino superior e aponta para a necessidade de uma política universitária voltada para a inclusão da temática ambiental, uma vez que esta, ao contrapor-se à estrutura disciplinar, exige novas políticas e espaços institucionais para sua consolidação no Ensino Superior. A heterogeneidade e a multirreferencialidade de um projeto profissionalização em EA, são contextualizados por Gaudiano (1998) a partir da experiência no México, e embasam a proposta do autor que identifica quatro eixos para uma formação do educador ambiental em nível superior<sup>127</sup>.

Com base num levantamento preliminar e não exaustivo dos espaços de formação em MA e em EA no ensino superior, cujo papel é sobretudo ilustrativo e sem a pretensão de traçar um panorama da EA no Brasil, é possível observar a presença dos temas ambientais neste nível de ensino — o que não significa que seja quantitativamente expressiva. A temática ambiental na educação superior tem encontrado na pós-graduação sua porta de entrada. Isto também é observado por Drumond que, em seu estudo "O ensino de temas sócioambientais nas universidades brasileiras", sinaliza para a "tendência descendente da pós-graduação para a graduação no ensino de temas ambientais" (Drummond, 1999:58)<sup>128</sup>.

Identificamos 45 oportunidades de formação de especialistas em MA e/ou EA no Brasil. Em sua grande maioria estas oportunidades se dão em

cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* oferecidos por universidades — públicas e privadas — mais do que por ONGs, escolas profissionalizantes e organismos governamentais<sup>129</sup>. Considerando a natureza dos cursos que passam a oferecer formação em MA e EA, observa-se que este processo de ambientalização vem se dando principalmente por três vias: i) pela permeabilidade de algumas áreas que passam a acolher teses e/ou dissertações sobre estas temáticas em mestrados ou doutorados já existentes; ii) pela oferta de novos cursos de pós-graduação *lato sensu* do tipo especialização e extensão em MA e EA; e iii) pela constituição de programas de pós-graduação *stricto sensu*, os quais, a despeito da variação das ênfases que os articula, se definem como mestrados e doutorados *ambientais*.

Quadro 4 - Pós-Graduações que acolhem dissertações e/ou teses em MA e EA

Instituição	Área (s)	Cidade/estado
-------------	----------	---------------

1. UFRRJ	Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA	Itaguaí – RJ
2. UFRJ	Educação	Rio de Janeiro – RJ
3. USP	Educação	São Paulo-SP
4. UFMT	Educação	Cuiabá - MT
5. UNB	Educação	Brasília – DF
6. UNICAMP	Ciências Sociais/ Educação/Economia	Campinas - SP
7. UNB	Ciência política/ Educação	Brasília – DF
8. UNIVALI	Educação	Itajaí – SC
9. UFSC	Ciências Sociais	Florianópolis - SC
10. UFRGS	Educação/ Ecologia	Porto Alegre – RS
11. PUC	Educação/ Direito/ Serviço Social	São Paulo - SP

Fonte: levantamento da autora

Um primeiro nível de internalização da temática ambiental na universidade se evidencia através de disciplinas, linhas de pesquisa e grupos de estudos. De um modo geral são professores e alunos, ligados a diferentes áreas do conhecimento que acolhem a temática ambiental em suas disciplinas, pesquisas, teses e dissertações. Como nosso levantamento não se pretende exaustivo, não é possível estabelecer com certeza as áreas mais permeáveis; contudo, é possível apontar uma certa recorrência da temática ambiental nas áreas de Educação e Ciências Sociais.

Quadro 5: Especializações em MA e EA

<b>Curso</b>	<b>Instituição</b>	<b>Inserção Institucional</b>	<i>Cidade/esta do</i>	<b>Carga Horária</b>	<b>Ano de início</b>
1. Especialização em EA	UFRJ/UFF	Educação	Rio de Janeiro – RJ	----	1995
2. Especialização em Planejamento Ambiental	UFF	Instituto de Geociências	Niterói- RJ	360hs	1983
3. Especialização em EA	UERJ	Faculdade de Geografia	Rio de Janeiro- RJ	----	1998
4. Especialização em EA	UNESP	Instituto de Biociências	Rio Claro – SP	360hs	1999
5. Especialização em EA /Ensino a distância	ESALQ	Laboratório de Educação e Política Ambiental	Piracicaba-SP	720hs	2000
6. Especialização em Análise e avaliação ambiental	PUC-RJ	Departamento de Geografia	Rio de Janeiro - RJ	360	1991
7. Especialização "Teoria e Prática do Meio Ambiente"	ISER/ Faculdade Castelo Branco	Coordenação geral de extensão	Rio de Janeiro - RJ	360	1992
8. Especialização em Ciências Ambientais e Educação Ambiental	Universidade Gama Filho		Rio de Janeiro - RJ		
9. Especialização em EA	UERN	Centro de Estudos e Pesquisas do Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional do Semi-Árido	Mossoró- RN	405	2000
10. Especialização em EA	Universidade Cândido Mendes	Depto. Educação	Rio de Janeiro-RJ	-----	1995
11. Especialização em Gestão Ambiental	Faculdades Franciscanas	-----	Caxias – RS	-----	1998

Fonte: levantamento da autora

Quadro 6- Cursos de extensão e capacitação em MA e EA

<b>Curso</b>	<b>Instituição</b>	<b>Inserção Institucional</b>	<b>Cidade/estado</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Ano de início</b>	<b>Financiamento/ Apoio</b>
1. Programa de Formação de Lideranças em Desenv. Sustentável (LEAD)	USP	Instituto de estudos Avançados IEA	São Paulo-SP	16 semanas/ 2 anos	1991	Fundação Rokfeller/ Associação Bras. Treinamento de lideranças ABDL
2. Introdução a Educação no Processo de Gestão Ambiental	MMA/IBAMA	Programa de EA e Divulgação Técnico-Científica	Nível nacional	128hs	1997	Programa Nacional de Meio Ambiente PRONEA
3. Capacitação de professores e técnicos das Secretarias Estaduais de Educação	MEC/COEA	Coordenação de EA COEA/Secretaria de Ensino Fundamental SEF	Nível nacional		1996	
4. Capacitação em MA	UNICAMP	Núcleo de Pesquisa e estudos Ambientais/ NEPAN	Campinas-SP	1 semestre	1998	
5. Formação de agentes comunitários em gestão ambiental	UNB	Faculdade de Educação	Brasília – DF	----	1998	
6. Atualização em EA	Fiocruz	ENSP	Rio de janeiro	9 meses/ encontros quinzenais	1998	Oferecido gratuitamente para professores do ensino fundamental
7. Instrumentos para gestão pública e privada do meio ambiente	SENAC	Faculdade SENAC de EA e Instituto Pró-sustentabilidade	São Paulo	64hs em 4 meses	2000	
8. Capacitação em EA para professores do 1º. Grau	UFA	Ciências do Ambiente/ Escola de EA	Manaus – AM	-----	1994	Apoio do MEC dentro da política de criação de Centros de EA no país

Fonte: levantamento da autora

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* voltados exclusivamente para a temática ambiental, constituem um passo adiante na institucionalização do meio ambiente enquanto uma nova especialidade e área de formação profissional. Representam, neste sentido, a entrada institucional desta temática no ensino superior. Esses cursos geralmente antecedem os mestrados e doutorados, congregando professores e alunos, criando um ambiente de interesse e legitimidade dentro das universidades e instituições de ensino superior. Não existem cursos de graduação em educação ambiental e há apenas um único curso de pós-graduação *stricto sensu* sendo, portanto, no nível da extensão e especialização onde se observa a oferta crescente de cursos em EA<sup>130</sup>.

Quadro 7 - Mestrados e Doutorados ambientais e em EA

<b>Tipo de curso</b>	<b>Instituição</b>	<b>Inserção Institucional</b>	<b>Cidade/estado</b>	<b>Ano de início</b>
1. Mestrado em EA	FURG	Depto Educação e Ciências do Comportamento	Rio Grande – RS	1995
2. Mestrado em Ciências Ambientais	USP	Programa de Ciências Ambientais – PROCAM	-----	1990
3. Mestrado em Ciências Ambientais	Universidade Estácio de Sá	-----	Rio de Janeiro	
4. Mestrado Profissionalizante em sistemas de gestão ambiental	SENAC	Faculdade SENAC de EA /UFF/ Fundacentro	São Paulo - SP	2000
5. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente	UFS	Núcleo de estudos do Semi-Árido	Aracaju - SE	
6. Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente	Unicamp	Instituto de Economia	Campinas-SP	-----
7. Mestrado e Doutorado em Estudos Interdisciplinares de Comunicação e Ecologia Social – EICOS	UFRJ	Cátedra da UNESCO/Instituto de psicologia		1993
8. Mestrado e Doutorado em Saúde Pública	Fiocruz	Escola nacional de Saúde Pública - ENSP	Rio de Janeiro	1993
9. Mestrado e Doutorado em Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável	UNB	Centro de desenvolvimento Sustentável - CDS	Brasília – DF	
10. Mestrado em Ciências Ambientais	UFF/UFRJ (interinstitucional)	Instituto de Geociências	Niterói – RJ	-----
11. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente	UFSC	Centro de Filosofia e Ciências humanas - CFCH	Florianópolis - SC	
12. Doutorado em Meio Ambiente e desenvolvimento	UFP	Cátedra da UNESCO	Curitiba – PR	

Fonte: levantamento da autora

Os cursos de mestrado e doutorado em MA consolidam a formação e a qualificação de profissionais de ensino e pesquisa no campo ambiental. Representam o nível mais institucionalizado da formação de especialistas. Em sua maioria, estes cursos são interdisciplinares e se organizam em torno de grandes áreas, articulando um conjunto de disciplinas que se aglutinam em torno de eixos, como por exemplo “ciências ambientais” e “desenvolvimento e meio ambiente”. Levantamos pelo menos 12 cursos de pós-graduação *stricto sensu* criados na década de 90. Existe um único mestrado em EA no Brasil oferecido pela FURG-RS desde 1994. Este programa conta com as linhas de pesquisa: *EA na escola* e *Fundamentos da EA*.

Um outro espaço de legitimação no mundo intelectual é o dos fóruns de pesquisa das associações nacionais de pós-graduação. Neste sentido, destaca-se na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) o Grupo de Trabalho (GT) “Ecologia e Sociedade”. Este GT teve uma presença continuada durante 10 anos, no período de 1986 a 1996, reunindo alguns dos principais pesquisadores que, desde as ciências sociais, têm produzido pesquisas, orientado teses e impulsionado vários dos programas de pós-graduação *stricto sensu* acima referidos. Ao longo deste período, este GT publicou 2 livros. O primeiro (Hogan & Vieira, 1992),

estimulado pelos debates gerados pela Rio-92, foi intitulado “Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável”. O segundo (Ferreira & Viola, 1996), teve como título “Incertezas de sustentabilidade na globalização”<sup>131</sup>.

A partir dessa incursão pelo circuito editorial e pela formação de especialistas, é possível delinear, mesmo que de modo preliminar, como está se constituindo um mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 1887) sobre o qual o campo ambiental pretende legitimar-se como fonte de um saber válido no mundo intelectual. Os livros e os especialistas alimentam os circuitos de produção e difusão de um *saber ambiental* (Leff, 1998) nos círculos de pesquisa, do ensino e das publicações.

Da crítica ambiental à razão instrumental moderna decorrem as propostas para uma nova racionalidade, um novo saber prático e teórico que instaure uma novo tipo de ação no mundo, transformando-o profundamente. Leff formula esta questão propondo uma *hermenêutica ambiental* que abra os sentidos bloqueados pelo hermetismo da razão moderna:

"Uma hermenêutica Ambiental é um olhar desde a complexidade ambiental — entendida como expressão da crise de civilização — desde onde se desentranham as origens e as causas desta crise, e desde onde se projeta um pensamento para a reconstrução do mundo". (Lef, 2000:8)

Este projeto de mudanças radicais ou "reconstrução do mundo" parece ser o traço distintivo do campo ambiental e neste sentido, poderia ser considerado ao mesmo tempo sua força e sua fraqueza. A atratividade e pertinência da crítica ambiental vem justamente de sua consonância com a percepção da profunda crise do pensamento e do modo de vida modernos. A promessa de uma nova utopia societária e epistêmica que esta crítica corrobora faz do ambiental um polo de grande eficácia simbólica, na medida em que se torna capaz de ressemantizar projetos políticos e utopias, agregar apostas positivas num futuro melhor e alimentar expectativas de transformação do mundo, num cenário social que tende a ser anti-utópico e desagregador dos laços societários e solidários. Ao mesmo tempo, pela natureza mesma desta crítica e das propostas que dela decorrem, torna-se um desafio equacionar a ação política imediata requerida pelo enfrentamento dos problemas concretos e o desafio de fazê-los de um modo novo, já realizando a promessa utópica na prática cotidiana.

A tensão instaurada por um *topos* que se constitui como horizonte e ao mesmo tempo como ação prefigurada de um mundo ideal perpassa o campo ambiental, dando o tom para muitos programas institucionais, ações coletivas e projetos de vida individuais. A EA é emblemática desta tensão, que aí se expressa no desafio de fundamentar seu fazer educativo quando

ele deve ser ao mesmo tempo ação prática — capilar e cotidiana — e exemplar de uma revolução epistemológica.

## 7 A POLÍTICA EM TRÂNSITO E OS TRÂNSITOS NA POLÍTICA

"Você, por exemplo, pode acordar amanhã com uma vontade irresistível de colar cartazes ou de ajudar na produção de uma festa ou de brigar pela preservação de uma área verde que você gosta, mas que querem destruir. Por que não? E se você acordar amanhã com vontade de militar suas reclamações? Isso não vai fazer você um soldado atrelado à causa e por esse motivo preso para sempre num beco sem saída. Se o cotidiano fosse levado mais a sério, a mistura seria mais harmoniosa. No momento em que essas reclamações forem inseridas no ritual 'de todo dia' elas vão ser mais facilmente realizadas e com mais prazer: e os militantes vão ter mais noites livres para ir ao cinema". (Denise Crispun, Partido Verde, "Propostas de ecologia política", 1986)

Esta convocação, nada ortodoxa, é emblemática de uma guinada cultural, em direção a novos estilos e formas de pensar a *ação política*<sup>132</sup>, particularmente evidenciada no campo ambiental. A declaração acima — feita por uma militante que se apresenta como "autora teatral, roteirista e militante do PV" — está na coletânea de textos organizada por ocasião do lançamento do

Partido Verde no Rio de Janeiro, em 1986. Aquele ano, meados da década de 80, registra o fortalecimento da presença do ideário ecológico e de seus militantes na cena política brasileira.

Esta fala e seu contexto — lançamento do PV no Rio de Janeiro, tempo de mobilização para a Assembléia Nacional Constituinte, ano da campanha do PT-PV para governador do Rio de Janeiro, realização do *abraço à lagoa Rodrigo de Freitas* — são ilustrativos das mudanças nos referenciais de militância, nos discursos políticos de esquerda, e afinal, dos questionamentos sobre o que se considera a própria esfera da política<sup>133</sup>. A política como *estilo de vida* (Giddens, 1994; Roszack, 1972), também relacionada à virada cultural do novos movimentos sociais transclassistas e à nova esquerda, é uma transformação importante na cultura política<sup>134</sup> com forte expressão no mundo ambiental. Dentro deste campo, os percursos de vida e as experiências políticas estão marcados por um movimento de dupla face: inserção num trânsito coletivo para fora da política vista como tradicional em busca da nova política e a experiência pessoal e singular dessas mudanças. Assim, trata-se, na primeira parte deste capítulo, de trazer essa discussão sob o foco dos *trânsitos na política*, particularmente contextualizados nas tensões que demarcam a política ecológica e nos caminhos percorridos por sujeitos ecológicos. Na segunda parte deste capítulo tem lugar o aprofundamento do debate sobre política, ela mesma posta em xeque no cenário de uma

*política em trânsito*, marcada pela autonomização e estetização dos sujeitos e da ação. Uma problemática que, mesmo expressando-se de forma exemplar, não se circunscreve ao campo ambiental, revelando as vicissitudes da política em condições de modernidade.

### **A questão ecológica: entre *Bios* e *Polis***

A entrada da *natureza* ou *meio ambiente* no campo da política pode ser vista como uma ampliação da esfera pública, na medida que os destinos da vida, enquanto *Bios*, conquistam um espaço crescente como objeto de discussão política na sociedade. Como propôs Serres (1991) numa das conhecidas formulações desta orientação, haveria que introduzir a natureza no pacto civilizatório através de um "contrato natural"<sup>135</sup>. Contudo, se podemos falar de uma politização da natureza pelos movimentos sociais e lutas ecológicas emancipatórias, também se pode observar a tênue fronteira que aponta para uma biologização da política, ou seja, a afirmação de uma suposta *ordem natural* — o *Bios* — sobre a *Polis*.

A tensão entre ampliação e/ou redução da esfera pública evidencia a pergunta sobre as possibilidades emancipatórias ou desagregadoras de um fazer político orientado pelo ideário ecológico. Muitas vezes o apelo ecológico busca legitimar-se a partir dos riscos dos desequilíbrios ambientais, no entanto, a crise ecológica *real* não oferece em si nenhum

substrato para uma orientação política ecológica. A crise dos recursos naturais e a consciência dos riscos que afetam a vida das populações e do planeta pode tanto atuar como uma força agregadora, contribuindo para a formação do que Habermas (1995) chamou de uma *comunidade de riscos compartilhados*; quanto reforçar os mesmos mecanismos de desintegração social e ambiental que tendem a acelerar a apropriação dos bens ambientais pelos interesses privados, degradando não apenas a base de sustentação material do planeta mas também as bases dos vínculos de solidariedade social. É neste sentido que, já na década de 70, alertava Gorz (1978) sobre o problema da apropriação dos bens ambientais (ecossistemas, paisagens, formas de uso dos recursos naturais) e do discurso ecológico pela lógica capitalista, resultando no que ele chamou de *ecofacismo*.

Outro aspecto que tem sido objeto dos críticos da política ecológica e do movimento alternativo (Dupuy, 1980; Alphandéry, 1992; Huber, 1985) são os paradoxos da autonomia, que atravessam as propostas ecológicas para a sociedade. Neste sentido, a problemática dos fundamentos filosóficos da autonomia do sujeito na tradição cartesiana e suas expressões problemáticas no campo ambiental — seja pela via da ligação direta com a Terra, sem mediações, seja pela via da *vontade de desacoplamento* em

relação à Terra — já foi formulada por Grün (1996) como desafio para uma ética da educação ambiental.

Contudo, a crítica mais dura à radicalização da autonomia no projeto emancipatório é desfechada por Ferry (1994), que vê na trajetória de uma esquerda libertária e democrática egressa de maio de 68, e na sua *ética da autenticidade*<sup>136</sup>, o protótipo do *ecologista reformista*. O autor chega a se perguntar se é possível pensar a ecologia como uma força política *per se*. Sua preocupação recoloca o paradoxo da radicalização da autonomia como emancipação individual e a dificuldade da ação política no campo ambiental. Para ele, a mentalidade autonomista dos anos 60, com sua *ética da autenticidade* teria transformado o *tu debes*, de uma ética que previa o controle das inclinações egoístas em favor do bem comum, num convite do tipo: seja você mesmo, "que pretende favorecer a auto-realização através da idéia de que a lei, longe de se nos impor do exterior, é imanente em cada indivíduo particular" (Ferry, 1994:186).

Ao final, Ferry argumenta que esse individualismo democrático e autenticitário é o que sustenta a vontade de preservar o meio ambiente. Assim, conclui que a ecologia não é uma força política em si e, na medida em que é compartilhada por uma imensa maioria, não possui uma vocação exclusiva para o poder. Desta forma, não vê sentido em um Partido Verde.

Não gostaríamos de entrar aqui neste debate que tanto ocupou e dividiu os ecologistas nos anos 80 no Brasil. Não é o objetivo deste estudo aprofundar o caso da política verde como a única expressão da política no campo ambiental. Nossa intenção, ao iniciar este capítulo deixando falar o discurso verde, foi a de trazer uma certa dramaturgia da nova ação política e seu modo de distinguir-se da *velha política*, que atravessa não apenas a política verde mas todo o campo ambiental, como eixo diacrítico em relação ao qual se posicionam os diversos atores e se diferencia internamente o próprio campo. Nesta trama de processos e atores, a expressão do ideário ambiental via partido, mas também a participação de diversos grupos e movimentos organizados da sociedade civil<sup>137</sup>, desempenhou um papel fundamental na demarcação do ambiental enquanto esfera de ação política cidadã, isto é, esfera plural de decisões comuns que afetam o interesse público.

Concordamos com Pádua (1991) quando este afirma que o PV no Brasil, bem como nos EUA, foi diretamente influenciado pelo exemplo europeu. Esta ponte é ainda mais direta se verificarmos que muitos dos militantes que estiveram na organização do PV foram os militantes de esquerda dos anos 60 que, exilados na Europa, retornam com a anistia em 1979, trazendo as *idéias verdes* para a cena política brasileira dos anos 80.

Estas idéias estão marcadas pelo debate europeu sobre ecologia e pacifismo e, sobretudo, por uma política inspirada na contracultura e na luta das minorias. Entretanto, é importante dizer que no Brasil, diferentemente da experiência europeia que os inspira, os movimentos ecológicos nem sempre se constituíram no guarda-chuva articulador de um conjunto amplo de lutas alternativas. O PV no Brasil não teve a expressão política nem o caráter articulador que se pode verificar, notadamente na França e Alemanha<sup>138</sup>.

De toda forma, seja como partido ou movimento, a presença do ecologismo na cena pública passa pela interação com as lutas pacifistas e movimentos de minoria que caracterizam a nova cultura política onde o projeto emancipatório passa a incorporar as lutas identitárias e a preocupação com a natureza identificada por Giddens(1994) como *política da vida*.<sup>139</sup> Neste marco, destaca-se a articulação dos movimentos ecológicos a um conjunto de outros movimentos sociais de corte cultural e transclassistas. Este fenômeno, pelo seu caráter inovador em termos de tipo de reivindicação, perfil de classe dos militantes, e *performances* de ação, foram denominados pelos analistas políticos de "novos movimentos sociais" (Evers, 1984; Durham, 1984; Sherer-Warren, 1987; Cardoso, 1983). A identidade dos *novos movimentos* se define, portanto, na sua contraposição aos movimentos estruturados predominantemente sobre o conflito de

classes e a oposição capital-trabalho. Os novos movimentos vão ser vistos como aqueles que põem em ação uma nova cultura política de esquerda, também chamada *nova esquerda*, marcada pelo caráter emancipatório e afirmativo das lutas por novos direitos, mais do que pelo enfrentamento do modo econômico de produção capitalista<sup>140</sup>.

No conjunto destes novos movimentos sociais, a temática ambiental, ao lado das questões de gênero, parece ter sido uma das que mais conseguiu penetrar na diversidade das lutas sociais nas últimas décadas e alcançar certa legitimidade em diferentes segmentos sociais; inclusive no âmbito das lutas populares e sindicais que, de certa forma, foram, em um determinado momento, o contraponto destes novos movimentos. Os chamados movimentos sociais tradicionais, como os populares e os sindicais, vão constituir-se, por sua vez, como horizonte histórico que configura as condições de recepção e, conseqüentemente, alcance e legitimação dos novos movimentos. Nesse sentido, a cultura revolucionária dos anos 60/70 será a referência forte frente à qual as novas temáticas, como a ambiental, vão afirmar-se nos anos 80/90, ora como contraponto ora como elemento a ser internalizado pelas *lutas tradicionais*<sup>141</sup>.

Assim, mesmo demarcando seu lugar fora e contra os marcos da ação política vista como *tradicional*, não se poderia pensar os movimentos

ecológicos, a ecologia política, nem o leque mais amplo da questão ambiental no Brasil, sem levar em conta o importante papel que tiveram em sua configuração os movimentos sociais rurais e urbanos dos anos 70 e 80, bem como os movimentos populares ligados à educação popular, à *Igreja da Libertação* e às Comunidades Eclesiais de Base. Muitos ecologistas tiveram em sua própria trajetória uma inserção pessoal na chamada *política tradicional*. Várias destas lideranças foram ativos militantes dos movimentos revolucionários dos anos 70. Tiveram sua formação política no contexto católico da libertação. Foram exilados. Viveram a experiência da clandestinidade e do centralismo democrático. Assim, a contraposição entre os marcos da cultura política revolucionária dos anos 60/70 e a luta democrática dos anos 80 é, para muitas lideranças ecologistas, parte de sua história e de seus conflitos pessoais. Por essa razão, os relatos sobre as relações com a política possuem o tom apaixonado de quem está revendo e mudando a própria vida, numa construção ao mesmo tempo individual e coletiva.

### **Os trânsitos na política**

As trajetórias biográficas permitem, desde o foco da experiência, traçar uma outra aproximação da problemática que vimos discutindo. Estes percursos

revelam os *trânsitos* feitos pelos sujeitos e registram, não apenas a passagem de um tempo histórico atravessado pela sucessão das conjunturas políticas; mas são, sobretudo, testemunhos vivos da instauração de cursos simbólicos. No modo próprio de cada trajeto desvela-se a tecitura de uma narrativa política, uma *intriga*, no sentido de Ricoeur. Para seguir algumas das possibilidades de construção narrativa dos trânsitos na política, selecionamos quatro trajetórias dentro do campo ambiental.

Duas trajetórias são percursos feitos por pessoas públicas, lideranças que marcam sua presença na história recente dos movimentos sociais, com grande impacto sobre o conjunto do campo ambiental. As outras duas biografias são percursos políticos relatados por educadores, onde se pode observar como a educação ambiental ganha um papel na construção da narrativa política. São quatro possibilidades diferentes e irreduzíveis entre si de experienciar, ver e articular política e meio ambiente. Ainda que não esgotem o campo das possibilidades, são, cada uma delas, trajetórias significativas dos cursos que estão sendo trilhados, demarcando referências para balizar a problemática dos nexos políticos no universo ambiental.

Entre as lideranças públicas que gozam de amplo reconhecimento no campo ambiental, destacamos Fernando Gabeira e Chico Mendes, por serem definitivamente emblemáticas. Suas trajetórias marcam duas vias

diferentes e, cada uma ao seu modo, inovadora de entretecer as relações entre política e ecologia. Observando os principais momentos destas vidas na política, é possível ver como encarnam e resolvem algumas das principais questões que vimos delineando como demarcadoras do debate sobre política e ecologia, abrindo caminhos e inventando alternativas que se tornaram um modelo para muitos sujeitos ecológicos.

**Da guerrilha ao 'Abraço', do sindicato ao 'Empate': o nascimento de novos laços entre política e ecologia**

*Fernando Gabeira*

Fernando Gabeira, nascido em 1941, em Juiz de Fora (MG), é escritor, jornalista e até agora, o único deputado federal pelo Partido Verde do Rio de Janeiro. No final dos anos 60, ingressou na luta armada contra a ditadura militar. Em 1969, participou do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick. Foi baleado, preso e, mais tarde, exilado, numa operação que envolveu a troca de presos políticos pelo embaixador da Alemanha, também seqüestrado pela guerrilha.

Em dez anos de exílio, esteve em vários países: no Chile, em 1973, durante o golpe militar que derrubou Salvador Allende, na Suécia e Itália. Com a Anistia, voltou ao Brasil no final de 1979. Nos anos seguintes

dedicou-se a uma intensa produção literária, construindo as primeiras análises críticas da luta armada. Seu primeiro livro, "O que é isso, companheiro" teve mais de 250 mil exemplares vendidos e se tornou uma referência na memória da resistência contra a ditadura. Este livro inspirou o filme homônimo, produzido por Bruno Barreto, em 1997. Como o próprio Gabeira formula, seus livros: "O crepúsculo do macho", "Entradas e bandeiras", "Hóspede da utopia", "Nós que amávamos tanto a revolução" e "*Vida alternativa*", impulsionaram temas como as liberdades individuais e a ecologia, apontando novos horizontes no campo das mentalidades e colocaram na berlinda uma série de velhos conceitos da vida brasileira ([www.gabeira.com.br](http://www.gabeira.com.br)).

Em 1985, Gabeira se envolve na organização do Partido Verde, juntamente com um grupo de ecologistas, artistas e intelectuais cariocas. Em 1986, candidata-se ao governo do estado pelo PV (em coligação com o PT) e realiza uma campanha de características reconhecidamente inovadoras. O fato é que Gabeira conseguiu, naquela conjuntura, criar uma diferença no debate político com sua *performance*, estilo, discurso jornalístico e temas como qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, liberdades individuais, direitos das minorias, democratização das comunicações e a polêmica sobre a descriminalização da maconha. Como

bem descreve em seu *site* "Fala Gabeira" — onde se pode ouvir a voz de Gabeira, em tom impessoal, narrando a si mesmo:

"A campanha de Gabeira para governador inaugurou também uma nova forma de militância política. Os tradicionais comícios e passeatas, sisudos e cinzentos, ganharam uma nova estética com cores, *performances*, prazer e arte. Dois momentos culminantes: a passeata "Fala, mulher", que coloriu a avenida Rio Branco de rosa e a cobriu de flores; e o Abraço à Lagoa, em que milhares e milhares de pessoas deram-se as mãos em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas, produzindo um dos momentos de maior força simbólica e plástica da cena política brasileira. Um marco na relação da população urbana com o meio ambiente, o Abraço à Lagoa criou uma nova instituição entre as manifestações públicas, originando uma série de outros abraços a instituições, empresas, espaços urbanos e patrimônios ambientais". (www.gabeira.com.br)

Na década de 90 Gabeira foi correspondente da Folha de S. Paulo em Berlim, após uma *solitária* candidatura alternativa pelo PV à presidência da República, em 1989. Viveu dois anos na Alemanha, onde cobriu a queda do Muro de Berlim. Na volta ao Brasil, prosseguiu seu trabalho de repórter especial nos jornais Folha de S. Paulo e Zero Hora. Em 1994, elegeu-se deputado federal pelo PV. O mandato de Gabeira é apresentado em seu *site* como "representante solitário do PV na Câmara dos Deputados, que tem procurado compensar esta condição com uma atuação múltipla". Nesta atuação parlamentar destacam-se projetos de lei nas áreas de meio ambiente e direitos civis como o fim ao serviço militar obrigatório e ao crime de adultério, legalização das rádios comunitárias, proibição do uso do amianto no país, e o acesso gratuito aos remédios contra a Aids. Relatou em

1999 o projeto que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), acerca da gestão das unidades de conservação no Brasil.

Gabeira, um jornalista que milita na esquerda comunista, se partidariza, adere a *vida dupla* na clandestinidade, participa da luta armada, é preso, exilado. Volta ao Brasil, marcando presença pública pela crítica a sua experiência política anterior. Reingressa na política, desta vez organizando um novo partido político: o PV. A trajetória de Gabeira parte de um modelo de ação política via clandestinidade e luta armada para a uma ação pacifista e celebrativa como a do “Abraço à Lagoa”, estabilizando-se na opção pelo mandato parlamentar de um pequeno e frágil partido do qual ele mesmo é o fundador e principal nome nacional.

Os 10 anos que se passaram de 1969 (o exílio) a 1979 (a anistia) registram uma guinada na vida de Gabeira, nas mentalidades e no cenário político brasileiro. Os 12 anos que separam 1968 (a entrada de Gabeira na clandestinidade) e 1986 (a fundação do PV carioca), são uma outra maneira de periodizar a mudança. Vale a pena registrar o contraste entre a iniciação na política em 1968, e as declarações dos militantes verdes na fundação do partido em 1986. Sobre 1968, Gabeira descreve:

"Oficialmente, entrei para uma organização leninista na Praça Antero de Quental, numa tarde muito bonita. A organização era a Dissidência Comunista, uma cisão do PC brasileiro, surgida no meio da década de 60. O companheiro encarregado de me comunicar que eu tinha sido aceito fez uma ligeira preleção sobre minhas qualidades, meus defeitos e as novas tarefas que me esperavam. De agora em diante, como no poema de Lorca, meu nome não era mais meu nome, minha casa não era minha casa. Alguns adjetivos altissonantes, menções à inevitável vitória final, ao inexorável curso da história rumo ao progresso, encerravam aquele curto ritual de iniciação". (Gabeira, 1998:73)

Em 1986, no livro manifesto de lançamento do PV carioca pode-se ler o texto que serve de epígrafe a este capítulo, bastante representativo do clima e das idéias ali expostas em tom de manifesto libertário e de culto da não submissão do indivíduo à causa e à disciplina. Entre 1968 e 1986, um deslocamento se opera no campo político. Enquanto no primeiro tempo o indivíduo deve despir-se de seus atributos pessoais (nome, endereço, classe social de origem) diluindo-se na lógica coletiva da classe, da *revolução* e da força da história, no segundo tempo o indivíduo é celebrado acima da causa, da classe, em seu ponto máximo de revolução pessoal, em contraposição explícita à experiência anterior. Gabeira é um personagem que encarna em sua vida esse salto, que nos faz pensar, pela radicalidade da guinada, se não se trata de uma inversão de sinais: do culto ao coletivo e de uma política centrada no *nós*, para o culto a liberdade individual de uma política centrada no *eu*.

*Chico Mendes*

Em 1964, enquanto Gabeira podia ver as passeatas de estudantes na Avenida Rio Branco, da sacada do Jornal do Brasil, de onde ele saltaria de redator a militante em pouco tempo, outro jovem, três anos mais novo, o seringalista Chico Mendes, ouvia as notícias do golpe pelo rádio, perto da fronteira com a Bolívia, nas versões da “Voz da América” e da “Central do Moscou”.

"Em 64, irrompe o golpe militar. Em maio e junho deste ano, a versão da Voz da América dizia que a democracia havia sido vitoriosa, que os comunistas iam acabar com o país, etc. No outro dia a gente ouvia a versão da central de Moscou que falava das prisões de sindicalistas, de torturas etc. Então eu tinha duas versões: a dos americanos e a dos comunistas". (Chico Mendes, [1988] 1989:13)

Essas notícias eram ouvidas e comentadas na companhia de Euclides Fernando Távora: "Ele me explicava o que era aquela revolução, feita pela CIA com apoio da ala reacionária" (Chico Mendes, [1988] 1989:13). O encontro, em 1962, com Euclides Távora, é lembrado por Chico como um prêmio:

"Houve um momento em que teve alguma coisa diferente pra mim. Não sei se acertei numa loteria, o fato é que, de repente, no seringal onde nós morávamos, uma tarde chegou uma pessoa diferente dos outros seringueiros, um trabalhador, um seringueiro mas com aspecto e linguajar totalmente diferente dos outros companheiros. Aquela pessoa, por coincidência, passou em nossa casa num dia em que nós tínhamos chegado da estrada, da seringa, e estávamos defumando o leite. Eu me interessava pelo modo de falar dele. Ele trazia alguns jornais; por sinal eu ainda não conhecia o que era jornal naquela época. Me interessei por aquilo. Parece que ele percebeu meu interesse. De modo que, a partir dessa conversa dele com meu pai e comigo, ficou acertado que a gente visitaria seu barraco". (Chico Mendes, 1988. In: Grybowski, 1989:61)

Chico Mendes passou a freqüentar o barraco de Euclides Távora, a três horas de caminhada, pelo varadouro de Seringa. Um acordo com seu pai permitiu que fosse liberado do trabalho aos sábados e domingos para aprender a ler. Euclides era egresso da Intentona Comunista. Um ex-tenente do Exército que, em 1935, aderiu à Coluna Prestes. Foi preso quando o movimento foi derrotado. Fugiu da prisão em Fernando de Noronha e desde aí viveu clandestinamente participando de movimentos de esquerda<sup>142</sup>. Foi com este mestre que Chico Mendes se iniciou nas letras e na política. Toda a trajetória de Chico Mendes parece estar profundamente marcada por esta filiação simbólica onde Euclides, em seus últimos anos de vida forma o jovem Chico e lhe outorga a política como missão. Assim, enquanto ouviam no rádio as notícias do golpe de 1964: "Ele me dizia: hoje os trabalhadores estão sendo rechaçados, mas por maior que seja o massacre sempre

existirá uma semente que renascerá e aí você tem que entrar, mesmo que seja daqui a oito, dez anos" (Chico Mendes, 1988. In: Grybowski, 1998: 13).

Depois de ficar "meio perdido" com o desaparecimento de Euclides Távora em 1965<sup>143</sup>, de 1965 a 1975 Chico Mendes passou a acompanhar seus companheiros em negociações diretas de compra e venda da borracha juntos aos marreteiros. Articulou também um grupo de alfabetização de quase cinquenta pessoas e por isso foi denunciado pelo padre e o prefeito da cidade como agitador, tendo de passar cerca de dois anos e meio escondido na selva.

Em 1975, quando a pressão do latifúndio domina a região, surgem os primeiros sindicatos organizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. É aí que Chico Mendes entra na luta contra a expropriação de terras, via sindicalismo inspirado pelas palavras de Euclides Távora: "Lembrei da recomendação de Euclides e fui pra lá. E deu certo, pois como ele tinha me ensinado muita coisa durante três anos, acabei sendo eleito secretário geral do sindicato" (Chico Mendes, [1988] 1989:14).

Como sindicalista Chico vive os primeiros confrontos com a polícia e o Exército, na defesa de seringueiros cujas terras era devastadas com a presença de pistoleiros e peões, a serviço dos grandes proprietários da

região. Foi aí que nasceu a tática das "trincheiras"<sup>144</sup>. Esta modalidade de ação direta vai convergir para o que foi sendo denominado *Empate*: um tipo de ação direta praticada desde 1976, como resistência aos grandes desmatamentos e que se generaliza na região durante a gestão de Wilson Pinheiro no Sindicato de Basiléia nos anos de 1978-79. Mais tarde, em meados dos anos 80, essa prática vai ganhar novas conotações, sendo reforçada sua dimensão de resistência pacífica com a incorporação de mulheres e crianças nos cordões de *Empate* e a criação de uma rede de comunicação e solidariedade que difundia a ação em nível nacional e internacional, criando um fato político e reforçando a luta pela não-violência.

O relato de Chico sobre as trincheiras dá a idéia do cenário de violência e desigualdade onde se dava a resistência dos trabalhadores rurais, em pleno coração do latifúndio, território sem lei para a oligarquia rural brasileira:

"Lembro de umas quatro vezes em que a gente foi preso e ficamos lá, deitados no chão e eles batendo na gente e depois, todo ensangüentados nos jogavam no caminhão. Dentro do caminhão, com muita gente junta, começávamos a cantar os hinos da Igreja. Chegávamos na delegacia mais de cento e tantos homens, não tinham lugar para nos alojar e ficávamos pelos corredores. A polícia cercava o prédio e por fim tinham que nos liberar". (Chico Mendes,[1988] 1989:15)

As músicas de Igreja revelam o contato de Chico Mendes com as Comunidades Eclesiais de Base, com as quais ele toma contato através do

sindicato, que funcionava nas dependências de uma Igreja onde padres progressistas acolhiam os movimentos sociais contra a repressão. Situação comum durante a ditadura, quando a Igreja progressista foi o guarda chuva que deu salvaguarda a todo um conjunto de ações de esquerda. Mas a principal inserção de Chico se dá pela via partidária e sindical. Concorreu e foi eleito em 1976 a vereador por Xapuri pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Em 77 quase foi cassado por sua atuação na Câmara de Vereadores. Como ele mesmo relata, "o ano de 78 foi difícil pra mim, porque eu enfrentava uma luta interna contra os companheiros de bancada e outra luta contra o latifúndio" (Chico Mendes, 1988. In: Grybowski, 1989:68). Chega a se aproximar de um grupo do PC do B quando no final de 1979 surgiu o PT, onde Chico Mendes se filia. Em 1980 é enquadrado na Lei de Segurança Nacional, a pedido dos fazendeiros da região, acusado de um *justiçamento* de um fazendeiro que poderia estar envolvido na morte do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, Wilson Pinheiro. Pelo PT se candidata em 1982 a candidato estadual e perde. Chico relata que neste momento passa a enfrentar a *oposição interna* de setores do PT e mesmo da Igreja progressista, temerosos de que sua candidatura representasse "um perigo dentro do partido, pois poderia levar a uma

oposição muito radical" (Chico Mendes, 1988. In: Grybowski, 1989: 68-69).

Como ele próprio resume:

"Fui me afinando mais com o movimento sindical. Achei que a bandeira mais eficiente pra eu atuar era o movimento sindical. Isto me lembrou muito as lições aprendidas com Euclides Távora, em 65. Continuei na militância do PT, mas de 81-82 em diante comecei a atuar como linha de frente na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Xapuri." (Chico Mendes, [1988] 1989: 69)

No mesmo ano de 1981 Chico é julgado pelo Tribunal Militar de Manaus, acusado de incitar posseiros e consegue livrar-se da prisão preventiva. Com Chico Mendes na direção, o Sindicato começa a ser um pólo de articulação dos seringueiros. Em outubro de 1985 Chico Mendes lidera o 1º. Encontro Nacional dos Seringueiros, quando é criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do qual passa a ser a principal referência. A partir de então, a luta dos seringueiros e a liderança Chico Mendes passa a ganhar visibilidade e repercussão nacional e internacional. Com a "Aliança dos Povos da Floresta", o movimento passa a incorporar os interesses indígenas e propõe a criação das Reservas Extrativistas (RESEX), uma forma de preservar a floresta, os territórios indígenas e garantir o acesso à terra desejado pelos seringueiros.

Na defesa das RESEXs já aparece na fala de Chico Mendes, o diálogo com o movimento ecológico:

"Nós entendemos que a Amazônia não pode se transformar num santuário intocável. Por outro lado, entendemos também que há uma necessidade urgente de evitar o desmatamento que está ameaçando a Amazônia e com isto ameaça até a vida do planeta. A gente pensou em criar esta alternativa de preservação da floresta, mas uma alternativa ao mesmo tempo econômica. Então pensamos na criação da Reserva Extrativista". (Chico Mendes, 1988. In: Grybowski, 1989:24)

Como vemos aqui, o discurso de Chico passa a incorporar uma resposta aos movimentos ecológicos mais intransigentes, recusando a vocação de *santuário* ecológico da Amazônia e propondo uma solução que combina preservação e reprodução do modo de vida extrativista. A alusão ao *planeta* indica a entrada dos signos ecológicos e a busca de uma nova aliança para a ação política: na luta ambiental.

É neste movimento de ampliação da luta dentro da Amazônia e fora dela, que Chico Mendes se transforma numa liderança nacional e internacional associada à luta pela preservação da Amazônia. Este perfil vai se construindo em situações como as que se sucederam em 1987, quando recebe em Xapuri uma missão da ONU que vem testemunhar a expulsão de seringueiros e o desmatamento causados por projetos financiados pelo Banco Mundial. Dois meses depois, Chico Mendes, convidado pela ONU e entidades ambientalistas americanas, levará estas denúncias ao Senado Norte Americano e a uma reunião do Banco Mundial em Washington. Nestas oportunidades para os diretores do Banco Mundial e para os senadores

americanos as conseqüências da abertura da BR-364, estrada financiada pelo Banco, para a floresta amazônica. Após suas denúncias, que reforçaram o combate ao projeto pelas entidades ambientalistas junto ao Banco, este projeto tem os desembolsos suspensos. Firma-se aí sua aliança com o movimento ambientalista e seu perfil de *liderança sindical, seringueiro e ecologista*. Neste mesmo ano, Chico Mendes recebe o Prêmio Global 500 da ONU e uma medalha da Sociedade para um Mundo Melhor, em Nova York.

Em 1988, o cerco dos latifundiários aumenta com a organização da UDR no Acre. Chico vê a implantação das primeiras RESEX e a desapropriação do seringal Cachoeirinha em Xapuri, de propriedade do fazendeiro Darli Alves da Silva. A partir daí agravam-se as ameaças de morte. No dia 22 de dezembro de 1988 é assassinado na porta de sua casa, em Xapuri, deixando a esposa, Ilzamar Mendes e seus dois filhos Sandino, 2 anos e Helenira, 4 anos.

A trajetória de Chico Mendes e sua morte o consagram na posição de mártir que conseguiu reunir a luta trabalhadora rural e a conservação da floresta. A convergência entre justiça social e ecologia, construída na prática concreta de sua ação política, confere a Chico Mendes a distinção de ter demonstrado a possibilidade da aliança entre uma luta de trabalhadores

rurais e outra, de corte transclassista e globalizada, como a ecológica. Por estar neste entrecruzamento do sindical e do ecológico, do rural e do urbano, Chico pode ser reconhecido como legítimo porta voz de ambos os campos, como se pode ver pela maneira como é traduzido por Gabeira e por Júlio Barbosa, seu companheiro de luta sindical no Acre. Para Gabeira, Chico é sobretudo um pacifista, um ecologista no Acre:

"A intuição de Chico não parou na combinação da ecologia com a luta sindical. Ele estimulou também uma forma de luta pacífica chamada Empate que foi desenvolvida em vários pontos do Acre e impediu que o estado fosse devastado como Rondônia. A capacidade de achar a luta pacífica, envolver mulheres e crianças no mesmo processo, uma vez que era o destino de todos que estava em jogo, fez de Chico Mendes um grande articulador no campo do que havia de mais moderno nas lutas urbanas do mundo". (Gabeira, 1989:26)<sup>145</sup>

Na visão de Júlio Barbosa, Chico é sobretudo um sindicalista e um "ecologista diferente":

"No Brasil existe um monte de ecologistas que defendem o verde, a não poluição das águas, a respiração do oxigênio puro. Mas em meio a esses ecologistas surgiu um que não foi formado em universidade nenhuma. (...) Por que o Chico Mendes foi morto? Porque mais do que ecologista, de defender o verde, o meio ambiente, a não poluição, ele defendia uma coisa muito mais importante para a classe a que ele pertencia que era a reforma agrária para o trabalhador, para o seringueiro, a reserva extrativista. A ecologia de Chico era diferente da ecologia de todo o Brasil". (Júlio Barbosa, 1989:24)

Se para Gabeira o que distingue Chico Mendes é ter sido ele um visionário em *intuir* uma forma de envolver na luta todos cujo destino estava

em jogo, valorizando a generalização da luta como local e global, rural e urbana; para Júlio é o compromisso de classe de Chico Mendes que faz dele um "ecologista da prática". Visto por uma ou outra lente, parece que Chico Mendes foi de fato um tradutor de dois mundos. Pôde traduzir o ideário ecologista num contexto de luta de classe. Chico foi capaz de dar à luta dos seringueiros uma legítima *performance* ecologista sem no entanto mudar de campo de luta. Neste sentido, concordo com Júlio Barbosa: Chico é um ecologista diferente, que reinventa a luta ecológica em condições de luta de classes. Traçando uma outra trajetória, Gabeira chega à ecologia pela via da crítica a sua experiência revolucionária, como busca de uma nova forma de fazer política.

Chico representa uma classe e Gabeira uma causa. Se o *Abraço* é o rito da *nova política*, de tipo urbano, mobilizando o sentimento estético pela plástica da ação e pela comoção diante da utopia pacifista; o *Empate* é rito da resistência pela terra disputada na floresta contra o latifúndio. Neste sentido, é interessante pensá-los como duas formas distintas de representação política. Dois modos diferentes de fazer política e ser ecologista.

### **Educadores ambientais e trajetórias políticas**

Grande parte dos educadores ambientais poderiam reconhecer-se nos caminhos abertos por Gabeira e Chico Mendes, bem como compartilhar os dilemas de uma política em trânsito e dos trânsitos na política que estamos delineando. Estes sujeitos, tributários ao mesmo tempo do ambiente autonomista da cultura ecológica e dos impasses gerados pelo projeto emancipatório, são protagonistas da nova política, muitas vezes com trânsitos na chamada militância tradicional. Suas trajetórias testemunham a passagem por diferentes modalidades, experiências e concepções sobre o agir político, através do qual se reproduzem e se recriam formas de ver e fazer política, ecologia e educação ambiental.

#### **Um ecologista libertário**

Marcos Reigota, já citado no capítulo 4, vale lembrar, é um educador ambiental, com vários livros e artigos publicados e a peculiaridade de que, em vários deles, adota um tom autobiográfico ao contar a história da educação ambiental e dos *ecologistas* — título de um de seus últimos livros. A partir desta publicação, acrescidas de um memorial que nos foi enviado pelo autor para as finalidades deste estudo<sup>146</sup>, é possível reconstituir um percurso que conta a história da educação ambiental e traduz, com refinamento literário, muito da cena política onde tantos militantes e educadores ambientais se formaram.

Marcos, 43 anos, é natural de Promissão, cidade do Noroeste paulista, filho de pai comerciante e mãe dona-de-casa, cercado de primos e primas, testemunha esta época em suas memórias da adolescência:

"O meu pai vendeu o Sinca Schambort e o caminhão e em 1968 mudamos para Tupã. Nessa cidade, na época, moravam a minha avó e oito dos dez tios e tias. Primos e primas. O meu pai começou a trabalhar num posto de gasolina Shell, decorado com cartazes de propaganda no estilo '*flower power*'. Os *mutantes* e Rita Lee em destaque".

No Brasil as idéias contraculturais e o espírito libertário dos anos 60/70 ganham uma configuração particular, dados pelo contexto político nacional do golpe militar em 64 e todo o período de luta contra a ditadura. É neste ambiente que o *flower power* e a estética psicodélica vão disputar suas mensagens libertárias contra não apenas a política repressiva do governo, mas também internamente ao campo da oposição ao regime. O cenário musical do fim dos anos 60 tornou-se palco de um intenso debate cultural, estético e político. Os Festivais<sup>147</sup> representaram, em tempos de regime militar, um espaço para o debate e o confronto público de idéias no meio jovem e estudantil, a vanguarda política por excelência no final dos anos 60, não apenas no Brasil mas nos EUA e Europa.

Rita Lee e os *Mutantes*, bem lembrados por Reigota, mas também Geraldo Vandré, Edu Lobo e os baianos Gil e Caetano eram algumas das pontas do que Motta (2000), em suas memórias deste tempo, descreve como:

"a briga entre a 'música brasileira', e a 'música jovem', isto é, entre Jovem Guarda e o Fino da Bossa" (Motta, 2000:107). Nesta *guerra musical* também se enfrentavam a turma da MPB (juventude, nacionalista e *engajada*, como se dizia na época), e as turmas combatidas desta perspectiva como *alienadas*: a jovem guarda e os tropicalistas<sup>148</sup>. A MPB era a voz de uma juventude politizada, de extração socialista e tinha em Vandrê seu maior representante. Era a acústica e a consciência da realidade brasileira contra as guitarras e o som importado. Contra esta visão, como uma espécie de oposição à oposição, foi se afirmando o *movimento tropicalista*<sup>149</sup>, com seu tom anárquico, antropofágico, irreverente, marcando o pólo que representaria parte dos anseios do que poderíamos chamar, uma *nova esquerda contracultural* no cenário brasileiro<sup>150</sup>.

Marcos, adolescente, vive sua socialização na política a partir deste clima de tropicália, e de *é proibido proibir*, com livre trânsito pela música e a imprensa alternativa, espaços de uma nova esquerda *underground* que ganhava terreno em plena ditadura:

"Ouvia falar da imprensa alternativa, principalmente do Pasquim, que comecei a ler semanalmente. Dependendo da distribuição e da minha verba, passei a ler também 'Movimento', 'Opinião', 'Rolling Stones', 'O Bondinho', 'Revista Pop', 'Realidade'. Caetano Veloso estava chegando do seu exílio em Londres e provocava o Brasil com seu batom e seus trejeitos de Carmem Miranda. '...Eu quero é ir embora, eu quero dar o fora e quero que você venha comigo'. Da sétima série até o terceiro colegial estudei à noite, e como meus colegas, trabalhava durante o dia. Nos finais de semana eu e um grupo de amigos nos reuníamos na casa de Lurdinha, levávamos discos (dos pós-tropicalistas a Lupicínio Rodrigues, com muito espaço pra Cascatinha e Inhana)".

Como lembra Marcos, a discussão política fervilhava nos *anos de chumbo*:

"Falávamos sobre política, trocávamos livros e preparávamos, no mimeógrafo, nosso jornalzinho, chamado 'Black'. O pai da Lourdinha, tinha sido dono de uma livraria e faliu. Guardava com muito zelo alguns livros. Um dia me emprestou 'Crime e Castigo' de Dostoievski. Era dezembro de 1972. O tempo era cinza, cor de chumbo. (...) Diariamente, antes de entrar no prédio do Instituto, fazíamos fila para mostrar à funcionária, a cor de nossas meias. Só podíamos assistir aulas se fossem de cor cinza-chumbo!". (Reigota, 1997: 11-14)

A decisão pela ecologia define os rumos para a universidade e se dá marcada pelo peso dos 'anos de chumbo':

"Nas aulas de biologia, descobri a ecologia. Era tempo de decisão. Pensava estudar sociologia, mas a informação que tinha era de que todos os estudantes matriculados na 'Escola de Sociologia e Política' de São Paulo, eram imediatamente fichados no DOPS". (Reigota, 1997:16)

Graças a amigos que moravam em São Paulo e trabalhavam na SABESP – A companhia de água e saneamento da cidade, Marcos vai para a capital e arruma emprego na mesma empresa. Trabalha e faz cursinho pré-vestibular, morando numa república, no centro da cidade. Entra no curso noturno de biologia na Faculdade Farias Brito. Tudo isso se passava no final dos anos 70 e início dos anos 80:

"Com a reorganização do movimento estudantil, os debates pela redemocratização e pelo fim da ditadura, o momento político nacional era de grande efervescência. Na faculdade não havia sinal do que estava acontecendo, no entanto, na 'república' onde eu morava com outros universitários 'sem parentes importantes, sem dinheiro no bolso e vindos do interior' (Belchior) a movimentação era intensa. Poucas coisas eram consenso absoluto na casa, um deles era de que o poster da Janis Joplin deveria ficar na sala e o do Karl Marx na cozinha (conhecíamos muito mais o trabalho da primeira do que o do segundo)".

A questão ambiental, dentro da disputa ideológica — na música, polarizada na oposição nacional *versus* internacional (MPB X Rock) — já nascia tomando partido: era sem dúvida internacional e, na *república*, roqueira. A sensibilidade ecológica em Marcos vai se construindo junto com uma sensibilidade política e cultural libertária:

"Os livros de Fernando Gabeira eram *Best-sellers*, José Lutzenberger publica o "Manifesto Ecológico", o "Movimento Arte e Pensamento Ecológico", liderado pelo libertário catalão radicado em São Paulo, Abellá começava a ganhar espaço e atraía a minha atenção. "Jonas que terá 25 anos no ano 2000", de Alain Tanner provocava polêmicas e "Dersu Usala" de Akira Kurosawa era um grande sucesso. A ecologia, estava conquistando o seu espaço de opção filosófica e política. Em busca de maior aprofundamento teórico e militância política, prestei vestibular para geografia na USP".

A opção ecológica foi, para muitos, parte de uma identificação com a *política como estilo de vida*, ou *política da vida*, como vimos na primeira parte deste capítulo. Um ideário que já nascia internacionalizado. Assim como na música, a esquerda *tradicional* dos movimentos populares e sindicais recebeu com suspeita a forma ecológica de fazer e pensar a política, vista *como de classe média e trazida de fora*, dos países

desenvolvidos, extemporânea à realidade brasileira. É dentro deste debate que se insere o artigo de Pádua (1991) já citado nesse estudo, discutindo os fatores *endógenos* e *exógenos* no nascimento da política verde no Brasil, em busca de uma conciliação possível entre as inegáveis *raízes exógenas* mas não necessariamente alienígenas, e os caminhos de inserção da política verde na realidade brasileira. Em *Os ecologistas* Reigota (1999) destaca a vocação internacional deste grupo:

"As e os ecologistas talvez tenham sido os primeiros a evidenciar o aspecto básico da globalização que é a compreensão de um mundo sem fronteiras, no qual as interdependências são inevitáveis, sendo uma linguagem comum, nesse grupo social, o *slogan* lançado no início dos anos 70 por Rene Dubos "Pensamento global e ação local". A partir dos anos 80 esse *slogan* foi ampliado para: *pensamento global e ação local, pensamento local e ação global*, tornando-se mais condizente com a própria evolução da praxis ecologista, na qual se incluem as relações sociais, o meio ambiente e a subjetividade. As e os ecologistas constituíram um grupo social internacional com muitas diferenças, mas também com muitos pontos em comum". (Reigota, 1999:63)

Ainda que reconheça as muitas diferenças entre os ecologistas, Reigota identifica justamente na circulação, no nomadismo, uma característica forte dos ecologistas com atuação internacional, um segmento do qual ele é um forte representante:

"Torna-se necessário buscar características identitárias comuns que possam caracterizar os personagens como ecologistas. Nesse sentido procurei enfatizar a errância ou o nomadismo das/dos ecologistas, principalmente desse grupo que tem atuação internacional. Como observa Fábio Cascino, muitos das/dos ecologistas são pessoas 'desfixadas', vivendo curtos ou médios espaços de tempo em locais (ou meio ambiente) com cultura, línguas, religião, hábitos, alimentação, paisagem, clima etc., completamente diferentes". (Reigota, 1999:97)

Marcos concluiu em 1981 sua licenciatura em biologia, deu aulas no ensino público na área de biologia e ensino de ciências, ingressando posteriormente no mestrado em filosofia da educação na PUC-SP. Também trabalhou em projetos de educação ambiental numa ONG ecológica, em São Paulo. Em 1985 Recebeu uma bolsa para o doutorado especial em Pedagogia na Universidade Católica de Louvain onde, com seu orientador, passou a trabalhar com a teoria das representações sociais de Moscovici. A partir desta entrada na Europa viaja bastante, estudando, participando de seminários, fazendo consultorias e também freqüentando um circuito de amigos feitos em sua *errância* fora do Brasil. Passa a fazer parte do que ele mesmo identifica como um grupo internacional de educadores ambientais, os *desfixados*. A educação ambiental preconizada por Marcos sintetiza sua visão de mundo, ao mesmo tempo representativa de uma concepção de *política como estilo de vida*:

"A educação ambiental representa ao mesmo tempo uma crítica e alternativa aos processos pedagógicos conservadores. Mas sua crítica/alternativa não se limitam ao espaço educativo. Elas se ampliam ao modelo econômico, social e cultural vigente, assim como às formas de se fazer política, ciência e arte, sem esquecer ainda que ela pretende influir no cotidiano, propondo relações sociais e afetivas baseadas na ética, na justiça e na sustentabilidade". (Reigota, 1998:23)

A trajetória de Marcos traz elementos que, para além de sua história pessoal, apontam para uma via bastante emblemática de acesso à política e à questão ambiental, neste caso, através da educação ambiental. Emblemático porque podemos ver este circuito em outros informantes e em várias lideranças políticas no campo ambiental e mesmo fora dele, em nosso atual momento societário. Poderíamos abstrair desta experiência particular, a partir de suas principais derivas, um certo roteiro existencial, ou ainda, um tipo-ideal de trânsito pessoal em tempos de política em trânsito.

#### **Outros sentidos do encontro entre política e ecologia**

Mas, se o trânsito, a inspiração libertária, as múltiplas referências e a *desfixação* geográfica e subjetiva são os sentidos fortes de uma via emblemática de acesso à política, esta via não resume outras ênfases e possibilidades de entrelaçamento da ecologia e política também constitutivas da política no universo ambiental.

Para Esther, 48 anos, jornalista e historiadora, militante desde o movimento secundarista, com uma longa e importante trajetória de inserção no Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que a seduziu no campo ambiental

foi encontrar aí um porto, não para partir, mas para reencontrar uma 'ideologia totalizadora'.

"Eu sou uma pessoa que precisa de experiências totalizadoras, experiências que me situem no mundo, eu não gosto da coisa em que tudo é fragmentário, que não te dá parâmetro nenhum, tem gente que acha que isso é liberdade, eu acho que isso é uma maldição, não ter um norte".

Esther se aproxima do campo ambiental inicialmente desde uma posição de externalidade, como pesquisadora, com uma trajetória profissional consolidada na pesquisa científica e da atuação em ONG:

"Eu tinha começado a publicar coisas na história da ciência, tinha vontade de fazer uma coisa nova, e achei que aquele tema [meio ambiente] era interessante, um tema que explodiu na sociedade, que estava explodindo nas revistas de ciência. Então o meu primeiro interesse em meio ambiente foi estritamente acadêmico, era um objeto acadêmico. Afinal, eu pensava, que raios que esse povo tanto fala nisso. E eu, como comunista, tinha uma visão muito distanciada, porque os comunistas, até meados dos anos 80, achavam que meio ambiente era frescura de país desenvolvido, porque eles tinham uma visão muito etapista do processo de desenvolvimento, achavam que antes tinha que desenvolver, isto é, no sentido de ser capaz de prover as necessidades básicas e meio ambiente era a última prioridade. (...) Até 1994 eu resistia muito quando as pessoas me chamavam de ambientalista, porque eu falava: não, eu não sou ambientalista, eu estudo o ambientalismo. Tenho coisas qualificadas para dizer sobre o ambientalismo, mas eu não me sinto ambientalista".

Entretanto, como ela mesma relata, vai aderindo aos valores e ao meio ecológico na medida que é acolhida e reconhecida neste meio. Mas, o ponto de *conversão* pessoal ao campo, segundo ela, passa sobretudo por sua trajetória política:

"O campo ambiental é um meio onde a convicção exerce um papel muito forte, e acaba que é um meio muito sedutor, principalmente quando você está numa crise filosófica. *Eu, por mais que resistisse senti que fui aderindo, e a minha adesão se deu via a minha trajetória política.* Comecei a identificar no ambientalismo a única ideologia totalizadora e sintetizadora da experiência humana, tal como tinha sido o Marxismo. Eu não enxergo nas ideologias políticas que estão agora na mesa, nada que recupere essa experiência que eu tive no Marxismo, e que me apontava para uma humanidade melhor. Com o meio ambiente eu recupero isso, porque ele é uma ideologia que tenta dar conta da experiência humana, da experiência natural, da interação entre essas duas experiências, e até mesmo indicando para situações limites em que se não se fizer alguma coisa, não se destrói apenas um tipo de sociedade mas a própria vida".

Ao falar de sua experiência de identificação ao campo ambiental,

Esther destaca a diferença entre o que ela chamou de *acesso* e *adesão*:

"Hoje eu me sinto a vontade em falar que sou ambientalista, acho que aderi mesmo alguns valores do ambientalismo. A *via de acesso* foi acadêmica, e a *adesão* foi via minha trajetória política por conseguir identificar nessa nova ideologia, nesse novo circuito de pensamento, de adesão, muitos dos valores presentes nas minhas crenças anteriores".

A 'adesão' de Esther pode ser melhor compreendida à luz da crise vivida com a dissolução do PCB, deslanchada pela queda do socialismo soviético no final da década de 80. Entre as alternativas que os militantes do PCB tinham na época estavam entrar no Partido dos Trabalhadores (PT) ou criar o PPS, na linha do eurocomunismo. Sua experiência com o PT foi decepcionante e o eurocomunismo não lhe convencia. Neste momento, encontrou no mundo das ONGs um espaço alternativo de ação política:

"Com a crise do partido [PCB] a discussão era quem fica dentro do partido, quem não fica, várias vezes se tentou, através da questão sindical, juntar com o que a gente achava que era mais progressista, com o PT ou com a CUT, um partido dentro do PT, já que o PT era um partido meio guarda-chuva. Isso envolvia negociações com o PT que morria de medo, porque achava que se entrássemos no partido iríamos hegemonizar. Eles imaginavam que a gente tinha uma grande estrutura. Eu fiquei cansada desse esvaziamento, da crise de identidade, era tudo muito repetitivo. Quando veio a possibilidade de se criar o PPS, na linha do euro, aí me desgostei totalmente. O que eu gostava do partido era justamente a sua tradição. Aí eu pensei, eu não vou optar por partido nenhum. Ao mesmo tempo comecei, no mundo das ONGs, a viver uma vida de muita inserção. Nas ONGs se tem muito espaço de intervenção, muito espaço de influência, então eu me senti compensada pela perda desse *ethos* partidário, eu tinha outras frentes".

É no contexto deste novo período de sua vida, com a abertura para as novas frentes de ação e o desejo de inserir-se após a dissolução dos vínculos anteriores que Esther se aproxima do campo ambiental. O que este campo parece lhe dar, bem como o mundo das ONGs, é a liberdade de não ser nem PT nem PPS, e fazer suas escolhas, dentro de um *ethos* político que traz consigo e preserva, mas sem a disciplina da fidelidade partidária que marcou sua militância anterior:

"Se me dissessem: o seu partido é o PPS, eu não me sinto PPS. Mas também não me sinto PT, na minha trajetória política eu me sinto assim uma pessoa de esquerda, se é que isto ainda tem algum sentido no Brasil. Sou uma pessoa mais aberta à democracia do que vinculada a uma posição partidária, mais animada com a perspectiva pluralista democrática, do que propriamente com ter uma reputação partidária e ser fiel a um tipo de conduta política".

Onde Reigota celebra a errância e a fragmentação, Esther vai reencontrar uma ideologia totalizante. Onde Gabeira conjuga a política na

primeira pessoa, Chico Mendes traduz a ecologia na semântica da luta de classes. Quatro trajetórias que, como dissemos no início são irredutíveis entre si, demarcam algumas das diversas maneiras de construir um enlace entre política e ecologia e exercer diferentes formas de representação. Tudo isto tendo como pano de fundo a política em trânsito e a grande instabilidade epistemológica que caracteriza as condições de modernidade onde estas trajetórias se dão.

#### **Como consolidar o espaço público a partir de uma política do eu?**

A pergunta acima se insere entre os grandes enfrentamentos das formas de fazer e conceber a ação política, de onde surgem as chamadas nova política e a nova esquerda. Neste embate, a pergunta dilemática também poderia ser: como fazer política a partir da *não-política*? Esta questão tem sido objeto dos analistas sociais preocupados com as mudanças no padrão de engajamento político. Neste sentido, perguntam-se, caberia considerar o desaparecimento da ação política e do espaço público? Ou, como sugere Ion (1994), estaríamos diante do declínio de um modo específico, histórico e nacional, de engajamento no espaço público, que por sua vez pode ser reencontrado na figura do militante, ainda que este

advenha de novas modalidades de ação dentro de um espaço público ele mesmo transformado?

As origens desse dilema se encontram, em parte, delineadas por Roszak ao descrever a guinada contracultural na esfera da política como sendo capitaneada pela convergência de duas tendências aparentemente antitéticas. Seguindo Roszak (1972: 66) esta *vanguarda* contracultural se compõe tendo, “por um lado a boêmia descuidada dos *beats* e dos *hippies*; por outro, o ativismo político exacerbado da Nova Esquerda estudantil”. No que pesem as diferenças entre estes dois grupos, principalmente em relação ao estilo e aos objetivos de sua ação política, para Roszak ambos compartilham de uma “semelhança positiva de sensibilidade”, que os tornou aliados na luta por uma nova sociedade.

Essas duas tendências constitutivas da nova esquerda encontram-se também delineadas na tensão entre os dois principais mentores do movimento: Herbert Marcuse e Norman Brown — situação que Roszak identifica como *a dialética da libertação*. A tese defendida pelo autor é de que a contracultura começa onde Marcuse se detém, e onde Brown, “sem pedir desculpas, lança-se ao abismo insondável” (Roszak, 1972:98). Nesta tensão Marcuse, o conhecido pensador alemão da Escola de Frankfurt, é identificado ao pólo da luta emancipatória via a política de luta e de

resistência — a “Grande Recusa” — contra as formas repressivas operadas pela sociedade industrial. Por sua vez, Brown, ensaísta e escritor norte americano é visto por Roszak como o pólo *dionisíaco* da dupla, aquele que “dá uma virada para o oculto” (Roszak, 1972:123). O autor de *Love's Body*, em que pese a duvidosa qualidade literária da metalinguagem buscada neste livro, conclui pela verdade da imaginação, onde “só a poesia existe” (Roszak, 1972:123). Em resposta a Brown, Marcuse tornaria-se o paladino deste mundo, tangível e secular, enquanto Brown buscaria transcender as fronteiras do *real*:

“Marcuse é um homem político e foge de qualquer forma de transcendência que ameace evadir-se às flagrantes opressões e sofrimentos da humanidade e que cheire a deixar sem castigo os patifes que nos exploram. Onde Brown esforça-se por aceitar a experiência visionária em seus próprios termos, Marcuse insiste em estancar todas as grandes metáforas, guiando-nos para um futuro secular. Por outro lado, a *política de Brown, que é a não-política*, não é nada mais que a luta por guardar espaço para uma transcendência que nos transporte para aquele ‘mundo real e eterno’”. (Roszak, 1972:126)

Em que pesem as diferenças na concepção do que seja a via política e sua finalidade quanto à libertação humana, para os dois inspiradores do movimento, a volta à “rica tradição romântica alemã que Marx abandonou em favor do socialismo científico” (Roszak, 1972:100) é destacada como solo comum. É na valorização da loucura, do paradoxo, do êxtase, e — desde a obra de Freud —, dos sonhos e mitos, que Roszak destaca a forte

presença da sensibilidade romântica na dialética da libertação contracultural. De outro lado, no campo da militância das idéias, o laço que torna possível a aliança aparentemente inusitada entre os que querem atuar na vida política para mudar a sociedade e os que querem escapar para viver na margem alternativa da mesma e de seus meios políticos, é justamente “o extraordinário personalismo que tem caracterizado o ativismo da Nova Esquerda . [...] Para a maior parte da nova esquerda, nenhuma ideologia possui em última instância mais valor ou lógica do que uma pessoa lhe empresta em virtude de sua própria ação: a política é feita de envolvimentos pessoais e não de idéias abstratas” (Roszak, 1972:67).

Os efeitos da contracultura na esfera política parecem convergir para elementos que atestam o privilégio geral da imanência sobre a transcendência, da auto-referência subjetiva e da percepção da natureza polimorfa da verdade, em contraste com um regime existencial e político da ordem, das disciplinas e da verdade instituídas como referências externas para um indivíduo, célula do coletivo. Essa guinada na concepção e no estilo de fazer política vai produzir uma série de deslocamentos que tendem a ressignificar as referências inscritas no eixo valorativo que poderíamos chamar coletivo/normativo para outro que poderia ser nomeado como

individual/libertário, convergindo para o que nomeamos já no capítulo 2, de uma *política do eu*<sup>151</sup>.

### **A emancipação no mundo e a emancipação do mundo: os paradoxos da autonomia**

Para ampliar as análises sobre o tema da autonomia feitas por Roszak — um analista engajado dentro do mundo contracultural — vamos encontrar nos ensaios de Jameson (1992) sobre os anos 60 e as transições modernidade/pós-modernidade, estruturalismo/pós estruturalismo, uma importante contribuição. Jameson reconstrói as raízes dos processos de autonomização, vistos como sinais da crise dos fundamentos modernos, que se iniciam em diferentes campos, já nos anos 60. Estes sinais são pontuados desde o estruturalismo de Althusser (através do conceito de semi-autonomia das esferas sociais); da reflexão filosófica de Marcuse (autonomia da esfera cultural e estética)<sup>152</sup>; culminando em Jameson nas *aventuras do signo* onde se evidencia de forma mais acabada o descolamento do referente na cultura do significante e do simulacro.

Para Jameson, uma das conseqüências da afirmação da autonomia da esfera cultural é sua expressão pela teoria ou ideologia estética dos anos 60 — cuja obra exemplar identifica na poesia norte-americana de Wallace

Stevens — que valorizou "o supremo poder da imaginação poética sobre a realidade que ela produz" (Jameson, 1992:111). Desde esta perspectiva, torna-se possível imaginar que os dois mentores antitéticos da contracultura estariam mais próximos do que os posiciona Roszak. Ambos poderiam ser re-situados como tomando parte, ainda de que forma diferenciada, de uma mesma mudança em direção à autonomização, desreferencialização e estetização que caracterizariam a transição para uma política pós-moderna.

Neste cenário, a estetização, tanto no seu nível superficial quanto epistemológico, como argumentou Welsch (1995:8) torna-se "um valor diretor autônomo" na sociedade moderna, jogando um papel estruturador da cultura política. A tensão ética e estética é um outro *locus* da tensão entre as pretensões de universalidade e a esfera da sensibilidade como mundo das contingências e particularidades. Contudo, como discute Hermann (2000b), a prevalência da estética sobre a ética não significaria necessariamente um reducionismo à estética mas antes a abertura da ética a uma pluralidade de pretensões e princípios reguladores. Valendo-se de Habermas, Hermann afirma ser possível a superação "do pretenso abismo entre o ético e o estético, abrindo espaço à contingência e a pluralidade, sem abandonar a pretensão de universalidade" (Hermann, 2000b:170).

Reposicionar *ego* e *socius*, privado e público, ética e estética, tendo como pano de fundo a autonomização do sujeito e das esferas de ação sociais, é o drama da nova esquerda contracultural mas, como vimos, vai bem além desta. Esta problemática repõe um dilema cujas raízes mais profundas podem ser encontradas na radicalização das tendências conflitivas que constituem a modernidade — emancipação e controle (Giddens, 1991); racionalização e subjetivação (Touraine, 1994); razão universal e individualismo (Harvey, 1989); subjetividade e cidadania/regulação e emancipação (Souza Santos, 1995). Desta maneira, de acordo com a concepção de política da qual partem — e da aposta mais ou menos otimista no projeto emancipatório moderno — diversas análises vão destacar na condição contemporânea os sinais de dissolução, declínio e mesmo morte da política; ou ainda, os sinais vitais da emergência de uma nova política.

No extenso debate sobre as vicissitudes da política na modernidade, seria possível, grosso modo, identificar pelo menos três ênfases predominantes: i) os que destacam o aspecto de decadência da política na situação contemporânea; ii) os que concordam com o diagnóstico de crise da política mas que argumentam sobre possíveis saídas através da reatuação das relações público-privado; e iii) os que preferem ressaltar os

aspectos promissores dos novos espaços emancipatórios nas mudanças da cultura política contemporânea.

No primeiro grupo podem-se situar autores como Arendt (1989), Sennett (1989) e Hobsbawm (1995), que detectam na sobreposição da esfera privada sobre a pública, do indivíduo sobre o coletivo ou, como nomeou Hobsbawm, do *eu* sobre o *nós*, um sinal de crise da política, da esfera pública e uma ameaça aos laços societários. Hannah Arendt discute a condição humana na modernidade tomando-a em contraposição ao paradigma greco-romano, como estando marcada pela alienação do mundo. A autora reflete sobre a diluição das fronteiras entre os domínios do público e do privado indicando o declínio da esfera pública - o lugar do político e da ação humana por excelência. Vê na modernidade a emergência de uma nova esfera social que representa a ascensão dos interesses privados ao domínio público. A reflexão de Sennett, no mesmo sentido da análise de Arendt, aponta para uma compreensão do esvaziamento da esfera pública associado à crise da modernidade. Para o autor, os "sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada são resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista" (1989: 30). Sennett chama a atenção para a singularidade da experiência moderna de

privacidade, de onde decorre uma tendência de psicologização dos problemas relativos ao campo do público, discutindo o problema do retraimento social como contraface dos processos emergentes de psicologização dos assuntos públicos. O autor entende as obsessões atuais para com a individualidade e a intimidade como tentativas de resolver, pela negação, o problema do público, já colocado desde o século XIX – que, segundo seu ponto de vista, ainda não terminou. Hobsbawm, em sua análise sobre o século XX, vai detectar nas mudanças sociais e culturais das últimas décadas um deslocamento no campo da política do "domínio do 'nós' para o 'eu'" (Hobsbawm, 1995:300). Mostra que até os anos 60 houve uma prevalência na percepção dos trabalhadores de que não poderiam melhorar a sua sorte pela ação individual, mas através de organizações definidoras de sua identidade de classe como os partidos e movimentos operários. Com os vários processos de privatização da vida impulsionados pela "tecnologia do dinheiro e a lógica do mercado" o autor indica o fortalecimento de uma cultura individualista e fala de uma "revolução cultural de fins do século XX que pode ser entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais" (Hobsbawm, 1995: 328).

Na Segunda posição, predominam reflexões como a de Habermas, (1984) que aponta para uma necessária *rearticulação*, ou a de Bauman (2000) que aponta para uma *tradução* das relações privado-público como caminhos para a política e o projeto emancipatório moderno. Nesse sentido, Habermas incorpora a crítica fundamental de Arendt à sociedade moderna e aos processos de despolitização e privatização da esfera pública como ameaças às condições de exercício legítimo do poder. No entanto, amplia o conceito aristotélico-arendtiano de política que, tomando como base a *polis* grega, restringe a esfera pública aos cidadãos que efetivamente tem interesse em temas públicos<sup>153</sup>. Habermas, embora reconheça a decadência da esfera pública burguesa, reafirma o projeto moderno como inacabado e potencialmente libertário. O imbricamento entre o privado e o público indica a complexidade da sociedade moderna, cujo desafio é respeitar a relativa autonomia de cada uma dessas esferas, impedindo-se que uma seja reduzida ou subordinada à outra<sup>154</sup>. Em Bauman também encontramos o argumento de uma *desconstrução da política*, tendo em vista as dificuldades de tradução entre a esfera privada e a pública e as conseqüências de sua autonomização e privatização. Para o autor, o *público* recuou para buscar abrigo em lugares politicamente inacessíveis e o *privado* está a ponto de retirar-se para a própria auto-imagem. Contudo, como Habermas, Bauman

também aponta para um caminho de superação da crise: "Para adaptar a *Agora* aos indivíduos livres e à sociedade livre é preciso interromper ao mesmo tempo sua privatização e despolitização. É preciso restabelecer a tradução do privado para o público" (2000:113).

De outro lado, autores como o próprio Roszak (1972), Giddens (1991, 1993, 1994) e Souza Santos (1995, 2000) tendem a enfatizar na situação presente a oportunidade de uma recomposição das esferas do público e do privado e a abertura de novos espaços de negociação entre a vida individual e coletiva, e assim, de novas maneiras de fazer política e existir como sujeito político. Roszak, que fala como um analista-militante, tem a perspectiva mais entusiasta. Mesmo ao questionar as conseqüências da recusa à política convencional, deixa claro que simpatiza com as tentativas de inovar, ainda que sob o risco de diluição da política. Para ele, uma política que "não parece absolutamente política" tem a vantagem de ser "inexpugnável as defesas psíquicas e sociais convencionais"(Roszak, 1972:158).. Deixa claro que a tarefa de persuadir as pessoas contra a tecnocracia nunca pode ser levada a cabo através de uma militância rígida e inflexível. Desta forma, vê na cena *hippie* uma política da sedução e da persuasão subliminar cujos efeitos podem ser muito mais interessantes que "a oratória apaixonada e sóbria dos comícios, grupos de pressão, o tedioso panfleto efêmero e

enfadonha reunião" (*idem*). Para ele, os "festivais revolucionários, atores em lugar de oradores, flores em lugar de panfletos, gozo em lugar de injúrias(...) constituem uma revisão importante da arte de realizar demonstrações políticas" (*idem*). Partindo de uma visão dialética Giddens (1991) aponta para as interações de mão dupla entre uma dimensão pessoal e uma dimensão que ele nomeia de *sistemas abstratos*<sup>155</sup>. Deste modo, assume uma perspectiva mais otimista das possibilidades de resposta no nível da vida privada em condições de *alta modernidade*. Para o autor,

"Uma preocupação com a auto-satisfação, não é apenas uma defesa narcisista contra um mundo externo ameaçador, sobre o qual os indivíduos têm pouco controle, mas também em parte uma apropriação positiva de circunstâncias nas quais as influências globalizadas invadem a vida cotidiana". (Giddens,1991: 126)<sup>156</sup>

Giddens, portanto, percebe a vida privada não como uma dimensão residual das mudanças nos sistemas abstratos, mas como uma esfera ativa que comporta reações, de forma que as mudanças que aí ocorrem também afetam as instituições globalizadas da modernidade. Para Souza Santos (1995), que se autodenomina um *utopista*, vivemos um período de transição paradigmática, tanto no plano epistemológico – da ciência moderna para um conhecimento pós moderno – como no plano societal – da sociedade capitalista para uma forma societal que tanto pode ser melhor como pior" (Souza Santos, 1995: 283). Nessa nova forma societal que ele caracteriza

como pós-moderna, a reafirmação da subjetividade no domínio da política poderia ser vista como uma resposta emancipatória à subjetividade coletiva imposta pela modernidade – tanto no capitalismo quanto no socialismo – que subsumiu em si as subjetividades individuais<sup>157</sup>. Ao contrário de Hobsbawm – que vê o deslocamento do "nós para o eu" como um legado do fracasso do projeto moderno sobre o qual não se pode construir o futuro, Souza Santos (2000) considera os deslocamentos em direção ao eu como parte da emergência de uma subjetividade da transição paradigmática "para quem o futuro é uma questão pessoal" (Souza Santos, 2000:346), inserida no desafio da invenção de novas formas de sociabilidade emancipatórias:

"A construção de uma subjetividade individual e coletiva, suficientemente apta para enfrentar as futuras competições paradigmáticas e disposta a explorar as possibilidades emancipatórias por elas abertas, deve ser guiada, em meu entender, por três grandes *topoi*: a fronteira, o barroco e o Sul". (Souza Santos, 2000:345)

Assim, pelas experiências da margem, advindas de territórios político-existenciais em dissidência com o paradigma epistemológico e societal dominante da modernidade, emergem as subjetividades de *fronteira*, do *barroco* e do *Sul*<sup>158</sup>. A luta paradigmática aqui é levada a cabo por sujeitos, interpelados pessoalmente e engajados coletivamente num projeto utópico emancipatório, que o autor chama de *viajantes paradigmáticos*, cuja

condição instável e dilemática é formulada na bela metáfora da navegação de cabotagem:

"A cabotagem foi a forma de navegação dominante desde tempos imemoriais até a expansão européia do século XV e é usada ainda hoje. Implica navegar fora dos limites, mas em contato físico com eles, e ir realizando outras atividades ao longo do trajeto, como a pesca ou o comércio. Quanto mais longe se estiver e mais pequenos, porque vistos de longe, forem os limites, maiores serão as possibilidades de autonomia. Mas, um passo a mais, que faça perder de vista esses limites pode transformar uma autonomia estimulante num caos destrutivo". (Souza Santos, 2000:354)

Como na navegação de cabotagem, o projeto emancipatório e autonomista moderno arrisca-se entre as margens do continente e do mar alto, do perigo e da oportunidade, da liberdade e da morte; ou, ainda, da transcendência no mundo e da transcendência do mundo. Na mesma condição de trânsito e risco estão os viajantes desta Nau, em águas e rotas pouco previsíveis. Isto recoloca a discussão sobre as condições da política e da impossibilidade da política relacionada aos paradoxos da autonomia. Autonomia aqui entendida em duas acepções: i) num primeiro plano, como núcleo forte do ideário contracultural e ecológico que busca a transcendência como libertação da ordem; e ii) num horizonte mais amplo, como processo de desreferencialização que tem seu ponto de partida desde um tempo das novas políticas, no clima de transcendência e rupturas dos

anos 60, mas que arrisca aportar, errante, num tempo da não-política, porto anti-utópico da transcendência do mundo.

Considerando todo este debate, cuja sistematização acima está longe de esgotar, não se quer fechar a questão, atribuindo juízos de valor à orientação que pode-se denominar *política do eu*. Tampouco irá se resolver teoricamente um campo dilemático, cujo destino está atravessado pelo jogo dos reais possíveis da vida em sociedade. Prefere-se manter a abertura da reflexão sobre os sentidos que a centralidade do sujeito pode adquirir, no caso da matriz contracultural e no ideário ecológico, sem encerrá-los, de saída, sob o signo de uma subjetivação necessariamente identificada seja a uma alienação do mundo, seja a uma nova via régia para a emancipação do sujeito. Entretanto, a questão sobre as novas formas da ação política e sobre o paradoxo de uma política como saída da política — uma política “não-política” — permanece particularmente cara ao campo ambiental e ao sujeito ecológico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A história está atravessada pela viagem, como realidade ou metáfora, seja como forma de descobrir o "outro", seja como modo de descobrir o "eu". Sempre há viajantes, caminhantes, viandantes, negociantes, traficantes, conquistadores, descobridores, turistas, missionários, peregrinos, pesquisadores ou fugitivos atravessando fronteiras, buscando o desconhecido, desvendando o exótico, inventando o outro, recriando o eu" (Octavio Ianni, *A metáfora da Viagem*)

Ao finalizar este trabalho seria possível, em sintonia com a trama que entrecruza as temporalidades das biografias individuais e da história social, concluir retomando a experiência — causa da instauração de sentidos — com uma nova crônica. Esta, na seqüência das que introduzem este trabalho, alcançaria o momento da tese, do encontro com o objeto, e da pesquisadora que se reencontra ao final desta trajetória, transformada pela aventura interpretativa que a deslocou de seu porto inicial.

No entanto, me dou conta que o gênero que traduzia a experiência primeira em crônicas autobiográficas não se impõe. E isto, creio, se dá menos pelas possibilidades deste gênero literário em si e mais pela singularidade deste espaço-tempo de finalização, sem o distanciamento para

um novo círculo virtuoso narrativo. Este momento sugere que a trama desenvolvida seja retomada como objeto de discurso da autora. Pensando com Ricoeur nos três tempos da *mimeses* enquanto estrutura da produção de sentidos, diria que as crônicas autobiográficas se aproximariam do tempo prefigurado da ação e do vivido que demanda elaboração, gerando a tese como segundo tempo narrativo da figuração da experiência. Esta, por sua vez, ao final, sofre mais um deslocamento e se torna objeto do tempo refigurado, onde a experiência vivida e (re)elaborada é revisitada uma vez mais, para ser pensada e comunicada a outrem.

Assim, neste espaço das considerações finais, sem pretensões conclusivas e tomando o caminho de um conhecimento modesto, retomo a palavra em primeira pessoa para, em tom de depoimento, comentar o caminho percorrido. Um percurso onde a pesquisadora ora se identificou ora se discriminou dos seus Outros objetivados nas informações, nas observações de campo e nos relatos biográficos.

A *navegação de cabotagem* descrita por Boaventura cabe como metáfora desta aventura interpretativa. Assim, posso confessar que ao navegar entre a costa e o mar aberto, busquei não perder o continente das questões-guia que me permitiram narrar o ambiental como uma totalidade perceptível na qualidade de um campo estruturado e estruturante. Mas, ao mesmo tempo, como não ter em vista também o ambiental em sua versão *mar aberto* que poderia ser descrito não por aquilo que tem de coeso e agregador, mas pelas correntes que o atravessam de um modo disjuntivo, tensionando sua forma-

campo, e apontando para o que ainda permanece de difuso, aberto, poroso e multiforme.

Neste sentido, aquilo que fixa o olhar desde um ponto ou outro desta fronteira entre o continente e o mar aberto parece ser determinado sobretudo pela inserção da observadora. Como registram as crônicas, posiciono-me desde dentro de uma territorialidade ambiental e muito deste estudo é parte de uma interlocução com quem também a habita. Portanto, um olhar de dentro de uma comunidade que tem como horizonte as instituições e as questões que desenham o ambiental enquanto um campo de relações sociais estruturado. Uma comunidade que circula, trabalha, se relaciona, publica, discute, participa de redes, acompanha os debates, os acordos e as políticas pautadas pelas questões ambientais em níveis nacional e internacional.

Um sentimento constante neste transcurso foi a inquietação da alteridade não apenas situada nos Outros objetivados nas instituições e nas trajetórias de vida, mas também a constatação da condição do pesquisador como uma espécie de *sujeito oculto* da pesquisa. Este auto-estranhamento pode ser traduzido pela singularidade de um estar *entre* dois registros, tendo a tensão como ambiente epistêmico — tanto a tensão inerente à tarefa de configuração do ambiental e do sujeito ecológico, quanto aquela adicionada pelas posições sempre intercambiáveis entre o compartilhar com o objeto o ser sujeito da experiência ambiental e, ao mesmo tempo, distanciar-se na condição de pesquisador-autor de uma narrativa sobre este campo.

Nesta aventura compreensiva posso dizer que, como autora, em diferentes momentos e, às vezes, simultaneamente pude viver, como nomeia

lanni, o "caminhante", o "viandante", a "pesquisadora" que atravessa fronteiras, "inventando o outro, recriando o eu". Desde este lugar pude percorrer alguns veios de instauração dos sentidos do ambiental como aquele que recortei sob a noção de uma tradição ambiental. Ao seguir os fios que, desde uma sensibilidade naturalista e romântica dão caução ao sujeito ecológico, foi possível vislumbrar os traços de um *ethos* romântico, de um *habitus* militante, das novas formas de religiosidade e dos dilemas que tensionam o projeto ecológico emancipatório.

Quando este sujeito ecológico é visto desde sua face subjetiva nas trajetórias de vida, revela-se na fala sobre a experiência íntima a disjunção — que aqui não deve ser confundida com a idéia de incoerência, uma vez que não estamos partindo do sujeito da consciência, senhor de sua vontade e suposto ser coerente em todas as suas dimensões — com o discurso do sujeito político. Refiro-me sobretudo às sensibilidades naturalistas, fortemente inscritas nas orientações conservacionistas em contraposição às quais se afirma a ecologia política. Estas sensibilidades mostraram sua vigência no imaginário afetivo e estético que vincula os sujeitos ecológicos em sua experiência do ambiental, independentemente destes estarem em maior ou menor grau significando o ambiental como ação cidadã eminentemente situada na esfera pública.

Dentro do universo amplo do sujeito ecológico, vimos como são múltiplos os caminhos, as vias de acesso e os ritos de entrada pelos quais este pode se tornar um educador ambiental. As condições do percurso da própria educação ambiental apontam para uma área recente onde, como em todo

campo ambiental, sobrepõem-se as marcas de um movimento social e as de uma esfera educativa epistemologicamente fundamentada e institucionalmente organizada. Neste contexto, vimos como a identidade de educador ambiental está longe de ser uma identidade totalizante. Nomear-se educador ambiental aparece ora como adesão a um ideário, ora como sinônimo de um ser ideal ainda não alcançado, ora opção de profissionalização, ora como signo descritor de uma prática educativa ambientalizada, combinando em diferentes gradações as vias da militância e da profissionalização num perfil *profissional-militante*. Resulta disto que as formas de autocompreender-se e apresentar-se que daí surgem assumem o caráter de uma identidade dinâmica, muitas vezes em trânsito. Isto é, uma identidade que não se fixa necessariamente apenas num dos pólos: profissional ou militante, por exemplo. Tampouco ganha a forma de uma identidade permanente e totalizante, no sentido de subsumir outras auto-identificações e filiações profissionais.

Um dos traços distintivos desta *identidade narrativa* — conceito que pareceu ser o mais adequado para destacar a dupla face social e individual desta construção identitária — é partilhar em algum nível de um projeto político emancipatório. A idéia de mudanças radicais abarca não apenas uma nova sociedade mas também um novo sujeito que se vê como parte desta mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo incluindo o mundo interno e os estilos de vida pessoal. Este parece ser o elemento diacrítico que confere o caráter promissor e sedutor do campo ambiental e do saber que ele busca fomentar em suas esferas de formação de especialistas, publicações e teorização. A máxima registrada por

Dupuy (1980) de "mudar todas as coisas" na dimensão política das práticas ambientais evoca uma transformação não apenas política mas *da política*, isto é, da maneira de compreender, viver e fazer política, acenando com novos trânsitos e também com possíveis riscos para a própria esfera política.

O que procurei discutir entre os paradoxos da autonomia, repõe uma inquietação que, embora se materialize mais diretamente no último capítulo, está na origem deste estudo. Desde que este trabalho foi concebido me perguntava: qual a contribuição da ação ambiental para a esfera pública? Como esta se comporta ora ampliando o campo de cidadania e dos direitos, ora restringindo-o com o que parecia uma excessiva subjetivação e individualização das questões e formas de ação? Esta preocupação foi um dos fios condutores sempre presente. Partindo de um diálogo com a tradição busquei compreender os sentidos acionados na experiência contemporânea do sujeito ecológico de um modo geral e do educador ambiental em particular, com especial interesse nas pré-disposições e atitudes políticas como a vontade contestatária de fundo romântico, o inconformismo da contracultura, a militância como *habitus*, a constituição de um sentimento de crítica radical, o elogio da *margem* e do *alternativo* como lugar de recusa do estabelecido e reinvenção da existência pessoal e política.

Na experiência do educador e na configuração do contexto educativo da EA, estes traços podem ser reencontrados na crítica à racionalidade instrumental e disciplinar, na reivindicação de uma *revolução epistemológica*, na pretendida guinada do pensamento e das formas de pensar, bem como nas dificuldades daí decorrentes em penetrar no coração do campo educativo e nos

métodos e práticas educacionais *tradicionais*. Assim, a EA reedita na esfera educativa as antinomias do projeto emancipatório autonomista que constitui o núcleo político, existencial e epistêmico do campo ambiental.

Esta problemática, ao ser formulada nos termos de uma política em trânsito e dos trânsitos na política, no último capítulo, dá um fecho, não às questões levantadas, mas as minhas expectativas de abordagem deste tema. Na impossibilidade de resolver o que me parecia um dilema, passo a pensar nesta questão como uma antinomia para a qual não é possível reivindicar uma solução definitiva. Afinal, as diversas direções da ação ambiental — rumo à política e à saída da política, à autonomia como conquista *no* mundo e à autonomia como descolamento *do* mundo, à mudança radical e às transformações reformistas — podem ser seguidas, e efetivamente o são, muitas vezes pelos mesmos atores, o que complexifica ainda mais este cenário. Assim, na impossibilidade de fixar o que tem se mostrado dinâmico e que se decide fundamentalmente na multiplicidade das experiências do mundo, cabe refletir sobre as ações e caminhos tomados, com a abertura de quem sabe que a razão participa mas não controla os caminhos da experiência e da produção de sentidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOT, P. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALPHANDÉRY, P.; BITOUN, P. e DUPONT, Y. *O equívoco ecológico; riscos políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

AMARAL, L. As implicações éticas dos sentidos Nova Era de comunidade. In: *Religião & Sociedade*, v. 17, n.1-2, ISER, Rio de Janeiro, agosto de 1996.

\_\_\_\_\_. *Carnaval da alma; comunidade, essência e sincretismo na Nova Era*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional - da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. "Sincretismo em movimento". In: CAROZZI, M. J. (org). *A nova Era no Mercosul*. Petrópolis; Vozes, 1999.

ANTUNIASI, M. H. "O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano". Paper apresentado no 12º. Encontro da ANPOCS, Aguas de São Pedro, 1988 (mimeo).

ARAMAYO, R.R. (org) *El individuo y la historia. Antinomias de la herencia moderna*. Barcelona: Paidós, 1995.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas; magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, v.1, 3ª ed., 1987.

BECK, U. "From industrial society to the risk society: questions of survival, social structure and ecological enlightenment". *Theory, Culture & Society* 9:97-123.1992.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOFF, L. *Dignitas Terrae; Ecologia: grito da terra , grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Editora Difel, coleção Memória e Sociedade, 1989.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BRUNER, E. "Ethnography as narrative". In: TURNER, V. & Bruner, E. (orgs.) *The anthropology of experience*. Chicago: Illinois University Press, 1986, p. 139-155.

BRUNER, J. *Acts of meaning*. Cambridge: Harvard University Press, 1990

BRUNER, J.; WEISSER, S. "A invenção do ser: autobiografia e suas formas". In: OLSON, D.; TORRANCE, N. (orgs.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995

CAMPBELL, C. *The romantic ethic and the spirit of modern consumerism*. Oxford: Blakwell Publishers. 1995.

\_\_\_\_\_. "A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio". In: *Religião e Sociedade*, v. 18, n.1, 1997.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 1997

CARDOSO, R. "Movimentos sociais e urbanos: balanço crítico". In: ALMEIDA, M.H.T, SORJ, B. (orgs.). *Sociedade Política no Brasil pos-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASCINO, F. *Educação Ambiental; princípios, história e formação de professores*. São Paulo: SENAC, 1999.

Castoriadis, C. & Cohn-Bendit, D. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

CORAZZI, M. J. (org). *A nova Era no Mercosul*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARVALHO, I. C. M. *Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos*. São Paulo: Instituto Florestal de São Paulo, Série registros, 1991.

\_\_\_\_\_. "Educação, meio ambiente e ação política". In: Acselrad, H. *Meio Ambiente e Democracia*. Rio de Janeiro: Ibase, 1991, p.32-42.

\_\_\_\_\_. Condicionales y medio ambiente. In: *Propuestas para una cooperación creadora America Latina -Europa: El debate de las condicionalidades*. Bilbao: HEGOA, dezembro 1993.

CARVALHO, I. C. M. ; MENASCHE, R. "Transgênicos: ética versus técnica". Entrevista com a especialista em biotecnologia Ângela Cordeiro. In: *Boletim Políticas Ambientais*, IBASE, Rio de Janeiro, agosto de 1999

\_\_\_\_\_. "Transgênicos: riscos para o meio ambiente e a cidadania". *Jornal Educador Ambiental*, WWF, n.22, junho/julho de 1999.

CARVALHO, J. M. "O motivo edênico no imaginário social brasileiro". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n.38, outubro de 1998, pp. 63 a 79.

CHARTIER, R. *Espacio Público, crítica y desacralización en el siglo XVIII; los orígenes culturales de la revolución francesa*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.

CHIAPINI, L.M.L. *O foco narrativo*. São Paulo: Editora Ática, 8ª. ed., 1997.

CHICO Mendes. Depoimento. São Paulo, Sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), 1989.

CNBB/Pastoral Social. *A Igreja e a questão Ecológica: uma leitura ético-teológica a partir da análise crítica do desenvolvimento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

CRESPO, S. LEITÃO, P. *O que o brasileiro pensa da ecologia*. Rio de Janeiro: MAST e CEPEM/CNPQ, Agência Estado e ISER, 1992.

CRESPO, S. et ali. *O que o Brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: MAST/CNPQ e ISER, 1998.

CRISPUN, D. Partido Verde. *Propostas de ecologia política*. Rio de Janeiro, Editora Anima, 1986.

DE ALBA, A. et alii. *Campo emergente em constitución: avances em el campo de la investigación em educación ambiental en México. 1989-1999*. Trabalho apresentado no Primeiro Congresso de Pesquisa em educação Ambiental. México, 29 de novembro a 01 de dezembro de 1999. 18p. (mimeo)

DIAS, G.F. *Educação Ambiental; princípios e práticas*. 2. ed. São Paulo: Editora Gaia, 1992.

\_\_\_\_\_. *Atividades interdisciplinares de Educação Ambiental*. São Paulo: Ed. Globo, 1994.

DELEAGE J-P. *História da ecologia. Uma ciência do homem e da natureza*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

DEVAL, B.: SESSIONS, G. *Deep ecology: living as if nature mattered*. Salt Lake City: Peregrine Smith Books, 1985.

DRUMMOND, J. A . *A visão conservacionista (1920 a 1970)*. In: *Ambientalismo no Brasil*. São Paulo, ISA/ SMA-SP, 1997. pp 19-26.

\_\_\_\_\_ & Schroeder, A. Programas de Pós-Graduações em ciências ambientais e similares no Brasil — uma listagem preliminar. In: *Ambiente & Sociedade*, ano I, n.2, 1o. semestre de 1998, p139-149.

\_\_\_\_\_. "A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo". In: *Ambiente & Sociedade*, ano II ns 3 e 4, 1998-1999. pp127-151.

\_\_\_\_\_: BARROS, L.. O ensino de temas socioambientais nas universidades brasileiras — uma amostra comentada de programas de disciplinas. Rio de Janeiro, Universidade federal Fluminense, 1999 (mimeo).

DROUIN, J.-M. *Reinventer la nature. Le ecologie et son histoire*. Paris: Desclee de Brouwer, 1991.

DUPUY, J. P. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DURHAN, E. R. Movimentos sociais e a construção da cidadania. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v.10, out.1984.

*Ecologia e Desenvolvimento*, ano 5, n.52, junho de 1995, p 27-30

ECKERT, C. "Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica". In: *Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre, ano 94-97.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador; uma história dos costumes*. vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Processo Civilizador; formação do Estado e civilização*. v.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

EVERS, T. "A face oculta dos novos movimentos sociais". In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v.2, abril, 1984

\_\_\_\_\_. "De costas para o Estado, longe do parlamento". *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, CEBRAP, v.2, n.1, abril, 1983.

FERRAROTI, F. *Histoire et histoire de vie; le méthode biographique des les sciences sociales*. Paris: Librairie des Meridiens, 1983

FERRATER MORA, José. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. Tomos I e II, Buenos Aires: Editorial Sudamericana., 1965.

FERRY, L. *A nova ordem ecológica*. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

FLICKINGER, H. G. "Sociedade, educação e meio ambiente". Conferência proferida na ANPED, 1997 (mimeo).

FLICKINGER, H. G: Neuser, W. *A teoria de auto-organização; as raízes construtivistas do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUC, 1994.

FLORIT, L.F.1998. "Teoria social e relação sociedade/natureza a partir da obra de Antony Giddens". *Cadernos de Sociologia. Teoria social: desafios de uma nova era*. Porto Alegre: UFRGS. 10: 61-86.

FREITAG. B. "Habermas e a filosofia da modernidade". in: *Revista Perspectivas*, São Paulo, nº.16, 1993, pp 23-45.

FREUD, S. *Recordar, repetir e elaborar*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1980, Vol. XXII p. 193-207

GABEIRA, F.(org) *Partido Verde: propostas de ecologia política*. Rio de Janeiro: Ânima, Coleção Ânima Verde, 1986.

\_\_\_\_\_. *O que é isso companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *O crepúsculo do Macho*, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1980.

GABEIRA, F. *O diário da salvação do mundo*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987

\_\_\_\_\_. & COHN BENDIT, D. *Nós que amávamos tanto a revolução*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

GADAMER, H. G. *Verdade e Método; traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GAGE, N. L. "The paradigm wars and their aftermath: a 'historical' sketch of research on teaching since 1989". In: *Educational Research*, vol. 18 n. 7, p 4-10.

GAUDIANO, E. G. "Otra lectura a la historia de la educación ambiental en América Latina y el Caribe". In: *Tópicos en Educación Ambiental*, Mundi Prensa, n1, v.1, 1999a, p. 9-26.

\_\_\_\_\_. "Educação ambiental: dislocación y articulación". *Verbete Educação Ambiental*. In: *Enciclopédia Virtual de Filosofia da Educação* [www.educacao.pro.br](http://www.educacao.pro.br)

\_\_\_\_\_. *Centro y periferia de la educación ambiental*. México: Mundi Prensa, 1998.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991

\_\_\_\_\_. *A. A transformação da intimidade; sexualidade, amor e erotismo as sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_, A. *Más allá de la izquierda y la derecha. El futuro de las políticas radicales*. Madrid: Cátedra Editorial, 1994

GEERTZ, C. Negara. *o Estado teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GINSBURG, J. "Romantismo, historicismo e história". In: GUINSBURG, J. (org). *O romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, pp 13 a 22.

GOHN, M. G. *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania: A sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.

GORZ, A. *Ecologie et politique*. Paris: Editions du seuil, 1978.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Gerratana, V (org). Edizione Crítica dell Instituto Gramsci. Turim: Einaudi, 1975, 4vs.

GUIMARÃES, L. B. *O educativo nas ações e lutas e movimentos de defesa ambiental; uma história de descontinuidade*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS, 1998.

GUIMARÃES, M. *Educação Ambiental*. Duque de Caxias: Unigranrio, 2000.

GRZYBOWSKI, C. (org). *O testamento do homem da floresta; Chico Mendes por ele mesmo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989

GRÜN, M. 1996. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papyrus.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública; investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Biblioteca Tempo Universitário nº.76, 1984.

\_\_\_\_\_. *Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 43, 1995.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

HEELAS, P. "A Nova era no contexto cultural". In: *Religião & Sociedade*, v. 17, n.1-2, ISER, Rio de Janeiro, agosto de 1996

HEIDEGGER, M. "Que é metafísica?" In: Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1979, pp. 35 a 41.

\_\_\_\_\_. *Carta sobre o humanismo*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. *O ser e o tempo* (parte I). 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *O ser e o tempo* (parte II). 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Validade em educação; intuições e problemas na recepção de Habermas*. Porto Alegre: Coleção Filosofia n. 93, EDIPUCRS, 1999.

HERCULANO, S. "O campo do ecologismo no Brasil: o Fórum das ONGs". In: Reis, E., Almeida, M. E. Fry, Peter (orgs). *Política e cultura; visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Editora HUCITEC e ANPOCS, 1996.

HERMANN, Nadjá. "Natureza e eticidade: educação em Rousseau". In: Cirne-Lima, Carlos R. *O real e a linguagem. Festschrift em homenagem a Jayme Paviani*. Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2000a (no prelo).

\_\_\_\_\_ "Filosofia: ética, pluralismo e educação". I Congresso de filosofia da Educação. Anais do I Congresso latino de Filosofia da Educação - Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, 2000b

\_\_\_\_\_. "Educação e ética: relações e perspectivas". In: L. H. Silva, Azevedo, J.C., Santos, E.S.S. (orgs). *Identidade Social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997, pp. 177 a 191.

\_\_\_\_\_. *Educação e racionalidade; conexões e possibilidades de uma razão comunicativa na escola*. Porto Alegre: Coleção Filosofia, n.36, EDIPUCRS, 1996.

HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOGAN, D.; Vieira, P. (orgs). *Dilemas sócioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso; os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2. ed, São Paulo: EDUSP, 1969.

HUBER, J. *Quem deve mudar todas as coisas; as alternativas do movimento alternativo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, O. *A metáfora da viagem*. Campinas: Unicamp, 1995.

ION, J. "L'evolution des formes de l'engagement public". In: P. PERRINEAU (org.). *L'engagement politique; déclin ou mutation?* Paris: Presse de la Fondation Nationale des Ciencias Politiques, 1994, p. 23-40.

JAMESON, F.. "Periodizando os anos 60". In: H. B. HOLANDA (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 81-126.

KERTZER, D. I. *Ritual, politics & power*. Yale: University Press, 1997.

LAYRARGUES, Ph. "Como desenvolver uma consciência ecológica". In: *Educador Ambiental*, 4(18):7-8.1998.

\_\_\_\_\_. "Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais". In: LOUREIRO, C.F., Layrargues, P.P. & Castro, R.S. de (org.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez. 2000.

LANDIN, L (org). *Sem fins lucrativos: as organizações não governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

LEFF. E. (org). *Ciências sociais y formación ambiental*. Barcelona: Gedisa Editorial/Pnuma, 1994.

\_\_\_\_\_. *Ecología y capital; racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. 3. ed. México: Siglo Veintiuno Editores/UNAM, 1998a

\_\_\_\_\_. *Saber ambiental: sustentabilidad, complejidad, poder*. México: Siglo Veintinuno Editores/UNAM/PNUMA, 1998b.

\_\_\_\_\_. "Pensar la complejidad ambiental". In: LEFF (org) *La Complejidad Ambiental*. Mexico: PNUMA/Siglo Veintiuno, 2000. p1-7.

\_\_\_\_\_.(org) *La Complejidad Ambiental*. Mexico: PNUMA/Siglo Veintiuno, 2000.

LE GOFF, J. "A história nova". In: \_\_\_\_\_. (org). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp 26 a 67.

LEROY, J.P. *Uma chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes/FASE, 1991.

LÖWY, M.; SYRE, R. *Romantismo e Política*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

LOVELOCK, J. *As idades de Gaia. A biografia de nossa Terra viva*. São Paulo: Campus, 1991.

LYOTARD, J.-F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

LUTZEMBERGER, J. *Gaia, o planeta vivo*. Porto Alegre: LP&M, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Fim do Futuro? Manifesto ecológico brasileiro*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

\_\_\_\_\_. *Pesadelo Atômico*. São Paulo: CHED Editorial, 1980a.

MAIA-FLICKINGER, M. "Schopenhauer e a concepção romântico-idealista da natureza". In: *Veritas*, Porto Alegre, v. 38, n. 152, dez 1993. pp. 551-570.

\_\_\_\_\_. "Wagner-Schopenhauer; a metafísica de 'O anel dos Nibelungos'". In: *Veritas*, Porto Alegre, V.41, n. 164, dez, 1996. pp-691-714.

MARRE, J. L. "História de vida e método biográfico". In: *Cadernos de sociologia*. v.3, 1991, pp.55 a 88.

Matsushima, K. et. alii. *Educação Ambiental*. São Paulo: CETESB, 1988.

MAYHEW, H. *London Labour and the London Poor*. London: Penguin Books, 1985.

MEADOWS, D. L. *Limites do crescimento; um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates, n.90. 1973.

MCCORMICK, J. *Rumo ao Paraíso; a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Secretaria de Educação Fundamental/Coordenação de Educação Ambiental. *A implantação da educação ambiental no Brasil*. Brasília, 1998.

OLIVA, J. T. "A educação Ambiental na escola". In: Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Secretaria de Educação Fundamental/Coordenação de Educação Ambiental. *Textos da série Educação Ambiental do Programa Salto para o Futuro*. Brasília, 2000, p 9-20.

SECRETARIA de Educação Fundamental/Coordenação de Educação Ambiental. *Diagnostico preliminar de projetos de educação ambiental no ensino fundamental*: Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1997. 10 vol.

MININI, N. "Breve histórico da educação ambiental". In: Pádua, S. & Tabanez, M. *Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília, IPE, 1997

MORAES, M. S. O movimento de atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores. *Revista Brasileira de Educação*, n.1, fev/mar de 1996, p. 80-92.

MOTTA, N. *Noites Tropicais; solos, improvisos e memórias musicais*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

NAESS, A. *Ecology, community and lifestyle: outline of an ecosophy*. Cambridge: Cambridge Universit Press, 1989.

\_\_\_\_\_. "The Deep ecological movement: some philosophical aspects". In: ARMSTRONG, S.; BOTZLER, R. *Environmental ethics, divergences and convergence*. New York : Mc. Graw Hill Inc., 1993.

NEWFIELD, J. *A profetic Minority*. Nova York: New American Library, 1967.

NIETZSCHE, F. *A genealogia da Moral*. 4. ed. Lisboa: Guimarães e Cia Editores, 1983.

NOAL, F.O. *O movimento ecologista no Rio Grande do Sul: uma abordagem histórico-social no período de 1970 a 1995*. Dissertação de mestrado, UNISC, 1999.

NUNES, B. "A visão romântica". In: GUINSBURG, J. (org). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, pp.51 a 74.

OTTO, R. *Lo santo; lo racional y lo irraional en la idea de Dios*. Madrid: Alianza editorial, 1985.

OUTHWAITE, W.: BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PACHECO, M. E. "Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero". In: FASE, Desenvolvimento sustentável, *Revista proposta* n.71, fev. de 1997, p30 -38.

PÁDUA, J. A. *A degradação do berço esplêndido: um estudo sobre a tradição original da ecologia política brasileira - 1786 - 1888*. IUPERJ, tese de doutorado, 1997a.

\_\_\_\_\_. "Natureza e projeto nacional: o nascimento do ambientalismo brasileiro". In: SVIRSKY, R. e CAPOBIANCO, J.P. *O ambientalismo no Brasil; passado presente e futuro*. São Paulo: ISA/SMA-SP, 1997b, pp. 13-18.

\_\_\_\_\_. "O nascimento da política verde no Brasil: fatores endógenos e exógenos". In: LEIS, H. (org). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes/FASE/PUCRJ, 1991, pp. 135-162.

PÁDUA, S; Tabanez, M. *Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: IPE, 1997.

POLÍTICA Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999.

REIGOTA, M. *Os ecologistas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

\_\_\_\_\_. Antropofagicamente vosso. Memorial apresentado no concurso público para professor adjunto do Departamento de Filosofia da Educação da UFRJ, 1997 (mimeo).

RIBEIRO, G. L. "Uma introdução para pensar o setor ambiental". In: ROS FILHO, L. C. *Financiamentos para o meio ambiente*. Brasília: Instituto de Estudos Amazônicos - IEA, 1994. pp 11-26.

RICOEUR, P. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papirus Editora, 1994

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa* (tomo I). São Paulo: Papirus Editora, 1994 .

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa* (tomo II). São Paulo: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa* (tomo III). São Paulo: Papirus, 1997.

RIEMANN, G. S., Fritz "Trajectory as a basic theoretical concept for analyzing suffering and disorderly social process". In: D. R. Maines. *Social organization and social process; essays in honor of Anselm Strauss*. New York: Aldine de Gruyter, 1991, pp. 333 a 359.

RODRIGUES, N. *A cabra vadia. Novas Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Rorty, R. *Solidariedade ou objetividade? Novos Estudos CEBRAP*: p.109-121,1987.

ROSZAK, T. *A contracultura*. Petrópolis: Vozes, 1972.

ROUSSEAU, J-J. *Emílio ou da educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SALEM, Tânia. "O individualismo libertário no imaginário social dos anos 60". In: *Physis. Revista de saúde coletiva*, v. 1, n. 2, 1991, pp. 59 a 75.

SATO, M. *Educação para o ambiente amazônico*. São Carlos: UFSCAR, tese de doutorado, 1997.

\_\_\_\_\_. "Desafios e perspectivas da educação ambiental". In *Revista de Educação Pública*, vol. 4, nº 5, 204-212, 1995.

SAUVÉ, L. "La educación ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: en busca de un marco de referencia educativo y integrador". In: *Tópicos en Educación Ambiental*, v.1, n.2, agosto de 1999.

SECRETARIA Especial do Meio Ambiente - SEMA. Cadastro Nacional das Instituições na Área do Meio Ambiente. Brasília, 1987.

SENNETT, R. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRES, M. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SHAMA, S. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SHERER-WARREN, I. "O caráter dos novos movimentos sociais". In: *Boletim de Ciências Sociais*, n. 35, UFSC, dezembro de 1984.

\_\_\_\_\_. *Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola & Centro João XXIII, 1993.

SOARES, L. E. "Religioso por natureza: cultura alternativa e misticismo ecológico no Brasil". In: *O rigor da Indisciplina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

SORRENTINO, M. "Educação ambiental e universidade". In: BARBOSA, S. R. (org) *A temática ambiental e a pluralidade do ciclo de seminários do NEPAM*. Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998.

\_\_\_\_\_. *Educação Ambiental e universidade: um estudo de caso*. São Paulo: tese de doutorado, Faculdade de Educação, USP, 1995

SOUZA SANTOS, B. *Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora. 1995

\_\_\_\_\_. *A crítica da Razão indolente; contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora, v.1. 2000

STEIN, E. *Aproximações sobre hermenêutica*. Porto Alegre: 1996

SUZUKI, D. *Essays in Zen Buddhism*. 3 vols. Rider, London, 3a. ed. 1951.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural; mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TODOROV, T. "As categorias da narrativa literária". In: BARTHES, R. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 3ª. ed., 1973.

TOURAINÉ, A. 1994. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes.

TRAJBER, R.; Manzochi, L. *Avaliando a educação ambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Gaia, Coleção Gaia-Ecoar, 1996.

\_\_\_\_\_. *A conquista da América; a questão do outro*. 3ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

TURNER, F. *O espírito ocidental contra a natureza; mito, história e as terras selvagens*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

TURNER, V. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis, Vozes: 1974

TURNER, V. & TURNER, E. *Image and pilgrimage in christian culture*. New York: Columbia University Press, 1978.

UNGER, M. N. *Cosmos e polis; fundamentos filosóficos do pensamento ecológico*. Tese de doutorado, Unicamp, 1998.

WELSCH, W. "Estetização e estetização profunda ou: a respeito da atualidade do estético nos dias de hoje". In: *Porto Arte*, Porto Alegre, v.6, n.9, p7-22, maio 1995.

VIANA, A; MENEZES, L. *Educação Ambiental, uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade*. Rio de Janeiro: CEDI/CRAB, 1992.

VIEZZER, M.; Ovalles, O. *Manual latino-americano de educação ambiental*. São Paulo: Editora Gaia, 1995.

VIOLA, E. "O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica". In: PÁDUA, J. A. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo e IUPERJ, 1987.

\_\_\_\_\_. "O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável". In: GOLDENBERG, M. (org). *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

WIESENTHAL, H. "Bündnisgrüne in der Lernkurve: Erblast und Zukunftsoption der Regierungspartei". In: *Kommune. Forum für Politik, Ökonomie, Kultur*. Frankfurt, maio, 1999. P. 35-50.

VOVELLE, M. "A história e a longa duração". In: LE GOFF, J. (org). *A história Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp. 68 a 97.

WORSTER, D. *Nature's economy; a history of ecological ideas*. 2ª Ed. Cambridge: Cambridge University, 1994.

WORLD WILDLIFE FUND -WWF/Mater Natura- Instituto de Estudos Ambientais. Pizzi, P. A.(Coord). *ECOLISTA - Cadastro Nacionais de Instituições Ambientais*. 2.ed. rev. e ampl, Curitiba: 1996. p.348.